

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

Laura Ludovico de Melo

OURO FINO: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma
vaga lembrança na paisagem.

Goiânia

2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL



OURO FINO: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma
vaga lembrança na paisagem.

Laura Ludovico de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural.

Área de concentração: Arqueologia Histórica /
Antropologia

Orientadora: Prof^a Dr^a Sibeli Aparecida Viana.

Goiânia

2009

M528o Melo, Laura Ludovico de.
Ouro Fino : um arraial – uma igreja – um largo – e uma
vaga lembrança na paisagem / Laura Ludovico de Melo. –
2009.
219 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás,
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2009.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sibeli Aparecida Viana”.

1.Ouro Fino (GO) – paisagens – memória – patrimônio
cultural. 2. Patrimônio cultural – lugar – toponímia – Ouro
Fino (GO). I. Título.

CDU: 719(817.3)(043.3)

Laura Ludovico de Melo

**OURO FINO: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma
vaga lembrança na paisagem.**

Esta dissertação foi defendida e aprovada para a obtenção do título de **Mestre Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural** no Instituto Goiano de Pré História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás.

Goiânia, 10 de agosto de 2009.

.....

Coordenador do Programa

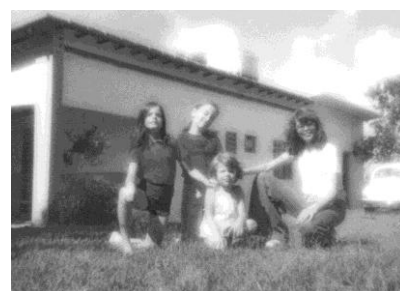
BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Sibeli Aparecida Viana
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Prof. PhD. Benedito Rodrigues dos Santos
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Prof^a. Dr^a Glaucia A. Malerba Sene
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Para o Guilherme... Henrique e Heitor... Fernanda e Bruno... Gustavo e Camille...
e ainda... para nós!



Agradecimentos

Em primeiro lugar, antes de todas as pessoas e de todas as coisas materiais e imateriais, agradeço a Deus. Pelo caminho que me ofertou, pela luz e pela fé que me conduziram, não só para esse destino, mas que norteiam todo o meu viver.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Sibeli Viana, não só pelo apoio profissional, mas pela amizade conferida e a todos os professores do Mestrado da UCG.

Ao Professor Benedito Rodrigues dos Santos, pelas aulas de antropologia e principalmente, pelas observações e amparo quando da banca de qualificação, que em muito norteou meu olhar para o amadurecimento desse trabalho.

Faço um agradecimento especial à professora Arquiteta e Dr^a Adriana Mara Vaz, por ter me apresentado o universo encantador da disciplina História e Espaço, através da qual conheci autores fantásticos. Agradeço pelas conversas e a atenção que recebi.

Não posso deixar de agradecer ao meu pai Ivo de Melo (*in memoriam*), pelo exemplo que durante toda vida me foi dado. Exemplo moral, ético, de dedicação e amor, por ter me mostrado que o sonho e a poesia do olhar são os grandes propulsores de inspiração para o dom e a arte de viver. A minha mãe Suzete, por me ensinar que nunca devemos esmorecer diante das dificuldades, mas acreditarmos no que queremos, pois “a vida é rápida”! A paciência incondicional de meu filho Guilherme, que soube me apoiar a seu modo.

A todos que participaram dessa minha caminhada, proporcionando-me apoio, auxílio, material, entrevistas e amizade, e que foram integrantes e parte imprescindível desse trabalho.

Obrigada!

O INFANTE

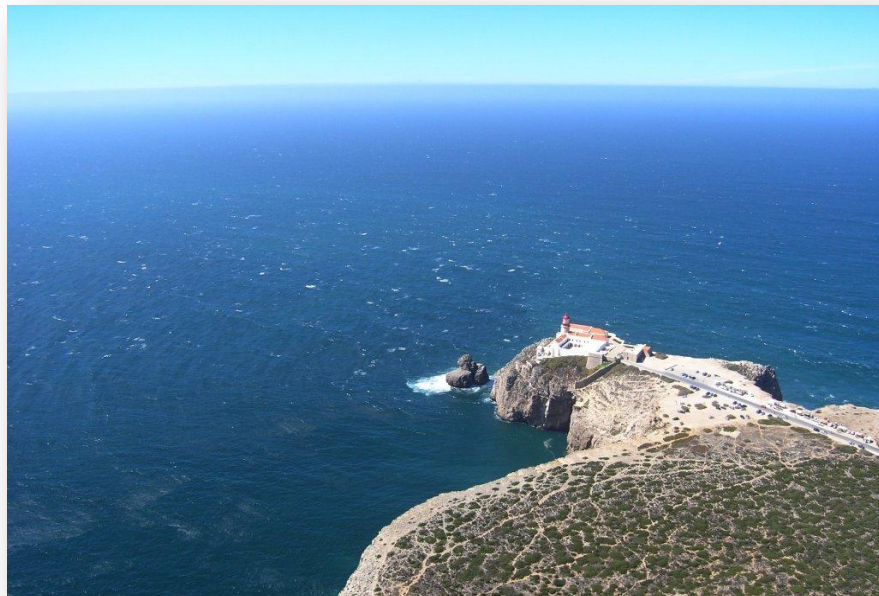
(Fernando Pessoa)

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

A História e o mito de Sagres confundem-se com aquele que foi, durante séculos, o ponto mais afastado do mundo conhecido – o Cabo São Vicente, envolto numa áurea de mistério e respeito, que o litoral, o vento e a vegetação selvagem impõem à sua carga mística sente-se. Subir ao promontório, consultar os deuses, cumprir promessas, era um ritual obrigatório de todos os marinheiros que se aventuravam pelo mar adentro, povoado por terríveis monstros. Foi aqui que o Infante D. Henrique fundou a escola que contribuiu para a descoberta do mundo: A Escola de Sagres, o modelo de escola e de “disciplina” adotado pela Escola de Sertanistas na capitania de São Vicente



A Visão do “Mar sem Fim” que D. Henrique contemplava. Cabo de São Vicente. (Fonte: <http://www.martinhal.com/martinhal-resort-sagres.htm>)

Recordando uma Festa em Ouro Fino

A igreja, branca e muito pequenina, ficava no arraial de Ouro Fino.

A torre muito alta parecia levar ao céu, naqueles dias festivos, as preces singelas e puras dos moradores do lugar. O sino de bronze repicava pousada e alegremente, convidando os fiéis à oração.

Dem... dem... gom... dem... dom... dem...

A porta da igreja, roçada de pouco, estava atapetada de flores.

De vez em quando uma andorinha soltava o seu alegre tiuí tiuí e voava para a torre, longe uma vaca mugia.

Anoitecia. Às última badaladas do sino, o preto Chico Padre, com as mãos carregadas de foguetes, soltava lindos fogos de artifícios.

A molecada batia palmas de contente enquanto os pequerruchos amedrontados se aconchegavam ao regaço das mães. Acendia-se no largo uma gigantesca fogueira e levantava-se o mastro com uma linda bandeira escarlate. Apagavam-se as velas dos altares, fechava-se o templo, e o padre seguia para seu arranchamento enquanto os moradores, em redor do mastro, cantavam alegremente:

São Sebastião

Sua casa cheira

Cheira cravo de rosa

Flor de laranjeira

Em seguida, iam a casa do festeiro, onde, ao som de violas e uma sanfona, divertiam-se até alta noite. E quando se achavam fatigados procuravam repouso nas barraquinhas armadas debaixo das jaboticabeiras e dormiam até o dia clarear. Terminada a festa, arreavam seus cavalos e seguiam cada qual para sua casa. Como tudo era bom naqueles velhos tempos. Hoje, tudo está mudado. No velho Ouro Fino somente restam: a igrejinha, algumas casas em ruínas e o velho cruzeiro que, com seus longos braços abertos, parece abraçar com carinho aquela gente simples e boa, que ainda mora naquele lugar.

14.12.1943

(Maria do Rosário de Freitas – 'Maria de Esterzinha' – Buquê de Azuis, 1989.)



RESUMO

MELO, Laura Ludovico de. **OURO FINO**: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem. 2009. 219 (205p.). Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré História e Antropologia da UCG, Goiânia.

Esse estudo visa trabalhar as três paisagens existentes no Arraial de Ouro Fino – que se originou com o ciclo da mineração em Goiás, em meados do século XVIII, e ruiu no final da metade do século XX. Observando a Paisagem Arqueológica, relacionando-a com a Paisagem da Memória (a memória coletiva) para então resgatar a Paisagem Urbana (o que já foi do arraial). Trabalhar a memória coletiva das pessoas que mantiveram com o arraial um relacionamento mais estreito e íntimo, e guardaram em seus inconscientes imagens vívidas de um passado que persiste em vir à tona, sempre que evocado, e se transformar em fonte rica de Patrimônio Cultural. Este não pertence somente a este grupo, mas a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, relacionam-se cotidianamente – a sociedade goiana. Foram identificados os elementos fixos e fortes que marcam essas paisagens e transformam um local em Lugar, que denotam às pessoas o verdadeiro sentimento e Topofilia. Trabalhou-se também em torno dos conceitos de Paisagem, Lugar, Topofilia e Memória, a fim de angariar subsídios para uma nova abordagem sobre o que se constitui o Patrimônio Cultural de Ouro Fino.

Palavras-chave: Paisagem; Lugar; Topofilia; Memória; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

MELO, Laura Ludovico de. **OURO FINO**: a Village... a Church... a Square ...and a vague remembering in the landscape. 2009. 215 (211p.). Dissertation (Professional Master in Management of Cultural Heritage) - *Instituto Goiano de Antropologia História*, UCG, Goiânia.

This work aims to study the three landscapes in *Arraial de Ouro Fino* - which originated with the cycle of mining in *Goiás*, in the middle of the eighteenth century, and collapsed in the final half of the twentieth century - observing the Archaeological Landscape, linking it to how far we have the village: the urban landscape, and rescue the collective memory of people: the Landscape of Memory. These people had a closer and intimate relationship with the village, and kept in their unconscious vivid images of a past that continues to come to the surface and become a rich source of Cultural Heritage. This not only belongs to this group, but to all people, direct or indirectly, that are related to daily - the goiana society. We identified the strong and fixed elements that mark these landscapes and turn a local in a place, which show people the real feeling and *topofilia*. We also worked around the concepts of landscape, place, *topofilia* and memory in order to raise subsidies for a new approach on what constitutes the cultural heritage in *Ouro Fino*.

Keywords: landscapes; place; *topofilia*; memory; cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Uma conversa sobre Ouro Fino.	21
Figura 2 - Mapa - identificando Ferreiro; Ponte do "Vai-Vém" e Ruínas de Ouro Fino	23
Figura 3 – Gráfico ESPAÇO X HOMEM	35
Figura 4 - Mapa do Brasil 1666 - ALBERNAZ, João Teixeira	64
Figura 5 - Carta Atlântica com as costas do Brasil e da África - 1563	64
Figura 6 - Detalhe de ornamentação cartográfica:	65
Figura 7 - Frontispício da obra <i>Istoria delle guerre del Regno del Brasile</i>	65
Figura 8 - Mapa indicando os Três Grandes Sertões e suas Três Capitanias	68
Figura 9 - Mapa da Capitania de Goiás - COLOMBINA, Francisco Tosi – 1751	69
Figura 10 - Habitantes de Goiás – 1835	69
Figura 11 - Vista de Vila Boa - 1830 (cidade de Goiás)	69
Figura 12 – Constituições Primeiras	72
Figura 13 - Mapa com a Localização de Ouro Fino – 1919	73
Figura 14 – Desenho da Igreja de Ouro Fino	74
Figura 15 - Mapa do relato de dona Raynerita – Fiita	85
Figura 16 - Mapa do relato de dona Maria do Rosário de Freitas – 2009	87
Figura 17 - Esboço do arraial de Ouro Fino, feito por dona Anita Velasco	88
Figura 18 - Mapa do relato de dona Anita Velasco (Anitinha) – 2008	89
Figura 19 - Mapa do relato do Sr. Marconis Ribeiro – 2009	91
Figura 20 - Mapa dos relatos de dona Bia e de dona Madalena Jubé – 2009	93
Figura 21 - Reportagem sobre São Sebastião da Pedreira	111
Figura 22 - Planta Baixa de Ouro Fino com os Pontos de Tradagens	121
Figura 23 - Perfis estratigráficos dos depósitos	122
Figura 24 - Mapa com as áreas de escavação e localização dos depósitos	122
Figura 25 - Malga em faiança comum com cores verde, vinho e preto.	124
Figura 26 - Malga em faiança comum cores azul e branco.	124
Figura 27 - Padrões decorativos das tigelas, xícaras e malgas.	124
Figura 28 - Parte de garrafa quadrada proveniente de um dos depósitos do século XVIII	125
Figura 29 - a) Fivela de sapato; b) pederneira.	125
Figura 30 - Cachimbos exumados dos depósitos do século XVIII em Ouro Fino.	126
Figura 31 - a) Tigeja de Ouro Fino; b) Escudela de faiança comum	126
Figura 32 - Padrões decorativos das panelas.	127
Figura 33 - Asas dos recipientes cerâmicos	127
Figura 34 - Mapa de distribuição dos materiais construtivos em Ouro Fino	129
Figura 35 - Modelos de praças européias estudadas por Camillo Sitte	145
Figura 36 - Circulação do Largo da Igreja de N ^a S ^a do Pilar	146
Figura 37 - O Largo da Igreja de N ^a S ^a do Pilar	146

Figura 38 - Percurso de Gordon Cullen _____	153
Figura 39 - Percurso em Ouro Fino, sentido Norte – Sul, em direção ao Largo. _____	157
Figura 40 - Percurso em Ouro Fino sentido Oeste–Leste, em direção ao Largo. _____	157
Figura 41 - Percurso em Ouro Fino sentido Leste–Oeste, em direção ao Largo. _____	158
Figura 42 - Os três pontos de entrada do Arraial " As Portas Imaginárias ". _____	159
Figura 43 - Eixo Leste-Oeste e divisão "imaginária" , uso espacial do Largo. _____	163
Figura 44 - Traçado de algumas praças no Brasil Colônia. _____	165
Figura 45 - Traçado das Praças Principais de Vila Boa e de Cuiabá. _____	165
Figura 46 - Acessos às Praças – Europa. Quantidade de acessos às Praças. _____	165
Figura 47 - Mapa das principais vias de circulação de Ouro Fino _____	168
Figura 48 - O ESPAÇO PÚBLICO - As ruas levantadas pela arqueologia _____	169
Figura 49- O ESPAÇO COLETIVO - O LARGO _____	169
Figura 50 - O ESPAÇO PRIVADO – as quadras residenciais de Ouro Fino. _____	169
Figura 51 - Partido básico da chamada "Casa-Corredor" em Ouro Fino. _____	172
Figura 52 - ' Supostos ' Modelos de organização espacial das casas de Ouro Fino. _____	175
Figura 53 - Corte horizontal de uma parede em adobe _____	176
Figura 54 - Projeto de 'Suposta' Tapera em Ouro Fino. _____	177
Figura 55 - Projeto de "suposta" casa pequena ou "simples" em Ouro Fino. _____	179
Figura 56 - Mapa com detalhe dos muros _____	180
Figura 57 - 'Suposto' projeto da casa de Seu Antonio Teixeira dos Santos em Ouro Fino. _____	181
Figura 58 - Fachada do Seminário de Férias de Ouro Fino _____	183
Figura 59 – "Suposta". Planta baixa do Seminário de Férias de Ouro Fino _____	183
Figura 60 - 'Suposta' Planta Baixa da Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino. _____	186
Figura 61 - Planta sem escala da Igreja de Nª Sª d'Abadia - Cidade de Goiás. _____	188
Figura 62 - Planta da Igreja de Santa Bárbara - Cidade de Goiás. _____	188
Figura 63 - Planta da Igreja de Nª Sª do Carmo - Cidade de Goiás. _____	188
Figura 64 - 'Suposto' Projeto da Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino _____	189
Figura 65 - Projetos Conjecturais da Igreja e do Seminário de Ouro Fino _____	191
Figura 66 - Projetos Conjecturais das Principais Edificações de Ouro Fino _____	192
Figura 67 - Mapas Conjecturais dos Perfis das Ruas de Ouro Fino _____	193
Figura 68 - Mapas Conjecturais dos Perfis das Ruas de Ouro Fino _____	194

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Ponte do Vai-Vém, indo para Ouro Fino 2009.	23
Foto 2 - Ponte do Vai-Vém, indo para Ouro Fino 2009.	23
Foto 3 - Vista da Paisagem de Ouro Fino 2009	27
Foto 4 – Detalhe do Cruzeiro do Largo de Ouro Fino 2009.....	32
Foto 5 - Residência Sr. Antonio M. Santos em Ouro Fino - 1937	99
Foto 6 – Lápide no cemitério em Ouro Fino 1984	100
Foto 7 – Ruína da Igreja de Nossa Senhora do Pilar – nicho do altar mor – 1994	100
Foto 8 - Gruta de São Sebastião da Pedreira – 2009.....	104
Foto 9 – Vista da Gruta	105
Foto 10 – Acesso ao Santo	105
Foto 11 - São Sebastião.....	105
Foto 12 - Detalhe da 'boca' da Gruta – 2009	106
Foto 13 - Vista do alto da gruta - 2009.....	106
Foto 14 - Detalhe do Cruzeiro - 2009.....	106
Foto 15 - Detalhe das pedras da Gruta – 2009	106
Foto 16 - Gameleiras nas pedras -2009	106
Foto 17 - Gameleira no alto da Pedreira – 2009	106
Foto 18 - Vista por trás -'o guardião' - 2009	106
Foto 19 - Vista da chegada à Pedreira – 2009	106
Foto 20 - Procissão de Nossa Senhora do Pilar	107
Foto 21 – Foto da Igreja de Nossa Senhora do Pilar com muro do cemitério - 1994	107
Foto 22 - Residência de Seu Antonio Teixeira dos Santos em Ouro Fino	108
Foto 23 - Largo de Ouro Fino	108
Foto 24 - Fazenda da Onça - Ouro Fino	109
Foto 25 - Famílias de Ouro Fino.....	109
Foto 26 - Sr. Braz Ludovico de Almeida	109
Foto 27 - Sr. Umbelino Galvão de Moura Lacerda	109
Foto 28 - Sr. Antonio Ludovico de Almeida e Dona Antonieta Lacerda Ludovico de Almeida	110
Foto 29 - Casal Lauro Galvão de Moura Lacerda e Adélia Ludovico de Almeida.....	110
Foto 30 - Dona Antonieta Lacerda Ludovico de Almeida.....	110
Foto 31 - Vista da Paisagem de Ouro Fino – 2009	113
Foto 32- Esteios das casas de Ouro Fino.....	118
Foto 33 - Restos de Paredes ou muro 1994	118
Foto 34 - Restos de Paredes ou muro (mesmo local) - 2009	118
Foto 35 - Vista das ruínas das casas de Ouro Fino (mesmo local) – 2009	118
Foto 36 - Alicerces em pedra – Seminário de Santa Cruz - Ouro Fino 2009	119
Foto 37 - Alicerce da capela do Seminário de Santa Cruz – Ouro Fino 2009	119
Foto 38 - Ruínas de Residências	134

Foto 39 - Ruínas de Residências	134
Foto 40 - Ruínas de Residências	134
Foto 41 - Ruínas de Residências	134
Foto 42 - Ruínas de Residências - 2009.....	135
Foto 43 - Ruínas de Residências - 2009.....	135
Foto 44 - Ruínas do Seminário - alicerces - 2009	135
Foto 45 - Ruínas do Seminário de Santa Cruz - 1984.....	136
Foto 46 - Ruínas do Seminário - alicerces - 1994	136
Foto 47 Ruínas do Seminário - alicerces - 1994	136
Foto 48 - Largo com o Cruzeiro – 1994	136
Foto 49 - Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994	137
Foto 50 - Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994	137
Foto 51 - Ruínas da Igreja - detalhe do Nicho - 1994.....	137
Foto 52 - Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994	138
Foto 53 - Ruínas da Igreja - detalhe da parede - 1994.....	138
Foto 54 - Ruínas da Igreja - 1994.....	138
Foto 55 - Ruínas do Muro do cemitério - 1994.....	138
Foto 56 - Ruínas da Igreja - detalhe da parede - 1994.....	138
Foto 57 - Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994	139
Foto 58 - Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994	139
Foto 59 - Vista interna do Cemitério de Ouro Fino - 1994	139
Foto 60 - Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994	139
Foto 61 - Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994	139
Foto 62 - Túmulo no Cemitério de Ouro Fino - 1994.....	140
Foto 63 - Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994	140
Foto 64 - Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994	140
Foto 65 - Túmulo no Cemitério de Ouro Fino - 1994.....	140
Foto 66 - Vista da paisagem de Ouro Fino – 2009	141
Foto 67 - Residência no Arraial do Ferreiro	171
Foto 68 - Residência no Arraial de Ferreiro	171
Foto 69 - Residência em Ouro Fino.....	174
Foto 70 - Uma edificação em Ouro Fino	177
Foto 71 - Casa do Sr. Totó Mariano - porta da sala e janela do Juizado	180
Foto 72 - Uma Fazenda nas imediações de Ouro Fino	182
Foto 73 - Igreja de São João Batista - Arraial de Ferreiro	187
Foto 74 - Igreja de São João Batista - Arraial de Ferreiro	187
Foto 75 - Igreja de N ^a S ^a do Pilar - Arraial de Ouro Fino	187
Foto 76 - Igreja de N ^a . S ^a . do Pilar - Arraial de Ouro Fino	187
Foto 77 - Igreja de N ^a . S ^a . do Pilar - Arraial de Ouro Fino	188
Foto 78 – “ Rua Direita” - OURO FINO 2009	206

Foto 79 – “Rua Direita” - OURO FINO +/- 1920 _____	206
Foto 80 - Fachada Frontal de Igreja de N ^a S ^a do Pilar de Ouro Fino (ruínas) - 1994 _____	207
Foto 81 - Foto da Fachada da Igreja de N ^a S ^a do Pilar +/- 1920 _____	207
Foto 82 - Vista do Seminário de Santa Cruz - Ruínas - 1984 _____	208
Foto 83 - Vista do Seminário de Santa Cruz +/- 1909 _____	208
Foto 84 - Vista de uma residência de Ouro Fino - 1994 _____	209
Foto 85 - Vista de uma residência em Ouro Fino +/- 1920 _____	209
Foto 86 - Vista geral de Ouro Fino - 2009 _____	210
Foto 87 - Vista geral de Ouro Fino +/- 1909 _____	210
Foto 88 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério _____	211
Foto 89 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério _____	211
Foto 90 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério _____	211
Foto 91 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério _____	211
Foto 92 - Vista Geral Oeste-Leste do Arraial de Ouro Fino _____	211
Foto 93 - Vista do Largo de Ouro Fino _____	212
Foto 94 - Vista do Largo de Ouro Fino _____	212
Foto 95 - Vista da “Rua do Seminário” _____	213
Foto 96 - Vista do Largo com a “Rua Direita” sentido norte-sul _____	213
Foto 97 - Vista do Largo com a “Rua Direita” sentido sul-norte _____	214
Foto 98 - Vista Geral do Seminário de Santa Cruz _____	214

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	09
LISTA DE FOTOS	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
BREVES CONCEITOS E UMA CONTEXTUALIZAÇÃO	33
1.1 O Lugar, a Paisagem, A Memória e a Topofilia	33
1.2 Os Descobrimientos Portugueses: do Brasil até Goiás	57
1.2.1 A era dos Descobrimientos e o Infante	57
1.2.2 As Bandeiras e os Bandeirantes	65
1.2.3 O Arraial de Ouro Fino	73
CAPÍTULO 2	
AS PAISAGENS DE OURO FINO: PAISAGEM DA ARQUEOLOGIA, PAISAGEM DA MEMÓRIA E PAISAGEM URBANA	78
2.1 A paisagem da Memória: uma visão antropológica do Arraial de Ouro Fino (2009)	78
2.1.1 A Festa do Divino Espírito Santo	101
2.1.2 A procissão de São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino	103
2.1.3 A Festa de Nossa Senhora do Pilar – a procissão	106
2.2 A paisagem da Arqueologia: um trabalho arqueológico e as ruínas de Ouro Fino (2009)	113
2.3 A Paisagem Urbana de Ouro Fino: um olhar sobre a organização espacial e arquitetônica de Ouro Fino	141
2.3.1 A Casa Simples – a Tapera	176
2.3.2 A Casa Pequena	178
2.3.3 A Casa Grande	179
2.3.4 O Seminário de Santa Cruz	182
2.3.5 A Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino	184
CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215

INTRODUÇÃO

“Em todo o momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência dum estado de alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência de frases, tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento da nossa percepção”.

Fernando Pessoa

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar o extinto Arraial de Ouro Fino em Goiás, no que tange à sua memória guardada no imaginário das pessoas que por ali passaram, viveram ou tiveram alguma ligação com o arraial. Como suporte, adotamos as ruínas presentes, atualmente, na paisagem arqueológica de Ouro Fino.

Para tanto, se faz necessário trabalhar alguns conceitos que servirão de base para esta investigação, como os de “Lugar”, “Topofilia”, “Memória Coletiva”, “Paisagem”¹, dentre outros temas afins, e para a interpretação da preservação na memória do extinto arraial de Ouro Fino. Este foi fundado durante o ciclo de ouro no Estado Goiás, no início do século XVIII, e ruiu no final da segunda metade do século XX. Mesmo extinto, o arraial permanece nítido na memória coletiva das pessoas que estiveram ou estão, direta ou indiretamente, ligadas a Ouro Fino. Mesmo a ausência de elementos concretos à visão humana, como as ruínas das residências, por exemplo, o arraial persiste em existir, em ser presente no imaginário, no querer dessas pessoas. Um lugar que persiste na deslembração do local.

A abordagem do contexto histórico é muito importante, pois sem a cronologia dos fatos, dos acontecimentos, não há possibilidade de caracterizarmos o momento da História do Brasil, ao qual o arraial se ergueu e, mais do que isso, se fundamentou para sua caracterização, tanto nas edificações quanto na sua organização social. Entender o momento histórico é encontrar subsídios para a compreensão da sociedade e esclarecer as bases de formação do reflexo desta sociedade, como por

¹ Esses conceitos de Lugar, Topofilia, Memória Coletiva, Paisagem, entre outros, serão trabalhados e definidos no Capítulo I, a partir da página 33.

exemplo, na forma de apropriar-se de um espaço em determinados intervalos de tempo.

Porém, não são esses acontecimentos históricos o foco de observação deste trabalho, e sim o modo como as pessoas, a sociedade, gerou, apropriou e conserva tão viva a imagem de um lugar tão representativo para essa sociedade. Isso será revelado através das entrevistas com familiares de antigos moradores e/ou frequentadores do arraial de Ouro Fino, que relataram e descreveram o que forma esse imaginário e quais os elementos formadores do lugar Ouro Fino (tomando como um dos conceitos de lugar aquele defendido por Tuan (1983), descrito posteriormente).

Descreveremos, inicialmente, as ruínas existentes no local e, através da memória dos entrevistados, os elementos figurativos do arraial irão surgindo, delimitando, assim, a área de estudo. A originalidade desse trabalho se faz quando deixarmos as pessoas nos fornecerem a guia, a diretriz do que deve ser trabalhado, estudado. Será através da memória coletiva dos entrevistados que Ouro Fino emergirá do subsolo, a partir de suas ruínas.

O trabalho terá como base metodológica a pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos chaves – lugar, topofilia, paisagem, memória etc., bem como a contextualização histórica que propiciou a formação do arraial de Ouro Fino. Fontes documentais de outra natureza também proporcionarão o desenvolvimento da pesquisa e lhe conferirão um caráter original, como entrevistas com ex-moradores ainda vivos e familiares dos já falecidos. Também serão consideradas visitas ao local, pesquisas em arquivo para levantamentos fotográficos antigos, e mapeamentos e outros subsídios para a caracterização do arraial serão ainda levados em conta.

Após a fase de pesquisa e levantamentos, faremos a interpolação entre as entrevistas e os estudos feitos das paisagens de Ouro Fino, que serão de três tipos: paisagem arqueológica, paisagem da memória e a paisagem urbana. Revelaremos, assim, o que faz Ouro Fino ser um lugar de memória, de aura, um lugar vivo,

presente no imaginário das pessoas que foram envolvidas por sua influência e que não se desfaz como as edificações que são consumidas pelo tempo.

Precisaremos, portanto, entender as causas, as motivações, os ideais, e mesmo as utopias, penetrar no sentir, na chamada “cosmovisão da realidade” de um povo, de uma sociedade ou mesmo de um grupo de indivíduos, para que possamos então compreender o significado de suas ações históricas. Para Alexandre Herculano (*apud* Loução, 2000), em “Cartas sobre a História de Portugal”, a história não pode ser vista unilateralmente, mas sim interdisciplinarmente. Porém, a definição de Herculano vai muito mais além da histórica; ela é aplicada a toda e qualquer ciência que estuda o comportamento humano, que jamais se apresentará sobre a figura plana de uma única face. Não se trata de teorias ou “novas invenções interpretativas” ou “analíticas”, mas do despertar de um novo olhar, um olhar mais brando, mais observador do que interpretativo, um que converse em várias línguas – em várias vertentes intelectuais.

A História pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas exceções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios da pedra, medir-lhes a altura por palmos, polegadas e linhas. E até não sei dizer ao certo se estas indagações se têm aplicado a uma face ou unicamente a uma aresta. (HERCULANO *apud* LOUÇÃO, 2000, p. 20)

Por outro lado, não podemos deixar de pensar em Ouro Fino como um elemento construtor do patrimônio cultural e da cultura goiana. Não que seja a peça fundamental, mas, certamente, é uma das peças do quebra-cabeça que constitui a cultura de uma sociedade, da sociedade goiana. O conceito de patrimônio cultural tem adquirido, nos últimos tempos, um valor fundamental nas discussões acerca de sua consistência. Parece ser um incremento, uma espécie de atualização do que um dia foi o conceito de patrimônio artístico, que posteriormente foi transformado em patrimônio histórico² e hoje é constituinte do chamado patrimônio cultural.

² **El concepto de Patrimonio ha cambiado mucho.** Surge con claridad a inicios del siglo XX, como tantas otras cosas que acompañan a La Modernización occidental. Durante la mayor parte de ese siglo se denomina Patrimonio Artístico, subrayándose de este modo la primacía de una mirada estética y puramente objetual. Sólo en torno a 1980 se transformó en Patrimonio Histórico, cuando se empezó a considerar como producto y reflejo (documento por tanto) de pasadas épocas históricas. Y ya hacia fines de siglos e transforma en Patrimonio

Abriríamos uma discussão demasiada longa sobre o que vem a ser cultura e patrimônio, que foge dos propósitos desse estudo. Então, entenderemos apenas que patrimônio cultural é um conjunto dos bens culturais que se referem às identidades de um grupo de indivíduos ou mesmo de sociedades inteiras. Dessa forma, abrimos o leque para quesitos que, até o presente momento, eram observados de modo restrito, como as paisagens, as tradições populares, a gastronomia, as diversas formas de expressão das artes, os documentos e até mesmo os sítios arqueológicos. Estes passaram então a despertar o interesse não só da comunidade a que pertencem, mas também dos órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual, nacional e, até mesmo, internacional. Esses bens culturais, a partir desse momento, começam a ser integrantes da base formadora da cultura e da sociedade a qual pertencem. Conseqüentemente, revelam quais elementos são passíveis de serem identificadores dessa cultura. São os chamados “bens”: materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que compreendem esse patrimônio cultural e podem ser considerados como manifestações ou mesmo testemunho de significância relevante da cultura de um grupo ou sociedade do qual pertença (ZANIRATO, 2006).

Quando a antropologia começou a fornecer subsídios para um novo olhar da história dos homens, começou-se então a dar relevância aos aspectos nos quais se estabelecem as formas da cultura de um povo. A história oral ganhou um papel fundamental na composição de sociedades passadas, ou seja, fatos que não foram ancorados pela História e nem inseridos no contexto global por, na maioria das vezes, estarem à deriva da história fatural. Esta ainda é muito criticada por muitos como sendo uma história contada por um grupo em prol desse próprio grupo. “A história oral só nos relata o trivial sobre as pessoas importantes e as coisas importantes (através da sua própria visão) das pessoas triviais” (PRINS, 1992). Porém, outros autores já recorrem à história oral como um método que elucida dúvidas que clareiam pontos obscuros da História fatural. “A história oral foi instituída em 1948 como uma técnica moderna de documentação histórica, quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana” (THOMPSON, 1992, p. 89).

Cultural, cuando predomina una visión social, culturalista, plural y diversa de todo lo que constituye el Patrimonio creado por la Humanidad (BOADO, 2005).

Dessa forma, a história oral não é entendida ainda como uma disciplina, mas como um método que, por vezes, ainda é incompreendido pelos historiados, mas é bem aceito pela antropologia e sociologia como suporte de pesquisa – método que Ecléa Bosi (2007) descreve em seu livro, “Memória de Velhos”, para se compreender esses fatos obscuros e elucidar pontos vagos de memória.

Halbwachs (2006), em “Memória Coletiva”, defende o uso da memória coletiva como um subsídio para a compreensão de determinado tempo da história coletiva de um grupo e como formadora dessa própria história, às vezes sendo mais importante para aflorar fatos e acontecimentos que a história geral de uma sociedade. Se considerarmos Ouro Fino como o suporte de acontecimentos pertinentes a um determinado grupo social e enxergarmos esse mesmo grupo inserido em uma sociedade maior, observaremos que a “história geral” dessa sociedade sobrepõe, quando não aniquila, a história desse grupo de indivíduos.

A História do Estado de Goiás, ou da sociedade goiana, assolou com a história de pequenos grupos sociais como os integradores de pequenas cidades e, principalmente, sem enxergar de modo correto, ou com a devida relevância, esses arraiais do ciclo do ouro de Goiás que padeceram com o tempo. Podem ter padecido sobre a terra, mas continuam vivos na memória de pessoas pertencentes a esse grupo. O sentimento de pertencimento é muito atrelado ao sentido de identidade. Esta identidade individual é calçada na identidade coletiva. Não existe indivíduo sem coletividade. Halbwachs (2006) deixa isso muito claro em sua obra. Desde a sua existência sobre o planisfério, o homem é um ser social e se integra em grupos que dividem valores, conceitos e modos de viver que discernem identificações do indivíduo com o coletivo.

A história oral resgata essas identificações que formam essa identidade, os bens culturais – as materiais – e principalmente as imateriais, que tanto estão sendo buscadas hoje pelo patrimônio cultural. Pensar Ouro Fino através desse viés da história oral e da inserção dele no panorama da culturalidade goiana como um dos grupos formadores da base cultural e da história é enxergar que nosso patrimônio cultural é muito mais amplo do que se vem estudando. A vastidão se faz tanto maior

quanto maiores são os grupos geradores de uma sociedade. O Estado de Goiás foi durante longos anos um território de dimensões demasiado grande e de um corolário vasto de grupos de indivíduos que viveram quase que isolados até praticamente metade do século passado, séc. XX.

Ao cruzarmos diversas fontes de pesquisas, métodos de pesquisa, como a análise da paisagem arqueológica, da arquitetura, do urbano, da memória coletiva (através da história oral), poderemos ressaltar os elementos comuns que estruturam as diversas paisagens que compõe um lugar. Trata-se do lugar guardado na memória, que será resgatado e trazido à tona pelo sentido de pertencimento coletivo e integrante de um patrimônio dos descendentes de Ouro Fino, de gerações futuras que poderão se ancorar nesse patrimônio cultural, desvelado, para resgatar fatos de suas origens.

Ouro Fino foi palco e cenário, suporte e germinador de expressões culturais diversas, de bens culturais, tais como as manifestações populares através de festas religiosas (Folia do Divino, Procissão de São Sebastião da Pedreira, Festa de Nossa Senhora do Pilar etc.), a culinária (doces e comidas), enfim, de bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis da goianidade. Não se pode negar isso a Ouro Fino e nem a outro lugar em Goiás.

Propomos nesse trabalho analisar, a partir da “paisagem do que resta” (a paisagem arqueológica), o que se formou e o que ficou implantado e intacto na memória dos descendentes desse lugar. E, ainda, de como a paisagem e o lugar podem contribuir e mesmo decidir para a formação da identificação de um grupamento de indivíduos ou mesmo de uma sociedade. A novidade está justamente por não se tratar de traduções ou interpretações, mas sim de “desvelações” – retirar-se o véu do que se vê – através da análise da paisagem, e do que não se vê, através da memória coletiva, e então revelar uma nova forma de observação dos lugares, rodeando, circulando a “Coluna de Mármore”, chamada Ouro Fino.

Figura 1 – Uma conversa sobre Ouro Fino.



“... uma conversa... e Ouro Fino” – 2009 – foto/montagem da autora.

Falar das paisagens de Ouro Fino significa muito mais que transcrever o que se percebe, o que se observa estar presente sobre a terra e sob o firmamento. Significa entrelaçar três veios científicos que olham o mesmo local com olhar diferenciado. Através da paisagem arqueológica, observamos os vestígios, as “sobras” de uma ocupação, o que está eternizado no subsolo da paisagem. Através da paisagem urbana, observamos o modo como a sociedade apropriou-se da topografia do local, pela disposição de seus edifícios (no caso das ruínas desses edifícios) e de seus arruamentos. Olhando pela paisagem da memória, observamos de forma diferenciada: não se olha “para fora”, apenas utiliza-se do exterior para revelar a imagem intacta, presente, guardada, e muito bem guardada, na lembrança de cada uma das pessoas. Por aquela paisagem, resgata-se algum laço afetivo, alguma lembrança que a prende, de certa forma, àquela paisagem que um dia foi um lugar plenamente definido por essa pessoa. O lugar Ouro Fino perpetua-se íntegro e perfeito no imaginário das famílias que ali se estabeleceram quando, para cá, para o Brasil e para Goiás, vieram fixar moradia e então “enraizar-se”.

Desde os tempos de estudante conhecíamos Ouro fino, pequeno povoado em que passávamos, todos os anos, três meses de férias. No tempo da mineração do ouro, foi uma vila de grande movimento, tendo 36 casas de comércio. Agora, só lhe restam a matriz e umas 16

casinhas. Do seminário, adquirido, edificado pelo bispo D. Eduardo Duarte Silva, Deus sabe com que sacrifício, e ampliado pelo virtuoso bispo D Prudêncio, só restam alguns esteios de aroeira no meio do mato... Foi totalmente abandonado. O povoado, de Ouro fino ocupa uma área retangular de 600 por 200 metros, tendo a leste o córrego Praia, campo a oeste, extensos e profundos lavrados de ouro a norte e sul. A extensão desses terrenos de lavras é de cerca de nove quilômetros. A leste, distante uns três quilômetros, ergue-se a Serra de Santana, correndo mais ou menos de norte a sul. A oeste, a cerca de sete quilômetros de Ouro fino, vêem-se as montanhas Cabeça de Touro e D. Francisco. É uma grande bacia muito acidentada e abundante em minérios. Deu-se um caso interessante à nossa chegada. Procurávamos a residência do nosso velho amigo de 33 anos atrás, Cel. Totó Mariano, cujo nome, aliás, é Antonio Teixeira dos Santos. Ele ignorava completamente a nossa estada em Goiás. Ainda a cavalo, e tendo ao lado o primo Juca, batemos à porta. Apareceram, então, o velho amigo, septuagenário, que, depois de fixar ligeiramente a vista, sorriu, como se nos tivesse reconhecido. Perguntamos-lhe, pois, se sabia com que estava falando. E ele, com outro sorriso, proferiu inteiro o nosso nome. Ficamos pasmos diante de tão notável lucidez e prontidão de memória. Totó hospedou-nos. Com ele, permanecemos um mês, tratados com carinho pelo velho amigo e sua digna esposa, D^a. Ritinha. Já muito idosos e sem filhos, criam e educam dois meninos pobres, José e Domingos. D^a. Ritinha é professora municipal. (ALMEIDA, 1944, p. 55)³

Distantes aproximadamente 18 quilômetros a sudeste da cidade de Goiás, saindo pela “Carioca”, que é a última saída ao norte da antiga Capital, as poucas ruínas de Ouro Fino se fazem presentes na paisagem. Ao passarmos pelo pouco que sobrou do arraial do Ferreiro, situado a 15 km seguindo pela estrada de terra pertencente ao circuito turístico da cidade de Goiás, encontramos a Igreja de São João Batista, ainda conservada (através do tombamento pelo IPHAN⁴ e inserida no circuito turístico da cidade de Goiás), e de algumas ruínas de casas feitas de adobe, passando pela ponte do Vai-Vem,⁵ na curva da estrada. Ao olharmos para a direita,

³ Victor Coelho de Almeida, um dos fundadores da Academia Goiana de Letras. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, empreendeu duas viagens a Goiás, a primeira em 1892 e a segunda em 1929. Das suas viagens, ele registrou, no livro “Goiaz Usos, Costumes, Riquezas Naturais”, publicado em 1944, importantes impressões, entre outras, acerca da potencialidade mineral de Goiás. Na segunda viagem (1929), enfocou os minerais de Ouro Fino, que foi um importante arraial aurífero no primeiro ciclo do ouro das minas dos goyazes. (GALLI).

⁴ IPHAN(INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). A Capela de São João Batista – Tombada em 5 de novembro de 1953, Livro do Tombo das Belas Artes, volume I, folha 79. Lei Estadual nº 8.915, de 13 de outubro de 1980.

⁵ Uma curiosidade: dizem que a Ponte do Vai-Vém era assombrada, que os cavalos “passarinhavam” (termo regional que significa que o animal ficava indócil e incontrolável, como se visse uma cobra), negando passar pela ponte. Os que faziam, faziam à força e chegavam do outro lado exaustos. Muitos caíam e morriam na queda.



avistamos o alto e singelo Cruzeiro de Ouro Fino, ao lado de uma árvore típica do cerrado.

Figura 2 - Mapa extraído da carta do IBGE: "Goiás 2210" - mostrando Ferreiro em azul; Ponte do "Vai-Vém", em verde, e Ruínas de Ouro Fino, em rosa. - modificado pela autora.

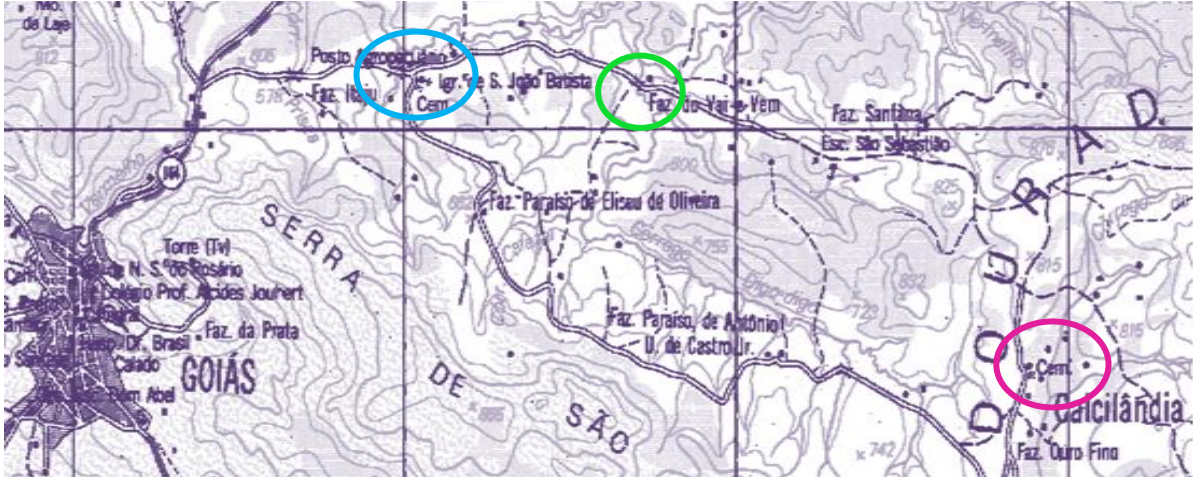


Foto 1 - Ponte do Vai-Vém, indo para Ouro Fino - foto da autora 2009.



Foto 2 - Ponte do Vai-Vém, indo para Ouro Fino - foto da autora 2009.



Oriundo do ciclo do ouro em Goiás, o arraial de Ouro Fino foi fundado em 1726 pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (o filho), mais conhecido como Anhangüera. Alcuinha que herdara de seu pai, que anos antes já havia circulado pelo Sertão dos Goiás à procura das Minas dos Martírios.⁶

⁶ As Minas dos Martírios por muito tempo instigaram a curiosidade dos sertanistas que adentravam aos sertões tentando encontrá-las, tendo como resultados dessas investidas os relatos dos viajantes. Foi com base em um desses roteiros que a Coroa Portuguesa autorizou que a bandeira de Bartolomeu Bueno, o filho, retornasse ao Sertão dos Goiás: "Dos roteiros que passaram de mão em mão, os mais célebres foram os dos Martírios, tendo

Uma cerca de arame farpado separa, atualmente, a estrada do descampado, uma grande planície. Parece até que houve um trabalho de terraplanagem para deixar o campo em topografia tão plana. Nem parece que seria possível vencer tantas dificuldades durante o percurso extremamente difícil de ser transposto por um carro sem ser ‘*off-road*’, como era o caso, pois havia cascalhos, a terra era solta, e a estrada extremamente estreita em determinados pontos e cheia de subidas e descida bem íngremes. Enfim, chegaríamos a uma planície belíssima de se contemplar.

Uma porteira de madeira é o portal que nos permite, ao transpô-lo, ler a paisagem, decifrar e reconhecer os símbolos que nos aguçam o imaginário, na tentativa de decifrar seus significados.

O escritor português Fernando Pessoa (2001), nas notas preliminares de seu livro “Mensagens”, nos diz que:

O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele um morto para eles.

A primeira é a simpatia; não direi a primeira em tempo, mas a primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade. Tem o intérprete que sentir simpatia pelo símbolo que se propõe interpretar.

A segunda é a intuição. A simpatia pode auxiliá-la, se ela já existe, porém não criá-la. Por intuição se entende aquela espécie de entendimento com que se sente o que está além do símbolo, sem que se veja.

A terceira é a inteligência. A inteligência analisa, decompõe, reconstrói noutro nível o símbolo; tem, porém, que fazê-lo depois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi erudição, como poderia no exame dos símbolos, é o de relacionar no alto o que está de acordo com a relação que está embaixo. Não poderá fazer isto se a simpatia não tiver lembrado essa relação, se a intuição a não tiver estabelecido. Então a inteligência, de discursiva que naturalmente é, se tornará analógica, e o símbolo poderá ser interpretado.

A quarta é a compreensão, entendendo por esta palavra o conhecimento de outras matérias, que permitam que o símbolo seja iluminado por várias luzes, relacionado com vários outros símbolos,

chegado até nós. Parece que foram originados na bandeira de André Fernandes (1613-1615). (...) relatam que em certo trecho do Rio Paraupava, os bandeirantes acharam gravados nas pedras desenhos semelhantes aos instrumentos dos martírios de Cristo: coroas de espinhos, cravos, martelos, lanças, escadas, cruzes, o galo que cantou à meia-noite etc. E informavam que no sertão à esquerda do Rio Paraupava, dominado pelos índios Araés, havia muita riqueza em ouro. Essa época aurífera passou a ser conhecida por ‘Minas dos Martírios’” (FERREIRA, 1978, p. 23).

pois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi erudição, como poderia ter dito, pois a erudição é uma soma; nem direi cultura, pois a cultura é uma síntese; e a compreensão é uma vida. Assim certos símbolos não podem ser bem entendidos se não houver antes, ou no mesmo tempo, o entendimento de símbolos diferentes.

A quinta é a menos definível. Direi talvez, falando a uns, que é a graça, falando a outros, que é a mão do Superior Incógnito, falando a terceiros, que é o Conhecimento e a Conversação do Santo Anjo da Guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são a mesma da maneira como as entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo. (PESSOA, 2001)

Quando transpus o portal, feito de madeira em forma de porteira, a quinta qualidade estabelecida por Pessoa se fez presente em mim. Como se ouvisse vozes que sussurravam ao meu ouvido, guiando-me, fui levada a caminhar pela planície, como se já conhecesse o caminho. Fui até o cruzeiro. É uma figura singela, de uns 7 metros de altura, de proporções delgadas com um desenho delicado, tendo em suas ponteiros a figura da flor de Liz, representada pelas três curvas, as mesmas existentes nas insígnias da cruz da “Ordem de Avis”, de Portugal. Tosco, já todo apodrecido, teimava em permanecer de pé, de braços abertos, abençoando o local.

De frente ao cruzeiro, olhando para o norte, uma densa copa de árvore se faz presente, escondendo algo por detrás. Eram as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e de seu cemitério, que fica em anexo. São restos de paredes feitas em técnica de taipa de pilão, com um barro bem vermelho, da mesma cor do barro que dera o nome de Vermelho ao rio que banha a cidade de Goiás. Estes restos, ao olhar leigo, chegam a ser confundidos até com imensos “cupinzeiros” perdidos entre os arbustos da vegetação.

Aproximando-se, visualizamos as repartições da Igreja através dos alicerces de pedra sobre o solo, nave central, única, e a Capela Mor, menor e mais estreita que a nave, o local onde ficava o altar mor e o nicho destinado à imagem de Nossa Senhora do Pilar, a padroeira do Arraial. Aos fundos, os vestígios da sacristia, da sala do consistório e os depósitos. Ao lado da nave, um corredor estreito, feito de taipa de pilão, que já possuía uma grande parte tombada ao chão. Ao lado desse corredor, o cemitério. Atrás dessas ruínas, uma enorme erosão indicando atividades de mineração de período posterior à extinção do arraial.

Entrei, em seguida, no cemitério, que possuiu na parte da frente um muro feito de taipa e alicerce em pedra, contendo uma abertura no centro, uma passagem, dando acesso ao seu interior. Ainda tendo a sensação de estar sendo conduzida, caminhei à minha direita, bem junto ao muro, e encontrei um túmulo coberto de folhas secas que, aos poucos, pude ler a sua lápide e identificar a sepultura de Umbelino Galvão de Moura Lacerda, meu bisavô. Olhei em volta e vi que o cemitério era fechado em um polígono quadrado, tendo a lateral direita formada pelas paredes da Igreja. Metade dela tinha acabado de cair – deve ter caído com as últimas chuvas. Ao fundo e na lateral esquerda, um fechamento feito por mancos de aroeira cortados ao meio, dando um aspecto de meia-lua, de altura em torno de 1,10m. Ao centro do cemitério, um mastro de mais ou menos uns 3,0m, dando a sensação de ter sido o cruzeiro central.

Saindo do cemitério, olhando na direção leste, avistei algumas árvores grandes, antigas, uma delas sendo uma grande mangueira, dando sinais de um quintal de uma casa. Olhando mais para a minha esquerda, acompanhando as árvores, avistei mais mangueiras, outros possíveis quintais de outras casas. Curiosamente, atrás da grande mangueira, havia três palmeiras alinhadas, uma atrás da outra. Mais para a esquerda, um pé de guariroba e, mais ao fundo, outras três palmeiras ou buritis, alinhados novamente. Caminhei até as primeiras e logo percebi alicerces de pedras formando uma linha comprida, com altura bem irregular, mas ao longo de uns 80m, aproximadamente. Próximo a esses buritis, ou palmeiras, os alicerces faziam um desenho delicado em forma semicircular e simétrico, revelando ser alicerce de um recinto de uso diferenciado. Eram as ruínas do Seminário de Férias de Santa Cruz, e esse recinto era a Capela do Seminário. Ao fundo do Seminário, bem a leste, uma grande planície ia até o Córrego da Praia, e havia uma vegetação mais densa, mostrando bem a presença do córrego. Ao fundo, bem distante, a presença marcante da Serra de Santana, que corre praticamente de norte a sul. Voltando o olhar na direção sul, em frente as ruínas da Igreja, a uma longa distância desta, podem ser encontrados mais alicerces em pedra, ao que tudo indica serem os alicerces das residências que integravam o arraial.

Olhando mais para a direita, em sentido oeste, após a segunda cerca de arame, sinal de propriedade particular, delimitando a largura da estrada, encontram-se entranhados à vegetação junto a essa cerca mais restos de paredes, muros e esteios de madeira, alinhados e dispersos ao longo da estrada. Mais casas ali existiram. No extremo oeste, notamos a presença das Serras Cabeça de Touro e a Dom Francisco. Ao fundo, a extremo sul, perdida no meio dessa paisagem, bem a sul, uma granja e uma casinha simples, de técnicas e materiais construtivos contemporâneos, destoam na paisagem e indicam que ainda há morada na planície que um dia fora o arraial de Ouro Fino.

Foto 3 - Vista da Paisagem de Ouro Fino – 2009 / foto da autora.



Assim, Ouro Fino se revela ao visitante que se não estiver atento, passa despercebido por ele, de tão discreto que se faz presente na paisagem. Essa paisagem já fora transformada em sítio arqueológico reconhecido pelo IPHAN em 1996, através do trabalho de demarcação desse sítio feito pelo arqueólogo Marcos André Torres de Souza (2000).

Foi assim que, em 1994, conheci Ouro Fino. Arraial, berço de minha família, abrigou os que por lá chegaram, embalou os que lá nasceram e, ao seu pó, misturaram-se aos que lá morreram: família de Seu Totó Mariano e Dona Ritinha, minha tia avó, e de tantas outras famílias que ali se estabeleceram.

Foi nesse cenário, de um arraial em ruínas e de uma lembrança muito forte, que Ouro Fino se revelou diante de meus olhos. Mas a visão que me veio nítida à mente não foi a paisagem arqueológica ali presente, mas a do meu imaginário que, aos poucos, começou a recompor o arraial a partir de suas ruínas. Eu ia “lendo” e

fazendo as materializações, juntando a imagem do agora – físico a meus olhos com a imagem do antes através das ruínas – e a etérea – formada em meu imaginário, em minha memória. Comecei a ver: a Igreja, o Largo, quase que quadrado, grande, com o cruzeiro ao centro; o Seminário de Férias de Santa Cruz, à minha frente, bem comprido, com suas árvores frondosas ao fundo; mais adiante, compondo esse cenário, surgiam as casas, a de seu Totó Mariano, a chácara do “tio Bi”, do Sr. Neco Jubé; as ruas, as pessoas reunidas no Largo para a Festa do Divino Espírito Santo com o Chico Mineiro; a Procissão de São Sebastião da Pedreira e os velórios. Essas imagens foram materializadas quando finalmente tive a noção espacial dos relatos que chegavam aos meus ouvidos e das imagens adquiridas pelas fotografias que manuseava querendo descobrir as origens, não só de uma família, mas de toda uma sociedade que elegeu Ouro Fino para ser o seu lugar.

Então, temos três paisagens distintas, mas que se interagem totalmente, apesar de independentes. Apóiam-se umas às outras intermitentemente: a paisagem arqueológica, a paisagem da memória e a paisagem urbana, de Ouro Fino. A primeira revela as ruínas de um passado solidificado, intrincado no subsolo de Ouro Fino, esperando para ser traduzida em palavras o que realmente está presente no agora, em 2009. A segunda revela as lembranças da história oral das pessoas que tiveram alguma ligação, direta ou indiretamente, com o arraial de Ouro Fino. Lembranças de um passado de formação familiar, de formação de laços de famílias, de amizades, de “comadres e compadres”, de patrões e empregados, de alunos e professores, de padres e filhos. Lembranças presentes no imaginário das pessoas, guardiãs do passado, da memória coletiva daquela da sociedade que em Ouro Fino se constituiu. A terceira, a paisagem urbana, expõe o reflexo da ocupação espacial, demonstrando a forma de dominação do homem do século XVIII e XIX do espaço que o cercava, mostrando as relações entre os espaços privado e público e destes com o homem – o cidadão. Demonstra a forma de eleição desses espaços e a hierarquia entre eles. Revela a apropriação desses locais e indica com as suas edificações a cultura das pessoas que, em Ouro Fino, se assentaram. As três se fundem e finalmente “desvelam” o motivo ao qual elegemos alguns locais, a categoria de lugares. Revelam o lugar Ouro Fino, o que o transfigurou de local – de

uma simples ruína – em um LUGAR, uma demonstração plena e rica de valores capazes de constituir o verdadeiro sentimento de topofilia por esse local. E, por fim, ao se fazer a leitura desse imaginário coletivo e concatenando com a leitura da arqueologia e da arquitetura, formou-se, novamente, o Arraial de Ouro Fino. É a lembrança da origem de famílias, que hoje possuem poucos artefatos para poderem fixar suas reminiscências, estabelecerem seus laços de afinidade com a terra natal, com o lugar onde seus antepassados moravam e viviam, para montarem sua memória hereditária. Eis a necessidade, de muitos, pela busca de suas origens e poder, então, estabelecerem de certa forma com esse local o sentimento de pertencimento, de patrimônio que, aos poucos, está sendo resgatado e perpetuado. Nem que seja de forma virtual, mas que se materialize e se torne factível de eternização para as gerações que estão por vir. O local volta a ser o lugar.

Remonta-se, dessa forma, o cenário das lembranças dos que em Ouro Fino viveram, dos que por lá estiveram, apoiados em elementos erguidos através do suporte arqueológico e urbano e, principalmente, da memória coletiva. Esses elementos foram coletados cuidadosamente e reinseridos na paisagem cultural de Goiás.

Na paisagem cultural, pois, vê-se claramente um desejo de rememoração ou mesmo de memorialização desse arraial por parte dos que consideram Ouro Fino como alicerce da origem familiar, da genealogia de seus antepassados. As pessoas tiveram de sair, deixaram fisicamente o arraial, mas vê-se perfeitamente que as lembranças ainda os mantêm ligados ao extinto lugar de nascimento, lugar de pertencimento.

Tornar Ouro Fino um patrimônio cultural a ser tanto resgatado quanto preservado vai além de um simples ato de “legalizar” (fazer tornar lei) lembranças do início da formação sociocultural do Estado de Goiás, mas significa abrir novas portas para novos tipos de patrimonialização. Não é mais a patrimonialização da pedra e cal, da materialidade ou da imaterialidade – vista apenas como modos de fazer etc. – mas sim da patrimonialização da lembrança dos velhos, da memória coletiva. Significa dar vazão, olhos e ouvidos às lembranças puras e sumárias de pessoas que

souberam dotar um espaço de importância, não só por ser abrigo de momentos agradáveis ou felizes de infância, mas por ter sido a materialização de idéias, de desejos de esperanças – sentimentos fortes que ancoram a sociedade em um determinado espaço físico. Ouro Fino é, sem sombra de dúvida, um lugar. Um lugar de memória, de aura, que desperta topofilia não só nas pessoas que por lá viveram, mas em todas que direta ou indiretamente estão ligadas a ele.

No cotidiano das famílias goianas, e principalmente na convivência social nos centros históricos do Estado de Goiás, não conseguimos perceber, nas pessoas, essa expressividade em nenhum outro arraial do ciclo do ouro que tenha ruído ou se transformado/transfigurado, como por exemplo: Arraial de Anta (extinto), Arraial de Santa Rita (extinto), Arraial do Ferreiro (extinto, sendo preservado apenas sua Igreja) e Arraial da Barra (hoje Buenolândia, que guarda raros sinais originais do ciclo do ouro). Notamos uma ausência de “vida social” relatada tanto nos livros de história, como nas histórias contadas em famílias, em conversas aleatórias ou mesmos “causos” curiosos desses arraiais. As famílias mais antigas da cidade de Goiás possuem elos com Ouro Fino, sendo um deles, ainda hoje preservado, o da religiosidade através da Procissão de São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino, que sempre acontece no primeiro domingo do mês de setembro e que reúne uma multidão de fiéis na pedreira. Esses elos, essas lembranças são mais do que motivos de salvaguarda de um passado imbuído de reminiscências sociais e culturais. Sim, Ouro Fino faz parte da base cultural do Estado.

Trabalhar a memória coletiva, o lugar Ouro Fino, significa também trabalhar em prol do reconhecimento e da preservação de patrimônios locais, de formas diversas de expressão e práticas culturais, alargado ao patrimônio cultural imaterial e vivo. A análise da imagem do imaginário coletivo de Ouro Fino valoriza as dimensões imateriais e subjetivas do patrimônio local. Nesse caso, significa trabalhar com o imaterial, com o intangível, para que possam ser inseridos no panorama de nosso patrimônio cultural.

Nesse estudo do arraial, são valorizados os processos subjetivos, construídos socialmente através de experiências e vivências quotidianas vividas em tempos

passados, sobre um contexto sociocultural preexistente, na criação de horizontes de sentido e de construção de formas de interpretações da realidade que, a partir daqui, se transformarão em elementos de estruturação e reconhecimento de universos patrimoniais.

É no reflexo do que ficou do cotidiano local, de Ouro Fino, que se reconstruem e atualizam esquemas de significação, a partir das relações de comunicação geradas. Procurou-se, assim, perfilar os horizontes de sentidos coletivos e individuais que, nesta amostra, nos permitam conhecer os mecanismos constitutivos de identidade local e patrimonial referentes ao Arraial de Ouro Fino.

Dessa forma, tornar o lugar Ouro Fino um patrimônio legitimado pelas famílias que lá se enraizaram e originaram, eternizar a memória e a identidade familiar de pessoas que se sentem entranhadas por completo em suas origens e apegadas à terra natal, ao lugar próprio, isso sim é um patrimônio imaterial que se abre diante dos olhos. Revela também um alto teor de topofilia e de singularidade na adoção de lugares coletivos que jamais irão se desfazer para essas famílias. “Patrimonializar” isso seria materializar o “imaterializável”, seria fotografar a memória, as lembranças, remontar quadro a quadro e apresentá-los ao longo dos anos que virão.

Ouro Fino urge uma necessidade quase que instantânea de preservação. Necessita de uma intervenção imediata, a fim de “brecar” a ação do tempo, das “intempéries”, o que resta de suas ruínas, que estão se esgarçando no solo. Literalmente, a taipa está derretendo e o que ainda resta das paredes da Igreja está sendo levado aos poucos pela chuva. Em 15 anos, a diferença na paisagem é visível, quase nada se percebe sobre o solo. A arqueologia, a meu ver, tem sido a única modalidade de salvaguarda da cultura material ali presente. Com o trabalho de escavações, ainda poderemos ter um ensaio interessante de estudos “a céu aberto”. Ouro Fino ainda tem muito a ensinar às pessoas. Suas ruínas poderão ser aprofundadas pela arqueologia e então pesquisas mais especializadas poderão ser realizadas pela sociologia, pela arquitetura, pela engenharia, pela história, geografia e tantas quantas disciplinas quiserem usufruir de suas informações adormecidas, prontas

para serem devolvidas ao homem que as criou. É necessário tornar Ouro Fino um bem patrimonial da sociedade goiana. Necessário, urgente e eminente.

Foto 4 – Detalhe do Cruzeiro do Largo de Ouro Fino – 2009 / foto da autora.



CAPÍTULO 1

BREVES CONCEITOS E UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1 O Lugar, a Paisagem, a Memória e a Topofilia

Um dia, podemos ser surpreendidos com uma pergunta: Qual a diferença entre local e lugar?

”_ Ora, local é um lugar... Um lugar? Não!”

Local tem coordenadas geográficas específicas, definidas. Local tem CEP, latitude e longitude e até mesmo altitude. Local pode ser identificado com um aparelho GPS (*Global Positioning System*). O local pode ser encontrado por qualquer ser humano, a qualquer instante, é facilmente mapeado e é sempre o mesmo. Não muda jamais sua posição no espaço, pode mudar seu aspecto, mas jamais mudará de coordenada, pois, se mudar, será outro local.

Já o lugar é pessoal, é de cada um. Por mais compartilhado que seja, ele é individual, é subjetivo. É intangível, intocável. O lugar é formado por cada um, pode ser gerado a partir de um local pré-determinado. Ou seja, um determinado lugar pode passar a existir a partir do momento em que eu descubra um local. Ou não. Ele, o lugar, pode existir no momento em que uma pessoa nos descreve um local. Começamos então a criar esse “lugar” a partir do instante em que imaginamos cada elemento que a pessoa vai narrando. Assim é na literatura. As palavras, como símbolos, vão formando ortograficamente o que os olhos do autor visualizam. Transcrevem ao leitor, que decodifica cada uma delas em objetos, sensações, cheiros, iluminação, e tudo mais que a mente puder agraciar a essa narrativa.

Então deparamo-nos novamente com outra pergunta: por que alguns locais são transformados em lugares e, assim, são eternizados? Qual é o ferramental, o processo transformador que consegue isso? Ao desmaterializarmos um local, totalmente material, dotando-o de uma nova imagem, com uma leitura individualizada, podemos passar essa imagem de geração a geração? Por que a



casa de nossos avós é sempre maior no nosso imaginário do que na realidade? Por que quando visitamos um local de nossa infância temos sempre a surpresa de achá-lo tão menor, tão mais simples, tão comum, como se tivéssemos perdido aquela “aura” tão especial, tão particular?

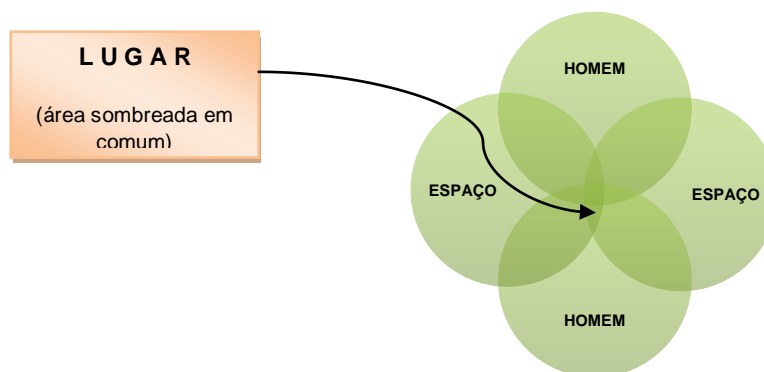
E, assim, uma série quase que infinita de perguntas vai surgindo espontaneamente na mente indagadora. Podemos tentar usar a lógica e a razão para responder a alguma dessas perguntas: “Ora, a casa dos meus avós ficou pequena porque a minha “escala humana” hoje é diferente de quando eu era criança. Hoje eu meço 1,72m e, quando criança, quando frequentava assiduamente a casa deles, eu deveria medir no máximo 1,10m, 1,20m”. Podemos, então, ajoelhar, posicionando os olhos na altura mencionada, e tentar observar a própria casa, andar de joelhos pelos cômodos. Continuará a ser mesma casa. Talvez o teto possa parecer mais alto, mas será só isso que mudará. Nada ficou “maior” ou “menor”. A lógica não poderá responder a essa divagação. A subjetividade nos faz sair do plano matemático, da exatidão da razão, e leva-nos a despertar outro olhar sobre as coisas, sobre o mundo. Um olhar mais humano, um olhar ingênuo, um olhar desprovido de respostas prontas, de conceitos pré-definidos. Um olhar indagador, como de um filósofo, de um antropólogo diante de algo novo para ele. Um olhar descobridor. Um olhar fascinado pelo diferente, pelo que poderá ser descoberto. O olhar de uma criança, que fala que acha algo bonito simplesmente “porque sim”. Mas não basta procurarmos na antropologia e na filosofia uma explicação para esse despertar. De repente, nos damos conta que em todas as disciplinas, por mais que as consideremos como ciências exatas, também têm necessidade de definirem o que seja lugar: Sociologia, História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Filosofia, Psicologia, Teologia, Geometria Descritiva e Desenho Geométrico. Enfim, tantas quantas puderem existir, nas quais o homem esteja presente, pois, não existe estudo sem o homem para executá-lo. Fixaremos-nos, contudo, nas explanações de algumas das disciplinas dentro da chamada Humanística acerca do que venha a ser lugar.

O homem, desde os primórdios de sua presença na Terra, mantém uma relação com o espaço. Relação essa já estudada pela filosofia grega, quando Aristóteles, em sua

obra “Física”, conceitua que o lugar (espaço) seria o limite que circunda o corpo humano. Descartes, em sua obra “Princípios de Filosofia”, acrescenta que, além de se definir a relação “corpo x espaço”, se faz necessário também estabelecer a relação com outros corpos existentes (LEITE, 1998). É dessa relação: Homem X Espaço X Homem, ou Homens X Espaços X Homens, que nasce o “apego” a certos locais. Essa relação leva as pessoas a se “sentirem” melhor em determinados espaços. É como se pudéssemos reservar um espaço dentro de outro espaço, ou seja, como se houvesse uma adoção de um espaço pequeno dentro de um espaço maior. É nessa adoção de uma parte do todo que nasce a noção de lugar, como se as pessoas beneficiassem essa parte do todo, de características percebidas somente por elas mesmas e, assim, a relação se estreita de tal modo que se traduz em identificação e, conseqüentemente, dota essa porção de espaço de identidade própria. As pessoas passam a perceber essa porção de espaço como sendo um LUGAR. Esse lugar passa a conceber para as pessoas estímulos das

[...] mais diversas naturezas, emitidos a partir de fatos ambientais que guardam relação não só com a natureza objetiva e material dos elementos do ambiente, como igualmente com sua natureza subjetiva – imaterial e imponderável. E – substancialmente – expressos como produto das interações entre as pessoas e ambiente. (CASTELLO, 2007, p. 13)

Figura 3 – Gráfico ESPAÇO X HOMEM –fonte: autora.



Na Fenomenologia, os lugares passam a ser identificados através do modo como os fenômenos são percebidos pelo homem quando de sua interatividade com

determinado espaço, o que lhes dotam de um valioso sentido fenomenológico. A partir da fenomenologia, podem ser analisadas as ações, as percepções, e decodificar as simbologias que transformam os espaços em lugares, onde as experiências e vivências do lugar e a afetividade pela terra desempenham um papel fundamental na construção e identidade de uma nova paisagem.

Mas o que vem a ser afinal essa paisagem para que ela possa ser assim construída e ser o indentificador de grupos e de ações?

Paisagem é um vocábulo muito usado em todas as formas de comunicação entre os seres. De uma simples pintura, uma fotografia, até relatos belíssimos dos classicistas e românticos literários, passam por palco e até cenários, cenas, relações, até chegarem a complexos sistemas ecológicos. A paisagem é amplamente discutida e ainda está em busca de ser definida. Ela passa por ser o elo entre o céu e a terra, sendo o todo que se encontra acima do chão e abaixo do firmamento. Sendo assim, é confundida inúmeras vezes com a natureza.

Conforme o interesse de que é objeto ou a maneira como se encara, a própria noção de paisagem difere. Se um geógrafo, um historiador, um arquiteto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado dos seus trabalhos e a maneira de os conduzir serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam [...] (BLANC-PAMARD & RAISON, 1986, p. 5).

A paisagem pode, assim, ser definida como a natureza que pode ser observada pelo homem e transformada por ele, não só por gestos, mas pelo simples fato de ser observada, interpretada por seu observador. A paisagem não é a natureza; ela participa da natureza, da eternidade que se faz natureza, um constante existir desde antes dos homens, e isso nos faz crer que a paisagem seja uma “substância” (CAUQUELLIN, 2007, p. 9). O estudo dessa paisagem se ancora na Geografia para ser então desenvolvido, porém, sua definição busca na filosofia seu ponto de partida, figurando a paisagem como o receptáculo das atividades humanas, oriundas de fixação do homem a um determinado local e palco desenvolvidor de ações de vida. “E assim como o lugar (topos) é, segundo a definição aristotélica, o invólucro dos corpos que limita, a pretensa “paisagem”(lugarzinho: topion) nada é sem os corpos em ação que a ocupam” (CAUQUELLIN, 2007, p. 49).

Assim sendo, torna-se inútil tentarmos fragmentar esse conjunto, essa unidade de ações para se analisar em partes. O invólucro visível, esse lugar de ser dos seres, só pode ser entendido no estado tal qual ele se apresenta como o todo. Nesse sentido, a paisagem não pode ser entendida como uma ciência física, estática. Ela é polissêmica, dinâmica, e reage de acordo com que seus componentes interagem com ela mesma. Esse espaço vivido, constituído, pode ser entendido como uma rede de significados e significantes que é assimilada de maneira particular para cada indivíduo ou grupo e, assim, acaba sendo interpretada de modo singular e utilizada de forma particularizada. Essa rede tende a formar o ambiente de vida, onde as condições ambientais jamais poderão ser tomadas como neutras ou estáticas. A paisagem volta a ser o palco, mas não cenário, como na filosofia e/ou geografia clássicas, ou mesmo nas artes - servindo de pano de fundo. Dessa forma, a beleza do conjunto desperta a comoção e a paisagem passa a ser vista por sua beleza e sutileza, tornando-se “paisagem-espetáculo”, tanto urbana quanto rural, despertando olhares de outras ciências, não mais só da geografia, do urbanismo e áreas afins (BLANC-PAMARD & RAISON, 1986, pp. 154,155). A paisagem vivida retoma o tema e as atenções e encontra principalmente na arqueologia, na qual o foco de interesse passa do estudo do *habitat* para o exame da paisagem, sem importar o período histórico a que pertença. Assim, ela deixa de ser o reflexo de uma sociedade/comunidade para se tornar reveladora de laços que ligam o tempo presente ao tempo passado, reveladora da dinâmica das relações ou interatividades, entre o ambiente natural e a sociedade do passado.

Esse conceito é indispensável para se poder definir a paisagem atual como a soma das paisagens fósseis ou herdadas que é possível reconstruir mediante [...] uma análise integrada das paisagens e da arqueologia da paisagem [...]. A arqueologia da paisagem deve basear-se na reconstituição das paisagens enquanto ‘combinações sócio-ecológicas complexas’; não pode ficar isolada, antes deve participar no desenvolvimento da ecologia histórica para a qual é necessário um estudo pluridisciplinar. (BLANC-PAMARD & RAISON, 1986)

Porém, antes de ser esse palco de dinâmicas, temos a sensação de que a paisagem é tradutora, antes de qualquer coisa, de uma relação muito estreita e privilegiada de nós para com o mundo. Temos, em nosso íntimo, a impressão de que a paisagem já

existe – para nós – antes mesmo que a nossa consciência, ou mesmo, que ela nos é dada antes mesmo de qualquer estímulo “cultural”. Nessa visão, a filósofa Anne Cauquellin coloca a paisagem vinculada à alma de cada um, como se fosse parte de nossos sentidos. A paisagem antecede a nossa formação, preexiste em nós antes de existirmos como membros de uma comunidade. Ela é sentida, apropriada e, dessa forma, se engendra em cada indivíduo em forma de topofilia, tão defendida por Tuan (1980). A paisagem reside em nós tão fortemente enraizada que se liga instantaneamente aos nossos sentidos, às nossas emoções. Ao sermos lembrados de fatos de nossa infância, sempre ela se faz presente, não como palco, mas como geradora de emoções. “É que a paisagem já está ligada a muitas emoções, a muitos gestos e, parece, sempre realizados. Ligada a esse sonho sempre renascente da origem do mundo – ela teria sido ‘pura’, de uma pureza na qual nos remetem aos edens e à qual retornamos, não obstante nosso saber” (CAUQUELLIN, 2007, p. 31). Nesse sentido, posicionamo-nos como integrantes dessa paisagem, pois se ela já antecede aos nossos conceitos sociais e culturais, ela está em nós e nós estamos nela. A simbiose se faz. Porém, ela é determinadora de relações, são os chamados condicionantes exógenos que, por sua vez, fazem surgir os endógenos (que serão tratados posteriormente). Quando atrelamos emoção e elementos paisagísticos como reveladores de formas de habitar humano, quando identificamos esses elementos, esses “objetos naturais”, eles tornam identificadores de lugar.

Estão ali o que nomeamos como ‘lugares’, os famosos topoi da retórica, os objetos necessários à constituição de um conjunto argumentado.(...) esses ‘lugares’ são, pois, objetos privilegiados, escolhidos no repertório de objetos naturais, porque designam perfeitamente o que se deve esperar de um espetáculo agreste.(CAUQUELLIN, 2007, p. 156).

Assim, esses “objetos naturais” são constituídos de nome, significado e, conseqüentemente, significância. Esse nome é a definição essencial e se faz parte do objeto ao qual está nomeando. O nome invoca ou interpela uma origem, dota esse objeto de um uso, de uma designação própria, “faz valer aquilo que nesse lugar é mais lugar que o próprio lugar” (CAUQUELLIN, 2007, p. 161). Quando nomeamos

um objeto, seu nome se vale como próprio elemento de fundação, de esteio para esse objeto. Isso faz com que Anne defina que quando “coisa” e “nome” se tornam um só, a perfeição é então atingida. É o que Roland Barthes (2001) defende com a semiologia e, se pensarmos a paisagem pelo lado semiológico, assim como a narrativa se apropria das palavras, a paisagem se apropria desses objetos naturais, a fim de promover o sentido de leitura de si mesma. Desse modo, os lugares se comentam a si mesmos, se refletem, se sobrepõem e se autoindicam como definidores de sua leitura. Leitura essa que passa da mais objetiva, como a descrição de seus objetos, através da significância de seus nomes, até a mais subjetiva, que é a reação particularizada que o leitor tem da interpretação dessa leitura, ou decodificação. Seria a tentativa de se apreender a estrutura ausente dessa narrativa, tão defendida por Umberto Eco em “A Estrutura Ausente” (2007), a qual o leitor tenta exprimir em sua interpretação da paisagem, do lugar. Existe todo um esforço para se fazer sentir o que não se pode tocar, para sugerir então o que não se pode visualizar, que seria exatamente essa estrutura oculta que preside à existência da própria paisagem. Essa subjetividade, interpretativa dos objetos nomeáveis da paisagem, designa a essência tão buscada do lugar, pois é a revelação, a expressão espontânea, de pré-cultura de uma comunidade, de um grupo, de uma sociedade da mais simples à mais complexa.

Na tentativa menos abstrata da interpretação dos signos, das coisas nomeadas, dos objetos compositores da sentença gramatical, da semiologia, a fenomenologia usa desses signos, empresta deles, de seus significados, a fim de poder analiticamente criar seus conceitos que foram abarcados pela geografia principalmente. Para ilustrar o uso da fenomenologia na formação dos significados de lugar, é necessário adotarmos critérios e cuidados ao aplicá-la:

[...] Cosgrove afirma que se por um lado o método fenomenológico fornece consideráveis contribuições a respeito dos significados que os lugares e as paisagens têm para nós, particularmente como indivíduos, por outro lado, ao aplicar-se a uma experiência coletiva, suas posições são demasiado idealistas e até ingênuas. Ao abstrair ‘mentes’, ‘almas’, ‘espíritos’, ‘idéias’ e ‘intenções’ de modo a representá-los como entidades independentes, recai-se sobre as interpretações filosóficas tradicionais utilizadas pelo positivismo, de

caráter determinístico. Embora se admita, uma relação dialética entre a mente e o mundo, a ênfase do método acaba privilegiando as abstrações da mente. Para Cosgrove, esta abstração seria, no entanto, falsa pois nem estaria de acordo com a nossa experiência de mundo, e nem nos permitira a possibilidade de entender a razão para coisas, pois nossas atitudes e intenções, são também influenciadas por outros fatores tais como as relações de produção. (LEITE, 1998, p. 11)

Voltando a pensar a relação Homem x Espaço, podemos identificar três categorias principais dessa relação:

[...] o **lugar**, conforme já discutido, é recortado afetivamente, e emerge da experiência sendo assim um 'mundo ordenado e com significado' (Tuan, 1983, p.65). O lugar é fechado, íntimo e humanizado (Tuan, 1983, p.61); já o **espaço** seria qualquer porção da superfície terrestre, ampla, desconhecida, temida ou rejeitada e provocaria a sensação de medo, sendo totalmente desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva. Nesse contexto, o lugar está contido no espaço. No entanto, as experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformariam os espaços em lugares. O último conceito seria o de '**deslugar**' (placelessness), um neologismo criado por Relph para designar as formas estandarizadas, repetidas e com uniformidade de seqüência, como os conjuntos habitacionais e algumas lanchonetes 'fast food' distribuídas ao longo das estradas. (LEITE, 1998, pp. 13-14)

Marc Augé (1994) fala de "lugares antropológicos"⁷ para definir este espaço identitário, histórico, de referência afetiva, totalmente carregado de sentido, para opor à idéia do "não-lugar" ou do "deslugar", definido por Relph em *Place and Placelessness* (1976 *apud* LEITE, 1998, p.14).

Para Augé (1994), dotar o lugar de identidade passa por revolver o seu passado enquanto lugar da memória. É justamente essa necessidade identitária que tem motivado a gama sempre crescente de estudos e trabalhos recentes sobre a memória. O sociólogo Maurice Halbwachs inicialmente retrata as "memórias

⁷ "Reservamos o termo 'lugar antropológico' àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. [...] o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de inteligibilidade para quem o observa. O lugar antropológico tem escala variável. [...] tantos lugares cuja análise faz sentido, por que foram investidos de sentido, e porque cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e confirma sua necessidade. [...] Ele é apenas a idéia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros" (AUGÉ, 1994, p. 51 e 54).

coletivas” como memórias vivas, sentimento de continuidade, renovação, presente na consciência de um grupo que, só por isso, a mantém (HALBWACHS, 2006). Pierre Nora (1981) diz que a memória não pode ser entendida como lembrança estática, como é, até então, a história quando apenas descreve os fatos acontecidos. Mas, antes de tudo, a memória é conduzida por grupos e pessoas e, por isso, é susceptível a mudanças, deformações e manipulações.

A identidade local passa a ser o resultado de um processo de construção social que, por sua vez, é consequência da confluência de diversos fatores. Fatores esses que podem ser identificados em três grandes grupos de estudo ou maneiras de manifestação, como exemplifica Firmino da Costa (2002 *apud* SILVA & MARTINHO, 2006), que distingue três modos de manifestação contemporânea das identidades culturais:

[...] as identidades experimentadas, que retratam os sentimentos de pertença partilhados por um determinado grupo, enquanto resultado das suas experiências de vida; identidades designadas, que provêm dos discursos icônicos produzidos em volta de uma coletividade ou grupo, que lhes são exteriores; identidades tematizadas, que designam uma política reflexiva, de visibilidade pública, muitas vezes legitimadora de determinadas construções identitárias. (SILVA & MARTINHO, 2006, p. 13).

A identidade local não deve e nem pode ser entendida como um receptáculo passivo de práticas como um palco ou cenário, onde os indivíduos são tomados como atores desenvolvedores de atividades, mas sim como o resultado de um processo gradativo de acumulação de fatores conjunturais, relacionais e flutuantes próprios das relações afetivas (de pertencimento e reconhecimento) e relações imaginárias que nos remetem aos lugares de referência afetiva.

Dessa forma, fica claro entender a necessidade de pensar as identidades locais como geradoras de processos sociais amplos, inseridas em um quadro de negociação de diferentes identidades e referenciais por vezes contraditórios. Mais importante ainda é perceber que a diversidade e a mobilidade sociocultural que integram as lógicas de interação locais que tanto nos permitem avaliar diferentes índices de construção de laços afetivos locais, num determinado contexto, não

podem ser tomados como formadores da existência de uma identidade local homogênea, “claramente associada à idéia tradicionalista e romântica de comunidade” (SILVA & MARTINHO, 2006, p. 13).

Os lugares só adquirem identidade e significado quando da intenção humana, bem como resultado da relação entre intenção e atributos objetivos do lugar – ou entre o cenário (espaço físico) e a cena (intenção humana), ou ainda, parafraseando Tuan, o lugar é criado pelos seres humanos para fins humanos. Ele relaciona também o tempo como fator determinante da intensidade desse relacionamento. Precisamos de um longo espaço de tempo de durabilidade dessa relação para que haja um profundo envolvimento: “[...] se leva tempo para conhecer um lugar, a própria passagem do tempo não garante um senso de lugar”, afirma Tuan (1975 *apud* LEITE, 1998, p.11). Isso quer dizer que seria impossível alguém se apaixonar por um local à primeira vista, mas também não quer dizer, obrigatoriamente, que após um longo espaço de tempo em convívio contínuo com esse local teremos “enraizamento” ou “apego”.

A interpretação fenomenológica das vivências de lugar, valorizando os laços de afetividade que surgem da relação homem-espaço (lugar), pode ser traduzida, também, como uma relação de topofilia, presente nos trabalhos de Yi-Fu Tuan – “Topofilia”, em que ele define: “[...] topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1980, p. 5). Dessa forma, temos que lugares são como núcleos dotados de um valor que podem atrair ou repelir os indivíduos que habitam (ou poderão habitar) esse núcleo. A topofilia surge, então, como elemento que agrega a interação entre indivíduos e meio ambiente, ou seja, na formação dos laços afetivos com o lugar. Segundo Tuan (1980), e confirmado por Augé (1994) com os “não-lugares”, quanto maiores as dimensões espaciais e heterogêneas forem as relações (que por sua vez geram os estímulos), mais difícil se torna para os indivíduos desenvolverem a topofilia, ou seja: a topofilia surge mais facilmente em lugares de dimensões homogêneas e reduzidas.



Quanto maior a dimensão do espaço onde são realizadas as relações humanas, uma diversidade maior e mais complexa de estímulos é proporcionada, devido à gama de indivíduos formadores da comunidade e, conseqüentemente, isso fará com que se perca o apego, o afeto ao lugar. A topofilia se perde na generalização ou na massificação dos estímulos. Ela atua como reveladora das formas e intensidades da articulação entre os meios físicos e sociais locais, de integração econômica e cultural, da relação entre o passado e o presente, dos territórios e pessoas. Revela-se, também, o modo como são desenvolvidas essas relações, com a interpretação da dinâmica sócio-espacial. Torna-se, desse modo, uma construção conceitual que por sua vez está sujeita às interpretações subjetivas e conjunturais do lugar em que se revela.

O sentido de topofilia muda à medida que os lugares e as regiões se tornam (des)integrados (Badie, 1995), (re)produzidos (Lefebvre, 1974), (des/re)territorializados (Barel, 1986; Haesebaert, 2004), globalizados (Benko, 2000) e (re)afirmados (Roca, 2004) ou aniquilados (Harvey, 2003) na economia e cultura globalizadas. (ROCA, OLIVEIRA, & LEITÃO, 2002)

O sentido de topofilia pode mudar de acordo com a (des)integração dos lugares, bem como das regiões, no contexto da mundialização econômica e cultural, um processo, talvez historicamente, inevitável, mas com certeza cada vez mais agressivo. Porém, ainda temos que os vestígios, materiais e imateriais inerentes da cultura e economia de cada comunidade, de cada povo, tornam-se reveladores da topofilia, ou seja, são justamente os formadores dos elos afetivos entre as pessoas e o lugar.

Podemos fazer parte de sociedades cada vez mais mundializadas – ou globalizadas, porém, nossa topofilia ainda é muito forte, muito presente em cada traço cultural tradicional, seja urbano ou rural, como por exemplo no patrimônio material construído (espaço urbano e edifícios), nas paisagens (tanto rurais quanto urbanas), na gastronomia, no artesanato, nas festas populares, na hospitalidade, enfim, em todas as expressões culturais de cada região. Na própria língua portuguesa – por mais arraigada que seja a sua origem em Portugal, temos palavras correntes em nosso vocabulário que por si só já expressam em totalidade o sentido e sentimento

de topofilia, como a “saudade”, que já é a expressão simbólica do apego, seja às pessoas, aos locais, aos fatos. Não se consegue encontrar tradução da palavra saudade em outras línguas. “A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107). Tuan (1980) constrói sua teoria para topofilia analisando não só o modo de ocupação do espaço pelo homem, mas principalmente a relação psicológica desenvolvida entre indivíduo e meio material, e suas relações exógenas e também endógenas. As relações de ordem exógenas são as que dizem respeito às relações físicas entre o indivíduo e o meio ambiente, como os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. A forma de representação humana, a paisagem, a cultura, as diversas manifestações humanas sobre a superfície da terra, onde os elementos naturais norteiam o caminho a ser trilhado por essas manifestações, determinam e impõem condições para essa relação: relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna etc. As relações de ordens endógenas já dizem respeito ao aspecto, ou teor, psicológico, da forma como protagonizamos as relações exógenas com o local, ou seja, é a própria personalização das relações. As relações entre indivíduo x meio ambiente, de um esquimó do norte do Canadá, não serão nem mesmo parecidas, com as de um índio Karajá no Planalto Central do Brasil.

As formas de interagir com o meio são totalmente distintas. São as relações endógenas que despertam o interesse de Tuan. É a forma como o indivíduo lida, domina e transforma o meio ambiente que proporciona a esse indivíduo o despertar para o sentimento de topofilia, ou até mesmo a sua topofobia (que é o oposto a topofilia). A maneira como lidamos com esses condicionantes, a forma com que o homem domina a sua natureza ao redor, tornando-se senhor do local, é o fator determinante para que possamos desenvolver a topofilia. Ou seja, o fator psicológico é o fator mais forte de todos na eleição do lugar pelo homem.

As imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas. As imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente

negligenciadas são vistas agora com toda claridade.(TUAN, 1980, p. 137)

É no exato momento em que as necessidades exógenas e endógenas se fundem, para então gerar esse sentimento tão puro ao local elegido, é que surge esse apego local, que os laços afetivos são estabelecidos. Se o homem não exercer domínio e o principal não fizer a comunhão – fusão, entre esse local e suas necessidades físicas e mentais (lembrando que, para saciar essas necessidades mentais, não basta apenas satisfazer aos instintos, mas principalmente despertar a fantasia), a topofilia não se realizará e o indivíduo não elevará esse local à categoria de lugar. As pessoas ambicionam lugares ideais, locais que despertam suas fantasias. A topofilia não deve ser entendida como a emoção humana mais forte. Quando acontece de forma avassaladora, é em função de reconhecermos que certos lugares são promotores de acontecimentos emocionalmente fortes ou são percebidos como símbolos, também muito fortes.

Diferentes dos animais irracionais, os homens necessitam, além de suprir suas necessidades fisiológicas, atender suas necessidades mentais, dentre elas, talvez a mais forte de todas, a da fantasia, do imaginário. Evocar o imaginário é despertar as expectativas do ser humano. O lugar que evoca esse sentido, consagra, através de seus elementos/símbolos, a simbiose de auras. Da aura do ser humano à aura do lugar. Mas do que é formada essa aura? Ela pode ser tanto materializada por seus elementos ambientais físicos, quanto imaterializada, envolvendo fenômenos de natureza mais subjetiva, que nos fazem perceber o lugar. Nesse sentido, esses fenômenos são percebidos através dos sentidos e materializam-se em imagens no imaginário do homem. Para isso, eles necessitam apoderar-se da história, da memória do local, para evocar esse passado no tempo presente, mas também podem, em mesma grandeza, projetar o instante para um tempo futuro, ainda não vivido, mas almejado. Enfim, é uma resultante de fenômenos da memória que é estimulada por elementos, quase sempre fixos, do imaginário temporal do local. Nesse raciocínio, a mitologia mais uma vez sensibilizou-se para a interpretação desses fenômenos e dotou o lugar de um “espírito próprio”, de vida própria. Tanto



Lineu Castello (2007) quanto Eduardo Yazigi (2002) citam o trabalho do arquiteto Norberg-Schulz, no qual este se apóia na mitologia romana, onde cada lugar era governado por um deus chamado: *genius loci*.⁸

As divindades, a princípio, não eram concebidas como protetoras da humanidade, pelo contrário, acreditavam que cada divindade pertencesse a um determinado povo de uma determinada localidade. Nas regiões em que vincula o povo firmemente ao lugar, as divindades parecem ter em comum as características do lugar, conferindo a sua personalidade a este. Não têm poderes além dos arredores de seu domicílio particular, recompensam e protegem o seu próprio povo, mas fazem mal aos estrangeiros (TUAN, 1983).

Na realidade, este procedimento é uma tentativa de “antropomorfizar” o espaço, isto é, transformar o espaço “selvagem” em um lugar, fundando um microcosmos, um *imago mundi*.⁹ Eliade reflete que o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo. Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo, ele apresenta roturas. Sendo assim, as sociedades antigas compreendiam o espaço qualificando-o nessas duas formas, o primeiro é o território habitado, é o mundo, o nosso mundo, é conhecido e sagrado (Cosmos), e o segundo, o espaço indeterminado que cerca o primeiro, é um outro mundo, é desconhecido e profano, é o Caos, habitado por figuras estranhas e monstros. Nenhum “Mundo” pode nascer no Caos da homogeneidade e da relatividade do espaço profano. Conferindo um caráter ao lugar, através do *genius loci*, o homem colocava-se em posição central no universo. Este exercício não era mais do que a repetição de um ato primordial: trabalhando a terra desconhecida, realiza novamente o ato dos deuses que organizaram o Caos, dando-lhe uma estrutura, formas e normas, interpretando-o para nele poder habitar. (REIS-ALVES, 2007)

Reis-Alves também cita o arquiteto Norberg-Schulz, dizendo que este afirma que o lugar é mais do que uma localização geográfica, ou seja, mais do que um simples espaço. “O lugar é a concreta manifestação do habitar humano”(REIS-ALVES, 2007). O autor coloca que o mundo, como lugar, é constituído por elementos que transmitem significados. Em sua insatisfação por uma definição sobre o que é o

⁸ *Genius loci*: do latim: *genius*= espírito + *loci*=genitivo singular de *locus*: *lugar*. O termo faz conotações à atmosfera especial de um lugar e ao espírito que guarda aquele lugar (CASTELLO, 2007. p.15).

⁹ “Etimologicamente, imaginação está ligada a *imago*, representação, imitação, a *imitor*, imitar, reproduzir”. *Imago mundi* seria a reprodução do ato primordial da criação (ou ordenamento) do Cosmos, originariamente feita pelos deuses, e agora pelos homens Cf.(ELIADE, 2008, p. 16).

lugar, ele a busca novamente na filosofia, mais precisamente no filósofo existencialista Martin Heidegger, uma resposta. Este declara que o homem para ser capaz de habitar sobre a terra deve tomar consciência que habita entre dois mundos dicotômicos, o céu e a terra; “sobre a terra já significa sob o céu”, diz Heidegger (REIS-ALVES, 2007). Por isso cabe ao homem não somente compreendê-los separadamente, mas, sobretudo, entender a relação existente entre eles.

Terra é o detentor servente, florido e frutífero, dispersando-se em rocha e água, erguendo-se em planta e animal [...] O céu é o caminho abobadado do Sol, o curso das mudanças lunares, o brilho das estrelas, as estações sazonais, a luz e o crepúsculo do dia, a escuridão e o brilho da noite, a bonança e a não-bonança do clima, as nuvens flutuantes e o azul profundo do éter [...]. Nós temos usado a palavra ‘habitar’ para indicar a relação total homem-meio [...]. Quando o homem habita, ele está simultaneamente locado no espaço e exposto a um certo caráter ambiental. As duas funções psicológicas envolvidas, podem ser chamadas “orientação” e “identificação”. Para ganhar o suporte existencial o homem tem que ser capaz de orientar-se; ele tem que saber onde ele está. Mas também ele tem que identificar-se com o meio, isto é, ele tem que saber como ele está num certo lugar. (REIS-ALVES, 2007)

A aura do lugar surge então como a grande estimuladora da percepção desses mundos, dessa identificação inconsciente do lugar e, obviamente, da percepção do *genius loci*, presente naturalmente no local. A aura chega mesmo a dotar esse lugar, através da evocação figurativa desse *genius loci*, de notoriedade que o ser humano faz a seu respeito. É a aura que traduz a importância dos lugares, assim como o uso e a apropriação desses lugares pelo homem. Ela é gerada pelas experiências realizadas pelas pessoas ao usarem e usufruírem do lugar, e é o que mais influi na formação de laços afetivos entre o homem e aquele. É a aura que propicia o apego ao lugar.

[...] a categorização a respeito dos lugares da Aura, pode-se partir por registrar um lugar da aura natural, onde predomina a afloração do *genius loci* natural; e seguir, progressivamente, ao longo de uma gradação que nos irá conduzir a um lugar da aura cultural, onde claramente predominam as marcas deixadas por uma ação humana. (CASTELLO, 2007, p. 20)

Nesse enlace do apego do homem ao lugar, surgem as lembranças, as memórias. Memórias essas passadas de uma geração a outra por meio das tradições. Memória que confere uma categoria diferenciada a certos lugares, pois é através do uso que as pessoas fazem dos lugares que os dotarão de lembranças da história que foi vivida, não da que foi aprendida em livros. A lembrança significa uma construção mental do passado vivido. Essa memória pode se desenvolver em duas categorias, como o faz Halbwachs em “A memória Coletiva” (2006), onde ele a classifica em memória individual – aquela em que retemos nossos atos e percepção de nosso mundo e vida particularizada, e em memória coletiva, que é aquela que pertence a um lugar, a um grupo, a um conjunto de lembranças comuns a mais de dois indivíduos e que dizem respeito ao todo coletivo. Nessa memória coletiva, os lugares e a aura são alimentados e surgem, assim, os lugares de memória. Eduardo Yazigi (2002) faz referência em seu trabalho à importância da infusão dos cinco sentidos na percepção do lugar e, principalmente, na formação da aura do lugar. Os cheiros, as temperaturas, as texturas, os sons e a visão que se pode ter do lugar, tudo isso lhe dá sentido e cria uma atmosfera de acolhimento, de repulsa, de identificação e várias outras sensações provenientes da identificação desses sentidos:

[...] Hoje em dia, além da geografia, muitas disciplinas têm contribuído com aportes significativos no entendimento do espaço e do cotidiano. Destaco, entre outros, os papéis relevantes da psicologia ambiental, do desenho ambiental, da antropologia e da ecologia. Amos Rapoport (1978: 178 sqq) é um dos grandes divulgadores; do referencial humano na definição do lugar, ao chamar a atenção para o papel dos sentidos, no qual a visão é a dominante pela quantidade de informações que permite (distância, textura, luz, cor, forma, contrastes etc), mas sofre influências de cada cultura. Já a ambigüidade emotiva do olfato valoriza e dá identidade ao lugar, ainda que com significados sociais: cheiro de capim-gordura, de fábrica de biscoitos, de álcool combustível... Em cada volume da trilogia de Jorge Americano sobre São Paulo, este autor registra longas listas dos cheiros de sua cidade, inclusive na perspectiva temporal que os modifica. O som tem o papel de enfatizar o espaço, mas é transitório. O tato serve não só para perceber a textura mas, sobretudo o tipo de espaço que existe no solo, tão importante para os cegos. Além destes, Rapoport destaca a importância da cinestesia que permite as mudanças de posição e novas percepções.(YAZIGI, 2002, pp. 29-45)

O próprio Yi-Fu Tuan (1983) também diz que a percepção do espaço depende da cinestesia – do tato e da visão, desse lugar com os indivíduos. Mas existe uma rotura que nos remete novamente ao questionamento entre o que é memória e história, a memória individual, a memória coletiva *versus* a história escrita e ensinada nas instituições de ensino. São dois processos, tanto de percepção temporal e de relações entre grupos de indivíduos e espaço físico quanto de indivíduo e espaço. Essa rotura seria exatamente como conciliar a aura com a memória e com a história. Não se deve confundir memória coletiva com memória histórica. A história começa, segundo Halbwachs (2006), do ponto onde acaba a tradição, no exato momento em que se ausenta ou desfaz a memória social. Pode-se distinguir a memória coletiva da história em pelo menos dois aspectos chaves. A história trata de reter aquilo que ainda interessa a um determinado grupo, ou minoria, pois trata dos detalhes desse grupo que é uma minoria, dessa maneira pode soar como artificial ao se escolher determinados fatos, acontecimentos, como sendo a narrativa da vida coletiva de uma sociedade. Existe uma enorme probabilidade de se omitir fatos expressivos em detrimento dos interesses externos de certos grupos. A minoria, nesse aspecto, é dada como o coletivo. Já a memória coletiva é uma:

[...] corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantêm. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 81)

A História divide os períodos em séculos, enquanto que, para a memória coletiva, um período não deixa de interessar ao período seguinte quando um grupo deixa de se lembrar de seu passado, mas sim quando esse grupo torna-se outro, quando os grupos se sucedem. A memória de uma sociedade estende-se até onde ela possa alcançar a memória dos grupos dos quais ela é composta, não existindo uma delimitação fixa de espaço de tempo. Com isso, pode-se compreender a existência de várias memórias coletivas – essa é a segunda característica que a difere da história – que será sempre única para todos. Nesse raciocínio, a memória coletiva se atém a ver o grupo e seus acontecimentos, de dentro para fora e durante um tempo

que é medido em função do tempo médio de vida humana deste grupo (HALBWACHS, 2006).

Nesse sentido, os objetos materiais ajudam a compor o cenário dos acontecimentos e, assim, como a aura do lugar, compõem também o lugar de memória, pois, através desses objetos aos quais estamos em contato constante, conseguimos adquirir uma imagem de estabilidade e confiança – de apego ao lugar onde vivemos. Esse equilíbrio, que a princípio se dá de forma inconsciente, só é notado quando da ausência desses objetos, sentindo-nos perdidos em um ambiente alheio e diferente e sentindo a falta dos “pontos de apoios”. O meio ao qual vivemos, montamos nosso lar, lembra-nos constantemente nossas relações tanto familiares quanto amigáveis. Assim como a paisagem precisa se valer de seus elementos, de seus objetos cheios de significados e significância para se constituir como uma só, os lugares de memória também precisam de seus signos para se formar. Nada mais óbvio que se valer dos objetos, de serem eles os signos do espaço coletivo, ao mesmo tempo em que precisamos dos objetos para nos instrumentalizar e amoldar ao meio externo ao qual vivemos – os utensílios, nós também precisamos daqueles que nos remetam ao sonho, ao “imago mundo”. Seria assim como na semiologia: os objetos, fossem a gramática do espaço e, através de sua leitura, cada objeto possui seu significado e significância, trazendo então uma composição a qual o grupo consegue se sentir presente neles.

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos. (HALBWACHS, 2006, p. 132)

Quando um grupo socialmente estruturado eleva um local à categoria de lugar, o faz através da relação que estabelece com os elementos constituintes desse espaço então travestido em lugar. Esse grupo apropria-se tanto do local, espaço físico, quanto dos seus signos, transformando-o à sua imagem, à sua personalidade. Esse lugar, além de possuir aura, começa então a ser dotado de lembranças coletivas –

através do desenrolar de acontecimentos em grupo, tornando-se um local de memória. As imagens desse lugar desempenham, dessa forma, um papel na memória coletiva. “[...] o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa . Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos.” (HALBWACHS, 2006, p. 133). Assim sendo, cada detalhe, cada signo, denota um sentido único e exclusivo para os membros desse grupo e, então, a memória coletiva deste grupo se ampara nessas imagens espaciais para se formar. Dessa forma, através das imagens espaciais bem definidas e confiscadas é que somos capazes de reconstruir tanto em pensamentos, quanto no nosso próprio imaginário, as cenas e os ambientes vividos, ou seja, remetemo-nos esse lugar à categoria de lembrança.

Na medida em que o homem se apodera do espaço, dotando-o de personalidade própria, de características que refletem a cultura desse homem habitante, o espaço se transfigura em lugar. Com o passar do tempo, essa personalidade, essa vida própria do lugar, vai construindo ou dotando-se de história. Não só desse povo que o ocupa, mas a história do lugar. A passagem do tempo confere ao lugar fenômenos associados não só à história, mas principalmente à memória desse lugar. Podemos dizer que esse tempo de uso contínuo pode conferir ao lugar um caráter memorável e específico, ao qual o homem habitante deste pode vincular a si mesmo seus pensamentos e, principalmente, suas sensações/emoções. Dessa maneira, um conjunto de habitantes, a comunidade, consagra um lugar por sua vivência comunitária, por acumular tempos passados refletidos na memória sobreposta de experiências compartilhadas. Tal reflexo se dá tanto a nível do ambiente construído para finalidades pré-determinadas como as edificações, quanto para o ambiente aberto, como consequência do grupamento dessas edificações, ou seja, o espaço urbano ou o rural. Porém, Pierre Nora (1981) também nos diz que isso não acontece só por consequência imediata do passar do tempo, mas coloca-nos um fator determinante para essa consagração do lugar memorável. A aceleração da história.

A mudança comportamental do homem sobre a superfície da terra o fez gerar rotinas de vidas curtas (hábitos efêmeros), ou seja, o avanço tecnológico, o avanço das comunicações e a aceleração do ritmo de vida fazem com que as comunidades

estejam em frequentes mutações comportamentais. As atividades cotidianas estão em frequente desenvolvimento que não chegam mais a serem classificadas como rituais. As atividades que meus antepassados faziam rotineiramente já não pertencem mais à minha realidade, restando-me apenas relatos escritos ou orais de como eram tais atividades. Com toda a certeza, no ritmo que estamos vivendo, meus netos já não viverão a minha realidade.

Tempo e história mudam em compasso frenético, desenfreado e acelerado. Comunidades que resguardam seus hábitos conservam suas rotinas, como comunidades mais isoladas dos grandes centros urbanos, que conseguem abstrair-se desse movimento acelerado contínuo. Conseguem passar de uma geração para outra seus *savoir faire*, o termo francês que mais se adéqua ao “dom de saber fazer” algo, próprio de uma determinada cultura. Os indivíduos conseguem repetir as atividades diárias de seus tataravôs, sem, contudo, se tratar de momentos específicos, como datas comemorativas, festivas ou pré-determinadas, mas sim em atividades tidas como triviais.

Os centros urbanos atuais nos privam disso. A cada dia uma nova rotina nasce para o cidadão, e é quase impossível repetir os passos de nossos pais, quanto mais de nossos tataravôs. Isso enche o homem urbano de uma carência de “valores”. Carência de tradição, de memória, suprida com o consumo exacerbado de história. Essa história monumental, literalmente edificada, é construída para um determinado fim:– o de fazer a memória.

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história do que é que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente,; a história, uma representação do passado. [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções [...]. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação ao universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço,

no gesto, na imagem, no objeto. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1981, p. 8)

Nesse raciocínio, temos que a história elege ícones para representarem certos períodos, certas passagens e determinados fatos acontecidos. Através desses ícones a história remonta o passado. Esses ícones são documentos, passam por locais, edificações e, até mesmo, pessoas. Jacques Le Goff, em “História e Memória” (1990), descreve sobre esses ícones, convertidos na figura dos documentos e monumentos. Ele faz também uma ligação com o pensamento, já visto em Halbwachs (2006), que o que sobrevive não é um conjunto dos acontecimentos, ou daquilo tudo que existiu num passado. O que sobrevive é uma escolha de acontecimentos. Essa escolha é traduzida, ou mesmo materializada, nas figuras dos documentos, selecionados pelos historiadores, e dos monumentos, que são a herança do passado (LE GOFF, 1990). Para esse autor, a palavra monumento remete a uma das funções essenciais do espírito: a memória.

O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *Monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no mundo em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1990, p. 535)

Nesse sentido, o monumento tem como característica estar ligado ao poder de perpetuação do grupo social ao qual está inserido, mesmo que de forma involuntária a esse grupo, como é o caso das obras comemorativas de arquitetura ou escultura citadas (chamado por Le Goff como sendo um legado à memória).

A história gira em torno desse monumento; ela é, dessa forma, pontual. Através do unitário, a história representa o todo, o conjunto de informações que gira ou girou em torno desse único ícone de preservação da memória. Assim, ela é restrita à contextualização dos interesses desse único, não tendo o poder e a força da coletividade, sem formar conjuntos. No século XIX, o termo “monumento” foi usado largamente para designar as grandes coletâneas de documentos. Nesse sentido,



grandes avanços aconteceram para assegurar a preservação da memória coletiva, onde há um grande acervo de fotografias, filmes, fitas gravadas, as chamadas coleções de documentos. A memória coletiva valorizou-se e se transformou na grande peça do patrimônio cultural, na preservação da história coletiva.

São lembranças concretas, elegidas e elevadas à categoria de monumentos. Monumentos esses que foram designados a serem os “guardiões das nossas raízes históricas”, designados a transmitirem aos novos a memória de um passado pertencente aos velhos. Esse lugar de memória é consagrado pela vivência de um grupo, de uma sociedade, pois, quando ele é construído pelo acúmulo de experiências vividas e compartilhadas, esse lugar passa a ser consagrado por esse mesmo grupo ou sociedade.

Alois Riegl, em “Culto ao Moderno” (2001), descreve exatamente a eleição de monumentos, classificando-os e criticando essa forma de eleição, um reforço às postulações de Nora. Riegl chama esses ícones de história de monumentos, não sendo necessariamente os monumentos em pedra e cal, mas sim todo e qualquer objeto palpável que represente um determinado instante histórico, ou seja, para ele, o monumento é toda obra criada pela mão do homem, cujo propósito é conservar a lembrança de uma ação ou destino, ou ambos.

Também sobre os monumentos, temos o trabalho de Françoise Choay, em Alegoria do Patrimônio (2006), que aborda os monumentos históricos consagrados no início do século XIX como sendo essa “presença” concreta, ao mesmo tempo em que é imbuído de um valor de um passado intransponível, estanque em um período temporal “irredutível e irrevogável”, construído pela historiografia. O monumento nasce, então, como uma lembrança para uma sociedade que estava em plena transformação econômico-social (em processo de industrialização), tão frágil e ameaçado de se extinguir. Ao mesmo tempo em que surgia imponente, ele se tornou fragilizado e desamparado ao longo do tempo.

[...] A construção icônica e textual do corpus das antiguidades, permite às sociedades ocidentais prosseguir seu duplo trabalho original: construção de tempo histórico e de uma imagem de si mesma enriquecida de modo progressivo por dados genealógicos [...]. As

pesquisa dos antiquários, acompanharam as dos naturalistas e participaram, como elas, da criação de uma civilização da imagem: instrumento de análise do mundo e suporte da memória. (CHOAY, 2006, p. 206)

O monumento histórico é um ícone de uma determinada sociedade, de um tempo demarcado, e assim sendo passível de ser cultuado tanto pela sociedade local, a qual pertence, quanto aos que por eles se interessarem. Esse Culto aos Monumentos – termo criado e bem definido por Aloïs Riegl (2001), porém, hoje já se desvirtua de sua original definição. Inicialmente, por ser um monumento ao qual a sociedade local o prezava pela sua identificação e reflexo cotidiano e, recentemente, passa a ser um culto de laços estreitos com a indústria cultural. A “mundialização” dos valores e referenciais ocidentais acelerou o processo da prática “ecumênica” de culto aos monumentos e, conseqüentemente, das práticas patrimoniais que os envolvem. Assim sendo, os monumentos adquirem valor de universalidade, “um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência.”¹⁰ Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema”(CHOAY, 2006, p. 207). Dessa forma, de culto local o patrimônio é elevado à condição mundial.

[...] o consenso formado em torno de ‘Les Lieux de mémoire’ mostrou que a obra estava em perfeita sintonia com a atmosfera intelectual do seu tempo, mas também a expôs ao risco de uma rápida banalização, que de fato aconteceu. A expressão ‘Lugar de Memória’ tornou-se uma figura do discurso político, um argumento turístico, enfim, um lugar comum. Em 1988, Jack Lang, então ministro da Cultura (França), chegou mesmo a integrar a categoria de ‘lugar de memória’ à nomenclatura do Patrimônio Nacional, a fim de conservar edifícios ou paisagens desprovidos de valor estético relevante mas carregados de forte valor sentimental. (ENDERS, 1993, p. 1).

Nesse artigo, Armelle Enders descreve a preocupação que Nora teve com a apropriação de seu trabalho, o que o levou ao *Les France*, em 1986, constituindo uma forma de reapropriação do conceito de “lugar de memória” em nome da comunidade dos historiadores e em detrimento da vulgarização do uso da

¹⁰ “O texto da Convenção do Patrimônio Mundial foi publicado em *Conventions et recommandations de l’Unesco relatives à La protection Du patrimoine culturel*, Unesco, Paris, 1983.” (CHOAY, 2006).

expressão, elevando-o à “nova categoria de inteligibilidade histórica contemporânea” (NORA, 1986 *apud* ENDERS, 1993)

Para abordar a noção de ‘lugar de memória’, dispomos da impressionante série de textos e declarações nos quais Pierre Nora se esforça para precisar o que quer dizer com isso. Ele afirma haver tomado emprestada a Cícero, em seu ‘De Oratore’, a figura retórica do ‘locus memoire’, na qual se associa a um lugar, uma idéia, transformando-o em um símbolo. Este lócus pertence claramente ao domínio do ideal e por isso é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos e vestígios materiais do passado. O ‘lugar de memória’ pode ser concebido como um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional. Na apresentação de ‘Les France’ Pierre Nora oferece uma definição: ‘lugar de memória: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer’. Tratava-se, então, desde os primeiros volumes, de proceder o inventário simbólico da França. (p. 2)

No entanto, não cabe, nesse momento, uma reflexão acerca das consequências dos trabalhos de Nora e de tantos outros; teremos sempre a dialética do ideal com o usual. A teorização de um tema sempre repercutirá de forma dinâmica em sua aplicabilidade e teremos, conseqüentemente, enquanto tratarmos de sociedades, revelações inesperadas. Os monumentos estão entregues às suas sociedades e estão à mercê de suas leis e de seu imaginário. Temos apenas que aprender a olhar, observar, saber ler o que nos é exposto aos olhos. É impossível não ler e traduzir, inconscientemente, para a linguagem de nosso “imago mundo” interior, inserindo cada monumento em um local especialmente guardado em seu “lugar” interior. Cada indivíduo é um leitor, um tradutor. Somos a sociedade de leituras, ou de tradutores, e é ela quem comandará eternamente as coisas, os valores intraduzíveis e insubstituíveis ao longo dos séculos e séculos ... “*amém*”.¹¹

¹¹ Do latim: “que assim seja”.

1.2 Os Descobrimentos Portugueses: do Brasil até Goiás

1.2.1 A era dos Descobrimentos e o Infante

A retomada de tão longínquo fato, os Descobrimentos Portugueses, se faz necessário por dois motivos: nunca foi tão necessário para a compreensão da nossa formação territorial (do Brasil) e da eminente procura pelos elementos que elucidam a formação da chamada brasilidade, como também para podermos entender o processo, a forma como se deu o povoamento, o desbravamento de um sertão “tão cruel, tão monstruoso e antropomorfo”. Esta era a imagem do Brasil, do século XVI, vista tanto pelos portugueses e europeus quanto pelos que em terras brasileiras já viviam: o “Fim do Mundo”. A Idade Média ainda vivia sob o medo do obscuro, o medo de ultrapassar seus limites, já muito bem delimitados. Se fora tão difícil dobrar o cabo “Não” e o “Bojador”, imagina só o que seria uma investida mar afora em nome de um ideal, de uma certeza de uma minoria que guardava em mais absoluto segredo as razões que os faziam crer na existência de mundo além mar.

Caracterizar esse momento, na verdade, é situar a consciência dos homens que para cá investiram sem saber aonde chegar, nem se chegariam ou retornariam. A fé moveu o homem navegante português. O amor à Pátria, o respeito irrestrito e a fidelidade total ao Rei, o amor incondicional do português à Coroa e a Deus, fez com que abrisse mão de toda essa atmosfera de periculosidade e mitificações do mar sem fim, e a acreditar na voz do infante Rei. Esse mesmo infante, em 1433, quando o navegador Gil Eanes voltou de uma investida frustrada de ultrapassar o Cabo do Bojador, envergonhado, com medo de enfrentar o mar tenebroso e “povoado de monstros, que voltou sem conseguir seu ensejo, escreveu-lhe em resposta ao fracasso:

Vós não podeis – disse o Infante – achar tamanho perigo que a esperança do galardão não seja muito maior. E em verdade eu me maravilho que imaginação foi aquesta que todos os filhães, **de uma cousa de tão pequena certidão**, que se ainda estas cousas que se dizem tivessem alguma autoridade, por pouca que fosse, não vos daria tamanha culpa. Mas querei-me dizer que por opinião de quatro mareantes, os quaes, como são tirados da carreira de Flandres ou de alguns portos para que comumente navegam, **não sabem mais ter a agulha [bússola] nem carta para marear**. Porém, vós ides todavia



e não tomaes sua opinião, fazendo vossa viagem, que, com a graça de Deus, não poderei dela trazer senão honra e proveito – Vê-se, claramente, que o Infante Dom Henrique, estava absolutamente convicto de que se poderia navegar para lá do Bojador e Gil Eanes foi... e voltou. [...] e ‘apanhei essas ervas que aqui apresento a Vossa Mercê, as quaes nós em este reino chamamos rosas de Santa Maria. (LOUÇÃO, 2000, p. 35)

Esse é o verdadeiro espírito que incentivou a investida mar adentro; ninguém investiria em tamanho arrojo se não houvesse um raio de lucidez ou uma resignação profunda por um ideal. Essa mesma resignação a esse ideal perdurou durante mais de dois séculos, quando então o Brasil começou a ser explorado em seu interior e a ser desbravado e povoado. O acaso não aconteceu. Hoje, embora ainda muito timidamente, a versão da religiosidade e da existência de um “ideal português” começa a ser desvelada.¹² Sim, desvelada no sentido de se retirar os véus que impedem a visualização do corpo nu, desprovido de objetos, subterfúgios, que impedem a apreciação do todo ao natural, a causa real da busca por terras novas. A era dos infantes e da Ordem de Cristo¹³ impulsionou a grande investida em expedições ultramarinhas, onde a Cruz da Ordem fora estampada nas velas das naus portuguesas, que ganharam o mar à procura de uma Terra Nova. O Catolicismo, então, poderia se instaurar e a filosofia da Ordem se propagar na redução dos infiéis, e os Cavaleiros de Cristo se instalariam e poderiam então viver em paz, sem perseguições.

A expansão portuguesa não foi, nem fruto do acaso, nem um feito político da Coroa ou de cortesãos esforçados, antes a missão de uma Ordem iniciática. Motivada por expectativas milenaristas e messiânicas colectivas, sincreticamente compendiadas no Auto do Império, a gesta

¹² Entre outros ver: GANDRA, (2007); LOUÇÃO,(2000); HONAERT,(2008); PORTO,(s/d).

¹³ Ordem de Cristo: Com receio da excomunhão e com medo da represália, os Templários simplesmente se esconderam e mudaram seu nome. Tornaram-se os Cavaleiros da Ordem de Cristo (Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo), verdadeira herdeira dos Templários, que ficou sediada no mesmo convento em Tomar, a partir de 1357. Os seus membros desempenharam um papel muito importante nos descobrimentos - quer na África ou nas Índias Ocidentais - nas conquistas e evangelização de novas terras, altura em que o Infante D.Henrique se tornou o seu Grande Mestre e exploradores como Dom Vasco da Gama eram seus membros. O sogro de Cristóvão Colombo também foi seu Grande Mestre, e Colombo navegou através do Atlântico com a cruz dos Templários brasonada nas velas. A Ordem de Cristo ficou dependente da coroa em 1484, no reinado de D. João II. Secularizada em 1780, por decreto de D.Maria I, quando das reformas das insígnias das antigas Ordens Militares .Restabelecida em 1918, a CONDECORAÇÃO da ORDEM de CRISTO é concedida, nos dias atuais, com o objetivo de premiar serviços prestados ao País no exercício das funções dos cargos que exprimam a atividade dos órgãos de soberania ou na administração pública, em geral, e na magistratura e diplomacia, em particular, que mereçam ser especialmente distinguidas.

marítima lusa resolve-se na demanda do Paraíso perdido, esse Centro Espiritual Supremo só alcançável [...] pelo nauta audaz que, em demanda do seu destino, embarque nas naus da iniciação e empreenda a travessia do Oceano da Alma [...]. (GANDRA, 2007, p. 111)

Para as terras brasileiras eles partiram. Figurados ou transfigurados em vários seguimentos sociais, para que passassem despercebidamente aos olhares investigadores, perseguidores. Assim, navegadores, jesuítas, bandeirantes, exploradores e todos os tipos de homens e aventureiros partiram rumo ao “Novo Mundo”. Fundaram a Ilha de Vera Cruz, que passou a Terra de Santa Cruz para, então, de forma tímida e discreta, se tornar BRASIL. Embrenharam mar adentro, enfrentando “monstros marinhos”, tempestades, fome e doenças. Transpuseram a grande muralha da Mata Atlântica para se aventurarem sertão adentro, abrindo aldeamentos, feitorias, assentamentos, arraiais, vilas, cidades. Enfrentaram todo tipo de sorte e revés, o desconhecido, o mito da antropofagia e de animais grotescos transfigurados em metade homem, metade animal, figurações do demônio. Conseguiram, de forma definitiva, ganhar o Novo Mundo (LOUÇÃO, 2000): “não a nós, Senhor, não a nós, mas ao Vosso nome dai a glória” (GANDRA, 2007, p. 132).

Estavam, enfim, Coroa e Igreja juntas, patrocinando a chegada a este Mundo Novo. O governo português (a Coroa) necessitava de terras novas, de economia nova, pois estava assolado economicamente e a Igreja, totalmente abalada pela Reforma Luterana, necessitava de conquistar novos fiéis. Porém, havia um interesse que era ir além de um mero expansionismo territorial, financeiro e católico. Era de encontrar, literalmente, a TERRA NOVA, onde se pudesse implantar a nova ideologia de vida, desenvolvida pela Ordem dos Templários,¹⁴ já extinta, reerguida com a Ordem de Cristo em Portugal.

¹⁴ “[...] Os cristãos deram donativos com largueza para as obras da Ordem. A aureola de prestígio e de coragem que rodeava a Ordem, mais sua importância material, suscitou a inveja de reis e potentados picados pela mosca da Revolução contra a Igreja e a Civilização Cristã. Em 13 de outubro 1307, o rei Felipe o Belo, da França, que haveria de morrer excomungado, fechou todas as sedes da Ordem, expropriou seus bens e promoveu processos contra ela. Acusava-a de adorar o demônio, praticar a homossexualidade, blasfêmia e heresia. O exemplo de Felipe o Belo foi seguido por outros reis, exceção feita, do de Portugal Os cavaleiros que fugiram da prisão,

[...] A Ordem de Cristo surgiu em Portugal para substituir a dos Templários, criada na fase de exacerbação do ardor das ‘cruzadas’, quando do esforço para a reconquista dos ‘Lugares Santos’ [...].[...] Clemente V – Papa entre 1304 e 1314 – findou extinguindo-a (a Ordem dos Templários), pela bula ‘*Vox in Excelso*’, do Concílio de Viena, de 22 de março de 1312, enquanto, pela bula ‘*Ad Providam*’, de 2 de maio, ordenava passassem os localizados seus bens à Ordem dos Hospitalários, exceto os em Castela, Aragão e Maiorca e Portugal, cujo destino se decidiria depois. (PORTO, s/d, p. 35)

Hornaert, em “História da Igreja no Brasil”, revela bem a formação e a importância que a Ordem de Cristo teve não só para os descobrimentos, mas para a nova formação econômica, política e financeira de todo Portugal.

[...] no dia 15 de março de 1319, a ‘Ordem de Cristo’ é formada com os antigos fundos da riquíssima Ordem dos Templários. Como Portugal era terra essencialmente ‘reconquistada’ aos mouros, a Ordem de Cristo ganhou importância e autoridade. Funcionava como órgão canalizador dos recursos do país para cofres da nobreza territorial. Moas como Portugal, antes da aventura marítima era terra de agricultura, a importância financeira e política da Ordem era relativamente modesta. [...] Tudo isso mudou com a conquista de Ceuta, em 1415. Sendo essa empresa marítima, como todas as empresas marítimas, essencialmente comercial e burguesa, a Ordem de Cristo começou a proclamar bem alto seus direitos sobre os recursos trazidos a Portugal esta nova experiência, proferindo discursos de teor religioso e evangélico, e protestando sua vontade missionária diante das novas descobertas. (HONAERT, 2008, p. 34)

Com receio de que os bens dos Templários fossem cair nas mãos da Igreja, D. Dinis propôs ao papa João XXII, sucessor de Clemente V, que se criasse uma nova instituição local, de sorte que a riqueza dos Templários não saísse do reino português. Pela bula *Ad ea ex quibus*, de 14 de março de 1319, fundou-se a “Ordem da Milícia de N. S. Jesus Cristo”, ou *Ordo Militiae Jesu Christo*, a qual “transfere todos os bens móveis e imóveis... seculares e eclesiásticos... e tudo que tinha e

cárcere e torturas, refugiaram-se em terras portuguesas. O último Grão-Mestre foi queimado em Paris. Felipe o Belo aduzia uma carta do Papa Clemente V. Mas, agora, o Vaticano afirma ter achado documento do mesmo Papa Clemente V exonerando a Ordem de toda culpa. A publicação ocorreu sob os auspícios dos Arquivos Secretos do Vaticano e da fundação italiana Scrinium. Segundo o historiador medievista Franco Cardini, um dos responsáveis pela edição, “a prerrogativa do Papa (Clemente V) era a de dissolver a ordem, mas ele nunca a condenou”. Cardini acrescenta que o documento achado “testemunha que o Pontífice não a considerava herege” (FERNANDES, 2007).



Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

devia ter a Ordem dos Templários” (PORTO, s/d, p. 36). Tal desfecho, apesar de contrariar o rei D. Dinis, o patrimônio dos Templários Portugueses, permaneceu em solo português, mesmo longe da gestão da coroa. Quando Dom João I, o Mestre D’Avis,¹⁵ subiu ao trono, a era dos descobrimentos tornou-se oficial.

Sendo a “Ordem de Avis” aliada aos antigos Templários, rapidamente Dom João I iniciou o expansionismo marítimo, conquistando Ceuta em 1415, cujo fato só foi possível com o auxílio financeiro da Ordem de Cristo. Ainda na busca pela conquista do comando da Ordem, Dom João I fez com que seu filho, o Infante Dom Henrique – o Navegador, tornasse o Grão-Mestre, o “administrador” da Ordem de Cristo, em 1420. Nesse momento, a administração da Ordem passou a ser feita de dentro da Corte Portuguesa, e não mais do Clero.

[...] E quando o Infante Dom Henrique, cujas expedições marítimas dispendiosas foram custeadas pela Ordem de Cristo, da qual era grão-mestre, começou a organizar a empresa africana, ele pediu à Santa Sé a ereção canônica de um convento de frades menores da observância de Ceuta. O Infante indicou claramente a finalidade desta fundação: ‘para a defesa e o aumento da santa fé e a redução dos infiéis’. O engajamento da missão no esquema colonial fica claramente provado com este texto. Este caso é típico e significativo de toda a evolução da vida missionária no império português e especialmente no Brasil, e dá novo impulso à instituição do padroado que recua na Europa e se desenvolve na América. Do ano 1442 em diante, direito de padroado significa direito de conquista: eis o sentido das bulas pontíficas. Portugal é o senhor dos mares ‘nunca dantes navegados’, organizador da Igreja em termos de conquista e redução, planificador da união entre missão e colonização. (HONAERT, 2008, p. 35)

Quando D. João III tornou-se Rei de Portugal e Grão-mestre da Ordem de Cristo, em 1551, essa fusão passou a ser definitiva. A partir de então, o Grão-Mestrado da Ordem passou a ser exercido pelos Monarcas Portugueses. Dessa forma, a tão rica Ordem dos Cavaleiros de Cristo custearia as expedições exploratórias de novos territórios: a Colonização (HONAERT, 2008).

¹⁵ A Ordem de Avis – ou Ordem Militar de Avis, teve sua origem na Ordem Militar de São Bento e foi fundada em 1175 por Dom Afonso Henriques, na cidade portuguesa de Évora. Uma das mais antigas e importantes Ordens Militares de Portugal esteve por muitos anos ligada à Ordem Castelhana de Calatrava – alguns autores dizem até ser mais antiga que esta última Ordem. Fundada com fins de proteger a cidade de Évora dos Mouros, foi transferida bem mais tarde para a cidade de Avis estendendo-se por toda a região do Alentejo. Muito rica, a Ordem recebeu donativos particulares ao longo de sua existência e, assim, conseguiu seu poder político e militar. Tem sua organização hierárquica espelhada nos padrões das Ordens Templárias – já extintas na época. (HONAERT, 2008, p. 163) (LOUÇÃO, 2000)

A Europa vivia uma época bastante conturbada. As indulgências, vendidas para garantir um lugar ao céu, como sendo o perdão de Deus aos pecados dos homens, revoltavam uma parte do clero, que acreditava no amor infinito de Deus, e não no rancor ou no castigo divino. Assim, Martinho Lutero, na Alemanha, começou a expor suas idéias e a estimular o povo a entender a “Palavra de Deus” como sinal de extremo amor ao homem, e não como sendo castradora e punidora. Em 1517, Martinho Lutero pregou às portas da Catedral da cidade de Wittenberg, na Alemanha, as 95 teses que marcaram o início do movimento do qual nasceu a Igreja Luterana. Essa foi a primeira e grande ruptura da Igreja Católica. Com medo de novos rompimentos e mais evasão de seus fiéis, a Santa Igreja não via com bons olhos as Colônias de Povoamento, ainda mais financiadas e alicerçadas pela Ordem de Cristo – uma reminiscência da Ordem Templária. O temor estava em um fortalecimento da Ordem, podendo trazer à tona novamente a força em números de adeptos aos cavaleiros e ao Mundo Novo, ameaçando mais uma vez a soberania católica. Dessa forma, a Igreja vigiava de perto cada nau que partia. As expedições levavam consigo representantes religiosos a bordo, em número suficiente para garantir as celebrações católicas para os tripulantes “[...] fazia parte da rotina da navegação portuguesa ter capelão a bordo. Este pertencia geralmente a uma das grandes ordens de Portugal, antes de 1550: os franciscanos, carmelitas, beneditinos, mercedários” (HONAERT, 2008, p. 33).

Para cada descobrimento, símbolos católicos deveriam ser expostos e revelados, marcando o território. Antes de ser português, seria um território temente e pertencente a Deus e à Santa Igreja. Os navegantes adotaram a cruz como sendo esse símbolo de representação maior. Não existe símbolo com significado católico mais forte que a Santa Cruz. Significado e significância levam sempre a imagem do Cruzeiro como o materializador da palavra: para o Cristianismo e também o Catolicismo. Todo homem que se dizia católico deveria portar uma cruz no peito como identificador de sua fé, deveria trazer Cristo junto de si. A cruz é a representação do amor de Cristo pela humanidade,¹⁶ pois, “pregado” na cruz, Cristo

¹⁶ No Catolicismo, um Dogma é uma verdade absoluta, inquestionável e de caráter irrevogável revelado por Deus. Dentre os vários Dogmas Católicos, temos dois que se referem a Cristo na Cruz: **Cristo imolou-se a si**

salvou a humanidade de todos os pecados. Adorar a Santa Cruz é adorar a Cristo, é comungar com a Palavra de Deus. A sua cruz tornou-se sinal de transformação, uma mensagem de libertação para os católicos. Liberta a sociedade de todos os contra valores: poder, riqueza, mentira e opressão, e anuncia os valores que Cristo nos ensinou e que constam na Bíblia: a solidariedade, a justiça, a verdade, a paz e a fraternidade. Por isso, os cavaleiros estampavam em suas bandeiras escudos, armaduras, tendas, em tudo, a imagem da Santa Cruz. Cravar no solo conquistado uma cruz significava, além da determinação de que o local doravante era católico, que também era um local passível do perdão de Deus, para aqueles que acreditavam nesse valor simbólico e se rendiam ao poder da Santa Cruz. “[...] Por onde chegam os portugueses eles plantam o famoso ‘padrão’ que traz as armas reais e a cruz intrinsecamente ligadas entre si” (HONAERT, 2008, p. 35).

Em Lisboa, no dia 8 de Março de 1500, em um domingo, terminada a missa campal, o rei D. Manuel I subiu ao altar, montado no cais da Torre de Belém, tomou a bandeira da Ordem de Cristo e entregou-a a Pedro Álvares Cabral. Era uma esquadra respeitável, a maior já montada em Portugal, com treze navios e 1500 homens. Além do tamanho, tinha outro detalhe incomum: o comandante não possuía a menor experiência como navegador (LOUÇÃO, 2000). Pedro Álvares Cabral só estava no comando da esquadra porque era cavaleiro da Ordem de Cristo e, como tal, tinha duas missões: criar uma feitoria na Índia e, no caminho, tomar posse de uma terra já conhecida, o Brasil (LOUÇÃO, 2000). O escrivão Pero Vaz de Caminha, que reparava em tudo, escreveu ao rei sobre a solenidade: “Ali estava com o capitão a bandeira da Ordem de Cristo, com a qual saíra de Belém, e que sempre esteve alta” (LOUÇÃO, 2000, p. 135). A Ordem de Cristo, representada por Pedro Álvares Cabral,¹⁷ atracou em terras brasileiras e em volta do cruzeiro celebrou-se a primeira

mesmo na cruz como verdadeiro e próprio sacrifício: "Cristo, por sua natureza humana, era ao mesmo tempo sacerdote e oferenda, mas por sua natureza Divina, juntamente com o Pai e o Espírito Santo, era o que recebia o sacrifício." - **Cristo nos resgatou e reconciliou com Deus por meio do sacrifício de sua morte na cruz:** "Jesus Cristo quis oferecer-se a si mesmo a Deus Pai, como sacrifício apresentado sobre a ara da cruz em sua morte, para conseguir para eles o eterno perdão" (HONAERT, 2008).

¹⁷ “[...] o novo monarca D. Manuel I tornou-o fidalgo do seu conselho, deu-lhe uma tença anual e ofereceu-lhe o hábito da ORDEM DE CRISTO, ou seja, o ‘descobridor do Brasil’ tornou-se cavaleiro da Ordem fundada sob a égide de Dom Dinis e herdeira directa dos templários de Portugal” (LOUÇÃO, 2000, p. 108). Descobrimos

missa ao pé da cruz, em 26 de abril de 1500, na “praia da Coroa Vermelha”, no litoral sul da Bahia (HONAERT, 2008).

Assim exposto, o Brasil formou-se católico na sua essência, rendido ao cravamento em solo da Santa Cruz. (anexos de 1 a 4):

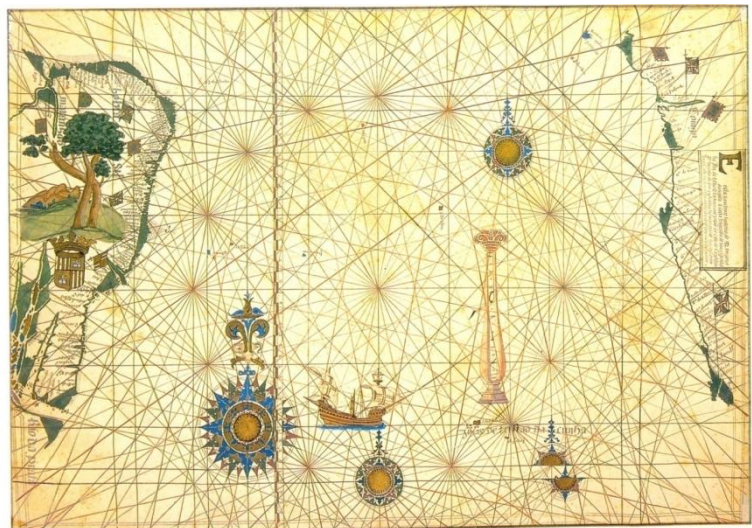
[...] Portugal entrou de maneira decisiva nos planos salvíficos de Deus, que, depois de diversas tentativas mal sucedidas, lhe confiou a missão de ‘estabelecer o seu Reino neste mundo’ (idéia de Vieira): o ‘reino de Deus por Portugal’. Escreveu o próprio rei D. João III ao primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa: ‘ A principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa santa fé católica’. E Camões desafia a generosidade cristã dos descobridores exclamando:

‘E vós outros que os nomes usurpais
De mandados de Deus, como Tomé,
Dizei, se sois mandados, como estais,
Sem irdes a pregar a santa fé?’[...]. (HONAERT, 2008, p. 24)

Figura 4 - Mapa do Brasil 1666 - ALBERNAZ, João Teixeira (ADONIAS 1993, 60)



Figura 5 - Carta Atlântica com as costas do Brasil e da África - 1563 - LUÍS, Lázaro. (ADONIAS, 1993, p. 56)

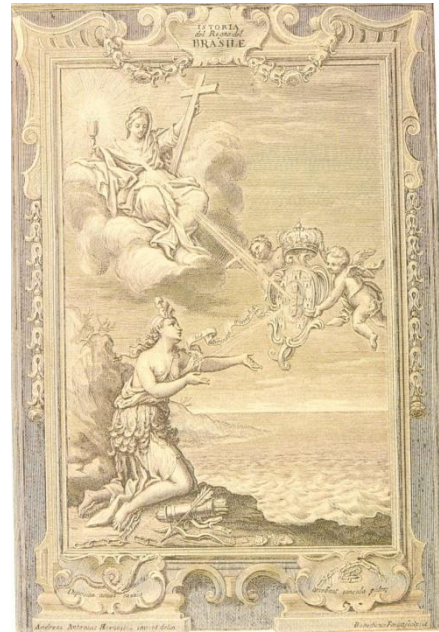


também como sendo representantes da Ordem de Cristo: Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Tomé de Souza, entre outros.

Figura 6 - Detalhe de ornamentação cartográfica: caravela, rosa-dos-ventos, tronco-de-léguas e Nossa Senhora do Rosário. (ADONIAS 1993, 56)



Figura 7 - ORAZI, Andreas Antonio - Frontispício da obra *Istoria delle guerre del Regno del Brasile*, da autoria do carmelita português João José de Santa Tereza, publicado em Roma em 1698. 2v. (ADONIAS, 1993, p. 62)



Um dos mais suntuosos trabalhos sobre o Brasil, publicado no século XVIII com belíssimas ilustrações executadas por gravadores famosos da época, como Benoît Forjat, Vincent Hubert (franceses) e Giovanni Girolamo, segundo os desenhos de Andrea Antonio Orazi (italianos).(ADONIAS 1993, 62)

1.2.2 As Bandeiras e os Bandeirantes

Não cabe aqui aprofundarmos nas etapas evolutivas da conquista territorial do Brasil, nem tão pouco armar cronologicamente a colonização do país. Apenas uma breve contextualização se faz necessário para o entendimento do desbravamento dos sertões e confins brasileiros, para então entendermos como o arraial de Ouro Fino surgiu sobre o solo brasileiro.

Ao se fazer colônia de Portugal, o Brasil se fez forte por estabelecer o comércio da cana de açúcar e do pau-brasil. Esses ciclos limitaram-se, em primeira estância, à faixa litorânea brasileira, o que causou grandes críticas aos portugueses:

[...] a ponto de Frei Vicente de Salvador, nosso primeiro historiador, criticá-los pois ‘que sendo grandes conquistadores de terras são se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos, em sua clássica observação.(MELLO, 1985, p. 17)

Com a queda do preço do açúcar na Europa, em decorrência da produção da cana de açúcar nas Antilhas pela Holanda, em meados do século XVII, a Coroa Portuguesa necessitava então de outra fonte de renda. Ao perceber que os espanhóis acharam prata de excelente qualidade em suas colônias, na América Espanhola, não tardou para que se ordenasse que fossem iniciados os ciclos das chamadas Entradas e Bandeiras.¹⁸ Esses ciclos eram expedições que se aventuraram para o centro da colônia em busca de ouro, pedras preciosas e também da captura de índios e animais. Esse movimento, esse ciclo de expedições, partia da capitania de São Paulo em direção ao interior da colônia, pois ali se instaurara a Vila de Piratininga¹⁹ para servir, de forma autêntica, de escola de Sertanistas ou Sertanismo, como sendo semelhante à Escola de Sagres (FERREIRA, 1978, p. 19). O intuito exclusivo era de adentrar o sertão brasileiro, que fora dividido em três grandes sertões: 1) O Sertão do São Francisco (ou Sertão do Paracatú); 2) O Sertão do Paraguai e, 3) O Sertão do Paraupava, que depois fora chamado de Sertão dos Goiás²⁰. As Bandeiras, que deram início ao Ciclo do

¹⁸ “O vocábulo ‘BANDEIRA’ surgiu em 1570.[...] Era a Bandeira uma milícia de segunda linha, contando com 250 homens, divididos em dois esquadrões de 25 homens cada. Segundo o ‘Regimento’, cada bandeira (também denominada de ‘companhia’), era comandada por um Capitão, vindo abaixo um Alferes porta-bandeira, um sargento, um meirinho, um escrivão e o cabo-de-esquadra.”. Nem sempre essas Bandeiras saíam completas de São Paulo (FERREIRA, 1982, p. 183).

¹⁹ Martim Afonso, após vencer a muralha da Serra do Mar, em 10 de outubro de 1532, funda a Vila de Piratininga numa colina junto ao Rio Piratininga – hoje Tamanduateí. Assim em meio ao Planalto, surge a república de Piratininga com sua Câmara Municipal organizada rigorosamente de acordo com a Ordenação do Reino. “Estava fundada a Escola de Sertanismo do planalto, que iria preparar gerações e gerações de sertanistas para devassar o interior incógnito da Província de Santa Cruz” como assim o quis Martim Afonso (FERREIRA, 1978, p. 16).

²⁰ “Dos roteiros que passaram de mão em mão, os mais célebres foram os dos Martírios, tendo chegado até nós. Parece que foram originados na bandeira de André Fernandes (1613-1615). (...) relatam que em certo trecho do Rio Paraupava, os bandeirantes acharam gravados nas pedras desenhos semelhantes aos instrumentos dos mártires de Cristo: coroas de espinhos, cravos, martelos, lanças, escadas, cruzes, o galo que cantou à meia-noite etc. E informavam que no sertão à esquerda do Rio Paraupava, dominado pelos índios Araés, havia muita riqueza em ouro. Essa época aurífera passou a ser conhecida por ‘Minas dos Martírios’” (FERREIRA, CIDADE

Paraupava, nome dado ao Rio Araguaia, iniciaram-se ainda no século XVI, no período de 1590 a 1618, e foram relatadas em roteiros descritivos dos caminhos que levavam a esse sertão, guardados pelas famílias dos sertanistas e passados de mão em mão – muito deles perderam-se. Nessa primeira empreitada, as Bandeiras já eram formadas de portugueses nascidos em terras coloniais, porém extremamente devotos a Deus e fiéis ao Rei de Portugal.

Todos os nascidos sob a bandeira do Rei de Portugal, eram denominados vassalos portugueses, e isto significava ser livre no plano local (as repúblicas municipais); mas no plano nacional dedicar a mais absoluta lealdade, fidelidade e zelo ao seu rei, o que significava dedicar esses sentimentos a todos os membros da Monarquia Portuguesa: era, pois o espírito de nacionalidade portuguesa, centralizado no Rei.[...] significava ter a Ordenação do Reino como o seu livro máximo; significava falar a mesma língua portuguesa, ter a mesma religião católica, ter os mesmos usos e costumes, etc. [...] Os que viessem a nascer no Brasil seriam por isso portugueses. (FERREIRA, 1978, p. 15)

E assim o Brasil se fez Portugal em seu extrato mais puro. O que os bandeirantes ou sertanistas vieram fazer nada mais foi do que prolongar Portugal no Novo Mundo, assim como o fizeram seus antepassados. Os bandeirantes, ou sertanistas, tinham consciência nítida de duas situações primordiais: eram nascidos sob a bandeira do Reino de Portugal, logo, eram portugueses; apesar de livres em terras coloniais, prestavam obediência, lealdade e fidelidade irrestrita ao Rei de Portugal; e o sertão ao qual devassavam era, pois, o “seu” sertão, terras da Vila de São Paulo de Piratininga. Onde colocassem os pés e até onde a vista alcançava, eram terras subordinadas à Vila de São Paulo de Piratininga. Assim sendo, os bandeirantes acabaram por transformar a cartografia da colônia a cada descobrimento. Acabaram com vários mitos, apesar de serem considerados “criadores de mitos”. Foram eles quem mapearam os três maiores rios do interior do Brasil, Rio São Francisco, Rio Paraguai e o Rio Paraupava (atual Rio Araguaia), de forma correta e, por consequência, estabeleceram os três grandes sertões, já citados (FERREIRA, 1982).

DE GOIÁS, onde findou a grande era das Bandeiras Paulistas, 1978, p. 23) . Alencastre nos “Anais da Província de Goiás” – 1979, também cita os Martírios (ALENCASTRE, 1979).

Figura 8 - Mapa indicando os Três Grandes Sertões e suas três Capitânicas - (FERREIRA 1978, 26)



Dos três sertões, surgiram as três capitânicas, pois, para cada sertão, havia uma capitania: 1ª) Capitania das Minas Gerais – Fernão Dias Pais, através dos roteiros oriundos do Ciclo Paraupava, em 1674, partiu para o Sertão do São Francisco e, em 1720, a região das Minas Gerais foi desmembrada da capitania de São Paulo, passando a constituir, por determinação de carta régia, uma unidade administrativa própria com o nome de Capitania das Minas Gerais; 2ª) Capitania do Mato Grosso – Pascoal Cabral Leme, em 1718, descobriu ouro em Coxipó, nas cabeceiras do rio Cuiabá e, em 1748, foi desmembrada da capitania de São Paulo, recebendo o nome de Capitania de Mato Grosso, também por Carta Régia; e 3ª) Capitania dos Goiás – Foi o último sertão onde se descobriu ouro em seus rios, que também fora em 1748, desmembrada da capitania de São Paulo, tornando-se Capitania de Goiás (FERREIRA, 1978). Em 1818, o Rei Dom João VI elevou a capitania à Província de Goiás, tendo como capital a Cidade de Goiás. Entre 1739 a 1743, a Vila Boa de Goiás, capital da capitania de Goiás, foi administrada por Dom Luis de Mascarenhas que, durante esses três anos, também administrou a capitania de São Paulo.

Figura 9 - Mapa da Capitania de Goiás - COLOMBINA, Francisco Tosi – 1751 (ADONIAS 1993, 368)

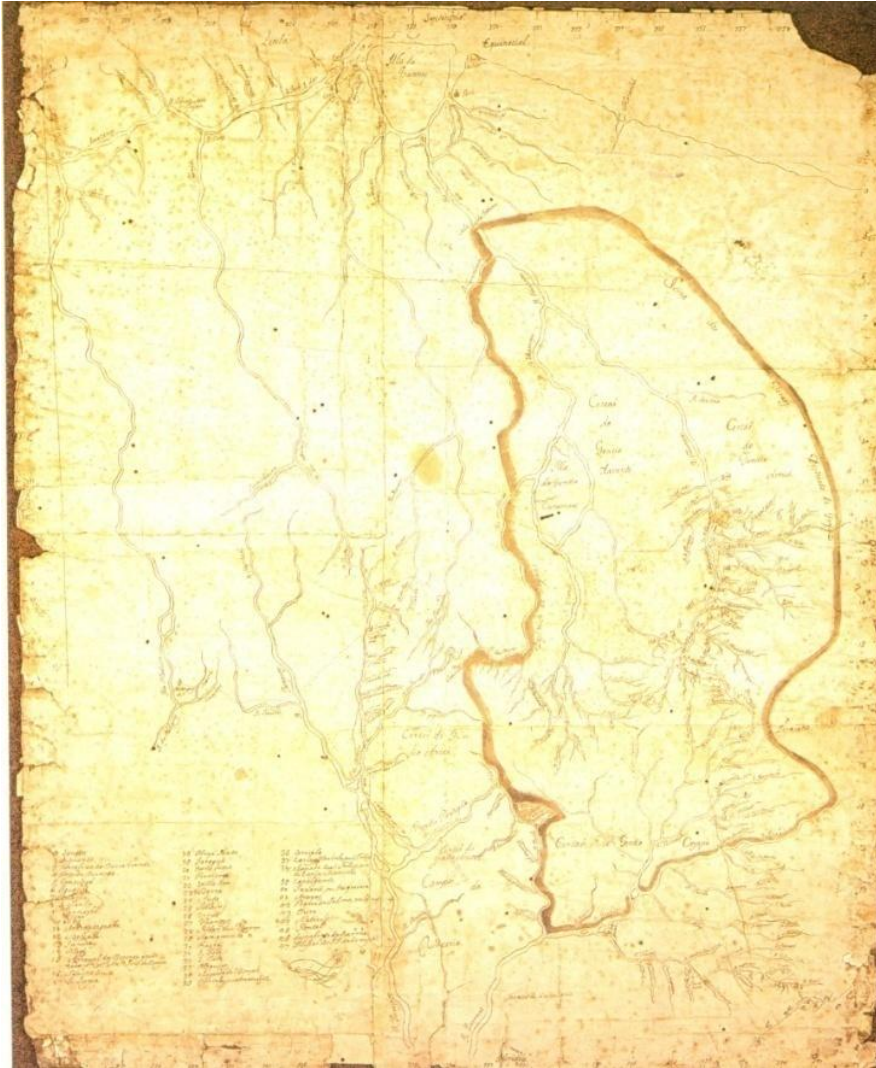
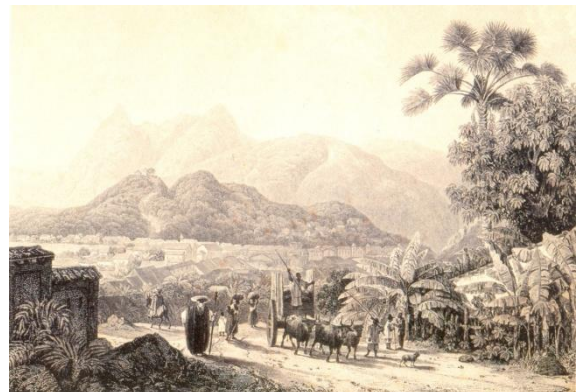


Figura 10 - Habitantes de Goiás – 1835 (ADONIAS 1993, 368)



Figura 11 - Vista de Vila Boa - 1830 (cidade de Goiás) - (ADONIAS 1993, 368)



À procura das Minas dos Martírios, partiram da Capitania de São Paulo algumas bandeiras, como as de: Francisco Lopes Buenavides (1665-1666), Antonio Pais (1671), Luis Castanho de Almeida (1671) e a de Sebastião Pais de Barros (1673), por terra, até chegar ao Sertão dos Goiás. Nessa última, dizia estar entre os membros da expedição exploratória, Bartolomeu Bueno da Silva (pai). Este, sendo atacado pelos índios da tribo *Inheiguara* (cuja pronúncia pode ter se distorcido para Anhanguera), ficando cego de um olho recebeu o apelido do nome da tribo que o feriu. “Segundo Pedro Taques em sua ‘Nobiliarquia’, o fato da queima de aguardente em uma bacia, para intimidar os índios, deu-se com o sertanista Francisco Pires Ribeiro, e não com o Anhanguera” (FERREIRA, 1978, p. 25). Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera, filho (este herdara do pai não só o nome, mas também a alcunha), volta ao Sertão dos Goiás, em busca dos Martírios, com nova expedição, mais numerosa e melhor preparada. Seguindo os roteiros deixados pelos antigos bandeirantes e por seu pai, percorreu o vasto sertão encontrando ouro, mas não os Martírios. Em 1725, retornou à Capitania de São Paulo para buscar reforços e iniciou a exploração do sertão dos Goiás e seu povoamento. Fundou os principais arraiais do ciclo do ouro em Goiás e ali se fixou até sua morte em 1740.

Dá nome de Rio Vermelho (afluente do Rio Araguaia) ao curso d’água onde havia ouro. Funda o Arraial do Ouro Fino, deixa-o sob o curso do rio e pouco acima funda o Arraial do Ferreiro, cujas catas de ouro abandona por outras mais ricas, meia légua a montante. (...) em 25 de julho de 1727, dá por fundado o Arraial de Santana. (FERREIRA, 1978, p. 27).

Em 1739, Dom Luís de Mascarenhas elevou o arraial de Sant’Anna à categoria de Vila Boa de Goiás. Em 1748, o Rei de Portugal desmembrou o Sertão dos Goiás, tornando-o uma unidade administrativa autônoma: uma Capitania, recebendo o nome de Capitania dos Goiás (Ver anexo 9). Em 1818, o Rei português Dom João VI elevou Vila Boa de Goiás à categoria de Cidade de Goiás, nesse momento passando a ser a capital da nova Província de Goiás. Assim sendo, a cada avanço nos sertões, uma nova cruz era cravada em solo, marcando o território, subjugado a Ordem de Santa Cruz. Eram cruzeiros altos, firmes, de madeira grossa e firme. Aos pés desse cruzeiro, a fé se revelava à terra nova e ao catolicismo, abria os caminhos sagrando o chão a ser pisado, desbravado. Para muitos, o cruzeiro era simbolismo

de fé, religiosidade, de benção e, para outros, sinais cravados em solo como marcos de territorialidade. Fato é que a Ordem de Cristo, desde a vinda, desde a chegada dos portugueses às costas brasileiras, esteve à frente não só da fé, mas do governo colonial. Coroa e Ordem, regidos pelo mesmo homem, o grão-mestre que era também o Rei, o Infante.

A cada Sertão, uma Capitania; a cada Capitania, Sesmarias eram cedidas. A cada Sesmaria, o dízimo se fazia doar à Ordem de Cristo (PORTO, s/d, p. 78). Um décimo de tudo que o “chão” produzisse, seja fruto, seja animal, seja o que for que brotasse do solo ou emergisse das águas dos rios. Não só o cruzeiro rompia o horizonte do Mundo Novo, mas em tudo a Ordem estava presente, a cada indício da vida em terras coloniais. A Igreja foi, assim, se instalando, não só em terra firme, mas também no ideal de cada povoamento. Foi através da presença constante da Igreja de suas instâncias de base que o Estado – a Coroa – se fez presente em cada canto, em cada clareira que se fazia em terras distantes, umbilicalmente ligados, tornando-se por vezes um só, infundindo-se à religiosidade da população, entranhando-se aos mais humildes até aos mais abastados. A Igreja erguia-se sólida, forte, segura e, principalmente, Mãe de um povo novo. Tão matriarcal que, em sua grande maioria, eram suas edificações dedicadas a Nossa Senhora: Nossa Senhora do Carmo, do Rosário, do Pilar, da Glória, da Ajuda, entre outras (FERREIRA, 1982).

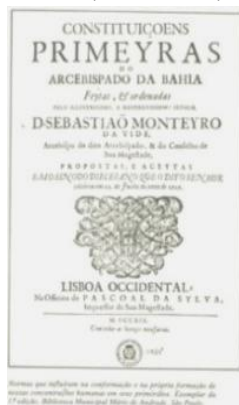
O solo sagrado se alastrava e, através das Normas, que eram as orientações rigorosas do Vaticano em todo mundo, estava-se atento à uniformidade e clareza dos ritos necessários à Contra-Reforma católica, definidos pelo Concílio de Trento (1545-1563). Constituições essas que foram, através da Carta Magna, oficializadas através da união da Coroa à Mitra (MARX, 1991, p. 20). Essas normas tão rígidas chegavam inclusive a estipular onde e como construir as edificações, bem como as exigências mínimas que deveriam atender os locais pios, sagrados das capelas, igrejas, ermidas que fossem.

A constituição 687 determina: ‘ Conforme direito Canônico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja

Figura 12 – Constituições

Primeiras

Fonte: (MARX, 1991)



parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sórdidos...’ O costume de se destacar o templo na paisagem [...] Obedecia, a uma legislação clara a ser cumprida se se quisesse a sagração, ainda que de uma pobre capelinha, se se desejasse a sua aceitação e eventual promoção futura pela Igreja, que a reconheceria como tal; que conferiria, pelos seus estritos rituais, a qualidade de local onde se poderiam oferecer os sacrificios e os sacramentos; que lhe indicaria um sacerdote, em caráter permanente ou não. ‘ A Igreja He cidade fabricada sobre um monte, patente a todos: He candeia posta sobre o castiçal, que alumea a todos’. Cumprir o versículo de Mateus citado no primeiro livro em português editado nas Américas (Castelnovo, 39).”(MARX, 1991, p. 22)

Assim, o preceito eclesiástico estaria sendo atendido e teria o edifício dedicado à religiosidade, seu lugar de destaque na paisagem, pelo relevo e não somente pela opulência da edificação. De cima, “Deus vê tudo e a todos”, como o dito popular. Essa mesma concepção foi dada para a implantação, tanto para os cruzeiros que simbolizavam o solo sagrado, quanto para as edificações, que foram fixadas em colinas e escarpas. Do alto de um morro, de uma elevação se faz visto o ícone mais forte do catolicismo: a Cruz, e foi em torno desses cruzeiros, cravados pelos sertanistas que adentraram o sertão, que surgiram os primeiros assentamentos urbanos.

Dessa forma, as bandeiras conservaram o hábito de instalarem o “padrão” nas terras descobertas. Ao aportarem em terras novas, terras “achadas” ou descobertas (existe aqui uma diferença substancial entre achar e descobrir, achar é procurar por algo que se sabe que existe, e descobrir, des-cobrir, é encontrar algo inesperadamente), de imediato se dedicava a tarefa de implantarem o marco, a bandeira, o padrão que demarca a propriedade, que identifica o dono das terras. Exemplo disso são os cruzeiros encontrados nos largos das cidades do ciclo do ouro. Entre eles temos a tão conhecida “Cruz do Anhanguera”, na Cidade de Goiás – mesmo não sendo o cruzeiro original daquela cidade, foi dado como sendo o cruzeiro que a Bandeira de Bartolomeu cravou próximo à cidade de Catalão (COUTO, 2006, p. 26)



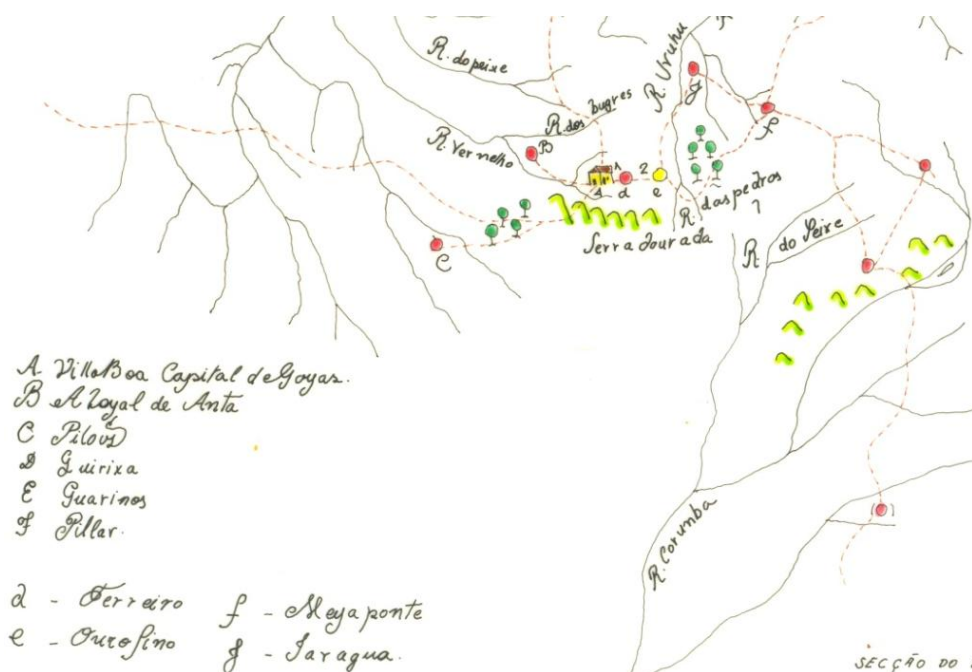
Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

1.2.3 O Arraial de Ouro Fino

Os arraiais do ciclo do Ouro no Estado de Goiás surgiram em consequência da Bandeira exploratória do grande Sertão dos Goiás, que teve início em 1601, foi chefiada por André de Leão, com o chamado Ciclo do Paraupava. Em 1673, chegou às terras de Goiás a Bandeira de Sebastião Pais de Barros, integrada por Bartolomeu Bueno da Silva – o pai, e finalmente em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva – o filho, iniciou o processo de povoamento do Sertão dos Goiás (FERREIRA, 1978).

As Bandeiras, como já vistas, tinham caráter exploratório. Partiam da Capitania de São Paulo em busca de ouro e demais riquezas. Quando descobriam o ouro, armavam acampamento e marcavam o local com um cruzeiro feito preferencialmente de madeira aroeira. A Bandeira seguia em frente até o momento em que se fazia necessário retornar à capitania de São Paulo em busca de reforços tanto pessoal quanto de alimentos, retornando com material suficiente e “cartas régias”, nomeando os locais e assegurando a implantação dos mesmos. Assim fora feito. Em 1726, foram fundados, pelo Anhanguera, os arraiais de Ouro Fino, Ferreiro, Sant’Anna, Anta e Barra.

Figura 13 - Mapa com a Localização de Ouro Fino – 1919 – modificado, pela autora, da Sessão de Desenho da Comissão Rondon (1919) – traçado sobre cópia do original



Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

Em volta da Cruz, um largo se fazia. Em volta do Largo, algumas cabanas. Em uma delas, em terreno mais alto, era confeccionado um altar dedicado a Nossa Senhora.²¹ A imagem da Santa Virgem Mãe de Jesus era ali pousada e, aos seus pés, os acampados poderiam celebrar os rituais católicos. Conta nos registros da historiografia de Goiás que a primeira capela erguida oficialmente foi no Arraial da Barra, erguida em nome de Nossa Senhora do Rosário. Em todo local assentado deveria ser levantado um altar e celebrada uma missa em intenção da prosperidade do local e sua benção. Em Ouro Fino, existe registro de ter havido uma única Igreja erguida em nome de Nossa Senhora do Pilar.

Figura 14 – Desenho da Igreja de Ouro Fino – ilustração da autora.



Assim surgido, em favor das catas de ouro de aluvião em forma de pó – por isso o nome de Ouro Fino, o arraial desenvolveu-se igual aos outros arraiais da região de Goiás. Localizado acima do Rio Vermelho, "[...] numa elevação, e defronta uns morros baixos que têm denominação geral de Morro do Sol e ficam do outro lado do rio" (POHL, 1976). Bastante ventilado, era servido de água de novembro a julho por um córrego, o Praia. Um pouco mais afastado, corria também o córrego Castelhana. Ambos com água potável de excelente qualidade, possuíam a água mais fria e levemente ferruginosa. Seus assentamentos oriundos em função das lavras de ouro, sua apropriação inicial, ao que consta na História do Estado de Goiás, se deu pelo interesse das pessoas que para cá vieram em busca exclusiva do ouro. Não temos

²¹ "A grande santa de devoção dos Bandeirantes era Nossa Senhora, principalmente a do Carmo, vindo depois, a da Conceição, a do Pilar, etc" (FERREIRA, 1982, p. 181).

registros do número de habitantes de Ouro Fino durante o século XVIII. O historiador Paulo Bertran (2004) cita que, em 1783, o arraial de Ouro Fino contava com cerca de 15 tabernas (estabelecimentos comerciais) e 4 lojas de fazendas. Em julho de 1845, foi elevado à categoria de distrito da cidade Goiás.²²

Com o declínio das atividades auríferas e com o esgotamento de ouro nas jazidas, houve uma evasão dos arraiais em função da busca por novas atividades de rentabilidade. As fazendas começaram a ser demarcadas e então iniciadas as atividades agropecuárias já no início do século XIX (Chaim,1983). Nesse mesmo período, diversos historiadores e cronistas passaram pelos sertões brasileiros, pelo interior do Brasil, registrando em seus diários os assentamentos urbanos que encontravam. Pohl (1976) e Saint’Hilaire (1975) descrevem o arraial como tendo cerca de 80 residências e em franca decadência. Pohl, em sua viagem nos idos de 1820, descreve: “[...] a maioria dos habitante abandonara o lugar porque, à falta de trabalhadores e de água, cada vez se extraia menos ouro”(POHL, 1976, p. 120). Tanto Saint’Hilaire (1975) quanto Silva e Souza (1976) endossam essa visão. Cunha Mattos, quando em 1824 passou por terras goianas, descreveu o arraial como sendo constituído por 60 casas residenciais e uma igreja em péssimo estado de conservação. Descreve também a queda das pontes sobre os rios Uru e Das Almas, fato que trouxe o isolamento temporário do arraial e o desvio da estrada principal de acesso à cidade de Goiás para a cidade de Curralinho – atual Itaberaí (MATTOS, 1979).

Na segunda metade do século XIX, já notava-se a diferença na sociedade, mista de urbana e rural, onde a parte urbana servia de apoio para a vida rural e de anteposto para a chegada à capital do Estado – Vila Boa. No final do século XIX, construiu-se o Seminário Episcopal de Santa Cruz, servindo como uma “casa de férias” dos seminaristas e padres de Vila Boa. O edifício do Seminário fora construído a mando de Dom Eduardo, em 1892.

²² “Pela lei provincial nº 8, de 31-07-1845, é criado o distrito de Ouro Fino e anexado ao município de Goiás” (IBGE) (Grifo do autor).

[...] D. Eduardo, no ardoroso afã de cuidar da formação de seu clero, concebe o plano de fazer em Ouro Fino, localidade amena, cognominada a Petrópolis goiana, o seu Seminário de campo ou casa de férias. Dois fatores levaram D. Eduardo a consumir a idéia: o clima quente da capital e as constantes deserções dos seminaristas em época de férias, deserções estas causadas ou pelo desleixo dos pais ou pela falta da presença do Vigário em muitas freguesias. Para isso D. Eduardo adquire três pequenas casas no velho Largo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar e edifica seu seminário de férias. (SILVA J. T., 2006, p. 333)

Em 1896, transferiu-se o seminário para Uberaba (a sede do bispado). Com isso, as atividades de seminário ficaram ausentes até 1909, quando Dom Prudêncio assumiu o bispado, readquiriu a reforma do antigo edifício do seminário e reabriu suas portas no mesmo ano.

Ao ato de instalação estavam presentes as principais autoridades do Estado [...] a visita que fizeram a todas as salas e instalações do prédio, impressionaram-se os visitantes com a limpeza, a higiene, o serviço de água potável, e o conforto de que os seminaristas poderiam desfrutar. (BRETAS, 1991, p. 531)

Dadas as condições climáticas e as excelentes águas dos rios que banhavam o arraial, algumas residências passaram a servir de casas de veraneio da elite “vilaboense” (muitas serviram de centro de reabilitação de enfermos com tuberculose e outras doenças pulmonares).

A situação do Arraial é a mais aprazível. Colocado a 820 ms, acima do nível do mar, exposto a uma brisa constante e rodeado de magníficos campos com excellentes pastagens, tem o Arraial um clima delicioso e tonificante que o torna muito procurado por aqueles, cujos organismos combalidos por longas enfermidades, estão a exigir um ar oxygenado. Quasi que pode-se affoutamente dizer que o clima de Ouro-Fino é um dos melhores do Estado, sendo ahí muito communs os casos de longevidade.[...] Allém do ouro que ainda se encontra com difficuldade relativamente pequena, tem ricas caieiras, muito ferro e mármore capaz de competir com os mais bellos vindos da Itália.[...] A descoberta do ouro de súbido quilate por Bartholomeu Bueno determinou, em 1726, como collorário normal, a fundação de um arraial que com o decorrer do tempo tornou notável incremento. (AZEVEDO, 1987, p. 175-176)

Segundo antigos moradores do arraial, não houve um fator decisivo ou determinante para o abandono e/ou arruinamento do arraial. As pessoas simplesmente foram aos poucos mudando-se de lá. Como consequência do abandono, Ouro Fino, que era distrito de Goiás (cidade), passou a ser chamado em 1943 de Itaiú, mudando também de localidade e, em 1966, Itaiú passou a se chamar Calcilândia²³, como é conhecido até hoje.

²³ “ **Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943**, são criados os distritos de Ceres ex povoado de Colônia Agrícola e Xixá, ambos com terras desmembradas do distrito de **Itaiú** e anexados ao município de Goiás e ainda (...) **Ouro Fino a chamar-se Itaiú**. **Pela lei estadual nº 2, de 24-03-1966**, o distrito de Itaiú passou a denominar-se Calcilândia” (IBGE) (Grifos do autor).

CAPÍTULO 2

AS PAISAGENS DE OURO FINO: PAISAGEM DA ARQUEOLOGIA, PAISAGEM DA MEMÓRIA E PAISAGEM URBANA

2.1A Paisagem da Memória: uma visão antropológica e social do Arraial de Ouro Fino (2009)

O arraial manteve-se vivo até início da segunda metade do século XX, quando ruiu, e hoje é apenas um sinal, singelo na paisagem, quase despercebido por aqueles que não sabem o que ali já existiu. À custa de muita observação é que podem ser vistos os sinais de ocupação da planície que um dia foi o Arraial de Ouro Fino. Em meados de 1929, um dos últimos viajantes e pesquisadores da região, Victor Coelho de Almeida, registrou sua passagem por lá, relatando o declínio social, informando contemplar o arraial com não mais do que “a matriz e umas 16 casinhas” (ALMEIDA, 1944, p. 65). Um fator que impactou fortemente para o abandono do local foi a saída do Seminário de Santa Cruz, que se instalou em Bonfim – hoje Silvânia, e também a queda da ponte sobre o rio Uru, fazendo com que a estrada para a cidade de Goiás (antiga Vila Boa, capital), fosse desviada, passando por fora de Ouro Fino. Com o advento da construção da nova capital do Estado de Goiás, Goiânia, os jovens passavam a fixar residência na nova capital em busca de melhores estudos e empregos, ficando em Ouro Fino os mais idosos. Com a morte dos mais velhos, o arraial foi se extinguindo e as festividades religiosas que tanto movimentavam Ouro Fino também foram se acabando. Os lotes residenciais foram aos poucos sendo arrendados e vendidos e hoje encontramos, no mesmo local, três fazendas que mantêm sobre a paisagem de Ouro Fino atividades pastoris, onde o gado passeia tranquilamente entre as ruínas e as fundações das edificações.

Conversando com antigos moradores e frequentadores do arraial de Ouro Fino, aos poucos a memória coletiva desses entrevistados fornece uma imagem vívida e presencial do arraial. Através das lembranças, o lugar “Ouro Fino” surge do imaginário e se materializa junto com o levantamento das ruínas, feito pela arqueologia. Essas ruínas são, enfim, desvendadas, e as pessoas voltam a habitar

imaginariamente as casas, a circular pelo Largo nas festas, nos velórios e enterros, a fazer visitas, brincadeiras de crianças, a passar por Ouro Fino a caminho de Goiás ou de uma fazenda em outra da região. As recordações se entrelaçam e estabelecem um elo emotivo com a paisagem que emerge da memória e se sobrepõe à paisagem real. É verdade que realidades virtuais e reais juntam-se e decodificam símbolos do imaginário das pessoas e traduzem a forma como o povo de Ouro Fino apropriava-se do espaço público e do privado, da forma como se interagiram e transformaram Ouro Fino em um lugar de memória, vívido na lembrança dos herdeiros daqueles que lá viveram. As imagens surgem lúcidas à mente das pessoas, não importando a idade. O que diferencia apenas é a intensidade do modo de relacionamento com o lugar.

A afetividade e o apego aos lugares formados nas lembranças da infância e de um período de vida dessas pessoas, isso tudo fornece subsídios ao estabelecimento de memórias guardadas no inconsciente individual e, também, mais tarde, no coletivo. Isso pode ser comparado ao que Ecléa Bossi escreveu: “Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança ‘vive’ em estado latente, potencial. Esse estado, por que está abaixo da consciência atual (abaixo, metaforicamente), é qualificado de ‘inconsciente’”(BOSI, 2007, pp. 51,52). Esse inconsciente é exatamente o grande “porta-lembranças” das pessoas que, quando chamadas à realidade, resgatam desse “porta-lembranças” os dados necessários para a formação de uma idéia, de um dado, de um fato de um conjunto de tempo ou tempos vividos e presenciados, cheio de sentimentalidades e portadores de emoções (positivas ou negativas). São esses sentimentalismos e emoções que nutrem o campo do inconsciente e selecionam o que guardar dentro desse “porta-lembranças”. Halbwachs (2006) diz que conseguimos lembrar daquilo que vivemos, sentimos, fizemos, pensamos em um determinado espaço de tempo. Recorremos corriqueiramente a essas lembranças, a fim de contextualizarmos nossas vidas, mas os sinais exteriores, não presenciados por uma pessoa, podem até ser um fato marcante da história, mas jamais contemplarão o “porta-lembranças” dessa pessoa, a não ser como exatamente o é: um fato meramente histórico, uma data. Logo, a história vivida se difere da história fatural; os fatos acontecidos coletivamente somente exercem

impacto quando pensados coletivamente, mas se abstraídos aos grupos ou aos indivíduos desse coletivo, esses fatos podem ter ocorrido despercebidamente e jamais serem reconhecidos como existentes para outros indivíduos ou grupos. Assim, a memória, a história vivida, diz respeito única e exclusivamente aos indivíduos ou ao grupo que participou desse processo histórico, do qual esteja diretamente ligado. Indivíduos exteriores podem participar indiretamente, mas o alcance das lembranças desse fato será bem menos impactante que para os que participaram diretamente. A história fatural pode servir de apoio ou de base para a vivência desse indivíduo ou grupo, como pode servir apenas de ilustrações sem importância alguma para eles. Como bem descreveu Halbwachs:

Admitamos, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. (HALBWACHS, 2006, p. 71)

Por exemplo, ao nos referirmos à Segunda Guerra Mundial, as imagens guardadas desse fato servem à minha geração como ilustração de algo acontecido há muito tempo e um lugar bem distante do que eu vivo ultimamente. Portanto, a Segunda Guerra não teve o mesmo impacto na minha vida e nas minhas lembranças (na história de minha vida) como na vida dos alemães ou mesmo dos judeus europeus, pois não vivi na Europa e nem tenho parentes que lá viveram ou participaram do impacto desse momento.

Nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 2006, p. 79)

Dentro desse pensamento é que se fez necessário fluir a leitura da memória coletiva desses indivíduos ainda vivos, que vivenciaram momentos em Ouro Fino e que ainda são capazes de reconstituir a dinâmica do arraial. Não só de lembranças materiais vive nosso passado, mas muito mais das lembranças vivenciadas, de

emoções despertadas e sentidas durante o fazer do passado. Reviver essas emoções, entrelaçar as sensações de um grupo é ressurgir, restaurar um lugar que só existe no imaginário e no emocional das pessoas. O lugar é isso mesmo, a figuração do sentido das palavras: apego, pertencimento, identidade e reflexo, dentre tantos outros sinônimos que podemos buscar nos vocábulos da língua portuguesa (TUAN, 1983).

Foram entrevistadas algumas pessoas que mantiveram alguma relação afetiva mais estreita com o arraial. São antigos moradores, frequentadores, pessoas que iam e vinham de um local a outro passando pelo arraial, pessoas que tiveram parentes que moraram ou frequentaram Ouro Fino. Enfim, pessoas que desenvolveram algum sentimento de pertencimento a Ouro Fino. Através de um pequeno questionário, as entrevistas foram desenvolvidas em um tom mais informal, pois a maioria dos entrevistados, cerca de dez pessoas, era de idade já um tanto avançada. Suscitar emoções fortes nessas pessoas poderia surtir um efeito contrário ao esperado. Ao invés de acender a luz da memória, esta poderia se apagar de vez em forma de lágrimas e de confusões mentais. Logo, apesar de existir um questionário, foi lançada apenas a pergunta inicial: “O que lhe vem à mente quando escuta as palavras: Ouro Fino?” e, assim, a conversa de longas horas fluía em tom sempre alegre e saudosista e, caso algum item do questionário não fosse contemplado, era feita a pergunta. Tentou-se buscar a diversidade entre famílias, porém a distancia temporal entre a época de extinção do arraial e o tempo atual, 2009, já chega a cinquenta anos. Isso fez com que a limitação de entrevistados fosse sentida, bem como o fato de que o arraial contemplava com apenas cerca de 20 residências no século XX até sua extinção total. Porém, a riqueza de detalhes e a perfeição dos relatos foram mais que suficientes para trazer subsídios consistentes à pesquisa aqui desenvolvida.

Dona Raynerita de Queiroz Costa, mais conhecida como Fiita, hoje já muito idosa e portadora do “mal da memória”, já quase não reconhece as pessoas e as lembranças se misturam em sua mente, mas sorriu ao ouvir falar de Ouro Fino e logo descobri o porquê do sorriso. Ela me deu uma retrospectiva, escrita por ela há anos, quando ainda estava totalmente lúcida e movida pela vontade de reviver Ouro

Fino. Remontou quadro a quadro, suas lembranças do Arraial, montando assim o que Ecléa Bosi (2007) argumenta ao dizer que o estudo das lembranças dos idosos, dos velhos, se dá de maneira mais marcada, mais caracterizada e mesmo amadurecida, pois a memória atual do idoso pode ser montada sobre um pano de fundo – os quadros, mais definidos do que a memória de uma pessoa mais jovem, que ainda está formando sua visão de mundo e ocupa-se com os afazeres do dia a dia. O idoso possui mais tempo para a reflexão mais primorosa, mais detalhada de suas lembranças. Ele pode evocar seu passado como um modo de “relaxamento da alma”. Já o adulto não visualiza o passado ainda em forma de um “sonho”, de uma visão, de algo literalmente “passado”. O velho, o idoso, ao se lembrar do passado, não está em delírio, ou perdido em reminiscências, mas está se ocupando com total consciência, dedicando-se com total atenção e cuidado, do próprio passado, da “substância” de sua vida. É um ato de total inflexão e retomada de consciência de fatos verdadeiramente vividos, que são remontados quadro a quadro de forma sistemática. Na maioria das vezes, remonta por escrito o seu passado, as suas lembranças. Quando o idoso passa a ser “improdutivo” economicamente, ou seja, deixa de ser um membro ativo produtivo em sua sociedade capitalista, ele passa a ser o fiel guardião das lembranças da família ou do grupo ao qual ele se integra. Nesse instante, é elevado à categoria de ser a memória da família, do grupo ou da sociedade da qual faz parte. Dessa forma, o idoso se “ocupa” de remontar as origens às “Paisagens da Memória”, na qual ele saberá inserir os elementos pertencentes a intervalos históricos maiores.

A confecção dessa paisagem da memória nada mais é do que os “quadros sociais”, ditos por Halbwachs (2006), endossados por Ecléa (2007), que são colocados em sequência, formando um filme que vai desvelando a paisagem formada por anos a fio no “porta lembranças” desse idoso, desse grupo. Abaixo transcrevo um trecho de uma paisagem perfeita remontada por Fiita, do arraial de Ouro Fino, que ela até hoje lacrimeja ao ouvir falar dele:

Abismada, vejo que meio século foi incapaz de destruir, no quadro vivo de minha memória, a nitidez das lembranças nela contidas. Foi ontem vendo a Retrospectiva. Como sementinhas de alpedrete brotando todas ao mesmo tempo, elas vieram nítidas e tão claras como se

fossem vividas ontem mesmo. Com o coração aos pulos, emocionada, passei a colocá-las em ordem no tabuleiro de minhas recordações. Perplexa, vi que estavam intactas nas horas de minha infância atribulada. E entrando pelos caminhos da saudade me vi, indo a pé, com as estrelas vivas a piscar no céu, madrugada a fora, rumo ao Arraial de Ouro Fino.

O linguajar estranho de minha companheira era envolvimento de paz e de tranqüilidade. A despreocupação do caminhar no início da madrugada começava a se desfazer quando nos aproximamos do Vai-Vem, onde dizem era “assombrado”. Contavam que os cavaleiros ao se aproximarem do riacho que cortava a mata sentiam que algo montava em suas garupas e que o peso era tanto que o cavalo abaixava e só a custo conseguia chegar a outra margem coberto de suor. Ao aproximarmos da mata, ainda com o lusco-fusco da madrugada o medo nos duplicava os passos e era com alívio que entrávamos, correndo no descampado, com o coração aos pulos. Com os primeiros raios de sol, os pés e os cabelos molhados do orvalho da madrugada, chegávamos ao Ouro Fino. Revejo através da neblina das lágrimas, desfilar nítidas em minha retrospectiva suas primeiras casas. Lá está a Igrejinha com o cemitério ao lado. Caminhando em minhas recordações entro, pé ante pé, na velha Igreja. Olho o altar e lá está a me fitar, o pequeno Menino Jesus, que fora nosso hóspede, nas vésperas do Natal, para que fizéssemos sua nova roupinha de tule e rendas. Subo a torre do sino, onde tantas vezes brinquei de “esconder” assustando os morcegos. Desço da torre e logo abaixo, está a casa de Quita Jubé, sempre barulhenta, hospedando filhos, netos e amigos.

Paro e olho o Largo. A direita está a casa de Sá Zefa de Joaquim Grande, mulata altona e que mora com a sua neta Damásia. Logo abaixo a casa de Seu Ramiro e Dona Mariquinha que vivem em companhia de Totonho e Bibi – (Gabriel) e a neta Geralda, cujos pais Cecília e compadre Noé, moravam numa chácara perto do Arraial. Lá está, também no largo, a casa do prof. Ferreira. Bonitinha, pintada de branco com os portais azuis.

Em minha peregrinação entro em uma ruazinha a direita, coberta de vassourinhas a me baterem nas pernas, e vejo, ao lado esquerdo uma casa pequena, com uma porta e uma janela, de frente, onde vive Fióta de Seu Benditinho – o vaqueiro. Logo abaixo a casinha de Chico Daniel, cheinha de crianças. Olho a direita e o coração bate com mais força: é uma casa de janelas grandes, pintadas de vermelho escuro. Revejo nitidamente a cena: a grande porta abre repentinamente e alguém, apressado atira um copo d’água, em cheio no rosto de meu pai. É que ele batera na porta com a bengala e gritara: “Saia da toca cascavel!”

Era a querida Dáia. Sempre foi assim a primeira saudação dos dois. Difícil encontrar no mundo, duas pessoas que se quisesse tanto quanto meu pai e Dáia Coutinho. Era amizade incondicional em todos os momentos e por toda a vida, dentro da sinceridade de ambos. Vejo-



a alta, magra, os cabelos cortados curtos e sua personalidade forte, sincera, franca até a agressividade. Ela era única em suas atitudes marcantes e eu a admirava.

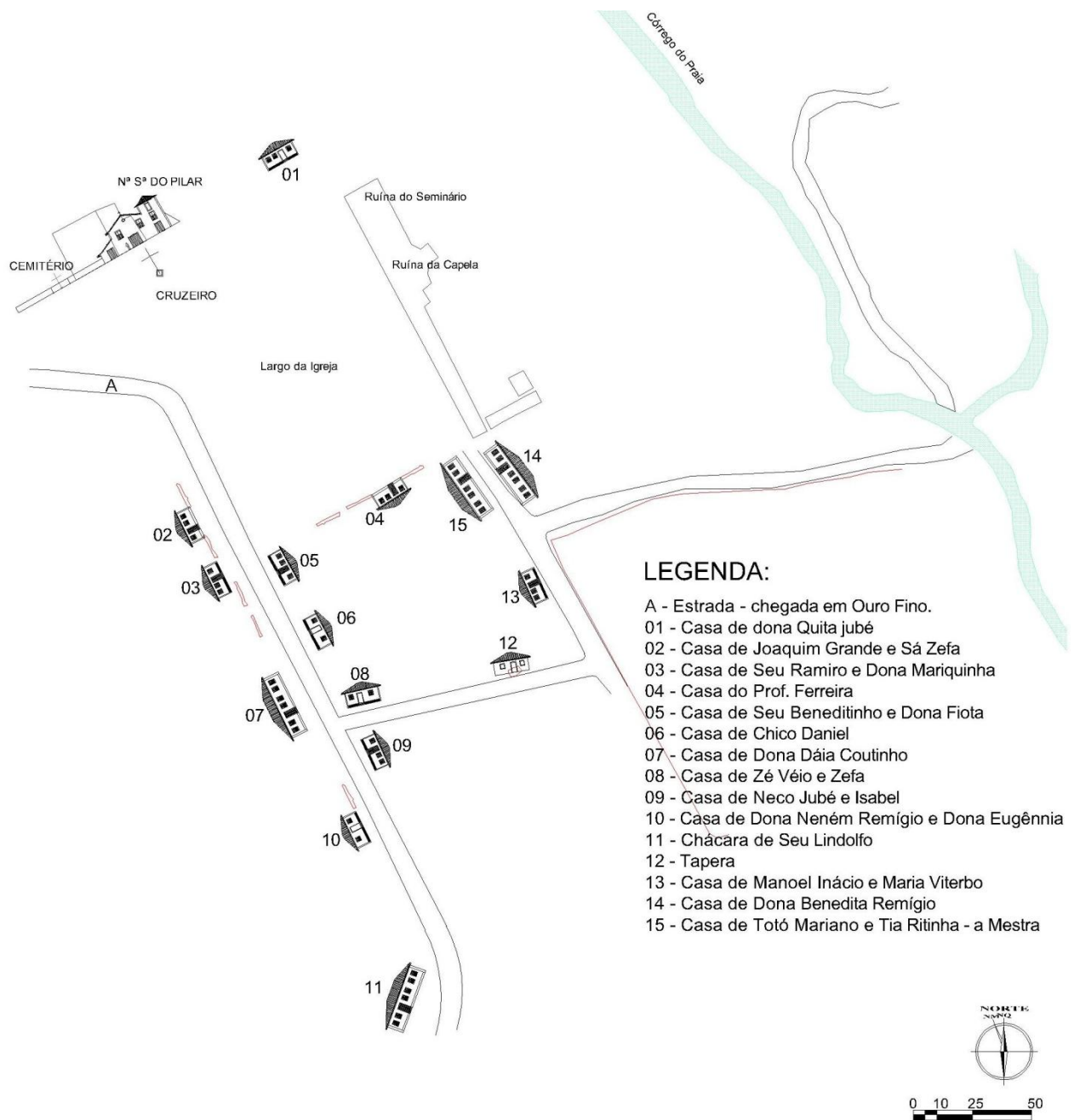
Volto a descer, tristemente a rua. Na esquina está a casa de Zé Véio e sua Zéfa de cabelos vermelhos. E também a filha Nenzica que quando queria cortar os cabelos mandava saber de minha mãe se podia “tozá ela”. Chego logo abaixo a casa de Neco Jubé e Isabel. Olho a direita e, na minha saudade vão se aproximando Dona Nenem Remígio, Dona Eugênnia, sempre carregando o neto órfão, Maria, Eliza, todos bons amigos que cruzaram os caminhos de infância.

Desvio o olhar e lá embaixo, bem no fim da curva, está a chácara de Seu Lindolfo. Volto. Na minha saudade não encontro forças para chegar até lá. Subo a rua e viro a direita, passo pela casa de Zé Véio e chego a Tapera. No ar um cheiro bom de manga madura e folhas secas. Sigo em frente e dobro a rua. Eis-me na porta de Manoel Inácio. Era muito velhinho quando se casou com Mariquinha de Viterbo, e ganhou de dote, várias cunhadas anormais. Elas encheram minha infância, com minhas “astúcias” como diziam. Deixemo-las em paz que deste mundo já se foram de há muito... Olho em frente e vejo a casa imponente de Dona Benedita Remígio. Contavam que era uma casa alegre na época em que sua dona era viva. Estava fechada havia muito tempo.

Entro agora, pé ante pé, cheia de emoção, na casa em frente a de Dona Benedita e devagar abro a porta do corredor. Entro e me aproximo, de mansinho, de alguém muito querida. É tia Ritinha – a mestre. (Rita Galvão de Moura Lacerda, tia de Regina) Que criatura maravilhosa! Culta e humana. Em sua casa funcionava a escola. Para os do Arraial e os dos arredores. Era muito querida e respeitada por todos. Como eu gostava de estar com ela! Sua casa hospedava constantemente, amigos e parentes. Alceu, Anita e filhos e os demais parente a visitavam com freqüência. Seu esposo era um senhor bonito, de barbas brancas e fala pausada. Nós o chamávamos de Totó Mariano. Como ele gostava dos bolos de arroz feitos por minha mãe! [...] Deixo, com relutância, a casa da Mestre. Estou em frente a uma grande ruína. Fico indecisa: entro ou não? Ouço claramente, a recomendação materna: “não quero ninguém no seminário! Aquilo está um perigo! Com aquelas vigas, de aroeira, caindo. Ninguém deve entrar lá”! [...]. (Raynerita de Quairoz, s/d)



Figura 15 - Mapa com a locação das edificações do arraial de Ouro Fino, conforme o relato de dona Raynerita – Fiita

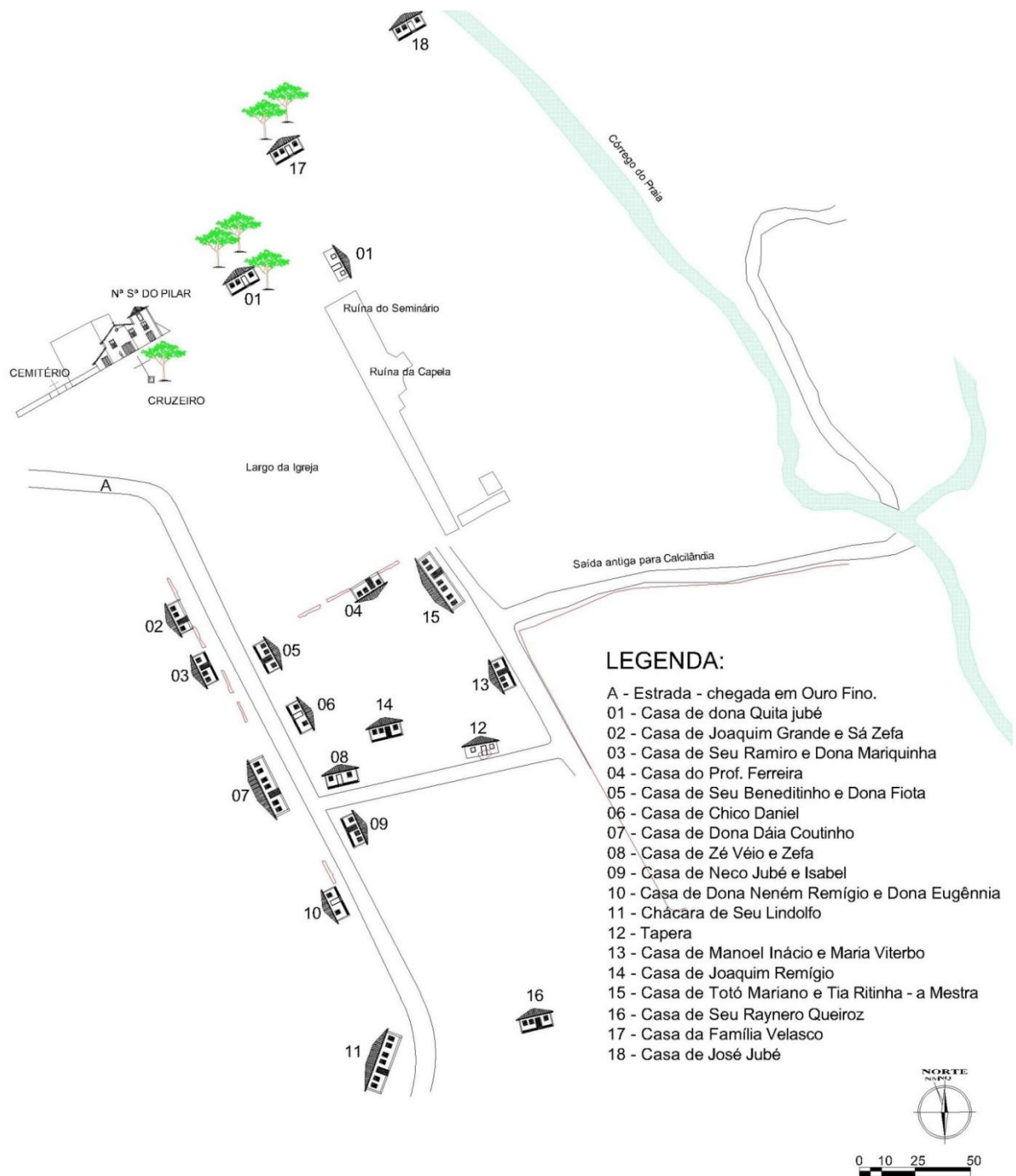


Maria do Rosário de Freitas, hoje contando com seus 86 anos, nasceu em Ouro Fino. Era neta de “Quita Jubé” que, por sua vez, morava lá, no Arraial. Também falou muito emocionada sobre suas lembranças e da verdadeira adoração por Ouro Fino. Disse, deixando as lágrimas rolares livres na face, que se Deus pudesse lhe dar um presente em vida, seria ver novamente o Arraial de Ouro Fino ressurgido para poder, novamente, percorrer suas ruazinhas, rezar na Igreja para Nossa Senhora do Pilar e escutar o seu sino de longe tocar, no alto da torre: “ Dem ... dem ... gom ... dem ... dom ... dem ... “ (Chorou).

Não soube como colocar em ordem suas lembranças, pois já estava, por demais, emocionada. Conta que nunca foi boa de desenhos e então começou a descrever com gestos e com “aqui e ali” o local das casas e dos elementos compositores da paisagem da sua memória sobre Ouro Fino. Ao ouvir a “Retrospectiva” de Fiita, sua amiga e companheira de peraltices da infância, fechou os olhos e, ao observá-la, quase pude ver a imagem que ela ia formando em sua mente. O sorriso e os suspiros foram interrompidos e, de repente, ela abriu os olhos e começou a falar apontando para o mapa das ruínas: “continua a ler, é exatamente assim mesmo, aqui (apontando no papel) a casa de minha avó – Mariquita a Quita [..]. “ E assim foi confirmando e “caminhando” com os olhos pelas ruas do mapa e identificando as casas, posicionando no mapa o que “Fiita” ia descrevendo.



Figura 16 - Mapa com a localização das edificações do arraial de Ouro Fino, conforme o relato de dona Maria do Rosário de Freitas – 2009.



Dona Anitinha (Anita Vellasco), a primeira a ser entrevistada, descreveu muito bem o Arraial e foi a única que teve coragem de fazer um croqui da implantação do Arraial.

A gente chegava por aqui. Quando chegava aqui, tinha a igreja e tinha o cemitério... Meu pai tá enterrado aqui!
 Agora, daqui ,desse lado, tinha o seminário ... pra lá, tinha casa de tio Totó Mariano. Ficava bem aqui. Tinha uma casa grande aqui.... E aqui, pra cá ... vindo pra cá, tinha uma rua que descia.(...) Agora tinha um pessoal de Remígio que morava aqui por baixo, a gente ia a muitas casas.
 O largo era aqui assim! Esse é o Ouro Fino que eu conhecia!

Figura 17 - Esboço do arraial de Ouro Fino, feito por dona Anita Velascos, conforme ela ia narrando sobre a composição espacial do arraial.

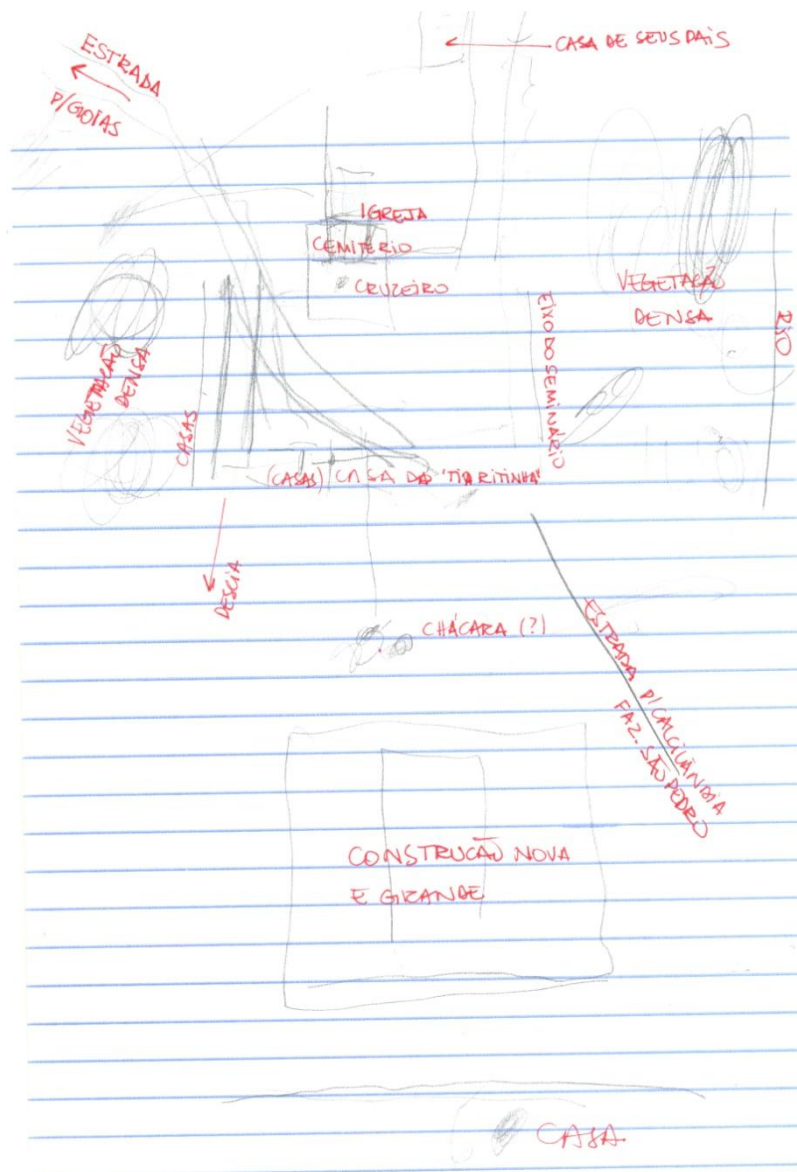
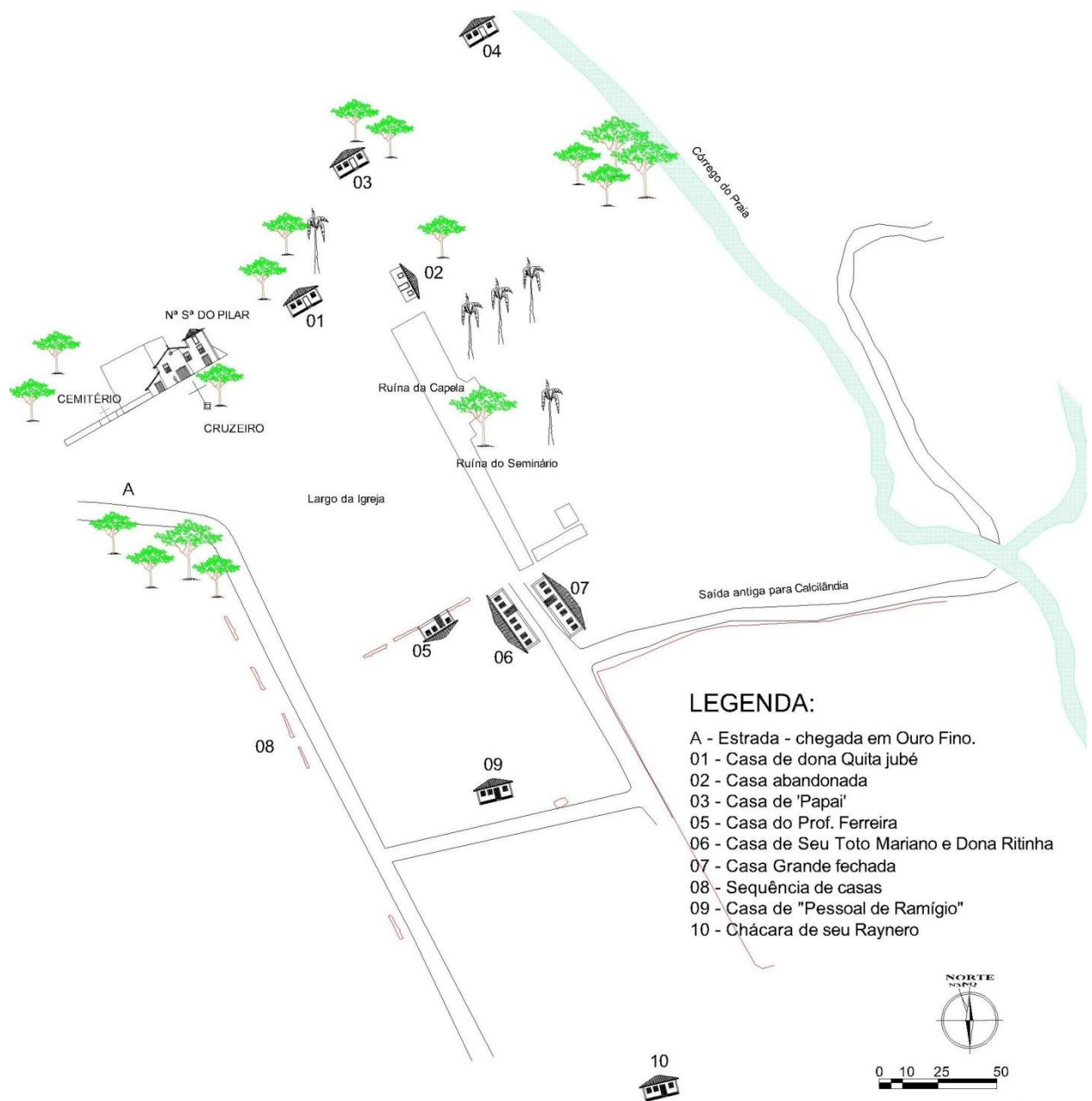


Figura 18 - Mapa com a localização das edificações do arraial de Ouro Fino, conforme o relato de dona Anita Vellasco (Anitinha) – 2008.



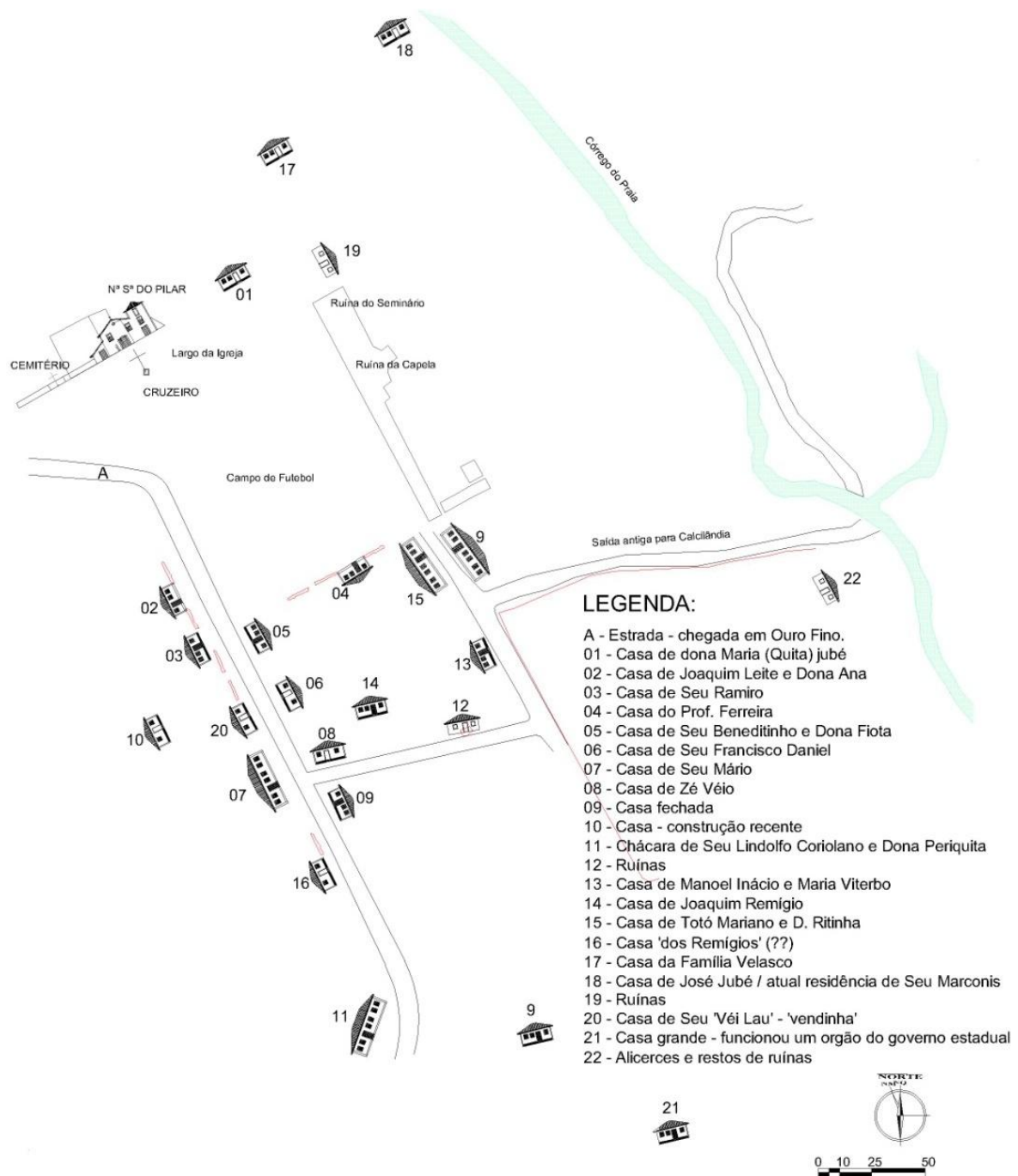
Foi uma experiência fantástica, pois se materializou nesse instante o que Ecléa Bosi apontou em “Memória e Sociedade”: “[...] o que levou Bartlett a distinguir entre a matéria da recordação (o que se lembra) e o modo da recordação (como se lembra). A matéria estaria condicionada basicamente pelo interesse social que o fato lembrado tem para o sujeito” (BOSI, 2007, p. 65). Ainda citando Ecléa, ela fala sobre a construção social da memória: quando um grupo trabalha em conjunto de forma

intensa, montam esquemas coerentes de narrativas e de interpretações de fatos, verdadeiros “Universos de Discurso”, e dessa forma montam um suporte histórico próprio capaz de consagrar assim, os acontecimentos. “O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos” (BOSI, 2007, p. 67). Aos poucos, fomos agregando aos mapas os relatos feitos por D. Anitinha Vellascos, por D. Alexina, conhecida por D. Lia Ludovico de Almeida, que iam somando às descrições anteriores, iam fazendo surgir elementos esquecidos ou “deslembrados”. Rodrigo da Silva Prado, em 1999, fez sua monografia sobre o arraial de Ouro Fino, sobre as famílias de Ouro Fino e, através de algumas entrevistas e do mapa das ruínas feito por Souza (1996), pontuou no mapa algumas possibilidades de localização das residências das famílias estudadas por ele. Apresentei essa planta de Prado para os entrevistados e aos poucos as discussões foram surgindo: “[...] não me lembro disso [...] quem disse isso?”. [...]” Mas ela era muito pequena, não pode se lembrar disso [...] eu me lembro muito bem, cresci indo lá [...] “. Foi assim que pudemos concatenar os relatos sobre o extinto arraial, as descrições sobre a apropriação urbana, seu traçado urbano, sua sociedade. A paisagem da arqueologia dava suporte à materialização das lembranças, à paisagem da memória, originando a paisagem urbana com o posicionamento de casas, ruas, largos e demais edificações. Ao se entrelaçarem, as lembranças que se sobrepunham de forma tão harmônica, tão naturalmente, sem esforços, pareciam figuras que emergem do escuro da lembrança que, ao ouvir um nome, um fato, surgem claras e fortes aos olhos e assim materializam-se, nesse caso, no papel.

Quando estive nas fazendas onde antes se encontrava o Arraial de Ouro Fino, o Sr. Marconis Ribeiro, nascido e criado na casa que antes pertencera à família de Dona Maria de Lourdes Ramos Jubé, mais conhecida como D. Bia, disse se lembrar muito bem do arraial, pois brincara muito nas casas abandonadas e jogou muita bola no campo de futebol que fizeram no Largo da Igreja. Ao ver a planta, andou pelo pasto mostrando os alicerces que eram visíveis, pois o mato ainda estava um pouco alto. Foi apontando e falando: “essa casa aqui era pequena, dizem que era de um tal “Véi Lau”, eu me lembro bem das casinhas daqui. Tenho 52 anos, mas lembro das tapera

sendo ruínas pelo tempo”. Fala que se lembra somente de uma “vendinha” que tinha no meio das outras casas abandonadas, na estrada, que era do tal “Véi Lau”, que ele não faz idéia mais do nome certo do proprietário.

Figura 19 - Mapa com a locação das edificações do arraial de Ouro Fino, conforme o relato do Sr. Marconis Ribeiro – 2009.



Seu Marconis Ribeiro foi fator fundamental da pesquisa, pois era uma testemunha ocular das ruínas. Ele pôde me mostrar que as identificações e posicionamentos em planta feitos pelas outras pessoas entrevistadas estavam corretos. A distorção existiu um pouco com relação à proximidade de uma ou outra casa, mas perfeitamente aceitável, pois são pessoas que não conseguem visualizar mapa. Essa dificuldade das pessoas entrevistadas de visualizar, tanto por não conseguirem enxergar no papel o que estava na lembrança delas, quanto por problemas de visão mesmo, poderia significar um forte empecilho para o mapeamento da memória de cada um, mas não o fora. Não foi um obstáculo, pois a narrativa de cada um era muito explícita. Poderiam ter dificuldade em apontar no mapa, mas todas as pessoas entrevistadas possuíam uma clareza na narrativa tão rica em detalhes e perfeita em sequência de fatos, datas etc.

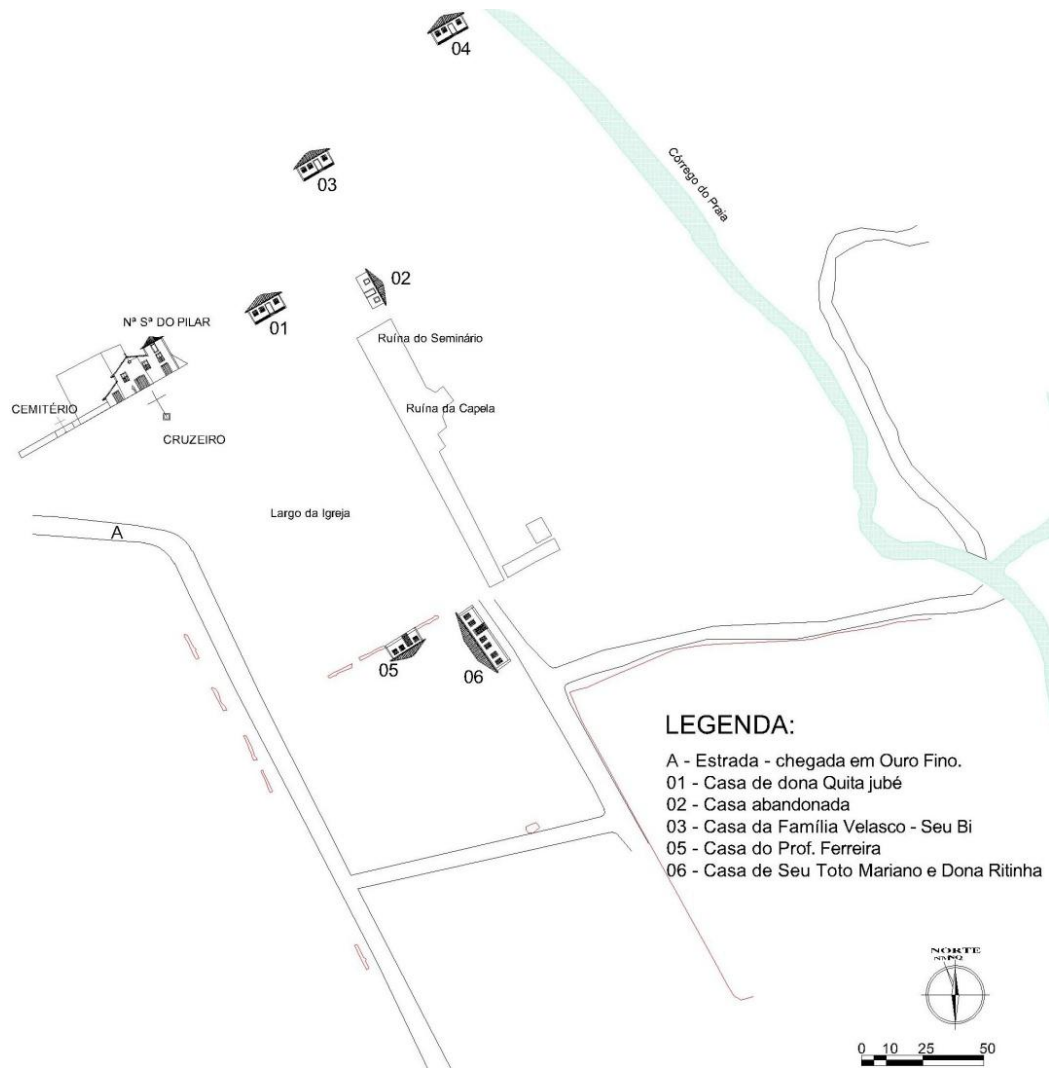
Dona Bia e sua prima Madalena Jubé lembram-se muito bem dos pés de jabuticaba, das mangueiras, onde brincavam horas a fio e depois iam tomar banho “no Prainha” ou “na Prainha” – nas margens do córrego do Praia, na propriedade de seu avô, irmão de José Jubé. Elas se lembram bem da casa, da igreja e das festas. Das outras casas e do Arraial em si nem tanto, suas lembranças embaralham um pouco e elas, então, confundem Ouro Fino com a cidade de Goiás, pois eram bem pequenas quando iam para Ouro Fino.

Dona Lia Ludovico de Almeida lembra-se bem da estrada que ia da Fazenda São Pedro – fazenda do tio dela (Salvador Ludovico de Almeida – Filho de Braz Ludovico de Almeida), até a chácara de ‘tio Lauro’, passando por Ouro Fino. Lembra-se de passar em frente a casa de “Ta Ritinha” e de ver a Igreja. Mas se lembra bem mesmo é da chácara de Tio Lauro Galvão, da bica d’água que passava por detrás da casa e de que, da janela, lavava-se a louça direto na bica. Essa bica, da casa de tio Lauro e D. Adélia, é bem famosa, pois todas, exatamente todas, as pessoas lembram-se desse fato, até mesmo o Sr. Marconis, que nem chegou a conhecer o casal, porém conheceu a casa e pôde descrevê-la com detalhes. Disse que beber a água dessa bica “era uma maravilha... A água é fresquinha, fresquinha!”. É a única casa desse tipo na região (que se tem conhecimento) e é conhecida como “a casa da bica”. Disse que hoje a fazenda pertence ao “Talvanim” – filho de Talvani (?),



onde se encontra a Pedreira de São Sebastião. Maria de Esterzinha também se lembrou de beber muitas vezes da água da bica e de lavar a louça da janela.

Figura 20 - Mapa com a locação das edificações do arraial de Ouro Fino, conforme os relatos de dona Bia e de dona Madalena Jubé – 2009.



Dessa forma, Ouro Fino renasceu, imperando novamente na paisagem do descampado que hoje existe. De suas ruínas brotaram novamente os edifícios, independente de suas dimensões reais, mas surgidos da volumetria do imaginário de cada um. Volumetria que tanto faz hora estar pequena, hora estar grande. O que verdadeiramente importa são os espaços que delimitaram atos, momentos, pensamentos e definiram espacialmente a história vivida de determinadas pessoas. Espaço sem dimensão, sem comprometimento com escalas, apenas porções de

espaços definidoras de lugares. O lugar de “Maria de Esterzinha”, que chora quando escuta a narrativa de “Fiita” de Ouro Fino, do sorriso adorável de Anitinha, ao falar das estripulias de criança nas casas dos parentes, do brilho nos olhos de Bia quando lembra dos banhos no “prainha” e da casa do avô pai, “Nhô Jubé”, da admiração e perplexidade das filhas de Bia, Maria Najet e Maria Tereza, ao olharem a planta refeita de Ouro Fino soltando a expressão: “Nossa! ‘É assim’ que era o ‘seu’ Ouro Fino, mãe?” (Notem o emprego do tempo verbal – é assim que “era”), do sentimento ímpar ao ver os meus parentes mais velhos exclamando, entre outras frases, “[...] Aqui estão as suas raízes, filha, que jamais serão cortadas ou arrancadas dessa terra! [...] é uma emoção muito forte, reviver e ver tudo isso! Agora entendo o que realmente significa: ‘Do pó viestes, ao pó voltarás’. Sempre voltamos à origem [...] é fundamental para a alma [...]”, disse minha mãe ao ver a planície onde foi Ouro Fino, pisando pela primeira vez em seu chão, vendo as ruínas da Igreja, o cemitério.

O Sr. Marconis dava uma risada engraçada ao me ver apontando para o nada e falando “ali?”, e respondendo-me: “não [...] lá era o Seminário – que tava igualzinho como tá hoje: nada! Era mais pro rumo daqueles bois lá [...] tá vendo lá? (rindo)“, depois comentando que era engraçado me ver perguntando sobre algo esquecido há tanto tempo ali.

Nesse instante, ficou fácil compreender quando Ecléa Bosi (2007) cita Halbwachs (2006) e Bergson (1959 *apud* BOSI, 2007), ao falarem da memória *versus* a materialidade. Halbwachs avança nos estudos de Émilie Durkheim (1985 *apud* BOSI, 2007) sobre a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre fenômenos de ordem psicológica, individual. Em Bergson, o método da introspecção leva a uma reflexão sobre a memória, nela mesma, “como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural [...] A matéria levaria ao esquecimento. Ela bloqueia o curso da memória” (BOSI, 2007, p. 53).

Nota-se isso ao vermos as pessoas lembrando-se de um passado tão distante, porém tão nítido em suas memórias. A presença material de fotos, de gravuras, de

elementos mesmo que remetam à realidade, não são necessários, pois a narrativa é completa e repleta de ilustrações. Talvez, se essas pessoas fossem levadas a um Arraial fantasma, onde as casas estivessem ali conservadas, mas abandonadas, elas não o reconheceriam. Poderiam dizer não ser aquele o Ouro Fino de sua memória, de sua infância, exatamente como fora dito. O idoso amadurece sua visão e percepção de mundo, mas as lembranças não necessitam da materialidade para sobreviverem, muito pelo contrário, assim como nosso olhar vai se adaptando às dimensões, nossas lembranças também o fazem.

No início desse trabalho, confrontamos local e lugar, citando como o não reconhecimento da casa dos avós, pois antes lhe pareciam tão alta, tão grande e hoje não passa de uma casinha “comum”. Não adianta ajoelhar e tentarmos olhar mantendo os olhos na mesma altura do olhar de uma criança, pois a percepção já mudou, já não somos mais aquela criança. Nossa forma de capturar uma imagem, de traduzir essa imagem em nosso intelecto já amadureceu. Ao longo dos anos, fomos recebendo e armazenando informações que, ao depararmos com uma nova imagem, automaticamente a comparamos a outras já capturadas e armazenadas anteriormente, e então inconscientemente fazemos uma analogia dela com as anteriores e o redimensionamento se faz de forma instantânea. Assim, rever um local, um elemento físico e material, pode aniquilar com as memórias guardadas, pois, ao confrontarmos imagem da memória com imagem material, podemos não reconhecer essa imagem e, a partir desse instante, duvidar da veracidade de nossa memória. “O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 2007, p. 55).

Um sentimento muito forte brotou novamente nas pessoas entrevistadas. Elas reviveram sim o tempo vivido no Arraial, as festas, as casas, os cheiros, as comidas, as conversas, as brincadeiras, os relacionamentos, os valores, tanta coisa que brotou de uma vez que resultou em olhares perdidos no céu e um pensamento distante. Ouro Fino pode ter ruído no mundo material, mas seu ideal está vívido nas lembranças das famílias que lá se fizeram. As imagens foram brotando

espontaneamente como se estivessem guardadas no fundo da alma de cada uma das pessoas que relataram Ouro Fino. “O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso o seu passado”(BOSI, 2007, p. 414).

De todos os entrevistados, a lembrança maior, comum a todos, é sem dúvida a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, como seu cemitério em anexo – são muito presentes e marcantes na paisagem. Logo após vem o Largo e a casa da tia Ritinha e seu Totó Mariano. São essas as edificações mais lúcidas na lembrança de todos os entrevistados, seguidos das casas de seus parentes mais próximos. O interessante é ver que a casa de tia Ritinha e de seu Totó Mariano vem em primeiro lugar, na ordem da lembrança, do que a casa dos parentes de cada um. Inclusive em citações literárias, como a de Dona Célia Seixo de Brito:

A princípio, D. Ritinha e Totó Mariano foram residir na chácara Sant’Anna, três quilômetros distante de Ouro Fino e quinze da capital. [...] A chácara era muito freqüentada por parentes e amigos. Os donos muito religiosos e hospitaleiros, ali promoviam os tradicionais festejos [...]. Terços, Ladainhas, fogueiras, fogos de artifício e ainda farta mesa de assados, bolos e doces eram motivo da maior alegria e satisfação dos convidados. Algum tempo depois, o casal transferiu-se para Ouro Fino. Totó Mariano foi exercer o juizado municipal e D. Ritinha, o cargo de professora pública [...]. Em Ouro Fino, D. Ritinha tinha sua casa muito visitada pelas pessoas ligadas aos alunos do Seminário [...]. Assim, muitos goianos ilustres, gozando, quando crianças, dos amenos e agradáveis dias em Ouro Fino, passaram por sua escola. [...] D. Ritinha lecionava com amor e entusiasmo. No fim do ano letivo, convidava amigos e autoridades para assistirem aos exames e encerramentos das aulas. [...] A casa de D. Ritinha era um pequeno consulado, em Ouro Fino, onde, simpática, simples, bondosa e hospitaleira, acolhia padres em missões, juizes, políticos, estudantes e seus pais, numa perfeita cooperação com tudo que fosse para o bem comum.

Após uma vida de virtudes, nobreza e desprendimento, a 27 de maio de 1934, com idade de 70 anos, falecia D. Ritinha, deixando saudosas lembranças e os melhores exemplos de uma existência consagrada ao bem e à solidariedade humana. (BRITO, 1982 , p. 205)

Depois, o que mais marcou foi a religiosidade, o convívio social durante as festas religiosas e as histórias de Ouro Fino, contadas sempre com um sorriso maroto nos lábios e os olhos a brilhar, como se fosse “coisa de criança”. Só depois é que os outros edifícios brotaram espontaneamente na lembrança de cada um. Parecia que,

de repente, aconteceu um ‘start’ e as pessoas se lembraram que o Arraial era composto por outras casas, por outras pessoas. É como se um cenário fosse sendo montado e, aos poucos, os atores fossem sendo colocados um a um, dentro da cena.

Deixamos de ser, por um momento, visionários da cidade antiga que só existia em nós, e que, de repente, ganha a sanção de uma testemunha: passa a ser uma lembrança coletiva, portanto uma realidade social. O mapa de nossa infância sofre contínuos retoques à medida que nos abrimos para outros depoimentos. (BOSI, 2007, p. 413)

Antigos moradores e frequentadores do arraial de Ouro Fino contam que a vida social do arraial era intensa e as festas religiosas extremamente movimentadas. As mais famosas eram a festa do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Pilar e a Procissão de São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino – localizado em terras da fazenda Santana. A festa do Divino Espírito Santo foi eternizada pela canção sertaneja, gravada pela dupla “Tonico e Tinoco”, “Chico Mineiro”, que conta a história de uma tropa de boiada que acampa em Ouro Fino e, durante a festa, o Chico Mineiro envolve-se em uma briga e é morto. Até pouco tempo ainda poderia ser visto no Largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar um pequeno crucifixo marcando o local onde o Chico fora morto e, no cemitério, podia-se ver a lápide dele. Dona Maria do Rosário de Freitas, a “Maria de Esterzinha”, como é conhecida, lembra-se bem das festas do Divino e conta que, em dia de festa, as pessoas saíam da cidade de Goiás em direção a Ouro Fino, umas iam andando a pé, pela “calçada” - a Estrada Real, que conta ser estreita, mas toda calçada. Outras pessoas iam a pé, ou a cavalo, ou mesmo de “charrete” e/ou automóvel. Saíam no finalzinho da tarde de Goiás e chegavam na “boca da noite” no Arraial. Ao chegar lá, momentos antes da festa, encontravam o Largo da Igreja já todo decorado e a espera dos visitantes, “a fogueira armada em frente a Igrejinha, alta, bem alta... as casas todas abertas e totalmente iluminadas, janelas e portas abertas esperando pelos hóspedes... A festa durava o tempo que fosse, seguia normalmente noite a dentro”. Conta que as casas eram extremamente limpas e bem arrumadas para receberem seus hóspedes. As pessoas mais “ricas” possuíam casas em Ouro Fino e orgulhavam-se em hospedar

os amigos. Todo ano era feito o sorteio entre os moradores do arraial e da região (fazendas vizinhas) para a escolha do Imperador da Festa do ano seguinte. Este seria o responsável por preparar toda a festa. Essa tradição se fez em Ouro Fino, igualmente como em outros arraiais e cidades do Estado de Goiás. Não se trata de uma festividade exclusiva de Ouro Fino, apenas lá se fez presente e era fortemente reconhecida e querida pela região. As pessoas esperavam ansiosas pela festa. Assim também foi contado pelos outros entrevistados. Maria de Esterzinha conta que depois que a festa deixou de acontecer no arraial, nem mesmo a que acontece na cidade de Goiás pode ser comparada com a “alegria da festa do Divino que acontecia em Ouro Fino”. Isso não só pelo teor da festa, mas pelo fato de as pessoas desejarem ir para Ouro Fino, desfrutar de dias agradáveis junto aos quintais cheios de jabuticabeiras, jenipapeiros, mangueiras e tantas outras frutas, dos “banhos gostosos na prainha (no Córrego do Praia)... das festas sucessivas nas casas onde as crianças se fartavam e se divertiam a bessa” – conta Maria de Esterzinha. D. Madalena Jubé também se recorda bem das festas e da igreja, apesar da pouca idade: “a religiosidade era muito forte sim... até hoje na minha família participamos da Festa do Divino... das novenas ... ainda esse ano mesmo, fomos agraciados em fazer um dia da novena...”. Conta que os “acontecimentos” de Ouro Fino são lembrados por toda a sua família até hoje e são contados durante as festas de família de reuniões.

D. Lia conta sobre a lembrança do velório de sua avó Mariquinha, Maria Denemy Lacerda, que era casada com o Umbelino Galvão de Moura Lacerda. O velório deu-se em casa de Seu Totó Mariano e de D. Ritinha (filha de D. Mariquinha), na sala em que ela lecionava para as crianças e que, nem por isso, as crianças tinham aquela sala ou aquela casa como “assombradas”. Ao contrário, era um espaço “especial”, que “jamais poderia ser envolvido por essas crendices, como se meus tios estivessem acima das crendices populares” (conta rindo). As poucas fotografias de Ouro Fino aqui reproduzidas são por motivo desse velório e cortejo de D. Maria Denemy Galvão. D. Anitinha recorda-se do velório de seu tio Francisco Vellasco, que também ocorreu na mesma sala e com o mesmo cortejo até a Igreja e depois

até o cemitério. Ela conta que “parecia que todos os velórios mais importantes do arraial, era sempre ali, na casa e tio Totó. Me lembro de minha mãe comentando

Foto 5 - Residência Sr. Antonio M. Santos em Ouro Fino - saída para o cortejo de sepultamento de dona Maria Denemy Lacerda – casa Sr. Antonio Teixeira e dona Ritinha - +/- 1934 . Acervo da família da autora.



D. Anitinha também se lembra bem da infância em Ouro Fino e das festas. Também conseguiu recordar-se muito bem de algumas casas do arraial e das famílias que lá moravam ou tinham suas casas, pois lá passava as férias escolares. Conta também ter uma verdadeira adoração por Ouro Fino; lembra-se de toda a sua família falar com muito, mas muito orgulho do arraial. Contou que tanto por parte de mãe quanto por parte de pai, no cemitério, tinham sido enterrados até sua terceira geração passada, e cita os nomes. “Lá estão, no túmulo de meu pai... eu ainda reconheci [o túmulo no cemitério]. Junto com meu pai foram enterrados: a minha mãe, a mãe de minha mãe... a avó de minha mãe... por parte de mãe e o meu avô por parte de mãe”. Temos, então, três gerações passadas, enterradas em Ouro Fino. A família

Galvão também, ao que consta por seus familiares, foi enterrada até a terceira geração passada.

Foto 6 – Lápide no cemitério em Ouro Fino - lápide de Dona Thomázia Maria Vellasco Lacerda(1876 – 1906) – avó de dona Anita Vellasco – acervo da autora.



Em julho de 2008, Dona Anitinha visitou o arraial e o cemitério. Fez um bom reconhecimento do local e conseguiu rever na paisagem o antigo arraial “de pé”, com a ajuda de seu imaginário. Ela reconheceu as ruínas e os alicerces das casas e conta que chorou, “ao ver desfeito o ‘lugar mais lindo de sua vida’... que tudo tinha virado uma miragem, um fantasma na paisagem”.

Foto 7 – Detalhes da Ruína da Igreja de Nossa Senhora do Pilar – detalhe do nicho do altar mor – 1994 - Acervo da autora.



Das expressões religiosas em Ouro Fino, Anita Velasco se recorda mais dos preparativos da Festa do Divino Espírito Santo:

[...] quando o Tio Lauro Galvão, que morava na chácara Sant'Anna... a poucas léguas de distancia do arraial, foi o último Imperador da Festa.... que me lembro.... lembro do Largo com a fogueira bem alta, armada em frente a igreja, das barraquinhas coloridas e da gente correndo pra lá e pra cá vendo as pessoas chegarem de Goiás.... e o tio Lauro vestido de Rei com a Coroa, o Manto e o Cetro ... eu era bem menina mas me lembro bem da cena.

2.1.1 A Festa do Divino Espírito Santo

A Festa do Divino Espírito Santo tinha seu ápice no dia de Pentecoste, ou seja, cinquenta dias depois da comemoração da Páscoa. Desde seus primórdios, os festejos do Divino eram realizados na época das primeiras colheitas no calendário agrícola de Portugal. São marcados pela esperança na chegada de uma nova era para o mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos. Mais uma vez, um traço da cultura dos templários invade o Sertão dos Goiaes. Segundo Paulo Loução:

Da mesma forma que para compreender o universo dos dirigentes que conceberam e concretizaram o Projecto dos Descobrimientos se torna necessário, o estudo das Ordens dos Templários e de Cristo, para a compreensão do universo religioso-popular que expandiu pelo mundo a fora, é imperioso o estudo aturado do Culto ao Espírito Santo. (LOUÇÃO, 2000, p. 53)

Como era de se esperar, a devoção ao Divino encontrou um solo fértil para florescer nas colônias portuguesas, principalmente no Brasil. Acredita-se que o costume é dos missionários jesuítas e primeiros colonos. Jaime Cortesão também cita a relação entre a festa popular com os portugueses:

Foi durante os séculos XIV, XV e primeira metade do seguinte que o culto ao Espírito Santo ligado à Festa do Império, tomou maior desenvolvimento em Portugal, e se espalhou [...] O auge do culto do Espírito Santo coincide no País [Portugal] com o período mais intenso da expansão portuguesa. Não se nosso afigura excessivo, por consequência, crer que a cerimônia da coroação do Imperador tenha

significado aos olhos de muitos portugueses, e quando menos daqueles, frades ou leigos iniciados na doutrina dos espirituais, a investidura simbólica da nação pelo Espírito Santo – espécie de Pentecostes nacional, na missão de propagar a fé a todo mundo. (CORTESÃO, 1990, p. 200)

De acordo com a tese de mestrado de Rita Amaral (2001) - amparada nos estudos de Carlos Brandão (1974), diz-se ainda que a festa está intimamente ligada ao período da mineração de ouro e se conservou especialmente nas cidades e arraiais surgidas no século XVIII, sendo rara e pouco solene nas cidades que foram fundadas depois do ciclo do ouro. Hoje, a maior expressão da festa do Divino e a mais divulgada e promovida é a festa da cidade de Pirenópolis, que se iniciou em 1819. “O sr. Mauro Miranda informou que a Festa do Divino, de origem religiosa, foi iniciada em 1819, na cidade de Pirinópolis, ainda no Brasil Colônia, pelo coronel Joaquim da Costa Teixeira, que foi consagrado o Imperador do Divino” (MIRANDA, 2001). Rita diz que, apoiada nos estudos de Brandão (1974), as pessoas pobres acham que a festa é apenas um costume muito antigo que as pessoas conservam até hoje em sinal de demonstração de sua religiosidade e de festa. As mais “letradas” endossam o advento da festa, com o costume português e ainda por fato muito curioso, o de que os portugueses acreditavam que o Divino Espírito Santo os levaria para a “Terra Prometida”, como transcrito abaixo:

Ainda na Idade Média teria aparecido em Portugal um monge considerado como um santo. Depois de longos anos de retiro no deserto, foi-lhe revelada a vinda próxima de uma nova era de relações entre os homens sobre a Terra: a época do Espírito Santo. A humanidade teria já ultrapassado a época do Pai (o Antigo Testamento) e, ao seu tempo, terminava o seu trânsito por sobre a época do Filho (o Novo Testamento). Estaria para chegar ao mundo a época final, a do Espírito Santo, marcada pelo advento de uma implantação definitiva da paz, do amor da bondade entre todos os homens do mundo.[...] O monge voltou às cidades e procurou difundir a revelação recebida, tida imediatamente como revolucionária pelas autoridades eclesiásticas do seu tempo. Suas idéias proféticas conquistaram inúmeros adeptos, logo perseguidos por uma igreja oficial, ao mesmo tempo medieval e fechada. Segundo a versão, ‘só em Portugal foram queimadas mais de 400 pessoas por sua crença no Espírito Santo’. Inúmeros adeptos da nova crença migraram para o Brasil, logo depois de sua colonização e, depois da conquista dos espaços mediterrâneos, ocuparam, prioritariamente, antes as terras de

Minas Gerais e, depois, os espaços de Goiás e, em menor escala, os de Mato Grosso. (BRANDÃO, 1974, p. 65)

Os motivos apresentados nos discursos das pessoas que fazem e participam da festa remetem a uma firme crença no Divino Espírito Santo, reconhecida pelas pessoas ao dizer que “sempre tiveram essa fé com o Divino Espírito Santo”. Esse era o caso das pessoas de Ouro Fino, como o Sr. Lauro Galvão. Vale apontar, fato curioso, que o Coronel Joaquim Alves de Oliveira ou o Comendador Oliveira foi provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e recebeu o Hábito e a Comenda da Ordem de Cristo. Ou seja, era ele um Cavaleiro de alto grau da Ordem de Cristo. Esse mesmo Comendador Oliveira foi o fundador do Matutina Meiapontense, o primeiro jornal da Província de Goiás, inaugurando assim a imprensa Goiana (GALLI, 2000).

No “Almanach da província de Goyaz - para o anno de 1886”, consta que o Sr. Mariano Teixeira dos Santos,²⁴ pai de seu Totó Mariano (cunhado do Sr. Lauro Galvão), foi o primeiro tipógrafo da “Tipographia da Província”²⁵ (BRANDÃO, 1978). Todo o maquinário havia sido comprado do Sr. Coronel Joaquim Alves de Oliveira, e o Sr. Mariano Teixeira dos Santo foi nomeado e contratado em abril de 1836, para então montar e dirigir a tipografia oficial da província do Estado de Goiás (BRASIL, 1980). O Sr. Umbelino Galvão de Moura Lacerda, pai de dona Ritinha, também era tipógrafo da Província (BRANDÃO A. J., 1978).

2.1.2 A Procissão de São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino

Maria de Esterzinha ainda hoje acompanha a procissão de São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino, que acontece sempre todos os anos no primeiro domingo de setembro. Conta que, apesar do dia de São Sebastião ser dia 20 de janeiro, em

²⁴ “Ao jornal MATUTINA MEIAPONTENSE, o primeiro publicitário da Província, editado em 1830, em Meia Ponte, hoje Pirenópolis, o sogro de D. Ritinha prestou valiosa colaboração com sua arte tipográfica” (BRITO, 1982, p. 206)

²⁵ “Foi criada pela lei provincial nº 31 de 16 de março de 1836, para nela se publicarem os atos do governo da província” (BRANDÃO, 1978, p. 89).

Ouro Fino, comemora-se em setembro devido “aos milagres do Santo da Gruta da Pedreira, nessa época do ano, de seca”.

Foto 8 - Gruta de São Sebastião da Pedreira – 2009 – Foto da autora.



Conta, muito séria, que há muitos anos, quando o Arraial sofria demais com a seca e toda a plantação estava quase que perdida, um grupo de mulheres levou até a gruta, a pé, tinas d'água e regaram o pé de São Sebastião implorando que ele, dono das terras ali, mandasse chuva para que o povo não passasse fome sem ter o que colher. Lá, no pé da gruta, começaram a novena de São Sebastião e rezaram o terço. Seguindo para Ouro Fino, iam direto para a Igreja rezar mais uma vez o terço e terminar a novena – que seria rezada de hora em hora. No meio do caminho, ao voltarem para o Arraial, uma forte tempestade caiu, um “pé d'água mesmo”, um temporal que quando chegaram à Igreja já estavam ensopadas, mas rezaram até o fim. Assim foi durante os outros anos. Somente as mulheres podiam molhar o pé do santo com água. Hoje fazem a procissão saindo da cidade de Goiás. As terras onde a gruta encontra-se pertenciam ao Sr. Lauro Galvão. Conta-se que a gruta fora descoberta muito antes dele, talvez pelos primeiros moradores que lá chegaram. Em uma das pedras mais altas da pedreira existe um nicho natural, e lá a imagem de

São Sebastião fora encontrada. Algumas pessoas, por acharem estranho um santo ali perdido no meio das pedras, levaram a imagem para a Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino, mas, durante a noite, o santo encarnava na imagem e caminhava de volta até a gruta na Pedreira. Dizem que esse fato repetiu-se várias vezes. “O santo dormia na Igreja e acordava na gruta!” Dizem que “dava pra ver as ‘pegadinhas’ do santo na estrada”. Seu Marconis conta que a história é verdadeira, que ele testemunha o fato, mas só o do santo dormir na igreja e acordar na gruta, “agora ... que ele andava sozinho?... ahhhh ... isso é difícil de acreditar! (Gargalhando)”. Dona Maria de Esterzinha, colecionadora de todas as reportagens que saem em jornais e revistas sobre Ouro Fino e Goiás, cedeu um jornal que ela não se lembra ser parte do Popular ou do Diário da Manhã, pois no encarte aparece apenas “3º Caderno, ano XVI – Goiânia, 25 a 31 de agosto de 1975 – Nº 760”, que traz uma matéria de meia página sobre esse fato curioso.

D. Anitinha conta que o Sr. Lauro Galvão era devoto fervoroso de São Sebastião e promoveu durante anos a procissão até a gruta. D. Lia também se lembra vagamente desse fato. O Sr. Marconis mostrou o local da gruta, o local onde as “pegadinhas do santo” foram vistas e como que ele poderia subir até a gruta – através das raízes das gameleiras que brotam das pedras.

Fotos da Gruta de São Sebastião da Pedreira – 2009 – Fotos da autora.

Foto 9 – Vista da Gruta



Foto 10 – Acesso ao Santo

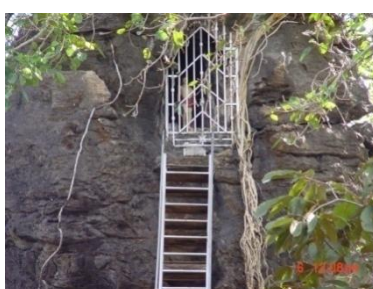


Foto 11 - São Sebastião



A escadaria de ferro, fundida nas pedras, serve para o público subir, ver e tocar o santo. As grades na boca da gruta foram colocadas por motivos de segurança: “...para não ‘levarem’ o santo embora!” – contou o sr. Marconis, rindo!

Foto 12 - Detalhe da 'boca' da Gruta – 2009 – Foto da autora.



Foto 15 - Detalhe das pedras da Gruta - 2009 - foto da autora.



Foto 18 - Vista por trás -'o guardião' - 2009 - foto da autora.



Foto 13 - Vista do alto da gruta - 2009 - foto da autora.



Foto 16 - Gameleiras nas pedras -2009 - foto da autora.



Foto 19 - Vista da chegada à Pedreira - 2009 - foto da autora.



Foto 14 - Detalhe do Cruzeiro - 2009 - foto da autora.



Foto 17 - Gameleira no alto da Pedreira - 2009 - foto da autora.



2.1.3 A Festa de Nossa Senhora do Pilar – a procissão

Nas datas festivas de Nossa Senhora do Pilar, era comemorada também com muito festejo e bem lembradas pelas pessoas. Fazia-se a procissão da Santa pelas principais casas do arraial até a Igreja novamente, onde a Santa voltava então, para seu lugar no nicho do altar mor, junto a capela mor, de sua Igreja.



Foto 20 - Procissão de Nossa Senhora do Pilar - Acervo da família da autora.



À frente, segurando o andor, Regina Lacerda, a grande folclorista e escritora goiana – neta de Umbelino Galvão de Moura Lacerda.

Algumas pessoas timidamente ainda aparecem por lá e fazem suas orações ao pé das ruínas da Igrejinha e rezam para os seus mortos que ali, um dia, foram enterrados no cemitério.

Foto 21 – Foto da Igreja de Nossa Senhora do Pilar com muro baixo do cemitério ao lado esquerdo - 1994 – acervo da autora.



As relíquias verbais de que se compõe o relato, ligadas a histórias perdidas e a gestos opacos, são justapostas numa colagem em que suas relações não são pensadas e formam, por esse fato, um conjunto simbólico. (...) Pelos processos de disseminação que abrem, os relatos se opõem ao 'boato', porque o boato é sempre injuntivo, instaurador e consequência de um nivelamento do espaço, criador de movimentos comuns que reforçam uma ordem acrescentando um fazer-creer ao fazer-fazer. Os relatos diversificam, os boatos totalizam.

Os lugares são histórias fragmentadas e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (CERTEAU, 1990, p. 188-189)

Foto 22 - Residência de Seu Antonio Teixeira dos Santos em Ouro Fino



Residência de Seu Totó Mariano e Dona Ritinha Galvão de Moura Lacerda – Saída para o cortejo do funeral de D. Maria Denemy Lacerda - 1937
Foto: acervo da autora

Foto 23 - Largo de Ouro Fino



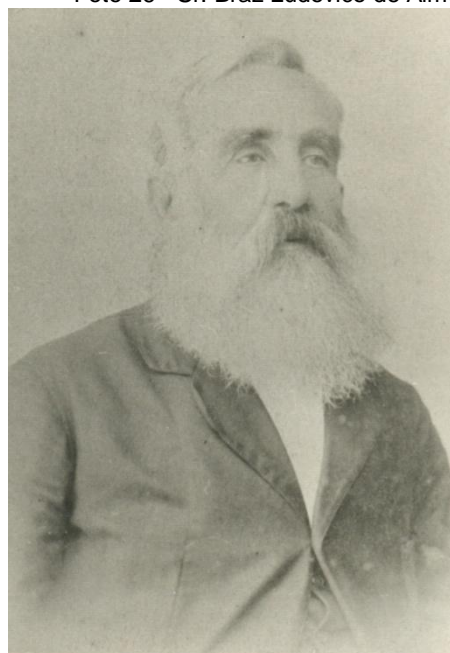
Largo de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino – Procissão de Nossa Senhora do Pilar – Chegada do cortejo do funeral de D. Maria Denemy Lacerda - 1937
Foto: acervo da autora

Foto 24 - Fazenda da Onça - Ouro Fino



Fazenda da Onça – de propriedade do Sr. Antonio Ludovico de Almeida, filho do Sr. Braz Ludovico, proprietário da Fazenda São Pedro. A fazenda São Pedro, foi desmembrada, repartida entre os filhos do Sr. Braz, e a parte que coube ao Sr. Antonio, ficou sendo chamada de Fazenda da Onça.
Foto: acervo da autora.

Foto 26 - Sr. Braz Ludovico de Almeida



Sr. Braz Ludovico de Almeida, segunda geração de proprietários da Fazenda São Pedro em Ouro Fino. Pai de Antonio Ludovico de Almeida.

A fazenda, dizem ter ficado na família desde finais do século XVIII até a primeira metade do século XX, tendo sofrido diversos desmembramentos ao longo dos anos.

Foto: acervo da autora.

Foto 25 - Famílias de Ouro Fino



Casamento entre as famílias Galvão de Moura Lacerda e Ludovico de Almeida. A direita, sentado, Dom Candido Penso. Fazenda da Onça – desmembrada da Fazenda São Pedro - Ouro Fino - 1943

Foto: acervo da autora

Foto 27 - Sr. Umbelino Galvão de Moura Lacerda



Sr. Umbelino Galvão de Moura Lacerda – Fazenda Barriguda em Ouro Fino. Pai de Dona Ritinha e Dona Antonieta Lacerda, casada com Antonio Ludovico de Almeida – quando unificaram as famílias. Assim como aconteceu com a Fazenda São Pedro, a Barriguda sofreu diversos desmembramentos até se desfazer.

Foto: acervo da autora



Foto 28 - Sr. Antonio Ludovico de Almeida e Dona Antonieta Lacerda Ludovico de Almeida



Antonieta Lacerda, irmã de Dona Ritinha. Filha do Sr. Umbelino Galvão, da fazenda Barriguda, casou-se com Antonio Ludovico de Almeida, filho de Braz Ludovico, dono da fazenda São Pedro. Casaram-se na Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino.

Foto: acervo da autora

Foto 29 - Casal Lauro Galvão de Moura Lacerda e Adélia Ludovico de Almeida

Foto: acervo da autora



Sr. Lauro Galvão, irmão de D. Ritinha – morava na Fazenda Sant'Anna, local onde existe a Pedreira de São Sebastião da Pedreira. Foi um dos últimos Imperadores da Festa do Divino Espírito Santo em Ouro Fino.

Foto: acervo da autora

Foto 30 - Dona Antonieta Lacerda Ludovico de Almeida



“Na opinião de meu pai, a caçula das moças, D. Antonieta, que se casou com Antônio Ludovico de Almeida, ambos falecidos, foi a senhora mais mimosa que conhecera, quando rapaz. Ela trazia no físico e na alma a suave candura do lírio, e assim se conservou até os últimos dias de sua longa vida. A brandura e meiguice dessa irmã de D. Ritinha não a impediam de bem cumprir sua maternal missão aos dezoitos filhos que Deus lhe confiou. Mesmo morando na fazenda São Pedro, produtora da melhor cal da região, não descuidava da educação dos filhos” (BRITO 1982 , 210-211)

Foto: acervo da autora

* Na verdade, o casal mudou-se para a fazenda da Onça, parte desmembrada da fazenda S. Pedro, mas mesmo quando fora desmembradas entre os filhos do Sr. Braz Ludovico, o conjunto de terra ainda era conhecido como Fazenda São Pedro.

Figura 21 -Reportagem sobre São Sebastião da Pedreira. Fonte: Caderno 3 – publicado em31/08/1975 Goiânia

Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

laura ludovico de Melo - 2009

Tão antiga quanto as de Trindade e Muquém, a romaria à Pedreira de São Sebastião é a mais esquecida na liturgia católica goiana

PRECE PELA CHUVA NOS CONFINS DE OURO FINO

Pouco conhecida e hoje quase no esquecimento total, está a lenda da Pedreira de São Sebastião, localizada no distrito de Ouro Fino, a 18 quilômetros da cidade de Goiás. Essa pequena comunidade do século XIX, abriga um dos seus filhos naturais uma imagem do santo, ou o próprio São Sebastião materializado em carne e osso, segundo creem alguns. Os mais antigos habitantes de Ouro Fino atestam que a imagem se encontra no interior da pedreira, mas nunca foi até hoje vista por ninguém, ao que se tem notícia.

São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino foi e ainda é o grande santuário de São Sebastião, que, segundo a tradição oral dos moradores das cercanias, há mais de 150 anos, fêz vindos da Bocaina, Ferreira, Goiás e regiões mais próximas, nos tempos de secas prolongadas, levavam potes e bilhas d'água até a pedreira e, quando regressavam as suas casas, já vinham debaixo de violento temporal.

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA

A romaria à pedreira realiza-se todos os anos no primeiro domingo de setembro, quando padres da cidade de Goiás celebram missas e recebem ofertas para o santo. Para se chegar à pedreira, pode-se partir da cidade de Goiás, passando pela Bocaina em distância de 18 quilômetros por estrada carroçável, ou então pela GO-4, no quilômetro 125, na localidade denominada Povóus: entra-se então pela esquerda, em estrada tratável, em distância de 12 quilômetros, onde se encontra um pequeno açudeiro que se leve água potável e alimentação, já que a pedreira está localizada em terreno árido, distante do Rio Praia (que banha Ouro Fino) e em local absolutamente deserto.

Nos idos de 1923, o sr. Francisco Abdon Póvoas, com 82 anos de idade, viu um dos fenômenos de São Sebastião da Pedreira, conforme conta:

Um Fomeo de Goiás, para hospedar na residência de campo do desembargador Coriolano. A seca era terrível, os campos estavam secos e as lavouras, até mesmo o milho, que já estava grande, já começava a secar, quando as mulheres de Ouro Fino resolveram fazer uma peregrinação ao distrito. Vido gente de muito longe, centenas de pessoas carregando potes d'água na cabeça, para banhar os pés do santo. Mais ou menos às 3 horas da tarde, quando todos voltavam para a cidade, para concluir a pro-

missa com orações na igreja, acabou um temporal tão violento que a residência onde estávamos, tivemos que abrigar as crianças debaixo das mesas, tal era o aguaceiro que caía."

VINHA A PE

Conta-se que, à época de Dom Carlos, que antecedeu Dom Prudêncio na Diocese de Goiás, foram feitas diversas tentativas de se levar o São Sebastião da pedreira para a igreja de Ouro Fino. Segundo a tradição, os fiéis buscavam a imagem pela manhã, em processões solenes e, ao encontrar a mais na igreja e era vista, novamente, na gruta. Alguns atestavam que, na poeira do caminho, notavam-se as pequenas pegadas da imagem. Este fato era muito discutido e muitos atribuíam o retorno da imagem a uma manobra de aguçar a credência popular. Esses fatos nunca foram provados.

DINHEIRO NA GRUTA

No interior da gruta, deve existir inclusive, considerável quantidade de dinheiro, o que, à época, poderia ser uma pequena fortuna, mas que hoje não passa de mera relíquia, por serem moedas que já perduram o tempo de Dom Carlos e Dom Prudêncio e já haver disciplina para as ofertas de esmolas, os crentes lançarem os seus donativos na fenda da gruta. Com o sr. Francisco Abdon Póvoas que, há mais de 70 anos passados, havia um negro por Anieto, que recolhia as oferendas que caíam fora do nicho de pedreira e, por isso mesmo, era considerado como feticheiro e excomungado.

A GRANDE SECA DO CEARA

Por volta de 1894/95, quando se registrou a grande seca no Ceará, o Sr. Sebastião de Ouro Fino atuou também naquela área. O cidadão cearense, Vicente Guimarães, que era carapina em Ouro Fino, fez uma promessa que, se conseguisse tirar a sua mãe do poço, não se casaria com um cruzado, para ser

OURO FINO

Ouro Fino foi uma das primeiras cidades goianas a ser fundada em 1735, quando da colonização de Vitor Boa, por Bartolomeu Bueno da Silva. As lavras de Ouro Fino, segundo as lendas, constituíram-se num cabotagem de ouro da grosseria de pedregulhos, que se lavava em uma correnteza de água que interrompia

OURO FINO

Ouro Fino foi uma das primeiras cidades goianas a ser fundada em 1735, quando da colonização de Vitor Boa, por Bartolomeu Bueno da Silva. As lavras de Ouro Fino, segundo as lendas, constituíram-se num cabotagem de ouro da grosseria de pedregulhos, que se lavava em uma correnteza de água que interrompia

porque o filho passava exaustão, a construção em louros alares menores um de Nossa Senhora do Rosário dos pretos e São Sebastião.

Na última metade do século XIX e no início deste século, Ouro Fino foi uma das cidades mais sofisticadas de Goiás, pois era o local de recreio e colônia de férias da nobreza vilaboaense. Foi, também, a primeira comunidade goiana a ter uma fábrica de cerveja, cuja bebida era fabricada pelo francês José Nicolau. Posteriormente, Ouro Fino foi elevado a município, com a denominação de Itau, mas foi rebatizado a distrito juntamente com Lagoalinda.

HOJE, OURO FINO NÃO EXISTE MAIS. Todas as suas edificações antigas desapareceram e o seu acervo de peças e obras coloniais tomaram rumo ignorado. Algumas das imagens da igreja, no primeiro momento, foram levadas para o Pilar de Ouro Fino, estavam na cidade de Goiás.

HOJE, OURO FINO NÃO EXISTE MAIS. Todas as suas edificações antigas desapareceram e o seu acervo de peças e obras coloniais tomaram rumo ignorado. Algumas das imagens da igreja, no primeiro momento, foram levadas para o Pilar de Ouro Fino, estavam na cidade de Goiás.

HOJE, OURO FINO NÃO EXISTE MAIS. Todas as suas edificações antigas desapareceram e o seu acervo de peças e obras coloniais tomaram rumo ignorado. Algumas das imagens da igreja, no primeiro momento, foram levadas para o Pilar de Ouro Fino, estavam na cidade de Goiás.

HOJE, OURO FINO NÃO EXISTE MAIS. Todas as suas edificações antigas desapareceram e o seu acervo de peças e obras coloniais tomaram rumo ignorado. Algumas das imagens da igreja, no primeiro momento, foram levadas para o Pilar de Ouro Fino, estavam na cidade de Goiás.

Numa pedra em forma de catóvel, de difícil acesso, está a imagem de São Sebastião, em Ouro Fino, onde anualmente, no primeiro domingo de setembro, há uma tradicional romaria.

colocado no sopé da pedreira. Vicente Guimarães arrou uma tropa de três burros, levando água da praia em dois surrões de couro. Foi ao Ceará e voltou com a sua velha mãe, após 14 meses de ausência. Na busca de chuva, quando voltou de uma mangueira, a estagem é longa,

Para os fiéis de Ouro Fino e de outras cercanias de Goiás, São Sebastião está na gruta da pedreira, em carne e osso.

Abaixo, segue o questionário que fora aplicado aos entrevistados:

. Apresentação

- . Nome, Família, (se possível: data de nascimento), onde nasceu, onde viveu, onde mora atualmente.

. Como que se lembra de Ouro Fino?

- . O que vem à mente ao se lembrar de Ouro Fino?
- . O que mais ficou marcado, como e por quê?
- . Lembra-se de como era a organização espacial urbana do arraial?
- . As casas? Quem morava lá? Sabe localizar em mapa?

. A casa, lembra-se de alguma?

- . Como que as casas eram construídas no lote? Posição da casa no lote.
- . Como eram os quintais?
- . A quais famílias pertenciam e onde situavam?
- . Eram casas grandes? Bem acabadas? Lembra-se de algum detalhe de acabamento?

. A Religiosidade

- . Existia alguma representatividade dessa religiosidade?
 - . Festas dos Padroeiros(as), festas dos santos, de datas católicas,
 - . Procissões / Ladainhas / Missas especiais / eventos Católicos.
 - . Como e por quem eram organizadas essas festas - Onde aconteciam?

. A Igreja:

- . Lembra-se de como era por fora e por dentro? A repartição interna?

. O Córrego do Praia

- . Lembra-se do Córrego? O que significava o Córrego para os moradores?
- . Haviam locais próprios para banhistas? Alguma curiosidade

. As Catas de Ouro

- . Conheceu alguma? Onde? Como que eram?

. Possui algum documento da época, alguma fotografia, algum desenho?

. Curiosidades e Fatos.

- . Qual a sua lembrança mais forte de lá, e o que mais lhe emociona ao lembrar-se de Ouro Fino.

LISTA DOS ENTREVISTADOS:

- 1- Anita Vellasco – Anitinha: mora hoje, no Rio de Janeiro / RJ
- 2- Maria do Rosário de Freitas – Maria de Esterzinha: Goiânia / GO – Setor Universitário
- 3- Madalena Ramos Jubé: Cidade de Goiás - Goiânia / GO
- 4- Maria de Lourdes Ramos Jubé Hayek – Bia: Goiânia / GO – Setor Sul
- 5- Raynerita Queiroz – Fiita – Descreveu o Arraial através do texto: RESTROSPECTIVA: Goiânia / GO
- 6- Alexina Ludovico de Almeida – D. Lia: Goiânia / GO – Setor Oeste
- 7- Dulce Ludovico de Almeida: Goiânia / GO – Setor Oeste
- 8- Suzete Ludovico de Melo: Goiânia / GO – Setor Sul
- 9- Sr. Marconis Ribeiro: Fazenda no distrito de Calcilândia – Goiás / GO – antiga região do arraial de Ouro Fino
- 10- Sr. Flávio: Fazenda no distrito de Calcilândia – Goiás / GO – granja que abrange parte da área urbana do extinto arraial.

2.2 Paisagem da Arqueologia: um trabalho arqueológico e as ruínas de Ouro Fino (2009)

Foto 31 - Vista da Paisagem de Ouro Fino – 2009 - foto da autora



Falar da Arqueologia da Paisagem de Ouro Fino é falar também do que “resta” do arraial. Aos poucos, suas ruínas foram literalmente derretendo, sendo lavadas pelas chuvas e praticamente quase nada resta acima do solo, perceptíveis na paisagem visual. Dizer que o arraial “sumiu” na paisagem, desapareceu, seria, como dizem os arqueólogos, uma “heresia”, pois, para a arqueologia, nada “some”. Os vestígios, mesmo que ausentes visualmente interagem com o solo sobre a camada mais externa de terra que compõe o relevo. Os olhos podem não ver, mas o subsolo guarda todos os sinais de ocupação, toda a história sobre como foi o arraial. Somente uma abordagem arqueológica poderá revelar o suporte necessário para ampararmos os relatos coletados com a História Oral (Elementos que geram a paisagem da memória) e amparar, também, a paisagem urbana e da Arquitetura. Será apenas com a revelação dos alicerces e dos subsídios materiais coletados pela arqueologia, catalogados e interpretados, que todo esse conjunto de análise encontrará sua base material e imaterial. Eis então a correlação, a interdisciplinaridade de se estudar as paisagens contidas no arraial de Ouro Fino. Uma ciência ampara a outra e assim formam um todo. A arqueologia servirá de elo entre a cultura imaterial (a paisagem da memória) com a cultura material (Arqueologia da paisagem), para gerar um discurso próprio e revelar o que a memória, em algum instante, perdeu. Por outro lado, através dos subsídios fornecidos pela memória, entender, atualmente, um pouco mais sobre a sociedade goiana dos séculos XVII e XIX e meados do XX.

Sem as fundações das edificações, que existiram no arraial de Ouro Fino, a paisagem da memória fica um tanto quanto “solta” demais, subjetiva a vagar no

espaço, ora aqui ora ali, sem uma amarração, sem um elemento que possa alicerçar, literalmente, as lembranças das edificações. Como falar que a casa de Seu Totó Mariano ficava em um determinado local, sem algo que lhe dê certidão? Ela poderia se localizar mais a norte, mais a sul, a noroeste desse ponto citado por uma pessoa. Ou mesmo outra pessoa poderia contestar e dizer: “Não. A casa de Seu Totó Mariano ficava muito mais para baixo”. Através da análise da cultura material, de escavações, a arqueologia consegue trazer à tona esses elementos constituintes da memória individual ou coletiva, e mais, consegue marcar com exatidão os locais dessas edificações e, a partir desse ponto, entender as relações sociais entre seus ocupantes, assim como o possível simbolismo expresso na organização espacial. O mapa produzido pela arqueologia, feito a partir das escavações e sondagens, ampara as lembranças, assim como a moldura ampara um quadro, foca uma cena. Vale ressaltar que, mesmo quando se trata de “focar uma cena”, não quer dizer que essa seja estática, muito pelo contrário, a cena sempre é dinâmica, por mais que ela aparenta ser imóvel aos olhos do observador. Seus elementos constituintes estão em constante interação entre si. O estudo da paisagem arqueológica permite ir além do subjetivo, pois ele fornece elementos concretos para o estudo de culturas de determinadas sociedades ou grupamentos sociais. Frederico Criado Boado (2005), na Espanha, nos oferece um estudo muito interessante e muito bem direcionado sobre a importância da paisagem arqueológica, tendo como subsídio os estudos feitos através do “Laboratório da Paisaxe Del IEGPS (Lar)”.

El estudio del paisaje arqueológico no implica una restitución del medio geográfico en un momento determinado. A lo largo de la evolución histórica y cultural del hombre su comportamiento sobre el medio es determinante como acción modificadora del paisaje. Estas transformaciones humanas en el medio son informaciones precisas ligadas a la dinámica histórica de las sociedades y, por tate, el estudio de las transformaciones del paisaje es también el estudio de la evolución histórica de una comunidad. El estudio del paisaje nos permite estudiar de manera exhaustiva muchos factores que globalmente interactúan en los procesos de cambio cultural, (...) evaluando la importancia de los distintos comportamientos de la sociedades antes, durante y después del cambio cultural. Estas transformaciones son complejas y derivan de intereses contradictorios

que son inherentes a la naturaleza de toda sociedad, por tanto, cuanto mayor sea la cantidad de datos recogidos y contrastados de una determinada población, entendida como una parte integrante de la totalidad de un paisaje, mayores serán las explicaciones razonables que les arqueólogos podemos esgrimir para la interpretación histórica.(BOADO, 2005)

Boado (2005) apresenta duas definições para a Arqueologia, que não são antagônicas, e sim complementares: a Arqueologia é concebida como ciência que interpreta, através dos vestígios da cultura material, os processos socioculturais de construção do presente, da realidade, baseado no seu passado (BOADO, 2005).

Como se fosse

[...] una práctica que construye una inteligencia de la realidad social basada en el examen de la correspondencia entre ésta y la cultura material que la produce y representa y que, debido a la física del espacio-tiempo, se nos aparece no como cultura material pura sino en forma de piezas, vestigios o indicios, lo que denominamos registro arqueológico. (BOADO, 2005)

Assim sendo, a Arqueologia pode ser utilizada, ou aplicada, em qualquer época, e não somente na Pré-história. Em situações como a do estudo do arraial de Ouro Fino, esse conhecimento adicional, sem dúvidas, trata dos subsídios da vivência coletiva, da memória das pessoas que ali viveram ou passaram, do conhecimento real do que fora o objeto de estudo. A Arqueologia é uma prática do presente, que fornecerá um conhecimento para ações em torno do conceito direto de patrimônio arqueológico que *concebimos como la huella –física, material- de La memoria –lo que el Poder y la identidad recuerda- y del olvido –lo que el Poder y El Tiempo han silenciado de otras identidades y otros tiempos* (BOADO, 2005). Esta prática está vinculada à gestão e está amplamente comprometida com este ofício; é uma prática positiva e se organiza segundo o modelo de transferência de conhecimento. Assim, a arqueologia é como um instrumento para a Gestão Integral do Patrimônio Cultural, entendendo por “gestão”: a proteção, recuperação e revalorização, desse patrimônio. Dessa forma, a Arqueologia estaria cada vez mais próxima do chamado campo CTS (ciência-tecnologia-sociedade), sendo a tecnociência:

[...] la forma de acceso cognitivo al mundo que no se limita a analizar la realidad y generar un conocimiento autosuficiente (como la ciencia en su sentido tradicional) sino que construye y transforma la realidad mediante su plena inserción en el sistema productivo, debemos entender por Arqueología Tecno-Científica aquella arqueología que no se conforma con generar conocimiento sobre los procesos de producción socio-cultural de la realidad (en el pasado y en el presente) a través del análisis del registro arqueológico, sino que pretende jugar un papel en las dinámicas de construcción y transformación de la realidad en el presente, a través de su plena inserción en las políticas de gestión del Patrimonio Cultural, del Medio Ambiente (del que aquél forma parte), de Ordenación del Territorio y de Desarrollo Social, con el concepto clave de la sostenibilidad como horizonte ideal (más que como condición real) de la acción arqueológica. (BOADO, 2005)

Ao contrário do que se possa imaginar, as duas concepções de Arqueologia não se contrapõem. Elas complementam ativamente, apesar de uma, de alguma forma, se destituir da outra, sem, no entanto, redimi-la. Através da contraposição de uma pela outra, não se deve permitir que se tornem homogêneas. As duas concepções juntas, combinadas, formam um construtivo positivo, crítico e pragmático, capaz de superar as dicotomias tão fáceis entre investigação e gestão, entre o especialista e o gestor, entre o saber e a prática e tantas outras dualidades tão recorrentes no mundo acadêmico (BOADO, 2005).

[...] buscan descubrir nuestra Racionalidad, y la racionalidad de los otros en la Historia, apuestan por el método apuntando a un ideal de objetividad y rigor basándose en la interdisciplinariedad, la multiplicidad de técnicas, el desarrollo metodológico continuo, la estandarización de procedimientos, el consenso práctico entre la comunidad de especialistas y la innovación, combinan la práctica científica con la necesidad centrándose en una investigación básica comprometida y orientándose a la satisfacción de demandas sociales concretas, procuran generar recursos e, incluso, desarrollo económico, y alientan un compromiso social y comunitario concretado en un anhelo de producción de valor. (BOADO, 2005)

A partir desses conceitos, a Arqueologia é vista nesse trabalho como a ciência capaz de ancorar as teorias e as memórias reportadas de Ouro Fino. É papel da arqueologia então, ser, literalmente, a fundação *in loco* da materialização da memória coletiva resgatada dos espaços construídos em Ouro Fino. Assim sendo,

podemos encarar a Arqueologia da paisagem do arraial de Ouro Fino como sendo esse sustentáculo das práticas sociais, materiais e imateriais da sociedade que ali se substancializou.

Em síntese, essa base fomentada pela arqueologia é que possibilitará uma reanálise do conhecimento técnico-científico utilizado para explicar como foi o arraial de Ouro Fino, fornecendo conhecimento suficiente para gerar subsídios de gestão do patrimônio tanto Arqueológico quanto cultural de Ouro Fino. Assim, esse estudo poderá ser devolvido à sociedade goiana como um objeto de produção de serviços, bem como de produtos da cultura local e regional, na qual o arraial está inserido (Goiás). À medida que for explorado, serão expandidas suas fronteiras.

O arraial, em 1996, foi motivo de estudo do arqueólogo Marcos André Torres de Souza, que o inscreveu como Sítio Arqueológico no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, recebendo o código: GO00711, em 20/02/1998. Mesmo tendo sido reconhecido como um sítio arqueológico perante o órgão público de máxima proteção e preservação do patrimônio cultural do Brasil, Ouro Fino sofre com o descaso e a falta de cuidados e preservação por parte de entidades competentes, que assistem passivamente ao seu desaparecimento. As chamadas “ruínas totais” (termo muito arbitrário e até mesmo discriminatório) não integram o circuito turístico dentro do patrimônio cultural do Estado de Goiás. Elas são citadas, mas não há programas e/ou eventos que divulguem a existência das ruínas desses arraiais extintos do ciclo da mineração. O Arraial de Ferreiro integra o circuito, porém preserva sua Igreja, ainda que carente de maiores assistências.

Como tatuagens, as fundações e alicerces das edificações estão entranhados no relevo da paisagem que demonstra hoje uma letargia, um torpor de um lugar que se sagrou e foi sagrado como um dos berços da cultura goiana e que, passiva e pacificamente, lança no ar seus últimos sopros de vida, seus suspiros finais de uma existência tão movimentada e tão amada por quem lá nasceu e se criou.

As ruínas estão desaparecendo, sumindo no horizonte que se torna vago, lembrança do imaginário de pessoas que ali alicerçaram suas crenças de vida, de família, de

valores e conceitos morais, sociais e culturais. A diferença na paisagem de Ouro Fino, em 15 anos, é notória, comparando com as fotografias tiradas em 1994 e em 2009. Praticamente inexitem ruínas agora na planície. As poucas paredes de taipa que ainda estão em pé lutam, bravamente, contra as chuvas fortes, ano após ano, lavando-as, derretendo seu barro socado, que cai e se desfaz no meio do campo. Os resquícios que resistem são aqueles que estão envolvidos por plantas, trepadeiras e amparados pela cerca que delimita a propriedade particular da qual fazem parte hoje.

Foto 32- Esteios das casas de Ouro Fino 1994 - foto da autora.

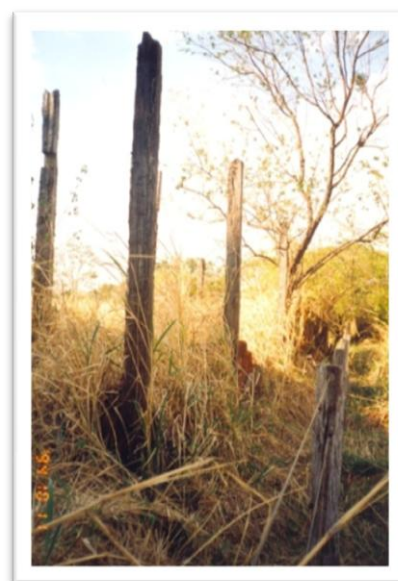


Foto 33 – Restos de Paredes ou muro 1994 – foto da autora.



Foto 35 - Vista das ruínas das casas de Ouro Fino (mesmo local) – 2009 - foto da autora.



Foto 34 – Restos de Paredes ou muro (mesmo local) - 2009 – foto da autora.



Antes, podíamos ver claramente, no horizonte, a alguns centímetros acima do solo, o sinal das paredes em taipa e/ou de adobe do antigo Seminário Episcopal de Santa Cruz. Algumas paredes e esteios de madeira que formavam a fachada de casas lindeiras à estrada principal e, nitidamente, as ruínas das paredes da Igreja de Nossa Senhora do Pilar revelam a diferença do material construtivo com o qual foi erguida e reformada ao longo do tempo. Conseguia-se distinguir, também, alguns vestígios sobre a terra, casas esparsas pelo pasto onde as vacas transitam livremente.

Hoje, somente à custa de muito esforço pode-se ver os vestígios do que foi uma edificação ao remexermos o mato do pasto, procurando pelos alicerces e fundações. Estão lá. Mas afloram no máximo a altura de poucos 20cm do chão. Quem passa despercebidamente não nota as ruínas. Talvez, em época de seca, quando o pasto está rasteiro, a visão desses restos de ruína seja melhor. É lamentável, mas Ouro Fino submergiu no solo.

Foto 36 –Alicerces em pedra –
Seminário de Santa Cruz - Ouro
Fino 2009 - fotos da autora.

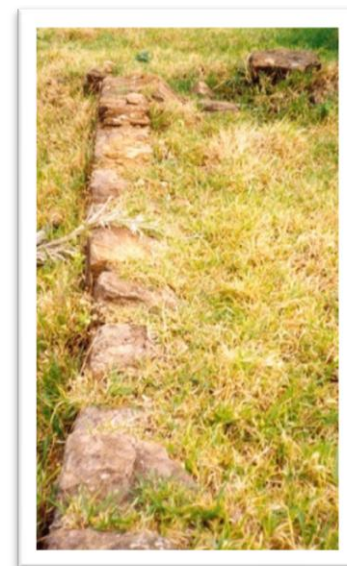


Foto 37 – Alicerce da capela do Seminário
de Santa Cruz – Ouro Fino 2009 – foto da
autora



Não desapareceu por completo; está lá, à espera de ser despertado de sua letargia. Uma tentativa de resgatar e despertá-lo desse sopor foi feita em 2000²⁶ quando trabalhos de prospecções arqueológicas, em alguns locais do arraial, foram feitos. Isso porque foi uma iniciativa particular de um arqueólogo que rompeu o silêncio da paisagem e descreveu de forma muito entusiasmada a sociedade que em Ouro Fino viveu no século XVIII. Esse trabalho foi feito sob o preceito da dissertação de mestrado do arqueólogo Souza, e teve como intuito entender de que forma Goiás, em tempos de Brasil colônia, poderia realmente ser visto e entendido. Ele buscava compreender as relações do homem goiano, sua vida, seu cotidiano, o que fazia parte dos costumes dessa sociedade. O material utilizado para este fim foi escavado no interior das casas de Ouro Fino.

A dissertação de mestrado de Souza fez parte do projeto “A Grande Vila Boa – Resgatando o Passado²⁷”, e, a partir de 1996, Ouro Fino começou a ser estudado e, em 1997, interpretado pela arqueologia quando então foram iniciadas as escavações por Souza. Fez-se um reconhecimento da área e elaborou-se um mapa das ruínas, identificando ruas, alicerces e uma análise da estratigrafia horizontal.

Em posse do mapa das suas estruturas [...] realizei sondagens (perfurações no solo com uma cavadeira boca-de-lobo) a intervalos regulares de 20m em toda a sua extensão, totalizando 392 pontos perfurados. Após ter analisado os materiais construtivos recolhidos, verifiquei que o arraial no século XVIII era organizado em torno de uma praça central, com um traçado muito parecido com o dos seus últimos momentos, referentes a meados do século XX [...]. (SOUZA, 2000, p. 23)

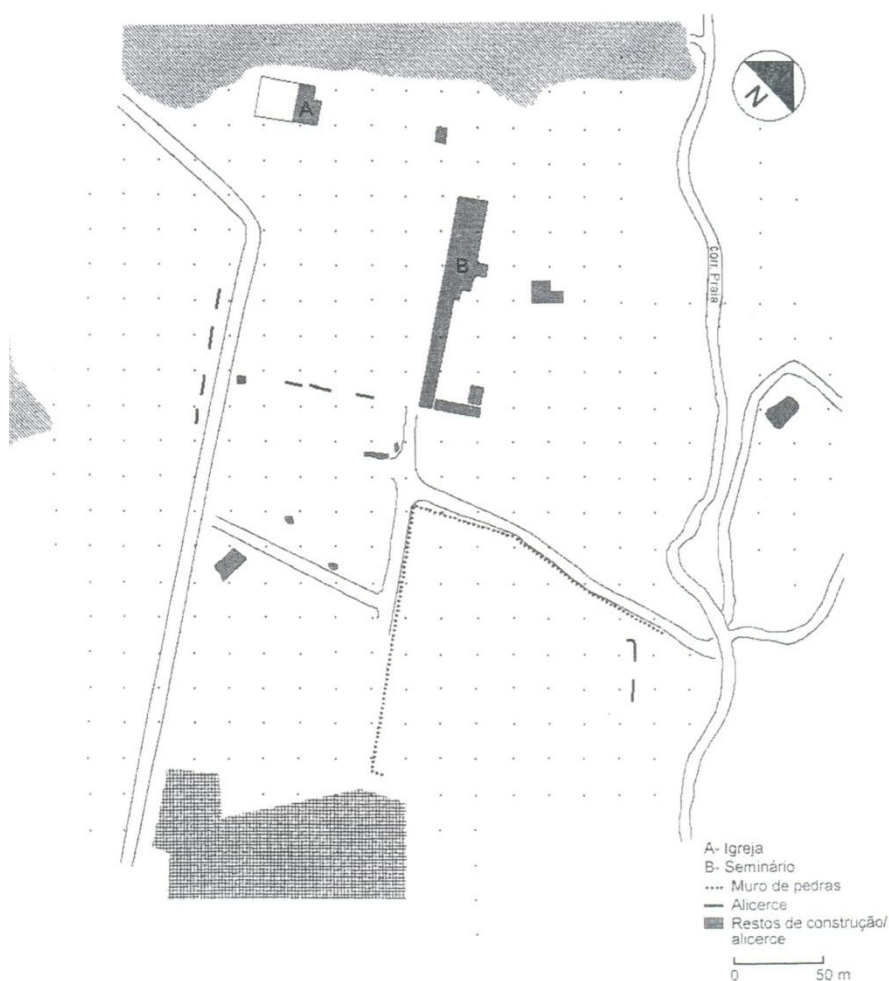
Essa etapa é seguida por outra quando foram abertas sondagens de 1 x 1m e escolhidos alguns pontos que foram identificados por Áreas 1,2,3 etc. Nessas áreas foram feitas escavações que foram assim descritas pelo arqueólogo:

²⁶ Dissertação de mestrado desenvolvida pelo arqueólogo Marcos André Torres de Souza: “Ouro Fino: Arqueologia Histórica de uma Arraial de Mineração do Século XVIII em Goiás”. UFG-2000.

²⁷ Projeto: A Grande Vila Boa: arqueologia, história e antropologia na cidade de Goiás e seu entorno / Subprojeto de arqueologia histórica – 1996/2000. Situação: concluído. Natureza: Pesquisa. Integrantes: Marcos André Torres de Souza (Coordenador). Financiador(es): Universidade Católica de Goiás – Auxílio Financeiro/Prefeitura Municipal de Goiás – Cooperação. (Projeto desenvolvido pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás)



Figura 22 - Planta Baixa de Ouro Fino com os Pontos de Tradagens - (SOUZA 2000, ANEXO 1)



Escolhi um ponto no local que denominei Área 1, onde acreditei que ficaria a fachada de uma das casas situadas em torno da praça. Depois de escavar uma camada de solo superficial pouco espessa, preta e com material contemporâneo, entrei em outra, marrom, cascalhenta, muito compacta e sem material – o que nós costumamos denominar ‘camada estéril’. Após descer 20cm com a colher de pedreiro, vi então aparecer outra camada marrom, mas de sedimento solto e a medida que eu a evidenciava, surgiam cada vez mais cerâmicas. Comecei a escavar essa camada e a remover o material, quantitativamente bastante expressivo; posteriormente, ampliei a escavação. O depósito terminou por mostrar-se bastante estreito, com uma área de aproximadamente 7m², mas pelas altas concentrações que encontrei, pude obter uma amostra satisfatória. Estava, na verdade, na lixeira de um quintal, que devia estar situado ao lado de uma habitação, tendo servido, durante, possivelmente, algumas décadas e por mais de um grupo doméstico como área de despejo. (SOUZA, 2000, pp. 23-24)

Figura 23 - Perfis estratigráficos dos depósitos do século XVIII. a) área 1, camada 3 (parede oeste); b) área 6, camada 5b e 6 (parede leste). Fonte: (SOUZA 2000, 114)

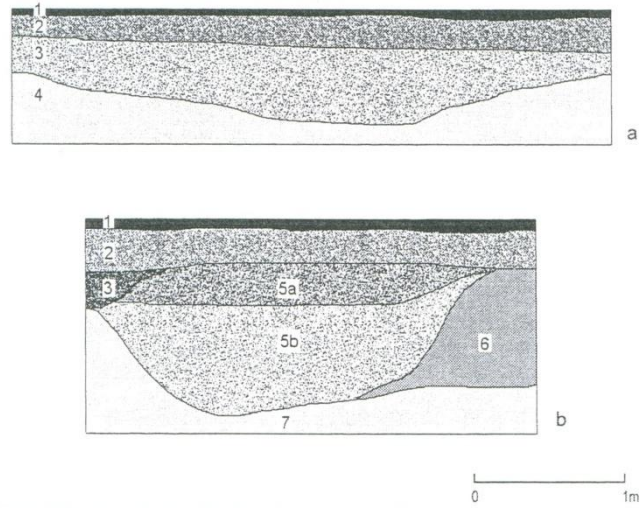
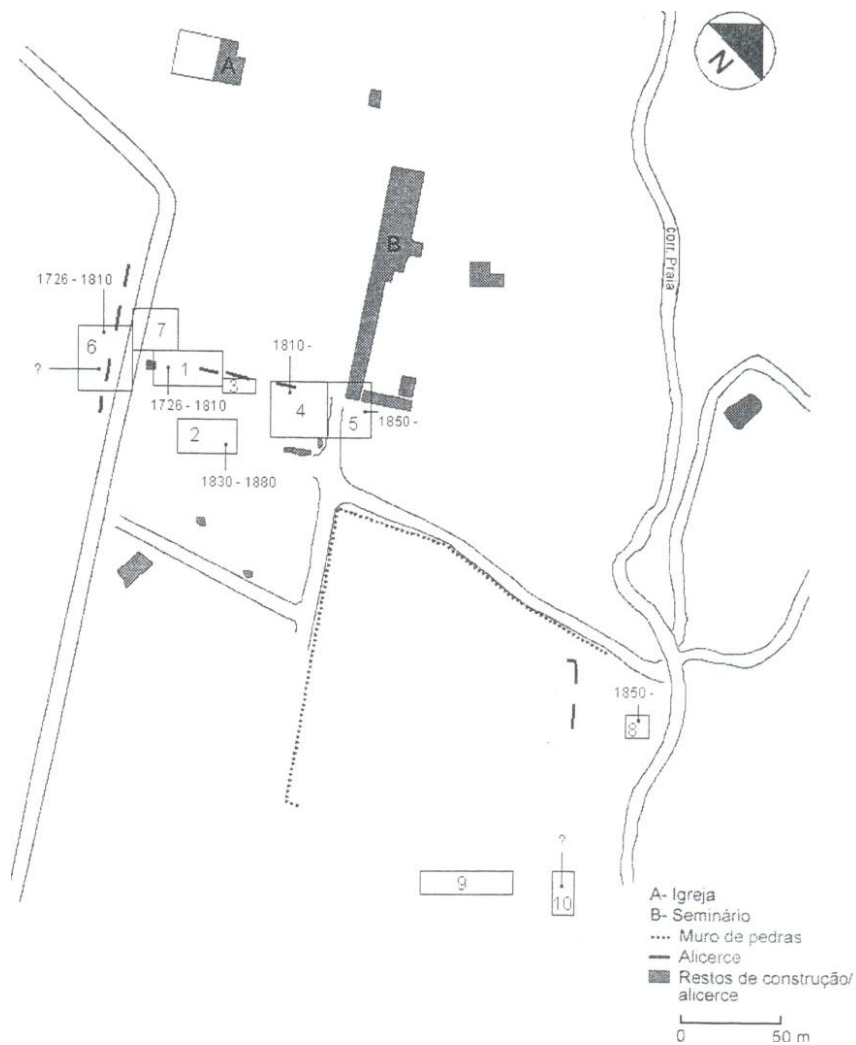


Figura 24 - Mapa com as áreas de escavação e localização dos depósitos (SOUZA, 2000, p. 157).



Ao analisar o material coletado, o arqueólogo constatou a constituição do material exumado do sítio de Ouro Fino poderia ser dividido em duas fases distintas: uma identificando-os como pertencentes ao século XVIII, e outra referente ao século XIX. “Ao realizar a identificação do material referente ao século XIX, percebi que ele apresentava características bem distintas do que acreditava ser do século XVIII, o que me habilitou a separar o que era da época da mineração e de períodos posteriores”²⁸(SOUZA, 2000, p. 25).

Nesse momento, o arqueólogo distingue os materiais dizendo que as faianças e vidros identificados nos depósitos do século XVIII foram destinados ao consumo de alimentos, líquidos e estocagem, constituindo um número bem reduzido de exemplares. Já os cerâmicos apresentam um número maior e, a partir deles, baseou seu estudo sobre as relações sociais estabelecidas em Ouro Fino no período de 1726 a 1810 (SOUZA, 2000).

Ao que consta, evidenciou-se pelas análises das escavações que o século XIX teve uma expressividade muito maior, assim como o refinamento das peças. O que podemos levar em conta é que o espaço privado de Ouro Fino, pelo menos da região do Largo da Igreja e do Seminário, é apropriado por pessoas que possuíam um poder sociocultural e financeiro mais elevado. Não queremos concluir que a população de Ouro Fino do século XVIII tenha se dissipado e um novo grupo de pessoas se apoderou do espaço urbano. Apenas observou-se que houve uma maior acessibilidade às mercadorias européias, ou seja, havia um intercâmbio maior com a Europa, ou com os grandes centros urbanos do Brasil. Podemos concluir que: ou essa população encontrou prosperidade, ou se estabilizou economicamente, encontrando uma fonte de renda que promovesse esse acríve no poder de compras das faianças. A seguir, série de fotos extraídas do trabalho de Souza, ilustrando parte do material exumado, de Ouro Fino.

²⁸ “Todos os depósitos referentes ao século XIX identificados em Ouro Fino apresentam faianças finas com marcas de fabricante e padrões decorativos posteriores a 1830. Nos depósitos do século XVIII encontramos, por outro lado, peças com tratamento ou composição da pasta populares no período, como ‘creamware’ e faianças comuns. As garrafas apresentam também distinções acentuadas: nos depósitos do século XIX estão presentes, predominantemente, garrafas verde escuro de forma cilíndrica, bastantes populares no período, enquanto nos depósitos do século XVIII verifica-se uma presença acentuada de garrafas quadradas, seguidas pelas semi-globulares” (SOUZA, 2000, pp. 25-26).

Figura 25 - Malga em faiança comum com cores verde, vinho e preto.
Fonte: (SOUZA 2000, 65)

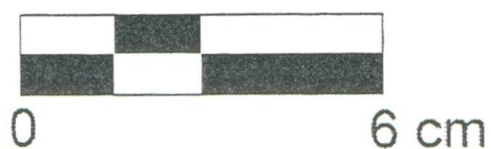
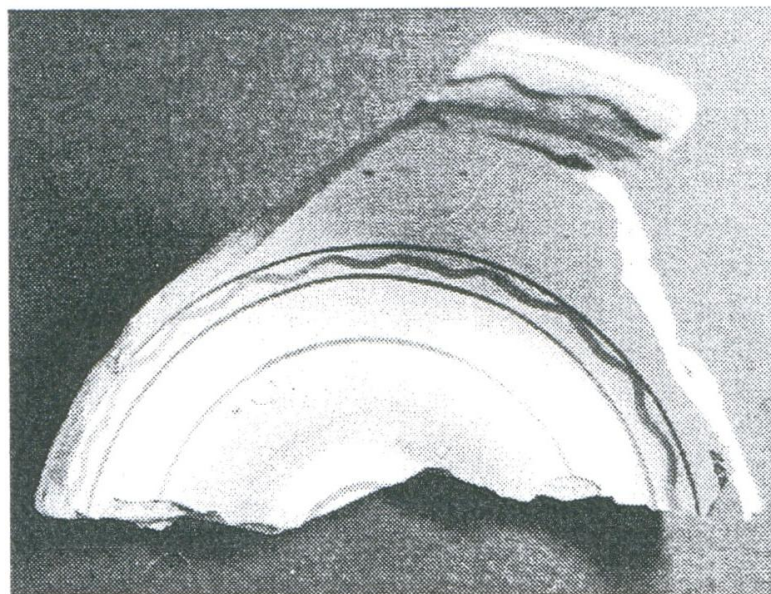


Figura 26 - Malga em faiança comum cores azul e branco.
Fonte: (SOUZA 2000, 65)

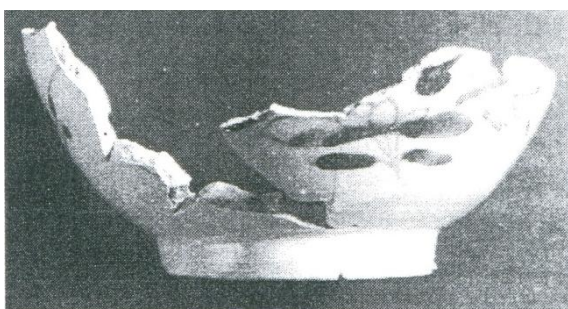


Figura 27 - Padrões decorativos das tigelas, xícaras e malgas.
Fonte: (SOUZA 2000, 60)

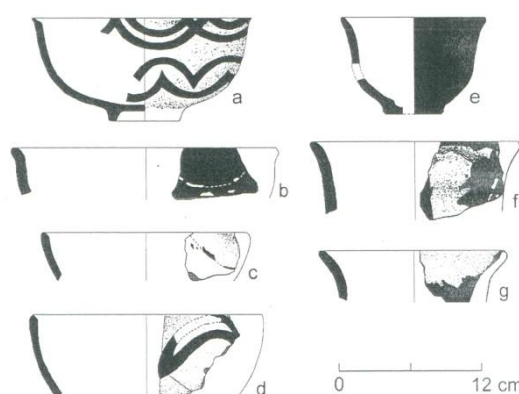


Figura 28 - Parte de garrafa quadrada proveniente de um dos depósitos do século XVIII em Ouro Fino. Fonte: (SOUZA 2000, 66)

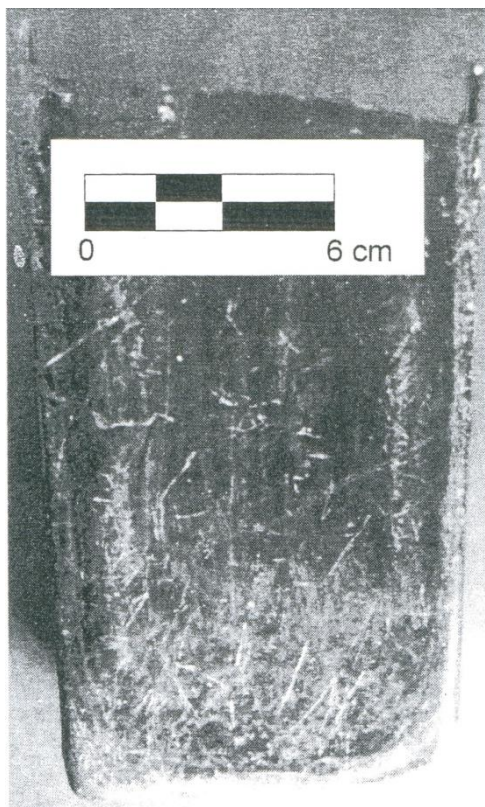


Figura 29 - a) Fivela de sapato identificada por Hume (1969-85) como do final do século XVIII, b) pederneira. Fonte: (SOUZA 2000, 59)

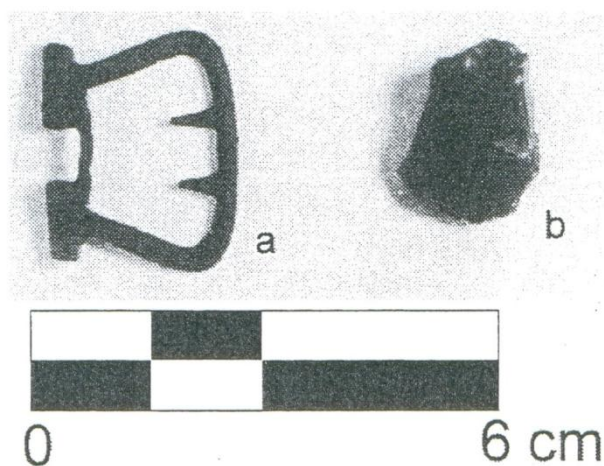


Figura 30 - Cachimbos exumados dos depósitos do século XVIII em Ouro Fino²⁹.
Fonte: (SOUZA 2000, 80)



Figura 31 - a) Tigeja de Ouro Fino pintada em vermelho formando filetes na parte externa; b) Escudela de faiança comum pintada em azul na parte exterior com motivos de filetes exumada de depósito datado entre os séculos XVI e XVIII, Alto Alentejo, Portugal (redesenhado de Teicher, 1995:31). Fonte: (SOUZA 2000, 58)



²⁹ “Bastante comum no contexto colonial, este modelo consistia de uma abertura na parte superior da peça (fornilho) e uma parte onde era introduzida uma haste de taquara (boquilha), que funcionava como piteira.” (SOUZA, 2000)

Figura 32 - Padrões decorativos das panelas.
Fonte: (SOUZA 2000, 71)

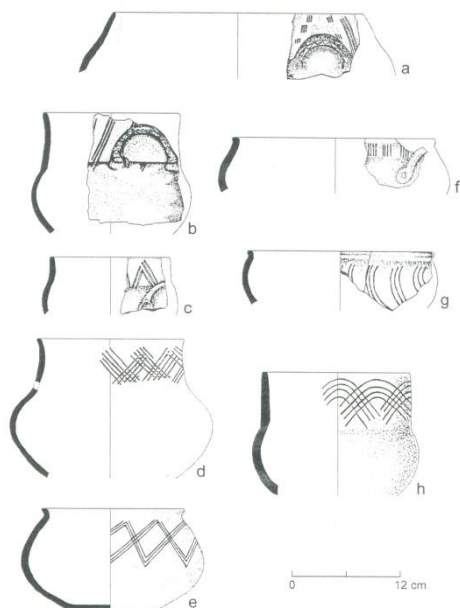
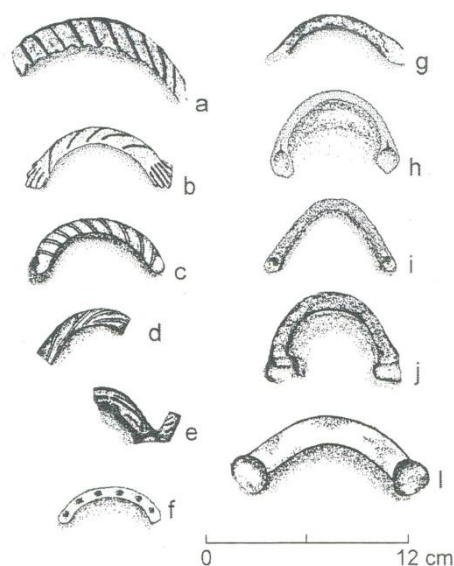


Figura 33 - Asas dos recipientes cerâmicos provenientes dos depósitos do século XVIII em Ouro Fino. Fonte: (SOUZA 2000, 77)



Souza faz apontamentos extremamente interessantes sobre a organização social e espacial (interna e externa) do arraial, porém o período estudado e analisado por ele difere do que aqui é proposto. O período aqui analisado é o final do século XIX e primeira metade do século XX, através das lembranças das pessoas resgatadas em 2009. Não é nosso interesse tratar da economia do Arraial. É importante apontar que, no século XIX, houve uma diferenciação econômica, uma possível estabilidade das famílias locais. Isso foi também evidenciado com as entrevistas das pessoas ligadas ao arraial, que ainda tiveram um contato íntimo com Ouro Fino – nasceram e se criaram no arraial. Essas pessoas corroboraram com a informação de que suas famílias se fixaram em Ouro Fino já em finais do século XVIII, início do XIX, tanto no núcleo urbano quanto nas imediações, no espaço rural. Interessante é fazer uma ressalva que, em momento algum das entrevistas, as pessoas conseguiram fazer algum elo de suas famílias às atividades de mineração em Ouro Fino. Essa fase simplesmente foi esquecida, apagada ou é mesmo inexistente na memória dessas pessoas.

Dando sequência, Souza abre espaço para a discussão da organização espacial de Ouro Fino, um dos interesses desse estudo. Com relação ao traçado urbano, o

arqueólogo, de posse dos materiais exumados dos pontos de tradagens realizados, separou e quantificou os materiais construtivos, como fragmentos de telhas, cravos, adobe. Souza, então, a partir desses depósitos encontrados, faz a descrição do traçado urbano, dizendo ser esse constituído por um largo, algumas ruas e caminhos, como descreve em seu trabalho:

A análise desses dados revelou que ao longo da ocupação do arraial o seu traçado teve pouca ou nenhuma alteração, pois as estruturas remanescentes, que eram referentes, na maioria, à sua ocupação no século XX, eram extremamente coerentes com as distribuições dos materiais construtivos, ligados aos depósitos arqueológicos superficiais. Pode se observar no mapa a formação de uma praça delimitada pela Igreja e cemitério anexo, estruturas do Seminário, de fins do século XIX, e alinhamentos de alicerces, o que pode ser também verificado pela baixa densidade de materiais construtivos nesse ponto e pelos depósitos que aparecem fazendo o seu contorno [FIG 34, 1]. Existem também duas ruas com casas dos dois lados: uma irradia-se de uma das laterais da praça, onde hoje existe uma estrada transitável [FIG 34, entre 2 e 5], com o ponto onde ela cruza a praça aparecendo nitidamente, sem a presença de edificações; outro, irradiando-se da lateral oposta, acompanhando um muro até o seu fim [FIG 34, 10]. [...] sendo uma delas a rua Direita³⁰ Há ainda um ponto com alta densidade de materiais construtivos, onde várias casas se organizavam, provavelmente, em torno de um ou dois quarteirões. (SOUZA, 2000, pp. 119-120)

³⁰ “Assim como em outros arraiais coloniais, havia também em Ouro Fino uma rua Direita, que é mencionada na descrição dos bens do inventário de Francisco José de Moraes, de 05.06.1850: ‘humas cazas no arrayal de Ouro Fino de dous lanços na rua rua Direita’” (Cartório de Família do Fórum da Cidade de Goiás, caixa 30 fls 1-29). (SOUZA, 2000, p. 120).

Figura 34 - Mapa de distribuição dos materiais construtivos em Ouro Fino – fonte: (SOUZA, 2000, p. 121).



Conforme o mapa apresentado por Souza, podemos identificar facilmente essa descrição. O arqueólogo diz ainda não ter sido possível, durante os trabalhos de escavação realizados, identificar estruturas de edificações referentes ao período do século XVIII. Reconheceu-se apenas pisos de habitação referentes ao século XIX. Porém, a forma como foram distribuídos esses materiais ofereceram ao arqueólogo alguns elementos que ele analisou de acordo com os materiais que foram evidenciados, ou seja, materiais permanentes, ou de difícil decomposição, que ele cita como sendo: telhas, ferragens, pisos de mezanela ou adobe bem seco. Em compensação, materiais perecíveis, como palha, paredes de pau a pique, ou outro tipo de fácil decomposição, muito utilizados em edificações mais singelas, como as primeiras habitações de mineiros e de escravos, e do início do período de mineração, tornaram-se praticamente impossíveis de serem encontrados e

identificados. Dessa forma, concluiu que a porção central do arraial com maior índice de evidência de material construtivo permanente foi a de maior concentração, também, de casas/edificações de maior rigor arquitetônico, possivelmente usadas como residência dos colonos. As poucas dispersões encontradas, como apontadas na Figura 34, áreas 11 e 12, foram classificadas pelo arqueólogo como sendo materiais pertencentes a períodos posteriores aos do século XIX (SOUZA, 2000).

Souza encerra seu estudo do urbano de Ouro Fino constatando que:

O que esses dados indicam com clareza é que havia a preocupação dos colonos, que fizeram uso de ferragens e de telhas extensivamente em suas habitações, em residir em torno da praça ou ao longo das suas ruas principais. A ausência de materiais construtivos permanentes em locais mais afastados do arraial, somado a indícios de que houve uma ocupação nesses pontos, nos sugerem que aí residiam grupos domésticos autônomos compostos por pobres e escravos. (SOUZA, 2000, p. 125)

Com relação ao espaço arquitetônico e a organização espacial interna dos edifícios, Souza não contemplou em seu trabalho escavações a fim de evidenciar os alicerces ou camadas mais profundas das edificações. Isso é explicado pelo foco dado à pesquisa do arqueólogo que não objetivava esse tipo de estudo da organização espacial do edifício. Com isso, não tivemos acesso às referências precisas dos alicerces e esteios das casas para tentar recompor a planta básica de Ouro Fino. Ficamos apenas com os relatos e traçamos sugestões de planta baixa. Souza conseguiu fazer algumas análises sobre a relação social de Ouro Fino a partir da interpretação dos materiais exumados, focando sua atenção para o período da mineração, século XVIII e início do século XIX, período bem anterior ao destinado dessa pesquisa. Ele buscava o período da mineração, procurava entender as relações entre escravos e senhores brancos. Já, nesse período aqui estudado, a escravidão não mais se fazia presente.

Porém, devemos destacar a observação na qual o arqueólogo reforça a idéia de que houve um sistema diferenciado de organização espacial e de organização social, a partir de evidências materiais exumadas em Ouro Fino: “[...] complexas redes de influências, significados e atribuições no universo material, nos permitindo

reconhecer que, longe de se constituir como uma sociedade desorganizada ou caótica, possuía lógicas próprias.” (SOUZA, 2000, p. 141). Essa afirmativa pode ser endossada pelos relatos dos integrantes das famílias de Ouro Fino, que afirmam que nas grandes fazendas, como a de São Pedro, do Sr. Braz Ludovico de Almeida, havia: marcenaria – para a fabricação de pequenos mobiliários e peças de construção civil (tesouras de telhados, esteios, vigas, janelas, portas e portais etc.); selaria – com pequeno curtume para o preparo do couro (nessa selaria existia também sapataria para fabrico de botinas); teares para confecção de tecidos etc.: “[...] lá fabricava de tudo, só não fabricava o sal!” (Informou tanto dona Anita Velasco, quanto dona Lia e dona Dulce Ludovico de Almeida). Logo, essas fazendas formavam sociedades organizadas que fabricavam materiais utilizados no dia a dia, o que trouxe para a região certa independência dos grandes centros urbanos afastados, como por exemplo São Paulo e Rio de Janeiro. São fatos que corroboram com a afirmativa do arqueólogo:

O Barroco em Goiás esteve situado em um dos limites da geografia colonial, todavia, foi cheio de recursos, emergindo a partir das pequenas coisas do cotidiano, mas com grandes implicações. (...) Os objetos do cotidiano foram recontextualizados e assumiram feições distintas em Goiás, o que serve como um indicador de que aqui as populações envolvidas reformularam seus referenciais culturais, criando novas maneiras de lidar com o mundo. Essas considerações são bastante úteis, pois embora eu não tenha deixado de assinalar nesse texto muitas das estratégias mediadas pela cultura material e que atuaram na legitimação dos grupos dominantes, as especificidades que cercam as novas formas materiais do contexto minerador em Goiás nos lembram que o choque cultural entre indivíduos provenientes de três continentes deu origem a um universo inteiramente novo. (SOUZA, 2000, p. 141)

Nesse contexto trabalhado pelo arqueólogo, a Arqueologia Histórica abre espaço para a interpretação da paisagem arqueológica. O olhar aqui buscado é o da paisagem, da ocupação do espaço como um todo, da apropriação que a sociedade de Ouro Fino teve da planície do Arraial. Essa paisagem era formada pelas escavações feitas por Souza, que são subsídios preparatórios do observador da paisagem. Elas inserem o observador no contexto além do histórico (da história constituída de fatos), integram a cultura material e imaterial da sociedade que se

estabeleceu em Ouro Fino. Assim, podemos ter uma noção mais realista do que fora o núcleo urbano do arraial e, ao cruzarmos as informações adquiridas pela arqueologia com as adquiridas pela história oral, dispomos de um bom material para remontar essa sociedade. Ainda citando Souza:

As complexidades que emergem da cultura material de Ouro Fino, algumas vezes destinadas a manter as influências em separado, em outras, sintetizá-las, seja entre culturas ou entre temporalidades, permitem um panorama, ainda que exija mais aprofundamento, das ricas expressões materiais dos tempos da Colônia. (SOUZA, 2000, p. 142)

A paisagem arqueológica está plenamente apta a revelar indícios para intercâmbios científicos e proporcionar-nos subsídios comprobatórios de uma nova postura frente a nossa história, ou pelo menos frente aos estudos de nossa história regional. A paisagem de Ouro Fino é o elemento integrador da diversidade de prismas de análises, divergentes ou convergentes. Ela é integradora sempre e transforma essa diversidade de vieses em “complementares”. Está presente em todas as vertentes que trata do homem e da história e, então, é reveladora dos atos sociais e de acontecimentos reais. Duncan (1990 *apud* SOUSA, 2005) trata a paisagem como **ESTRUTURADA E ESTRUTURANTE**, respectivamente, igualando-a ao pensamento de Roland Barthes (2001) quando trata da Semiologia. Assim sendo, a paisagem não se constituirá somente um reflexo das ações sociais, mas principalmente como palco das ações. Dessa maneira, será um dos fatores que mais constituirá os processos socioculturais, talvez um dos mais expressivos em termos de fidedignidade ao ato.

Duncan (1990), ao desenvolver uma perspectiva hermenêutica da paisagem, passou a percebê-la como um sistema de significados, admitindo forte influência de vários intérpretes da paisagem como Roland Barthes, Michel de Certeau, Clifford Geertz, além de geógrafos culturais como Denis Cosgrove, Stephen Daniels e David Ley; autores que apesar de diferirem em suas perspectivas quanto à natureza da teoria e da interpretação, compartilham o objetivo de elucidar processos culturais mediante o estudo das paisagens. (SOUSA, 2005, p. 296)

Ana Cristina Sousa (2005), em seu artigo, vai mais além, afirmando que, ao considerarmos a paisagem como a plataforma de ações sociais, passa a codificar informações. Informações que somente cientistas sociais poderão interpretá-las a partir da intertextualização de seus conteúdos. Ela passa então a ser plataforma também do discurso e da narrativa, seguindo os preceitos da teoria sócio-semiótica de Barthes (2001) e de Certeau (2000).

Obviamente, não se faz a leitura de um texto somente pela decodificação das palavras constituintes das frases que se juntam. Existem outros elementos constituintes e de fundamental importância na estrutura do corpo do texto, como a pontuação. Para isso, a interpretação do texto da paisagem, os documentos e a história descritiva dos fatos e da temporalidade dos acontecimentos precisam ser evidenciados, pois são como elos entre as palavras e o sentido do texto. Assim como a pontuação dá “vida” ao texto e significado às palavras, esses dados são para a paisagem. A arqueologia da paisagem traz à tona uma variedade de dados que são avaliados como “perdidos” no tempo. Não estão “perdidos”, mas à espera de serem descobertos, em sua totalidade existencial, e interpretados em diferentes vertentes científicas.

É exatamente isso que é preciso ser feito com Ouro Fino; tirá-lo desse estado de torpor e devolvê-lo à sua sociedade.

A seguir são expostas fotos das ruínas de Ouro Fino, tiradas em épocas diferentes, mostrando o grau de arruinamento e estado atual da paisagem arqueológica do arraial. Foram divididas em três grupos: 1º grupo: fotos das ruínas das residências; 2º grupo: fotos das ruínas do Seminário de Santa Cruz e 3º grupo: ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e do Cemitério – algumas lápides de antigos túmulos. Hoje se pode dizer que quase a totalidade dos restos mortais dos que foram enterrados em Ouro Fino, foi transferida para o cemitério da cidade de Goiás.

1º Grupo: Ruínas das Residências – alicerces e algumas estruturas.

Foto 38 - Ruínas de Residências



Foto da autora

Foto 40 - Ruínas de Residências



Foto da autora

Foto 39 - Ruínas de Residências



Foto da autora

Foto 41 - Ruínas de Residências

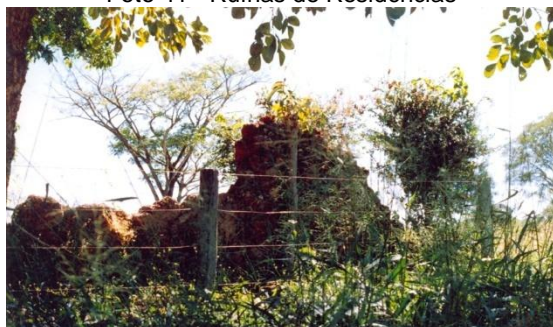


Foto da autora

Foto 42 - Ruínas de Residências - 2009

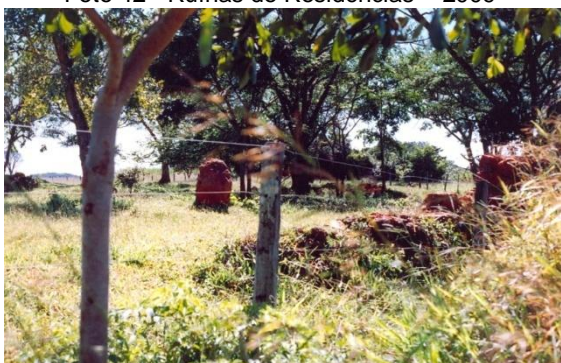


Foto da autora

Foto 43 - Ruínas de Residências - 2009



Foto da autora



Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

2º Grupo: Ruínas do Seminário de Santa Cruz.

Foto 44 - Ruínas do Seminário - alicerces - 2009



Foto da autora

Foto 45 - Ruínas do Seminário de Santa Cruz - 1984



Foto de Itaboraí V. Nascimento – doada para autora

Foto 46 - Ruínas do Seminário - alicerces - 1994



Foto da autora

Foto 47 Ruínas do Seminário - alicerces - 1994



Foto da autora

3º Grupo: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e do Cemitério em anexo – lápides encontradas.

Foto 48 - Largo com o Cruzeiro – 1994



Foto da autora

Foto 49 - Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994



Foto da autora

Foto 50- Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994



Foto da autora

Foto 51- Ruínas da Igreja - detalhe do Nicho - 1994



Foto da autora



Foto 52- Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994



Foto da autora

Foto 53 - Ruínas da Igreja - detalhe da parede - 1994

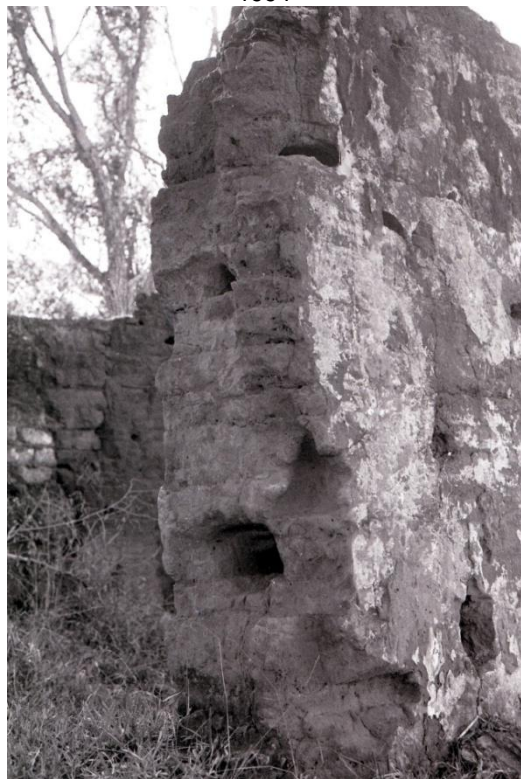


Foto da autora

Foto 54- Ruínas da Igreja - 1994



Foto da autora

Foto 55 - Ruínas do Muro do cemitério - 1994



Foto da autora

Foto 56 - Ruínas da Igreja - detalhe da parede - 1994



Foto da autora

Foto 57- Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - 1994



Foto da autora

Foto 59- Vista interna do Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto da autora

Foto 58 - Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto da autora

Foto 60- Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto da autora

Foto 61- Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto: Itaboraí Velasco Nascimento – doada p/ autora



Foto 62- Túmulo no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto: Itaboraí Velasco Nascimento – doada p/ autora

Foto 64- Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto: Itaboraí Velasco Nascimento – doada p/ autora

Foto 63- Lápide no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto: Itaboraí Velasco Nascimento – doada p/ autora

Foto 65- Túmulo no Cemitério de Ouro Fino - 1994



Foto: Itaboraí Velasco Nascimento – doada p/ autora

2.3 Paisagem Urbana de Ouro Fino: um olhar sobre a organização espacial urbana e arquitetônica de Ouro Fino

Foto 66 - Vista da paisagem de Ouro Fino – 2009 - Foto da autora.



É claro que a expressão “Paisagem Urbana de Ouro Fino” é algo extremamente subjetivo, pois não temos mais o espaço urbano na paisagem, no local que um dia foi o arraial. Porém, assim como para arqueologia, o subsolo é revelador de uma paisagem arqueológica. Se nele encontramos todos os indícios, vestígios de vida humana, individual e coletiva, elementos da cultura material de uma sociedade, podemos também encontrar vestígios da formação urbana. Os trabalhos de Souza em 1996 e em 2000 revelaram isso. O arqueólogo mapeou e identificou os depósitos de restos de materiais de construção, como as próprias fundações das edificações. Revelou traçado de ruas, de praças/largos, de quarteirões, ou seja, áreas de acesso público, particular, áreas de lazer e as vias de circulação do arraial, que são elementos necessários para o estudo do traçado urbano e do comportamento urbano e social de Ouro Fino.

A paisagem urbana é resultado de uma composição que vai se alterando na medida em que é observada ou sentida durante o movimentar de cada pessoa, do passear/passar, do percorrer, ou mesmo do simples olhar. Trata-se de olhares que despertam o observador para referências simples, como as simetrias, as hierarquias (a sequência de planos, perfis, volumetria etc.), as texturas, tão presentes nas paisagens que se revelam através do desenvolvimento do espaço urbano, constituído por esses seus elementos formais e não formais, como resultante do tempo na História. Fruto do acaso ou resultado de planejamentos, a paisagem se forma pelos elementos oriundos do saber dos artesanatos, da arte ou técnica de construir, do saber erudito ou vernáculo, das regras da composição do espaço, de



Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

todos os elementos que vão constituir a “gramática” urbana, que é fundamental para a qualidade da vida urbana (MOUTINHO, 2007).

Para esses elementos gramaticais da paisagem urbana, é dedicada atenção especial aos “elementos formais”, que são as figuras, o ritmo que se coloca na composição, os limites, os recortes, as texturas, as cores, a definição de eixos e até mesmo a hierarquia (Planos de composição, volumetria, perfis e outros). Quanto aos chamados “elementos não formais”, a percepção se dá em forma de interpretação das sensações que causam à paisagem. São os elementos que compõem a chamada “atmosfera” ou “aura” do ambiente, como: a idéia do “convite” (receptividade), o jogo de luz e sombra, as transparências, a percepção do horizonte, os cheios e vazios etc. À medida que vamos percebendo esses elementos em um determinado local, começamos a fazer a leitura espacial e a apropriação desse local, mesmo que seja observando a paisagem que se forma diante de nossos olhos. Em se tratando de elementos urbanos, obviamente teremos formado diante de nossa observação a “paisagem urbana” desse local. Como a cidade, o núcleo urbano não é de forma alguma algo estático, muito pelo contrário. É um espaço dinâmico, multifacetado, palco de múltiplas ações e, dessa forma, um espaço urbano vai se alterando à medida que é usado e apropriado por seus usuários e integrantes. Da mesma forma, a multiplicidade de leituras da paisagem urbana é motivada de acordo com que os observadores usam, observam e se situam diante desta, pois o observador também a compõe, assim que ele anda, usa e modifica sua posição nessa paisagem; essa última vai se modificando, se transformando aos seus olhos (MOUTINHO, 2007).

O estudo da morfologia urbana vem sendo objeto de estudo em diversas abordagens por autores provenientes de várias disciplinas, não somente do urbanismo, como até bem pouco tempo o era. Além do traçado urbano, a leitura morfológica, os aspectos visuais/artísticos, psicológicos e tecnológicos também são objetos de análises. A análise depende exclusivamente da capacidade individual de percepção visual da cidade, considerando não apenas o ponto de vista de quem a habita, mas também de quem percorre a cidade em trajetos que são traduzidos em descobertas individuais.

[...] [o ritmo de suas] metamorfoses, a cidade é sempre o território da contingência absoluta. Não somente nela tudo é possível, mas, mais ainda, o possível está fundamentalmente ligado à emergência constante do casual. O que a cidade oferece a qualquer percepção é o próprio dato dessa relação indestrinçável, implícita, entre o tempo e a contingência. Na infinidade cotidiana de nossas apreensões e de nossas percepções, durante o mais corriqueiro dos deslocamentos ou do andar sem rumo pela cidade, o que pode simultaneamente ser ou não ser continua sendo o possível da visualização. Não se trata mais da abordagem 'sensível' da cidade, encenada por uma certa fenomenologia da vida urbana, mas de uma confrontação, feliz ou infeliz, com a irrupção da contingência. (JEUDY, 2005, p. 108)

Tratamos assim de encontrar a relação entre a percepção e o reconhecimento, no sentido de orientação espacial com a escala humana que é o elemento fundamental de medida para todas as situações. Não podemos mais tratar a análise urbana como sendo exclusivamente a análise do traçado urbano (*urban design*). É preciso aliar o traçado à percepção humana, ou seja, inserir o homem na análise de percepção espacial urbana.

A imagem da paisagem urbana, como diz Moutinho (2007), torna-se fundamental na definição da relação que cada um, cada observador (ser humano) passa a ter do meio que o circunda.

Entre o caos urbanístico e a vivência em espaços projetados e geridos com qualidade vai uma enorme distância. Tão grande quanto o lugar que isso ocupa na própria qualidade de vida. E devemos entender qualidade de vida não só a do momento mas também a do lugar que ela ocupa no próprio crescimento de cada cidadão, na formação da sua personalidade, e no leque de possibilidades que a cada momento permite a cada um de nós escolher o seu rumo. (MOUTINHO, 2007, p. 130)

De um espaço vivido diariamente, criamos uma imagem própria de cada um. Tuan (1983) descreve essas imagens como geradoras de identidade para cada indivíduo e, assim sendo, são transmissoras de valores que serão interpretados por cada um. Dessa forma, cada um transformará esse espaço em um lugar. Essas imagens vão ser gravadas na memória de cada indivíduo, que guardará consigo a lembrança que

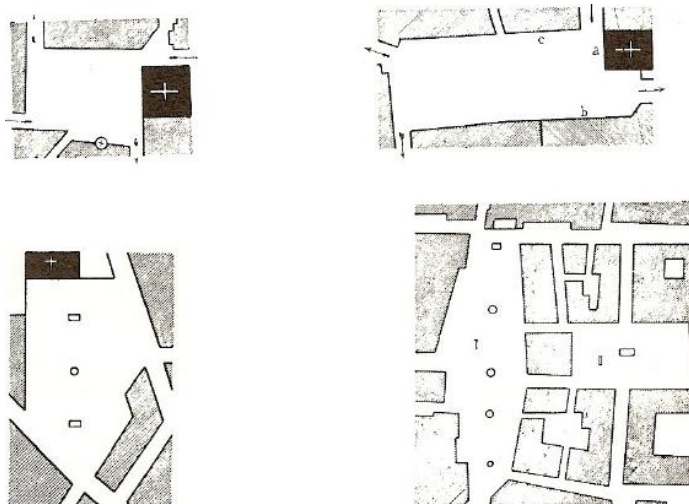
ele montou daquele determinado local. Da mesma forma, a cidade, ao passar por processos históricos, sociológicos e econômicos, sofre as marcas deixadas por esses processos ao longo dos anos e as traduzem particularmente em sua configuração espacial, que são, por isso, traduzidas também em memórias da própria cidade.

Pensando nessas marcas deixadas ao longo dos processos históricos como estigmas, Camillo Sitte (*apud* MOUTINHO, 2007) fez um estudo das cidades de finais do século XIX. Ele identificou e classificou as “regras” que estão presentes nas formas das cidades, principalmente nas cidades mais antigas, que expressam não só sociologias diferentes, acumuladas ao longo da história, como também a sedimentação de intervenções sucessivas. Estas definiram os traçados atuais desses centros urbanos, como o caso particular de Paris. Apesar de ter sido uma obra de finais do século XIX, é ainda uma leitura contemporânea, uma vez que essas regras continuam as mesmas, como também a crítica que Sitte faz ao urbanismo, ou a ausência de sentido urbanístico nas cidades daquele período, que ainda são sentidos até hoje, início do século XXI. Sitte faz uma análise das praças medievais que, será usada no estudo do Largo de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino, como uma breve inserção do largo no panorama das praças públicas do século XIX.

Pareceu-nos oportuno tentar estudar um certo número de belas praças e ordenamento urbano do tempo passado, com o objectivo de extrair as causas do seu efeito estético. Porque, com essas causas uma vez conhecidas com precisão, seria possível estabelecer um conjunto de regras cuja aplicação deveria permitir obter efeitos análogos e igualmente felizes. Nesta perspectiva, as páginas que seguem não propõem nem uma história da construção das cidades, nem um panfleto. Elas oferecem ao profissional um conjunto de documentos acompanhados de deduções teóricas. (p.XXIII). (MOUTINHO, 2007, p. 133)



Figura 35 - Modelos de praças européias estudadas por Camillo Sitte - fonte: (MOUTINHO, 2007).



Nesse tipo de estudo morfológico das praças, Sitte coloca em evidência os princípios da composição do espaço que as praças criavam no passado, a harmonia e os efeitos bem sucedidos que essas praças produzem aos observadores, as pessoas que utilizam seus espaços internos. Ele estuda detalhadamente as relações entre os edifícios e os monumentos com as praças, a libertação de ocupação das praças, a sua definição enquanto que espaço fechado e, conseqüentemente, limitado. Igualmente estuda a forma, a dimensão das praças, sua irregularidade e a articulação entre praças. Ele define que uma praça só se constitui em praça se estiver formada por um espaço delimitado, fechado. Uma praça necessita estar confinada pelos eixos de edifícios a sua volta, ter um pórtico de entrada, ou vias de acesso que partissem da praça ou chegassem nela. A praça independe de sua forma, mas sim de sua “formação”, pois ela é um espaço múltiplo. Apesar de ser pública, é privada, já que está delimitada pelos edifícios à sua volta que, de forma sutil, determinará quais os usos essa praça terá.

O Largo de Ouro Fino – largo aqui significa aberto – defronte a Igrejinha, possuía a função primordial de cobrir as festas de caráter religioso e as atividades pertinentes aos fiéis. Em segundo plano, abrigava os que chegavam no arraial, servindo de pouso aos tropeiros e à sua tropa, e ainda servia como o suporte para o lazer das crianças. Em tempos finais do arraial, foi usado também como campo de futebol. O

largo era muito bem definido, não em função do traçado urbano, mas pela disposição dos edifícios à sua volta. Seguindo o que Sitte descreve das praças, era formado pelo espaço delimitado pelos eixos das edificações que estavam a seu redor. De forma retangular, tinha um dos lados menores definidos pela testada da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e do cemitério. O lado maior, adjacente, à esquerda da igreja, era formado pela longa testada, ou fachada, do edifício do Seminário de Santa Cruz (que, por suas ruínas, deveria ter em torno de uns 115m). Depois, no outro lado menor, oposto à Igreja, temos as residências dispostas uma ao lado da outra. Três foram identificadas pela história oral e a arqueologia indica a possibilidade de mais uma, perfazendo um total de quatro residências. Por fim, fechando o retângulo, em lado oposto ao do Seminário, outras casas alinhadas ao longo da antiga estrada. Souza (2000) não apresenta indícios de ruas defronte o Seminário, a Igreja e nem tão pouco na frente das casas perpendiculares ao Seminário. Isso leva-nos a acreditar que ali o trânsito era feito de forma livre, pois o acesso era local e com fins de circulação dos moradores, e não de tráfico de carroças, charretes, cavalos e até automóveis (para o caso do início do século XX).

Figura 36 - Circulação do Largo da Igreja de N^a S^a do Pilar - mapa da autora.

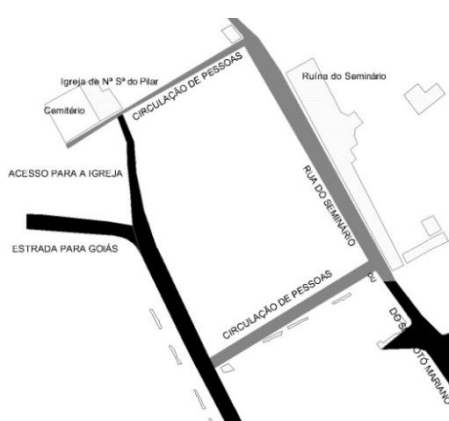


Figura 37 - O Largo da Igreja de N^a S^a do Pilar – mapa da autora.



Dessa maneira, o Largo de Ouro Fino enquadrava-se na percepção de Sitte, que critica de forma contundente as praças das cidades pós-industriais, modernas, das quais as praças hoje se tornaram, quase sempre, impenetráveis, pois o tráfego intenso dos carros aos seus redores não deixa os cidadãos usufruírem de seus espaços. A praça deixa de ser delimitada pelos edifícios, tornando-se ilhada pelas vias de circulação de veículos que fecham seu perímetro (que quase sempre são extremamente monótonos, em repetições de quadrados, retângulos ou círculos).

O nosso estudo deveria ter suficientemente mostrado que não é necessário conhecer os planos das cidades modernas segundo a rotina corrente, nem de renunciar a todas as belezas da arte e às conquistas do passado. Não é verdade que a circulação moderna a isso nos obriga; não é verdade que nós sejamos obrigados a isso devido às exigências da higiene. É simplesmente a ausência de imaginação, a procura do facilitismo e a falta de vontade que condenaram o habitante das cidades modernas a viver nos bairros, sobrepovoados e sem forma, e a suportar durante toda a vida o espectáculo dos edifícios da especulação e dos alinhamentos das fachadas eternamente repetidos. É verdade, a doce força do hábito, amolece a nossa sensibilidade e deixamo-nas menos sensíveis a estas impressões. Mas tentemos reconstituir, comparar, aquilo que sentimos quando se volta de Florença ou de Veneza, com a violência com a qual a monótona modernidade de agora nos agride. (...) Não se trata certamente de uma acaso se todas as praças antigas apresentam uma disposição diametralmente oposta ao sistema moderno quanto ao modo de ligação com as suas. (...) na realidade da maior parte dos pontos de uma praça a continuidade de envolvente não aparece quebrada, porque pelo efeito da perspectiva as ruas parecem sobrepor-se, e não deixam aperceber graças a este recobrimento aparente nenhuma brecha desagradável. (SITTE 1889 *apud* MOUTINHO, 2007)

Sitte, por ser um dos precursores no estudo do urbanismo, viu a cidade segundo seus princípios artísticos, capturava os centros urbanos, a beleza, a estética e as perspectivas que os observadores tinham de seus diversos ângulos.

Foi através dos estudos de Kevin Lynch (1999) que pudemos então encontrar as bases para um entendimento mais sistematizado da percepção visual da cidade. Para Lynch, a percepção faz parte de um processo complexo, no qual a memória é um elemento essencial. A idéia de legibilidade e orientação constitui fundamento

para a constituição da imagem da cidade que, na verdade, é a própria imagem que cada um constrói da cidade. A partir dessas imagens é que se pode definir a identidade, a estrutura e o significado de cada elemento do local, ou mesmo do lugar. Lynch trabalha basicamente com as cidades já estabelecidas dentro dos novos conceitos de morar, trabalhar e locomover. Ele já estuda as cidades pós-industriais, formadas e apropriadas por seus habitantes. Para os estudos dessas cidades, é proposto um conjunto de conceitos pelos quais se desenvolvem as análises morfológicas de cada território urbano, tanto nas condições mais simples às mais complexas. Lynch caracteriza a cidade por cinco elementos principais passíveis de análises. Esses elementos é que são capazes de fazer o elo físico entre a imagem e o espaço urbano junto ao observador.

1. Vias: são os canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro. Para muitos, estes são os elementos predominantes na sua imagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias.

2. Limites: os limites são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. [...] Estes elementos limite, embora não tão importantes como as vias, são, para muitos, uma relevante característica organizadora, particularmente quando se trata de manter unidas áreas diversas, como acontece no delinear de uma cidade por uma parede ou por água.

3. Bairros: os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra «para dentro de» mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável [...] A maior parte dos cidadãos estrutura deste modo a sua cidade, cujos elementos importantes são as vias ou os bairros.

4. Cruzamentos: os cruzamentos são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser essencialmente junções, locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra [...] O conceito de cruzamento está relacionado com o de via, pois os cruzamentos são típicas convergências de vias, factos do percurso.

5. Pontos marcantes: estes são outro tipo de referência, mas, neste caso, o observador não está dentro deles, pois são externos. São normalmente representados por um objecto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha. O seu uso implica a sua distinção e evidência, em relação a uma quantidade enorme de outros elementos. (LYNCH, 1999, pp. 58-59)

A partir da caracterização desses elementos, Lynch abre espaço à morfologia urbana, identificando suas qualidades (da forma) e classificando-as de acordo com características, tais como: singularidade, simplicidade, continuidade, predominância, clareza de ligação, diferenciação direccional, alcance visual, consciência do movimento, séries temporais, nomes e significados.

1. Singularidade ou clareza das figuras de fundo: evidência de limites [...]; fechamento (como um largo fechado); contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, hábito, localização espacial [...]. O contraste pode aparecer em relação aos arredores, imediatos ou à experiência passada do observador [...].

2. Simplicidade de forma: clareza e simplicidade de forma visual em sentido geométrico, limitação de partes [...].

3. Continuidade: continuação de um limite ou de uma superfície (como numa rua, num canal, no horizonte ou no cenário); proximidade de partes (como num grupo de edifícios); repetição de um intervalo rítmico [...]; semelhança, analogia ou harmonia de superfície, forma ou hábitos [...]. Estas são as qualidades que facilitam a percepção de uma realidade física complexa como sendo uma e possuidora de relações internas, as qualidades que sugerem uma identidade própria.

4. Predominância: a predominância de uma parte em relação às outras devido ao tamanho, intensidade ou interesse, resultante da distinção de uma característica principal no todo, associada a um conjunto [...]. Esta qualidade, tal como a continuidade, permite a necessária simplificação da imagem por omissão e inclusão [...].

5. Clareza de ligação: boa visibilidade das ligações e costuras (como numa intersecção relevante e na costa marítima); relação clara e "interligação (como a de um edifício com o seu local de construção ou a de uma estação de metropolitano com a rua à superfície). Estas ligações são os pontos estratégicos de uma estrutura e deveriam ser claramente perceptíveis.

6. Diferenciação direccional: assimetrias, mudanças e referências radiais que diferenciam um fim de outros (como uma rua que sobe uma colina, afastando-se do mar e em direcção ao centro); ou que diferenciam um lado do outro (como os edifícios que rodeiam um parque); ou uma direcção da outra (tanto pela luz do dia como pela largueza de uma avenida em direcção norte-sul). Estas qualidades são dificilmente usadas, quando se trata de estruturações em grande escala.

7. Alcance visual: qualidades que aumentam ou organizam uma possibilidade de visão, quer real quer simbólica. Estas incluem as transparências (vidro ou edifícios assentes em pilares); sobreposições (quando uma estrutura aparece atrás de outra); vistas e panoramas que aumentam a profundidade da visão (ruas axiais, vastos espaços abertos, vistas de pontos altos); elementos articulantes (focos, ponteiros indicadores de medidas, objectos penetrantes) que explicam visualmente um espaço; concavidade (uma colina ao fundo ou a curva de uma rua) que expõe outros objectos à nossa vista; (...) Todas estas qualidades relacionadas facilitam a compreensão de um todo



complexo, aumentando a eficiência da visão: a sua organização, penetração e poder de resolução.

8. Consciência do movimento: qualidades que tornam o observador sensível ao seu próprio movimento real ou potencial. Através dos sentidos visuais e cinestésicos. É o caso dos indicativos que melhoram a clareza de desníveis, curvas e interpenetrações; dão à experiência motora perspectiva e localização; mantêm a coerência na direcção ou na mudança de direcção [...].

9. Séries temporais: séries das quais o observador se apercebe para além da questão temporal, incluindo ligações simples de elemento por elemento, onde um elemento está associado ao que o precede e ao que se lhe segue (como numa sequência casual de elementos marcantes), e também séries que estão estruturadas no tempo e, assim, se tornam melódicas na natureza (como se os elementos marcantes fossem aumentando em intensidade de forma, até que um ponto máximo seja atingido) [...].

10. Nomes e significados: características não físicas que podem reforçar a imagem de um elemento. Os nomes são, por exemplo, importantes na cristalização da identidade. Ocasionalmente indicam também pistas de localização (Estação Norte) [...] Significados e associações, históricos, sociais ou funcionais, económicos ou individuais, constituem um verdadeiro domínio para além das qualidades físicas de que nos ocupamos. Reforçam grandemente as sugestões em direcção à identidade ou estrutura, como pode ser claro na própria forma física. (LYNCH, 1999, pp. 118-121)

Gordon Cullen (1996) foca seu trabalho na percepção visual de cidade pelo observador. A percepção visual é a base para qualquer observação, pois ela invoca a memória do observador para sustentar que a visão possui o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências juntamente com todas as emoções decorrentes. Cullen propõe três campos de reflexão acerca do urbano, que tem a ver com a “descoberta”, com a “localização” e com a especificidade, ou “qualidade”, de cada local (CULLEN, 1996).

A descoberta se apóia na idéia de percurso, através do qual se referencia uma sequência de imagens que servirão de sustentação ou base para apelo à memória. Essa sequência de imagens foi denominada por Cullen de “visão serial”, que por sua vez conduz a outro elemento de extrema importância para a percepção do local que é a “orientação”, ou seja, a capacidade do observador se localizar física e psicologicamente.

Isso implica em uma apropriação do espaço, em um primeiro tempo desconhecido, mas em seguida já identificado, vivido, relacionado com a memória de cada observador, o que o dotará de um sentido particularizado, que o transformará em um lugar. Para Cullen, a percepção de um local através da visão vai muito mais além de uma “fotografia”, pois significa o resultado de um processo de relacionamento do observador (que poderá ser mesmo o habitante) com o local. Novamente, é o que Tuan (1983) tanto defendeu com a idéia da transformação de um local em um lugar, que só é possível a partir do momento em que o observador se apropria psicologicamente desta, tornando-o uma referência pessoal.

Por fim, o terceiro elemento que Cullen coloca para a paisagem urbana tem a ver com as qualidades próprias de cada lugar, qualidades essas não só formais, mas também resultantes da história do local e da sedimentação das sucessivas intervenções, resumidas por Cullen em “isso e aquilo”, ou seja, a diferença e a identidade.

Descobriram-se três entradas: a do movimento, a da localização e a do conteúdo. A visão permitiu constatar que o movimento não é apenas progressão facilmente mensurável e útil para a planificação, mas se divide em duas componentes distintas: o ponto de vista e a imagem emergente. O homem tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante. O convencionalismo é uma fonte de tédio enquanto que a aceitação da disparidade se revela uma fonte de animação. Finalmente, no meio da aridez estatística da cidade esquema, descobriram-se as duas facetas de uma mesma realidade, quer para o movimento (pontos de vista - imagem emergente) quer para o local (Aqui - Além) quer para o conteúdo (Isto - Aquilo). Há apenas que reagrupar tudo isto num padrão novo, nascido do ardor e vitalidade da imaginação humana.(CULLEN, 1996, p. 14)

Ainda seguindo o raciocínio de Cullen, sugere a descrição da paisagem urbana segundo três aspectos: 1º) Ótica: que nada mais é do que a visão serial da cidade, formando quadros de cenas à medida que a paisagem vai se alterando, sendo revelado o modo pelo qual separamos os quadros, ou seja, o filme mental do percurso, que será a fotografia de repetidas surpresas ou revelações súbitas da paisagem.

Imagine-se o percurso de um transeunte a atravessar uma cidade. Uma rua em linha recta desembocando num pátio e saindo deste outra rua que a seguir a uma curva, desemboca num monumento. Até aqui, i.é - no que respeita à descrição nada de invulgar. Mas siga-se o percurso: o primeiro ponto de vista é a rua; a seguir, ao entrar no pátio, surge novo ponto de vista, que se mantém durante a travessia na segunda rua, porém, depara-se uma imagem completamente diferente; e, finalmente, a seguir à curva, surge bruscamente o monumento. Por outras palavras, embora o transeunte possa atravessar a cidade a passo uniforme, a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas. (CULLEN, 1996, p. 11)

2º) Local: o local produz reacções ao observador de acordo com a posição que ele ocupa no espaço no momento da percepção desse local. Existe a diferença na percepção de domínio espacial entre o “aqui fora” – entrando – e o “aqui dentro”, tendo como exemplo o observador em uma praça, caminhando para entrar em um edifício. A forma como ele vai se apropriando e se relacionando com o espaço vai mudando instintivamente. Isso poderá ser muito bem percebido e definido por quem sofre de agorafobia e/ou claustrofobia (Pavor de espaço aberto, pavor de espaço fechado, respectivamente).

Se, de um modo geral, na cidade não surgem contrastes tão marcados, o princípio mantém-se. Há uma reacção emocional típica quando nos encontramos muito abaixo do nível médio do terreno ou muito acima dele. Há uma outra perante o encerramento - num túnel, por exemplo - e outra ainda perante a abertura da praça pública. Tudo isto nos faz supor que, se os nossos centros urbanos forem desenhados segundo a óptica da pessoa que se desloca (quer a pé, quer de automóvel) a cidade passará a ser uma experiência eminentemente plástica, percurso através de zonas de compressão e de vazio, contraste entre espaços amplos e espaços delimitados, alternância de situações de tensão e momentos de tranquilidade. Essa sensação de identificação ou sintonia com o meio-ambiente, esse sentido de localização perante a posição que se ocupa numa rua ou num largo que faz pensar: «Estou Aqui» ou «vou entrar para Ali», ou ainda «vou sair Daqui», mostra claramente que ao postular-se a existência de um Aqui se pressupõe automaticamente a de um Além, pois não se pode conceber um sem o outro. Alguns dos mais belos efeitos urbanísticos residem, justamente na forma como é estabelecida a interrelação de ambos. (CULLEN, 1996, p. 12)

3º) Conteúdo: “Relaciona-se este último aspecto com a própria constituição da cidade: a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza” (CULLEN, 1996, p. 13).

Figura 38 - Percurso de Gordon Cullen – fonte: (CULLEN, 1996, p. 19).



Segundo Moutinho (2007), o plano visual jamais se sobreporá aos fatores de ordem sociológica, no sentido mais amplo de sociologia, mas servirá de apoio para ordenar as suas opções, tanto para planejamentos urbanos quanto para leituras urbanas em locais em que cada cidadão possa reconhecer a si mesmo como um ser vivo, humano, em sua totalidade pessoal, histórica e social.

A memória necessita de pontos de amarração, reais e imaginados, para que possamos, então, decodificar a cidade. Esses pontos servem de referência e os caminhos que nos conduzem à descoberta e à leitura da cidade. Podemos dizer que as visões seriadas seriam os quadros de memória que formaremos e que constantemente estamos nos referenciando para ilustrar fatos ocorridos em locais, ou mesmo para trazer à tona as lembranças de locais visitados, vividos. Constantemente, são essas visões seriadas que ancoram a nossa idéia de domínio da lembrança e agem como certificadores da credibilidade daquela lembrança quando evocadas. Essas visões garantem a veracidade da memória: o fato aconteceu, não foi ilusão. Ecléa Bosi (2007) também se refere a esse tipo de evocação como afirmação de uma lembrança.

É que eu percorri muitas vezes, e em todos os sentidos, os arredores da minha casa; é que por uma série de reflexões, juntei essas imagens familiares umas com as outras de muitas maneiras, de tal modo que posso reconstituí-las mentalmente de muitas formas também e a partir de muitas outras. [...] Os acontecimentos mais próximos tiveram sem dúvida menos ocasiões de ser reproduzidos, o meu pensamento referiu-se a eles menos vezes que relativamente a acontecimentos mais antigos. Por isso da mesma maneira que as imagens das casas próximas da minha, me são mais familiares eu revejo-as em pensamento quando quero, com todo o detalhe posso reproduzir a série ininterrupta das casas, fachadas e lojas da minha rua. Pelo contrário, para encontrar os acontecimentos mais antigos nos quais eu tive muito mais ocasiões de pensar, **é necessário que eu me refira a pontos de referência** no tempo que sobressaem da massa despercebida dos outros acontecimentos. Dir-se-á que confundimos aqui a vivacidade das imagens com a sua familiaridade. Quando reproduzo mentalmente a imagem da rua onde passo mais vezes, **substituo os objectos por um esquema** onde todas as particularidades que me interessam estão incluídas, mas que não é de todo o equivalente para mim à primeira vez que os apercebi. (HALBWACHS, 1925 *apud* MOUTINHO, 2007, p. 138)

Sob esse raciocínio de Halbwachs, o “olhar”, a cidade deve ser tanto um ato individual quanto coletivo, social, pois esse olhar é resultado da memória, das visões seriadas guardadas na memória de cada um e coincidentes na memória coletiva. É resultado da memória não só daquela que é produto das circunstâncias da vida de cada indivíduo, mas também do processo da lembrança coletiva, ou seja, da memória social. Não se pode lembrar de acontecimentos do passado sem inseri-los em um contexto social, “ é relacionar num sistema de ideias as nossas opiniões, com aquelas do nosso meio social [...]. Assim os quadros da memória colectiva reúnem e ligam uns aos outros as nossas lembranças mesmo as mais pessoais” (HALBWACHS, 1925 *apud* MOUTINHO, 2007, p. 139).

Dessa forma, descobrir a cidade, entender sua morfologia, compreender a natureza de seu traçado e suas resultantes não é um processo simples, nem tão pouco imediatista. Pelo contrário,

[...] essa compreensão não só se submete ao complicado processo da percepção visual como também resulta da articulação entre os diferentes aspectos da memória não só individual, mas sobretudo desta na sua relação com o mundo em que vivemos com a percepção que ao longo da vida, cada um adquiriu, guardou e referenciou na sua própria Memória. (MOUTINHO, 2007, p. 139)

Nos três autores aqui apresentados, Sitte, Lynch e Cullen, podemos ver uma reflexão sustentada nos exemplos que nos permitem entender que “os princípios artísticos do urbanismo”, a “imagem da cidade” e a “paisagem urbana” têm por base a percepção visual, condição da descoberta do lugar. Essa percepção implica a idéia de percurso/descoberta, é produto da relação estabelecida entre o olhar, a memória de situações anteriores e de certa forma significa a possibilidade de apropriação do local, traduzindo-o em lugar.

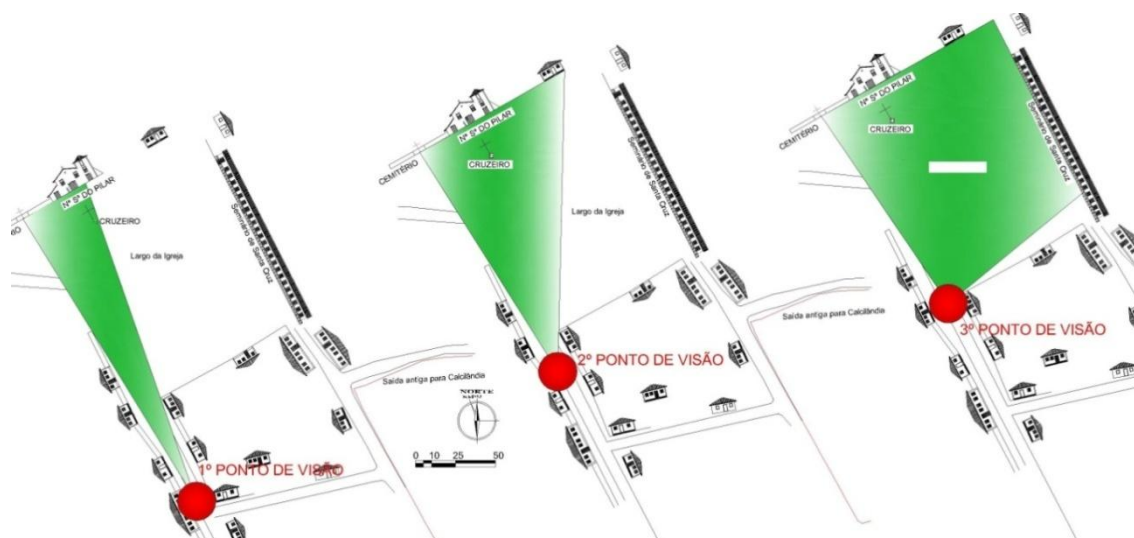
Memória do lugar, do contexto, da localização da percepção mas sobretudo memória que assente nas lembranças suscitadas pelas referências cujo carácter social é essencial reconhecer. Como diria Maurice Halbwachs trata-se pois de um processo que assenta nos quadros sociais da Memória que estruturam de múltiplas formas a vida de cada um. (MOUTINHO, 2007, p. 139)

Segundo os princípios da percepção visual do espaço urbano, podemos analisar Ouro Fino de uma forma particular. Trata-se de uma primeira iniciativa de retirar os estudos urbanos de núcleos históricos do contexto meramente analógico e de inserção em panoramas ou quadros urbanos brasileiros. No entanto, é a análise da percepção urbana segundo esses autores que despontam como âncoras nos estudos urbanísticos. Analisar a morfologia urbana, não por analogias, mas sim pela percepção dos indivíduos que se apropriaram desse espaço urbano e que o guardaram em suas memórias (chamado quadro de memórias por Halbwachs), trará à tona uma nova abordagem espacial de um núcleo urbano do ciclo da mineração em Goiás.

Dessa forma, através do que fora capturado da paisagem da memória, a área de estudo urbano ficou delimitada pela composição do Largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, que é o conjunto urbano presente em todos os relatos das pessoas entrevistadas, possuidor das maiores lembranças individuais e sociais de Ouro Fino. O interessante é que justamente essa área é a que foi mais preservada na paisagem arqueológica. É a que tem maior evidência de materiais exumados, maiores concentrações de vestígios de assentamentos e edificações.

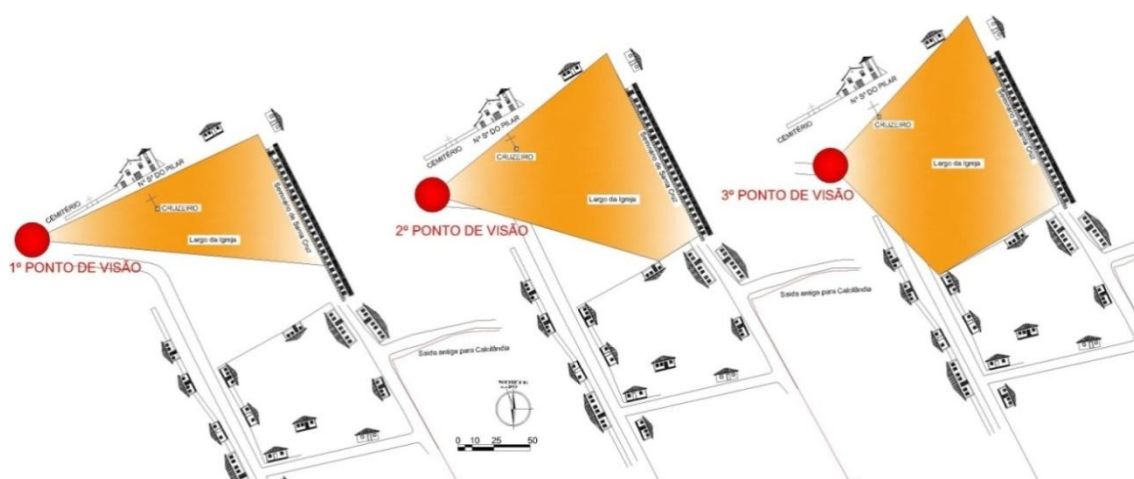
Analisando as visões seriadas do Largo de Ouro Fino, notamos a distinção que se faz dos três pontos de visadas principais do Largo, que são: 1) Vindo na estrada, à esquerda do mapa, em direção sul para norte; o ponto de visada principal é a visão em primeiro plano do Cruzeiro, logo atrás dele, a visão da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e do cemitério anexo, compondo a fachada da igreja, a torre sineira à direita, fecha a perspectiva de quem observa. Só depois de praticamente vencida a barreira visual da casa de Seu Beneditinho, na esquina do largo, é que se tem a visão da casa de Dona Quita Jubé, presente em todos os relatos;

Figura 39 - Percurso 'subindo' a rua 'Direita' sentido Norte – Sul, em direção ao Largo. – mapa da autora.



2) Na mesma estrada, entrando no arraial, de oeste para leste, o ponto de visada principal continua sendo o Cruzeiro em primeiro plano e, ao fundo, toda a extensa fachada do Seminário de Santa Cruz. Só depois do observador já estar nos limites do largo é que os edifícios residenciais, situados na face sul do largo, poderiam ser percebidos em plenitude;

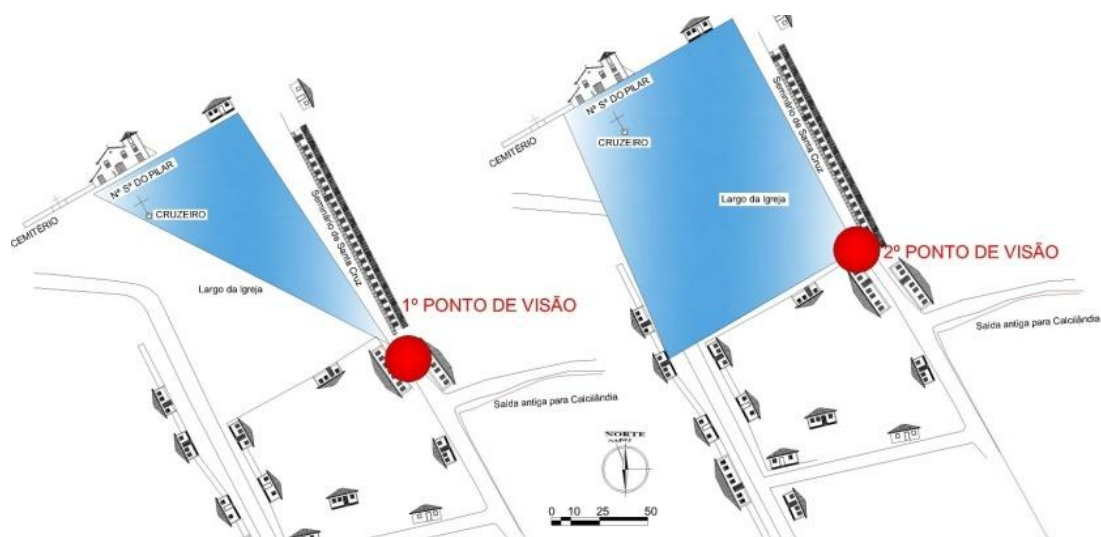
Figura 40 - Percurso chegando no arraial, pela estrada de Goiás, sentido Oeste–Leste, em direção ao Largo. – mapa da autora.



3) Na rua do Seminário e da casa de Seu Totó Mariano, vindo pela antiga saída do arraial, chegando ao Largo pelo seu canto inferior direito, tem-se a visão em primeiro

plano do Cruzeiro, como sempre, depois da igreja, no canto direito da visão e, no canto esquerdo, as casas dos moradores.

Figura 41 - Percurso entrando pelo arraial, vindo pela antiga estrada, sentido Leste-Oeste, em direção ao Largo. – mapa da autora.



A tomada de visão divide o Largo ao meio, no eixo da diagonal do quadrado do Largo. Essa diagonal unia as duas “Portas Imaginárias”, de entrada e saída, principais não só do largo, mas como do arraial. Na Idade Média, essas “portas” eram presença marcante nas praças e largos.

A função especial do portão da cidade: muito mais que mera abertura, era um “ponto de encontro de dois mundos”, o mundo rural e o mundo urbano, o mundo interior e o mundo exterior. O portão principal apresentava as primeiras saudações ao negociante, ao peregrino ou ao andarilho comum [...]. O significado original da palavra “porta” deriva-se dessa entrada [...]. (MUNFORD, 1982, pp. 331-332)

Figura 42 - Os três pontos de entrada do Arraial "As Portas Imaginárias" – mapa da autora.



Os muros que circundavam as cidades medievais e, bem anteriores a elas, as cidades da antiguidade clássica, sempre reportaram essa idéia de etéreo, de caráter puramente religioso. Os muros da cidade foram substituídos pelos muros dos lotes seguidos pelo rossio, tendo como entrada, normalmente, uma única via através da estrada que penetrava o núcleo urbano, transformando-se em Rua Direita, saindo em outra extremidade, voltando a ser somente estrada, novamente. Na maioria dos arraiais e vilas da mineração em Goiás, a estrada, aos poucos, ia mesclando-se ao arraial, transformando-se em Rua Direita, composta por mercados, vendas e toda sorte de comércio. Apenas depois alcançava o centro, abrindo-se em um largo ou praça, para depois afunilar-se novamente em rua e, mais tarde, saindo do arraial, voltando a ser estrada. Isso, em Ouro Fino não aconteceu. Existe o sinal evidente de que a estrada, quando alcançava o núcleo urbano do arraial, o fazia por meio do Largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Nesse ponto, o de abertura do largo, a sensação é que o arraial se abria aos olhos do visitante por meio de uma ampla praça, como se esse visitante ultrapassasse uma porta de entrada, vencesse um pórtico que anunciava a chegada, a entrada do forasteiro, que era recebido pelo grande Cruzeiro e sua Igreja, alta com sua torre sineira, imponentes na paisagem

urbana. O Cruzeiro mostrava o caráter religioso do núcleo urbano, a devoção a Deus, que ali abençoava o arraial e àquele que ali chegava.

A segurança e o caráter sacro e intocável dos muros estavam garantidos pela união do céu e da terra. Quem quer que atravessasse aquele ponto em que uniam-se céu e terra, era inimigo da vida que aquela união garantia. Uma vez mais nos deparamos com um dos grandes lugares comuns da experiência religiosa. *“Aquele que não entra no curral ovelhas pela porta, mas pula o muro, é ladrão e saqueador. Mas aquele que entra pela porta, este é o pastor das ovelhas. Eu sou a porta; quem por mim entrar, salvar-se-á, entrará e sairá, e encontrará pastos”* [João, 10: 1,2,9]. O ato de entrar pelo portão é uma forma de estabelecer aliança com aqueles que vivem dentro dos muros atravessados pelo portão. (RYKWERT, 2006, p. 159-160)

Podemos destacar como pontos estruturantes da paisagem urbana de Ouro Fino (além do traçado marcante retangular do Largo e do Cruzeiro), as seguintes edificações que determinam o largo:

- Igreja de Nossa Senhora do Pilar com o cemitério em anexo;
- Seminário de Santa Cruz;
- Casa do Sr. Antonio Teixeira dos Santos e Dona Rita Lacerda – Seu Totó

Mariano e D. Ritinha,

Um em cada alinhamento do largo, como se fossem os marcos delimitadores do largo na lembrança, na imagem da memória das pessoas. Esses edifícios se destacaram na memória individual e na social do arraial, assim como são as edificações de maior porte existente no largo.

Esse largo assim formado, confinado entre os eixos de alinhamento de suas edificações, servia de espaço coletivo aos moradores do arraial, que o usavam para atividades principalmente ligadas à religiosidade. Existe aqui uma evidência a ser ressaltada. Um espaço considerado público é destinado a qualquer natureza de pessoas, transeuntes, visitantes, passantes, frequentadores assíduos e toda sorte de pessoas que por ali passam. “A palavra ‘público’ indica que os locais que

concretizam esse espaço [espaço público] são abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas” (SUN, 2008, p. 19). Para Gomes (2002), um espaço para ser público tem de ter uma expressão tanto de liberdade quanto de igualdade: “o espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa” (GOMES, 2002, p. 163). Obviamente ele coloca essa participação mediada por um conjunto de regras de convívios sociais. Gomes defende o espaço público como a expressão da sociabilidade, da *mis-en-scène* da vida pública, onde se pode exercer a arte da convivência social. Ele convencionou que o lugar físico serve como orientador das práticas e comportamentos sociais que, por sua vez, atestam o estatuto público deste espaço. “O espaço público, por tanto, deve ser visto como um conjunto indissociável das formas assumidas pelas práticas sociais” (SUN, 2008, p. 20).

Já o espaço coletivo tem seu uso restrito aos usos e serviços fornecidos pelos edifícios que compõem esse espaço e pelos habitantes de suas imediações. As vias são totalmente públicas e as praças já apresentam um uso público, porém um uso mais restritivo ao seu uso, coletivo. Em uma rua, circulam todas as pessoas que por ali quiserem passar, não se fazendo qualquer restrição ao seu uso.

A rua renascentista será um percurso rectilíneo que mantém a função de acesso aos edifícios, mas será, pela primeira vez, eixo de perspectiva, traço de união e de valorização entre elementos urbanos. A rua deixa de ser apenas um percurso funcional – como na Idade Média –, para se tornar também um percurso visual, decorativo, de aparato, próprio à deslocação por carruagem e organizador de efeitos cênicos e estéticos. [...] A rua renascentista será um importante sistema de circulação, até se tornar, no período barroco, em cenários – corredor para as grandes movimentações, procissões, cortejos e paradas. (LAMAS, 2007, p. 172)

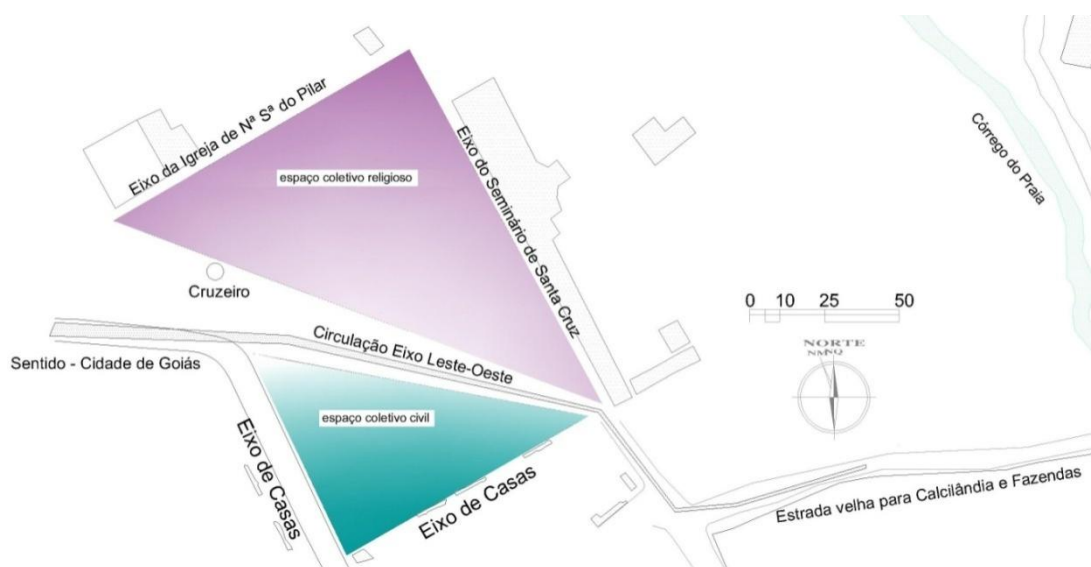
O Largo de Ouro Fino era de uso coletivo, e não de uso público, assim como as praças estudadas por Sitte (1992), em que descreve como destinadas ao uso das pessoas que usavam os edifícios ao seu redor. Por isso o nome do largo ser o mesmo da Igreja, que é o edifício que mais promoveu seu uso em coletividade (de maior destaque) com os festejos religiosos e ritos católicos, entre outros. As praças

no Brasil Colônia, como em um todo, eram consideradas como os centros de reunião da vida urbana, chamadas normalmente de largos, e não de praças, como aliás era em Portugal. Eram nos largos que se realizavam as cerimônias cívicas e todas as festividades coletivas, religiosas, recreativas, além de servirem também como praças de mercado, feiras. Nesses largos, eram encontrados os edifícios de maior expressão do núcleo urbano, os que mais enobreciam esse núcleo. Normalmente, o edifício de maior destaque ou de maior representatividade nomeava o largo. A grande maioria dos largos é formada por igrejas e, assim, recebem o nome das igrejas, como por exemplo o Largo de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino (SANTOS, 2001, p. 72). “Em verdade deve-se pensar na igreja como hoje se pensaria num ‘centro de comunidade’: não demasiado sagrada para servir de sala de refeições para uma grande festa, de teatro para uma festa religiosa [...]” (MUNFORD, 1982, p. 333).

Não havia um pórtico ou porta de entrada a esse largo/prança definido ou demarcado, somente os três acessos principais: estrada, sentido norte-sul, sentido sul-norte e o sentido leste-oeste. Serviu também de pouso para as tropas e boiadas que por ali passavam, de ponto de recepção aos visitantes do arraial, porém, sempre deixou em evidência, em primeiro plano, o verdadeiro sentido daquele largo: a presença marcante do Cruzeiro.

Finalmente, a perspectiva do Largo, por todos os pontos de visão do mesmo, propiciou a devoção ao culto à Divindade, pois não tinha como desviar a atenção dos símbolos católicos, como o Cruzeiro, a Igreja com o cemitério, o Seminário. O largo pode ser dividido em um grande eixo leste-oeste, interligando a estrada antiga, ou a chamada “saída antiga” do arraial, passando pelo córrego do Praia em direção às fazendas São Pedro e Barriguda, até a estrada ou saída pra a cidade de Goiás.

Figura 43 - Eixo Leste-Oeste e divisão "imaginária" do uso espacial do Largo de Ouro Fino – mapa da autora.



Teremos dois triângulos retângulos, separados por um eixo de circulação: o primeiro triângulo representa a religiosidade do arraial, contendo os edifícios religiosos do arraial: Igreja + Cemitério + Seminário e uma única residência, o triângulo Norte. O Segundo triângulo, o Sul, poderia representar a humanidade do arraial, pela presença exclusiva de residências. O triângulo norte abrigava a morava de Deus, o Sul a morada do Homem e, no meio, o caminho que ligava o arraial às fazendas (ao alimento) e à capital (centro cívico). Da união dos espaços, o quadrado torna-se palco da união entre os mundos, onde aconteciam os festejos, a receptividade, a vida social do arraial.

O fato é que Ouro Fino estava inserido no cenário dos séculos XVIII e XIX, em um cenário de atmosfera barroca, ou seja, de forte apelo religioso. Era a descoberta do homem religioso, devoto ao catolicismo. Não se faz necessário conceituarmos o Barroco, nem tão pouco sua temporalização histórica no Brasil. A referência a esse estilo é apenas para analisarmos o espaço urbano, a organização do largo de Ouro Fino. Michel de Foucault, no terceiro capítulo da obra “Vigiar e punir” (1987), faz um estudo sobre a disciplina (no sentido de comportamento), na qual ele insere o período entre os séculos XVII e XVIII como o precursor de uma nova doutrina de dominação do homem: a doutrina do domínio pela disciplina (Nada mais disciplinar que o Barroco). Apesar de toda sua “liberdade” de traçados e de expressões

artísticas, estava encarcerado em regras de composição, a fim de que não se perdesse a sua essência totalmente religiosa, tendo Deus em primeiro plano. Ou seja, o homem era livre para criar, desde que atendesse aos preceitos religiosos católicos. Disciplinar o cidadão, o fiel, passou a ser a grande filosofia. Existem, obviamente, várias maneiras de se interpretar esse homem disciplinado. A intenção aqui é ver a forma como que essa disciplina refletiu no espaço de Ouro Fino.

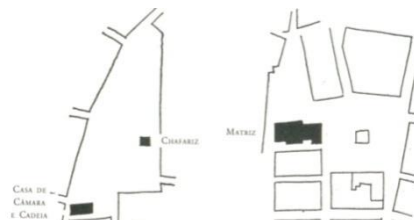
A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas: 1) A disciplina às vezes exige a **cerca**, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. 2) Mas o princípio de 'clausura' não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina. Em primeiro lugar segundo princípio da localização imediata ou o **quadriculamento**. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. [...] O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando os corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, [...] poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, medir as qualidades ou méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1987, p. 121)

Se olharmos a planta do arraial, verificaremos a tendência de organização espacial desde seu princípio: o grande largo retangular, as duas quadras residenciais bem evidenciadas pelo trabalho de SOUZA (2000). O sentido de orientação das ruas, tendendo a seguir os eixos cardeais, a distribuição das casas, alinhadas com as ruas, tudo isso reflete a preocupação com a ocupação espacial de Ouro Fino, significando que não foi feita a esmo, seguindo a estrada principal e “espichando-se” ao longo desta. Tanto houve essa preocupação em organizar a distribuição espacial que em arraiais e vilas da mesma época não se encontra nenhum largo com as mesmas proporções, formato, distinção espacial e tipo de edificações como o de Ouro Fino.

Figura 44 - Traçado de algumas praças no Brasil Colônia.



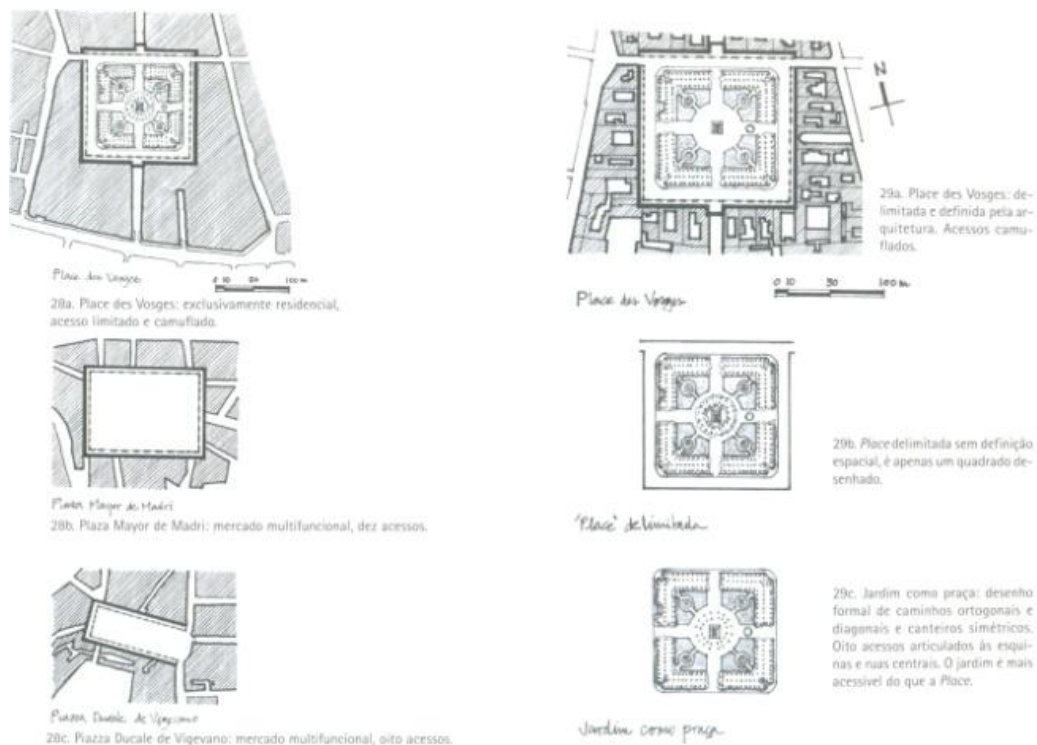
Figura 45 - Traçado das Praças Principais de Vila Boa e de Cuiabá.



Comparação dos traçados das praças de Salvador (Bahia) – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Ouro Preto (Minas Gerais) – fonte: (SANTOS P. F., 2001, p. 73).

Comparação dos traçados das praças de Vila Boa (Goiás) – Cuiabá (Mato Grosso) – fonte: (SANTOS P. F., 2001, p. 75).

Figura 46 - Acessos às Praças – Europa. Quantidade de acessos às Praças: Place des Vosges (França), Plaza Mayor (Espanha), Piazza Ducale (Itália)- fonte: (SUN, 2008, p. 53).



Poderia ser esse traçado retangular apenas um reflexo dos aldeamentos jesuíticos? Particularmente acredito que não, pois Ouro Fino não apresentou ser uma colônia ou missão religiosa, já que foi fundado em decorrência direta da extração de ouro. Se foi conseqüência de uma vontade de disciplinar o traçado, a ocupação, a distribuição espacial do arraial, essa sim, me parece ser uma alternativa mais viável, mais condizente com o contexto da época de instalação e fixação do arraial. Só não podemos ainda dizer qual a intenção dessa disciplina. Para isso, é preciso um estudo mais acirrado, bem mais complexo.

Dando seqüência ao trabalho de Souza, ele abre espaço para a discussão da organização urbana de Ouro Fino, dentro do contexto de outros arraiais e vilas do ouro em Goiás e no Brasil. “A pesquisa arqueológica realizada em Ouro Fino permitiu a identificação, em linhas gerais, da organização urbana do arraial, bastante semelhante ao que tem-se apontado para o caso de Vila Boa, antiga sede da capitania” (SOUZA, 2000, p. 119).

Contudo, houve uma distinção relevante entre o processo de urbanização de Ouro Fino e o de Vila Boa que tem de ser aclarado aqui. Vila Boa teve sua primeira ocupação espacial em função das catas de ouro, ao longo do Rio Vermelho, de onde se extraía o ouro. A ocupação deu-se ao longo do rio, e só depois foi expandindo para áreas mais afastadas das catas.³¹ Coelho (2001) diz ser esse modelo o traçado irregular presente nas cidades e vilas portuguesas medievais, muito recorrentes nas colônias americanas e africanas, “onde, por uma questão de defesa, a topografia orienta e direciona o sentido das vias de circulação, além de dar-lhes a configuração irregular que tão bem as caracteriza” (COELHO, 2001, p. 187). Coelho afirma ainda em seu trabalho, que:

[...] a irregularidade será uma constante nas cidades brasileiras dos primeiros séculos, quer seja ela resultante da escolha do sítio por uma necessidade de defesa quer seja em decorrência de explorações minerais e, por qualquer desses motivos, o colonizador português não sente dificuldades em se estabelecer. (COELHO, 2001, p. 187)

³¹ Coelho descreve a evolução urbana de Vila Boa e afirma “Com isso teríamos o início da conformação urbana definida pela associação feita entre as datas mineradoras ocupando as margens do Rio Vermelho e os caminhos, ou estradas, cruzando sobre o desenho definido por ela” (COELHO, 2001, p. 186).

Segue ainda analisando a topografia da cidade de Goiás, dizendo que mesmo sendo ela um pouco acidentada, não apresenta altos graus de declividade, constituindo um lugar considerado mais plano que outros centros.

Em conseqüência disso, em Goiás, o traçado acontece de uma forma mais organizada, já que a conformação do terreno assim o permite, com ruas apresentando uma declividade menos acentuada.(...) Entretanto nem por isso o desenho da cidade perde suas características medievais de conformação, com as ruas se desenvolvendo como conseqüência de implantação dos edifícios, não apresentando regularidade nem no que se refere ao direcionamento nem no tocante à manutenção de uma constância em sua largura.(COELHO, 2001, pp. 187-188)

Ouro Fino não está situado à beira ou ao longo do Córrego da Praia, nem tão pouco suas ruínas estão em volta das lavras de ouro. Apesar de ser notória a extensa planície a qual o arraial ergueu-se, porém, a ausência das catas de ouro foi demonstrada pelos trabalhos de escavação feitos na região. Existe assim uma distinção na ocupação, uma segregação de espaço. As catas de ouro ou as lavras encontram-se mais distante do centro urbano (que é referenciado pelo Largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar), localizando-se mais a norte e a sul do arraial.³²

Segundo o mapa apresentado por Souza, não foram situadas as lavras ou datas de mineração, próximas aos assentamentos/ruínas encontrados e demarcados. Aliás, elas não foram sequer mapeadas. A ausência dessas catas de ouro junto ao núcleo urbano é um fator curioso a ser revisado em Ouro Fino.

O próprio traçado urbano do arraial tende a ser diferente de outros núcleos urbanos da época da mineração. Enquanto Vila Boa e outras cidades do ciclo da mineração, tanto em Goiás quanto em Minas Gerais, tenderam a uma expansão espontânea e de forma irregular, ou seja, seu traçado urbano, suas ruas e demarcações de lotes, eram feitas de forma aleatória, sem planejamento, a conformação urbana de Ouro Fino tendia a ser regular.

³² “O povoado de Ouro Fino ocupa uma área retangular de 600 por 200metros, tendo a Lesta o córrego Praia, campo a Oeste, extensos e profundos lavrados de ouro a Norte e Sul. A extensão desses terrenos de lavras é de cerca de 9km” (ALMEIDA, 1944, p. 65).



Figura 47 - Mapa das principais vias de circulação de Ouro Fino – adaptado de Souza (2000).



É um traçado que tem como dois fortes alicerces a estrada (Fig. 26) – que nos leva a crer ser uma delas a “rua direita” comum em todo arraial da época – e, paralela a essa, a rua que sai do largo, passando por toda a extensão do Seminário e indo até mais abaixo da casa que supostamente fosse do seu Totó Mariano.

Dois eixos de circulação paralelos são interligados por uma travessa, que foi evidenciada pela arqueologia e que, pela sua largura, não se caracteriza como sendo um beco de serviços, mas sim de uma rua. Apesar do número pequeno de ruas evidenciadas, o estudo da distribuição das ruínas das edificações e disposição das ruínas da igreja mostra-nos um traçado regular, ao menos tendendo a ser o mais regular possível, dentro de um retângulo.

O largo, formado pelo perímetro que contorna a fachada da igreja, do Seminário, das ruínas das casas defronte a igreja e defronte ao Seminário, apresenta-se de forma retangular. Isso nos leva a concluir que havia uma via de circulação, de acesso às casas de frente para a igreja, o mesmo acontecendo com a circulação de acesso ao Seminário e a ruína mais ao norte da edificação ao lado da igreja.

Conforme mostra o contraste de positivo e negativo entre as ruas e quadras, colocamos em preto as ruas evidenciadas pela arqueologia e em cinza escuro (Fig. 26) as vias de circulação de acesso às supostas residências (demarcadas pelos

alicerces encontrados). Esse traçado retangular informa-nos que a ocupação de Ouro Fino deu-se de forma diferente dos outros núcleos de mineração, além de nos informar que não foi em decorrência da apropriação das lavras e das datas de mineração. Isso corrobora com a observação de Souza quando indica-nos duas fases distintas em Ouro Fino, uma durante o período da mineração, século XVIII, e outra já no início do século XIX.

Figura 48 - O ESPAÇO PÚBLICO - As ruas levantadas pela arqueologia – mapa da autora.



Figura 49- O ESPAÇO COLETIVO - O LARGO mapa da autora.

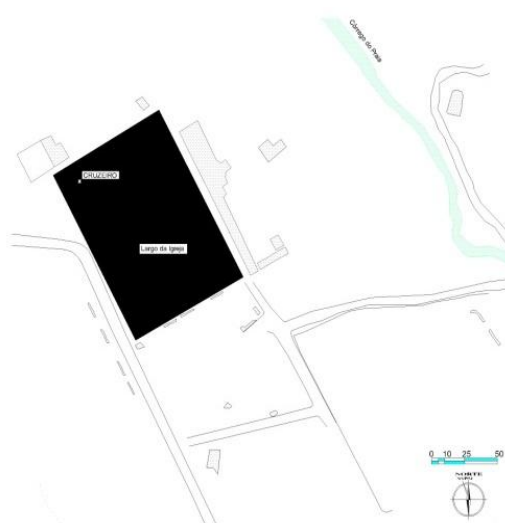


Figura 50 - O ESPAÇO PRIVADO – as quadras residenciais de Ouro Fino – mapa da autora.



Isso pode explicar a pouca presença de material exumado do período entre 1726 a 1810, pesquisado pelo arqueólogo, no território escavado. Podemos então raciocinar em duas linhas de pensamento: primeiramente, ou Ouro Fino possuiu duas fases de ocupação, sendo uma primeira fase a mineratória, junto às catas/lavras de ouro, e outra após o período da mineração, com uma ocupação próxima já da igreja, do largo; ou Ouro Fino teve uma orientação urbanística, que pode ter sido através de cartas régias (orientações vindas diretamente da corte portuguesa), e mesmo através da própria orientação vinda para Vila Boa (que trazia a recomendação de que se “regularizasse” o seu traçado em início do século XIX), e, em segundo lugar, Ouro Fino teve o mesmo conceito das vilas jesuíticas, os aldeamentos religiosos da época da mineração. Acreditamos mais na hipótese de que em Ouro Fino seus habitantes aproveitaram-se das recomendações feitas à cidade de Vila Boa e direcionaram o traçado urbano do arraial longe das datas (já exauridas de ouro), conforme a corte portuguesa orientava e conforme o arraial ia desenvolvendo-se. Isso vai de encontro à análise já mostrada anteriormente, da idéia de se instaurar a “disciplina” conforme nos descreve Foucault (1987). Como nos relatos dos viajantes que pelos sertões transitaram, como Pohl, Saint-Hilare, Cunha Matos, Alencastre, e tantos outros, o arraial já era citado como sendo desenvolvido com um número relativamente grande de casas e edificações comerciais. Não acreditamos em duas fases de ocupação, mas sim em dois momentos de apropriação do espaço em função da economia; contudo, o espaço já estava formado desde a época da mineração. O que é certo é o contato com a corte, seja direta ou indiretamente (através de Vila Boa), que os habitantes do arraial mantinham com as instruções da corte portuguesa e/ou de seus representantes.

Outro fator que conota uma representação de apropriação diferenciada do espaço urbano de Ouro Fino é a implantação da casa no lote. Ao contrário de outras vilas e arraiais da época da mineração, que possuíam suas casas coladas umas às outras, de parede dupla, pelo mapa apresentado pelo arqueólogo Souza, fotografias e relatos. As casas eram afastadas uma das outras, formando assim um corredor lateral de ventilação e insolação entre as casas. Durante o período da mineração, nas regiões das minas (Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso), não encontramos esse

tipo de implantação de casas nos lotes, pelo menos não nas partes central e inicial do assentamento urbano.

O arraial de Ferreiro fornece-nos um único exemplar, ainda de pé, de uma residência, de frente a lateral direita da Igreja de São João batista (que o IPHAN-Go acredita ser da época da mineração), cuja implantação no lote também é feita de forma desprendida, respeitando os recuos laterais e frontal (o recuo frontal é de total novidade para edificações da época). Novamente, isso vem reforçar a idéia já mostrada, com a arqueologia, da existência de dois períodos distintos, ou de uma ocupação diferenciada dos outros arraiais em Goiás. Essa informação foi ratificada pelos entrevistados que confirmaram o espaçamento entre as casas do arraial.

Foto 67 - Residência no Arraial do Ferreiro



Uma residência em Ferreiro – fachada principal. Construção usando adobe, casa no centro do lote - 1994.
Foto da autora

Foto 68 - Residência no Arraial de Ferreiro



A mesma residência – Notar a construção feita em Adobe com estrutura de madeira e alicerces em pedra. Portas e janelas feitas em madeira. Edificação elevada do nível do solo. 1994. Foto da autora



Dona Maria de Freitas descreveu a casa onde nasceu como sendo uma casa simples, muito parecida com as casas da cidade de Goiás, de fachada composta por uma porta de madeira maciça, duas janelas grandes também de madeira. Com duas portas de acesso aos setores internos da casa, a chamada “casa de corredor”, muito parecida com as casas da cidade de Goiás. Paredes largas, feitas em adobe e algumas outras casas em taipa de pilão. Algumas casas podiam ter janelas com vidraças (PRADO, 1999, p. 28). De planta quadrada, na maioria, com um corredor central, ou lateral, a primeira porta abria do exterior para dentro, dando acesso a um corredor que formava uma espécie de “hall social”, que dava acesso a uma ou duas salas laterais. Logo após essas salas, tinha outra porta que separava a parte social da parte íntima da residência. Havia o corredor que dava acesso aos quartos, um de cada lado, terminando em uma varanda que dava acesso à cozinha – que era sempre rebaixada, e ao quintal dos fundos. Algumas casas possuíam despensa (PRADO, 1999, p. 27-30). Como a casa era solta no lote, ou seja, possuía corredores laterais, não havia a existência das chamadas “alcovas”, que são quartos que não possuem janelas ou aberturas para o exterior. As alcovas são facilmente encontradas nas casas urbanas coloniais e geralmente também eram chamadas de “quarto das moças”, pois a porta de acesso era voltada para dentro de outro quarto, que normalmente era o quarto do casal.

Figura 51 - Partido básico da chamada "Casa-Corredor" em Ouro Fino (notar a ausência das alcovas) - desenho da autora



Dona Anitinha Vellasco, em sua entrevista, descreveu boa parte da casa de seu Totó Mariano como sendo uma casa muito grande, com cômodos de dimensões amplas. Havia uma grande sala, com várias janelas largas e altas, pintadas de azul (o piso era de tábuas corridas: “assoalhada”), onde funcionava a sala de visitas da casa, o juizado de seu Totó, a sala de aula de dona Ritinha e também onde aconteciam os velórios. Lembrou que as casas, por serem afastadas uma das outras, lembravam muito as casas das fazendas da região. Eram bem diferentes externamente das casas da cidade de Goiás, pois as maiores tinham a cobertura de quatro águas, e não de duas, como era o comum nas outras cidades e arraiais. Quanto ao acabamento, tanto dona Anitinha Vellasco como dona Maria de Freitas, e ainda as entrevistadas contidas no trabalho de Prado (1999), disseram que eram todas de paredes de adobe ou de taipa de pilão caiadas, sempre brancas. As portas e janelas eram pintadas em cores vivas, umas de azul, outras de vermelho etc. O piso podia ser assoalho de madeira (assoalhada) ou então com Mezanela,³³ Souza (2000) descreve que encontrou adobe bem seco, usado como piso. A casa de dona Maria de Freitas era em mezanela.

Constituiu-se fato curioso a casa também apresentar-se de maneira diferenciada das casas da cidade de Goiás, pois a planta da casa e a disposição dos quintais é algo muito peculiar na arquitetura das residências de Goiás:

As casas da Cidade de Goiás no decorrer de quase três séculos sofreram os mais diversos destinos. Pouquíssimas pertenceriam às mesmas famílias construtoras ou então pela fortuna das entrelaçadas. Teias de parentescos da cidade construíram curiosas relações sócio-temporais. Ensina-nos Maria Augusta Calado sobre as partições das velhas casas com seus quintais: As casas coloniais enfileiradas ou os solares isolados, geralmente, obedeciam a um tipo de distribuição de cômodos; enorme corredor incumbido da ventilação interior, que vai da porta da rua à varanda (sala de jantar). A porta da rua permanecia sempre aberta; só a que dava para a varanda, chamada porta do meio, que permanecia fechada. À esquerda deste corredor, salão de visitas e uma sala própria para negócios; à direita, camarinhas. Da varanda passava-se à dispensa e à enorme cozinha. O quintal possuía três repartições: a varanda dava para o primeiro quintal que era um jardim, onde exalavam os perfumes dos jasmims, bugarins, resedás,

³³ As mezanelas são bem parecidas com os ladrilhos de barro e são assentadas sobre terra socada, em argamassa de terra, feitas de barro bem cozido, de cor clara devido ao uso da argila escolhida e bem tratadas pela queima. Quando quadradas possuem a dimensão de 30x30x7 cm. São colocadas em fiadas contínuas, de xadrez, sem mata-juntas (VASCONCELLOS, 1979, p. 73).

angélicas, boninas, baunilhas e manacás. Depois deste, a cozinha passava ao segundo quintal onde estava a horta e algumas vezes tinham o poço d'água e também um tanque de pedra, à maneira romana, para que em tardes quentes se tomassem agradáveis banhos. Finalmente, no terceiro quintal, o pomar, onde também criavam galinhas e suínos (sendo que alguns tinham uma vaca para suprir de leite a casa) e o pequeno pasto para os animais de sela. Este último quintal terminava num beco, num córrego ou no rio. Hoje, na maioria destes antigos casarões, construíram casas novas neste terceiro quintal. (RODRIGUES, 1982 *apud* BERTRAN, 2004)

Os entrevistados não se referiram a alpendre, apesar de em uma reportagem publicada no jornal *O Popular*, em 16 de novembro de 1996, constar uma fotografia de uma casa com alpendre na frente e telhado de duas águas.

Foto 69 - Residência em Ouro Fino

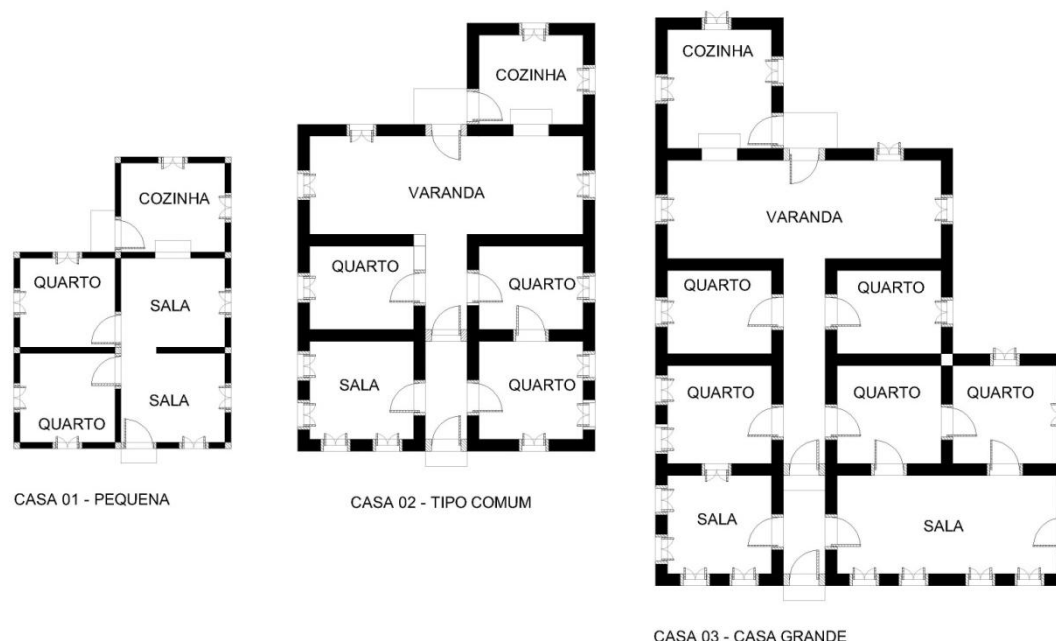


Seu Marcondis Ribeiro viu a fotografia e localizou essa casa, que ficava mais afastada do núcleo central, mais a sul, local onde o arqueólogo Souza (2000) descreveu como sendo a área 12 da Figura 34, um local de depósito de material construtivo de período posterior ao encontrado na região central, provavelmente de finais do século XIX. Lembrou que a casa estava abandonada e que “aos poucos as pessoas iam lá buscar as telhas, portas, janelas... tudo o que podiam levar”. Esse foi o destino das edificações que ficavam abandonadas no arraial; o pessoal da

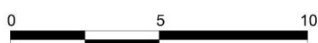
circunvizinhança levava principalmente as telhas e madeiramento. Seu Flávio, filho da granja, hoje existente na região, conta que a casa dele foi feita com telhas das casas do arraial. Mostrou onde era a sala, o quarto, a varanda e a cozinha; fez no chão o desenho da planta da casa, como recordava. Nos relatos de dona Anitinha Vellasco e de dona Maria de Freitas, elas identificaram essa região como sendo o local onde ficava a chácara de seu Raynero Queiroz, pai de dona Fiita.

Dentro do que se pôde colher das entrevistas, foi montando um suposto programa de necessidades da casa de Ouro Fino. Chamo de suposto, pois não houve como tirar medidas nem precisar os vãos. Foram variações do programa básico da casa típica de Goiás, a chamada “casa corredor”. As casinhas simples se igualam à casa modelo de Ferreiro, que ainda pude fazer um *croqui*, em 1994, quando estive na região e visitei a casinha por dentro. Organizei então, as residências em três grupos: 1º A Casa Simples - a Tapera); 2º A Casa Pequena e por último, 3º A Casa Grande (como exemplo a casa do Sr. Totó Mariano).

Figura 52 - 'Supostos' Modelos de organização espacial das casas de Ouro Fino.



Supostos Modelos de Planta Baixa das Residências em Ouro Fino



Desenhos da autora.

2.3.1 A casa simples – a Tapera

A fachada principal era composta por três vãos: porta ao centro acompanhada por uma janela de cada lado. As janelas e portas são de forma quadrangular de madeira simples, com abertura para dentro em uma folha.

Não existe, nesse tipo de residência, a presença do corredor de acesso. A porta abre-se para a sala, que dá acesso direto a dois quartos: uma copa/varanda e, em anexo, em plano mais baixo, a pequena cozinha com fogão à lenha. A cobertura em duas águas, com a cumeeira paralela ao eixo da rua, sendo suas águas lançadas para frente e para os fundos da edificação. Porém, como as casas eram afastadas umas das outras, as pessoas lembram-se mais de ver as “taperinhas” construídas em telhado de quatro águas. A cobertura sempre em telha tipo cerâmica, bica ou capa-canal, e a cobertura da cozinha, caracterizada como sendo sempre um “puxado” de cobertura mais baixa e nunca um prolongamento da cobertura principal. Baldrames feitos em pedra, com profundidade, acreditamos ser a usual empregada na época, que respeitava a relação de ser 1/6 da altura da parede que iria alicerçar. As paredes eram feitas em adobe ou adôbo:

Os Adobes – Consistem estes elementos em paralelepípedos de barro com dimensões em torno de 1,20 x 1,20 x 1,40m. diferindo dos tijolos apenas por não serem cozidos no forno. São compactados manualmente em formas de madeira e postos a secar na sombra durante certo número de dias e depois ao sol. Deve o barro conter certa percentagem de argila e areia a que se juntem, por vezes, fibras vegetais ou estrume de boi para melhor consistência dos blocos. São assentados e emboçados com barro, podendo receber reboco de cal e areia.

Os adobes são assentados diretamente sobre os baldrames. Sobre os esteios, na sua face voltada para a espessura das paredes, pregam-se varas, onde se encaixam os adobes com rasgos pré-estabelecidos, proporcionando, desta forma, melhor solidariedade entre vedação e a estrutura. (VASCONCELLOS, 1979, p. 30)

Figura 53 - Corte horizontal de uma parede em adobe (VASCONCELLOS, 1979, p. 52).

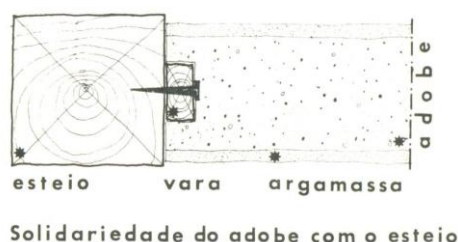
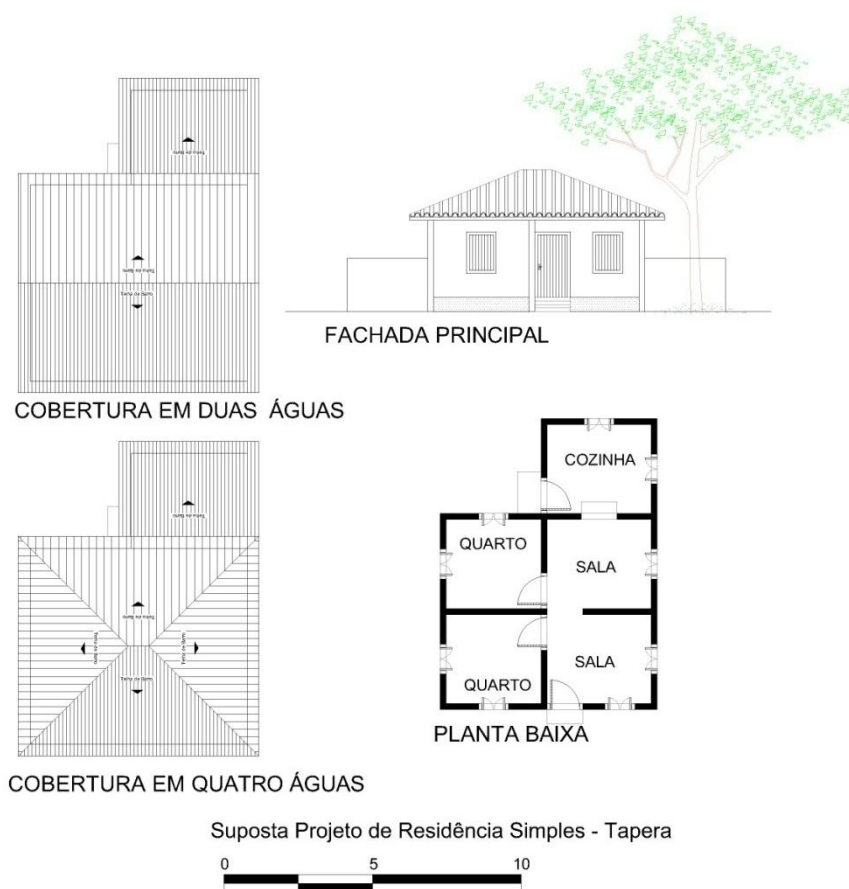
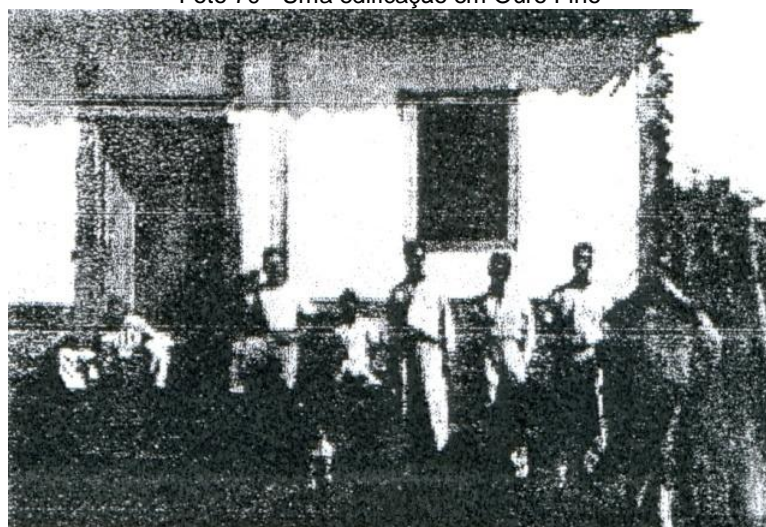


Figura 54 - Projeto de '**Suposta**' Tapera em Ouro Fino.



Desenhos da autora.

Foto 70 - Uma edificação em Ouro Fino



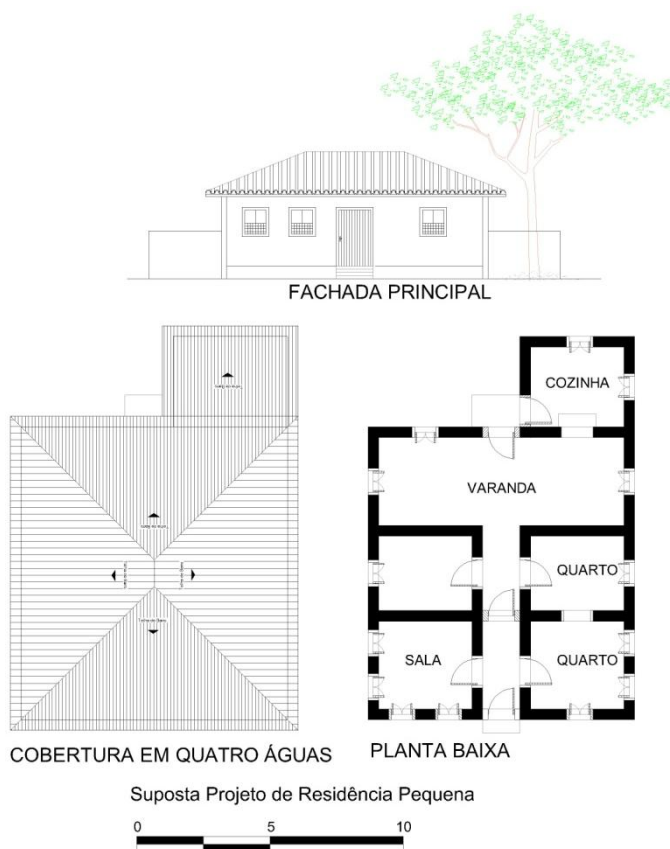
Uma residência em Ouro Fino ou uma casa de comércio – vendinha (??) – acervo IGPA / UCG

2.3.2 A Casa Pequena

Nesse exemplar, já nota-se o corredor ao centro da edificação. Não havia necessidade de se ter o corredor lateral, uma vez que os lotes eram relativamente largos e as casas não eram edificadas sobre as divisas laterais dos mesmos. Logo, o corredor central, ladeado por uma sala e um quarto, logo após outra porta e mais dois quartos, um de cada lado, finaliza-se em uma ampla sala de convívio da família, chamada de “varanda”. Nessa varanda eram servidas as refeições, os cafés, as mulheres faziam suas “prendas” domésticas e as crianças poderiam ser observadas ao brincarem no quintal. Dessa varanda, sempre em plano mais baixo, ficava a cozinha, com o fogão à lenha e abertura para fora. A cobertura já se faz marcante em quatro águas, nesse caso, justificado pelas dimensões da área a ser coberta. A execução de telhado em quatro águas é mais segura, pois seu travamento responde melhor às ações do vento e das águas, além de proteger as quatro faces da edificação com seus beirais mais longos. A cobertura da cozinha permanece caracterizada como um “puxado”, sendo executada mais baixa que a cobertura principal. O piso da edificação já recebe a mezaneta com soleiras nas portas, soleiras essa de madeira, e o piso da cozinha, normalmente em terra batida e em nível mais baixo que o nível principal da edificação. Algumas, mais abastadas, recebem revestimento em mezaneta na cozinha. Revestimento em reboco e cobertura em cal e os vãos recebem pintura em destaque com cores vivas. Alguns já recebem a verga de arco com centro mais baixo que seus limites, o que a impede de ser em arco pleno. Poucas casas são lembradas com vidraça – uma folha externa em vidros quadrados de 0,20 x 0,20m que corria em forma de guilhotina. Podia ser composta de duas partes, nas quais a parte de cima ficava fixa, ou ser de apenas uma parte que subia e descia por uma guia colocada após as folhas cegas de madeira, no lado externo no batente da janela. Nesse caso, a vidraça funcionava como uma cortina.



Figura 55 - Projeto de “suposta” casa pequena ou “simples” em Ouro Fino.



Desenho da autora.

2.3.3 A Casa Grande

Essa foi pouco usada em Ouro Fino, pelo menos pouco relatada pelas pessoas. A lembrança de casas grandes ficou restrita às famílias de Seu Totó Mariano e D. Ritinha, de D. Ordália Coutinho e de D. Benedita Remígio, e seu Joaquim. Remontei a casa de seu Totó Mariano, que era, pela memória das pessoas, a maior de todas. Lá funcionava a escola de D. Ritinha, as salas do cartório e do juizado de seu Totó Mariano (conforme já vimos em citações anteriores nesse trabalho). Em épocas de eleição, essa casa era utilizada como zona eleitoral e, na grande sala, aconteciam as reuniões do cartório eleitoral.³⁴

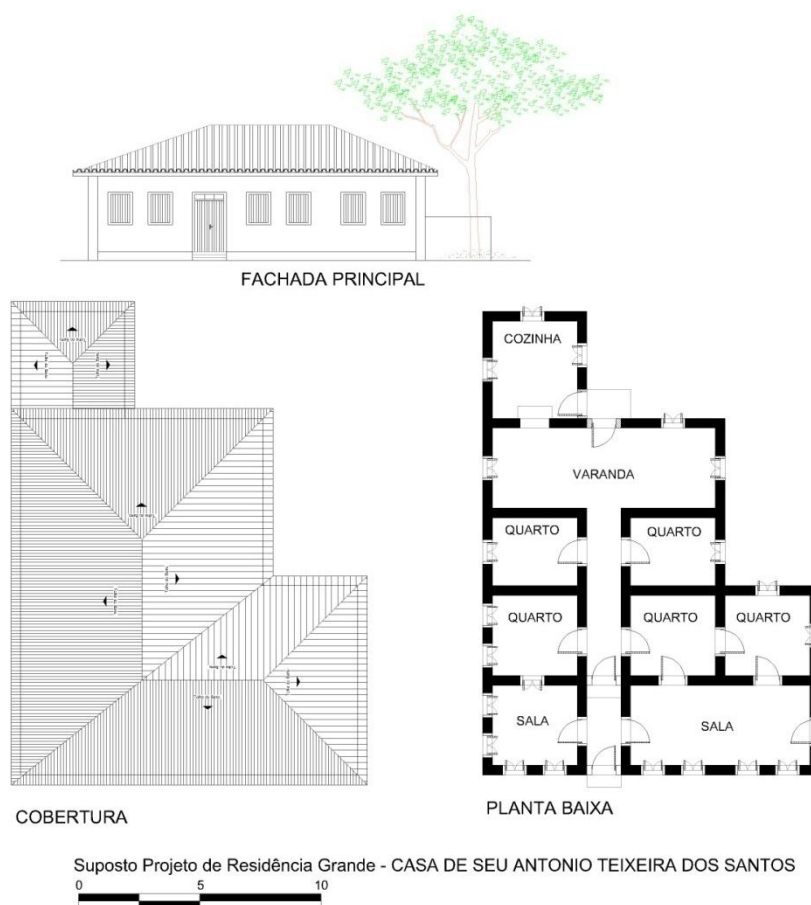
³⁴ “Edital, o presidente do conselho da intendência municipal desta capital, faz público [...] designou [...] as mesas eleitorais e nomeou o pessoal que as deve compor pela seguinte maneira: OURO FINO, esta mesa se comporá dos cidadãos Umbelino Galvão de Moura Lacerda como presidente e mesários José Augusto de Campos, Arlindo Gaudiê Fleury, Antonio Teixeira dos Santos e Antonio Pereira Ramos Jubé [...], Secretário da Superintendência Municipal de Goiás, 01 de Agosto de 1891.” (*O estado de Goyaz*, Ano I, n.º10, 07/08/1891).

A casa segue em conceito básico de programa, o corredor central de duas portas, as paredes mais espessas que as das casinhas simples, vãos maiores, mais altos e mais largos. Na casa de Seu Totó Mariano, as portas receberam bandeira fixa de vidro, em avanço ao plano da porta. Já as janelas são em folhas maciças, cegas e sem bandeira, abrindo para o interior com “dobradiças de cachimbo”. Dizem que o fechamento era com tranqueta, e não “tramelas” de madeira. As janelas não receberam as bandeiras, nem a sobreposição de folhas com vidro em forma de guilhotina, mas eram bem altas, pintadas de azul bem forte. A implantação da casa no lote se fez de modo diferenciado. Apesar de fazer parte do Largo da Igreja, a casa tinha a fachada principal voltada para a rua lateral e apenas uma porta da sala principal, aberta para o Largo. Uma única janela que pertencia a uma das salas anexas era destinada às atividades do cartório e do juizado. Depois dessa sala, mais recuada, acontecia a parede de fechamento de um dos quartos, apresentando uma janela. O fechamento do lote se fazia por meio de muro, não muito alto, que ligava uma casa a outra. Daí o motivo de tantos restos de construções alinhadas encontrados por Souza; eram os alicerces desses muros.

Foto 71 - Casa do Sr. Totó Mariano - porta da sala e janela do Juizado/ Figura 56 - Mapa com detalhe dos muros



Figura 57 - 'Suposto' projeto da casa de Seu Antonio Teixeira dos Santos em Ouro Fino.



Desenho da autora.

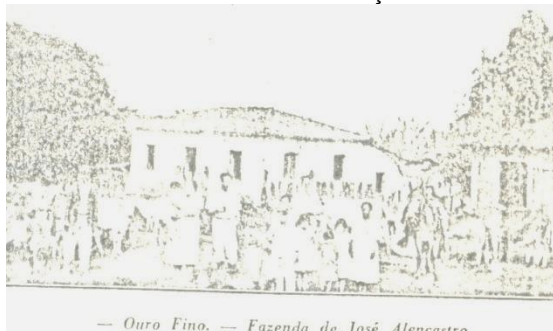
Nas casas maiores, o piso da sala principal e dos quartos costumava ser assoalhado, como aconteceu com a casa de Seu Totó Mariano. O corredor, a varanda e a cozinha receberam mezaneta.

A higiene pessoal era feita dentro dos quartos, através de bacias de banho e vasilhas próprias. Na época da escravidão, havia no fundo do quintal grandes barris de madeira, onde eram recolhidos os dejetos e, quando chegam a um nível, os escravos colocavam o barril na cabeça e o levavam até os rios para descarga do material coletado. Normalmente esses escravos recebiam o nome de “tigres”, devido as marcas no corpo, formadas pelo líquido que escorria dos barris e secavam formando rajas de cor amarelada. (MELLO, 1985).

Os quintais de Ouro Fino são lembrados pelo aroma das árvores frutíferas e das redes que eram presas nessas árvores, onde as crianças costumavam cochilar e se balançar. Os quintais eram menores que os da cidade de Goiás (que costumam ser divididos em três quintais). Em Ouro Fino havia apenas um grande e único quintal com árvores frutíferas e pequena horta. Dona Maria de Freitas lembra-se bem do aroma forte e doce das jaboticabeiras, jenipapeiros, mangueiras de várias qualidades, entre outras. As árvores frutíferas de Ouro Fino foram bem lembradas nos poemas escritos por dona Maria de Freitas.

De repente pareceu-me Ouro Fino: a Lua, o perfume do tempo, meu estado de espírito, tudo ... Me vi pequenina na casa branca de minha vó, vi a igreja, o largo, o cruzeiro, vi tudo ... Os quintais escuros de tantas jaboticabeiras e árvores carregadinhas de frutas. Deus ... como é maravilhoso o poder da imaginação ... É delicioso, quando o espinho da saudade fere nosso coração arrancando de nossos olhos lágrimas de saudade. (FREITAS, 1989, p. 23)

Foto 72 - Uma Fazenda nas imediações de Ouro Fino



Fazenda do Sr. José de Alencastro - (ALMEIDA 1944)

2.3.4 O Seminário de Santa Cruz

O Seminário de Férias subordinado ao Seminário Santa Cruz, da sede da província que fora criado pela corte, por decreto de 03/03/1860, na sede da Província de Goiás. Foi inaugurado para servir de edifício de veraneio dos seminaristas e estudantes do seminário na cidade de Goiás, sendo inaugurado em 1892, funcionando até meados de 1896, vindo a ser reinaugurado por Dom Prudêncio Lima, em 1909, com grande festa e presença de grandes representantes políticos da

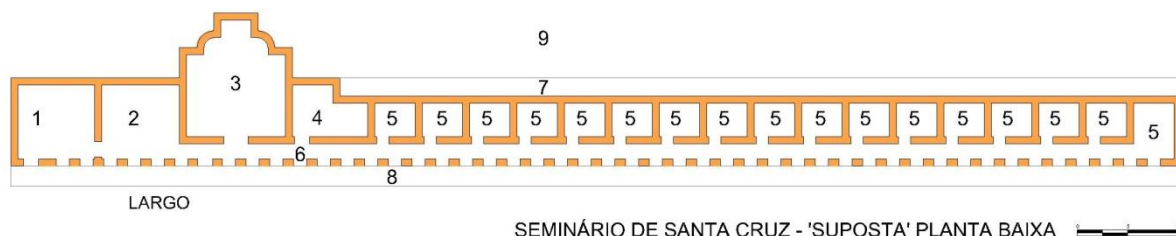
sociedade local e da cidade de Goiás. Também funcionava como escola, sendo transferido de vez, em 1929, para o arraial de Bonfim, atual cidade de Silvânia (BRETAS, 1991, pp. 530-531).

Figura 58 - Fachada do Seminário de Férias de Ouro Fino – fonte: (BRETAS, 1991, p. 531).



O Seminário de Santa Cruz, ou o Seminário Episcopal de Férias de Santa Cruz, era composto por um único edifício, que possuía uma grande fachada frontal, composta por uma fileira de janelas. As pessoas que lembram do arraial descrevem-no já em ruínas, porém, ainda foi possível, junto com o levantamento das ruínas feito pelo arqueólogo Souza, fazer a identificação de seus espaços internos, junto também com algumas descrições em livros e documentos. O espaço interno do Seminário tinha a seguinte configuração:

Figura 59 – “Suposta”. Planta baixa do Seminário de Férias de Ouro Fino – mapa da autora.



LEGENDA

- | | | |
|------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 1 - ADMINISTRAÇÃO / RECEPÇÃO | 4 - COZINHA | 7 - VARANDA INTERNA (P/ O QUINTAL) |
| 2 - REFEITÓRIO / AUDITÓRIO | 5 - SALA DE AULA / DORMITÓRIO | 8 - VARANDA EXTERNA (P/ O LARGO) |
| 3 - CAPELA | 6 - CIRCULAÇÃO INTERNA | 9 - QUINTAL - CARNEIRO DE ÁGUA |

Uma grande varanda na frente, delimitada por um gradeado de madeira torneada, com uma cancela de acesso; uma sala que servia também como auditório; os aposentos dos internos; a capela; um refeitório e um longo corredor com as salas de aula.

No levantamento arqueológico feito por Souza, existem dois anexos (Figura 56, área sombreada B), dos quais nenhum dos entrevistados recorda-se. Prado (1999) cita que, pelas escavações, constatou-se que ali seria um depósito de restos alimentares, possivelmente uma cozinha. Dom Eduardo, Bispo Diocesano de Goiás, em finais do século XIX, “comprou três pequenas casas no velho largo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar e edifica seu seminário de férias” (SILVA, 2006, p. 333). Isso deve responder a dúvida dos arqueólogos quanto à existência da lixeira e a possibilidade de haver os anexos apontados. Provavelmente trata-se da lixeira de pelo menos uma dessas casas. Outro fato que pode explicar a presença da lixeira é que, ao lado daqueles, havia uma grande residência, citada por dona Raynerita como sendo a casa de dona Benedita Remígio, Seu Marcondis e dona Anitinha Vellasco (Lembram-se da casa estar sempre fechada).

2.3.5 A Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino

Esse é o exemplar de maior fonte fotográfica que Ouro Fino possui. Através das fotografias e das ruínas da igreja, pude chegar a uma versão bem aproximada da planta e da fachada desta. Usei como base a planta da Igreja de São João Batista do Ferreiro para conseguir as relações de alturas e tipo de cobertura – telhado em “andorinha”.

Segundo o relato de Raynerita Queiroz, a igreja desenvolvia-se em planta retangular, com nave principal, altares laterais, capela-mor com altar-mor, coro, escada para o coro e torre sineira. “Entro, pé ante pé, na velha Igreja. Olho o altar e lá está a me fitar, o pequeno Menino Jesus, que fora nosso hóspede, nas vésperas do Natal, para que fizéssemos sua nova roupinha de tule e rendas. Subo a torre do sino, onde tantas vezes brinquei de “esconder” assustando os morcegos.”

Em sua maioria, os edifícios religiosos em Goiás apresentam-se de forma simples, mais como um reflexo da arquitetura medieval portuguesa (o que é bastante coerente). São construções extremamente simples e a sua maioria não apresenta torre sineira incorporada à planta da igreja. Os modelos de igrejas goianas em muito se assemelham ao típico edifício religioso de Minas Gerais. São construções simples, de fachadas retas e lisas: “Dominada por uma única porta de entrada, acima da qual abriam-se duas janelas-sacadas, para iluminação do coro. Lateralmente, o arremate dos cunhais delimitava a construção e o frontão – ou seja, a parte superior da fachada – apresentava a forma triangular tradicional das empenas”, um óculo central e a cobertura em duas águas (MELLO, 1985, p. 133).

A presença de torres sineiras, compondo a fachada, não foi regra nem em Minas, nem tão pouco em Goiás. As torres foram variantes em todo território nacional, podendo acontecer isolada ou aos pares, tanto nas laterais do corpo principal quanto na parte central, sobre a nave principal. Em Goiás, encontramos todos os tipos de igrejas, com duas torres laterais, como no caso de Pirenópolis – Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do Bonfim, Luziânia – Igreja de Nossa Senhora do Rosário, cidade de Goiás – Matriz de Sant’anna e a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, entre outras. São exemplos de igrejas de uma única torre: Igreja de Nossa Senhora do Bonfim, em Silvânia, no meio do corpo, sobre a nave, e a própria Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Fino (já ruída). O tipo mais comum é o da igreja sem torre sineira, com um campanário de estrutura de madeira, bem tosco, ao lado da igreja.

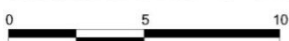
Ao analisarmos as ruínas, em visita ao local, pudemos ver claramente a parede lateral esquerda da nave central, a parede de fundo da capela-mor com o nicho do altar-mor mais estreito, e atrás deste duas outras paredes perpendiculares. Ao lado da nave, um corredor e um resto de parede, na qual um trecho recentemente debruçou-se ao chão. Alguns pontos afloram os alicerces que revelam os limites da edificação. Pelas fotos, podemos ver claramente a porta central de acesso à nave única, uma porta lateral esquerda, de pé direito mais baixo, o que mostra claramente não se tratar de nave lateral, e sim de um corredor ou sala lateral. À esquerda da

porta principal, outra porta mais estreita, que também demonstra não se tratar de nave lateral, pois, acima da porta, encontra-se uma janela e o campanário da torre sineira. Provavelmente é a porta de acesso à torre sineira e à escada de acesso ao coro. Acima da porta principal, havia duas janelas-sacadas do coro, com balcão entalado e guarda-corpo com régua de madeira imitando balaústres, abertura para o interior em duas folhas de madeira cega. A verga é em arco com centro abaixo de seu limite e ausência de vidraça. Apresenta óculo central com moldura saliente em reboco, de poucos centímetros. O frontão não é decorado e o beiral não recebe nenhum tipo de acabamento, além de um simples guarda-pó de madeira. Na lateral direita, podemos notar a presença de duas portas laterais e duas janelas, de vergas quadradas simples. Havia um cômodo lateral, começando logo após a torre sineira, indo até o final da sala lateral, a capela-mor, onde normalmente situa-se a sacristia. Isso é demonstrado pelo alinhamento dos portais em cima e em baixo, bem como a linha contínua do pé-direito externo formado pelo beiral.

Figura 60 - 'Suposta' Planta Baixa da Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino.



IGREJA DE N^a S^a DO PILAR - 'SUPOSTA' PLANTA BAIXA



Desenho da autora.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino foi chamada de Matriz por Victor Coelho e Cunha Mattos, talvez exatamente pela solução complexa da planta. Talvez, não pelo seu tamanho, ou dimensões, mas sim pelo grau de complexidade de sua planta, um tanto quanto singular no nosso Estado. A Igreja de São João Batista, no Ferreiro, apresenta uma solução de planta bem mais simplificada: ausência dos corredores laterais e da torre sineira. Apresenta em comum a nave única, a capela-mor, as duas salas laterais, o depósito aos fundos e a solução em fachada bem similar.

Foto 73 - Igreja de São João Batista - Arraial de Ferreiro



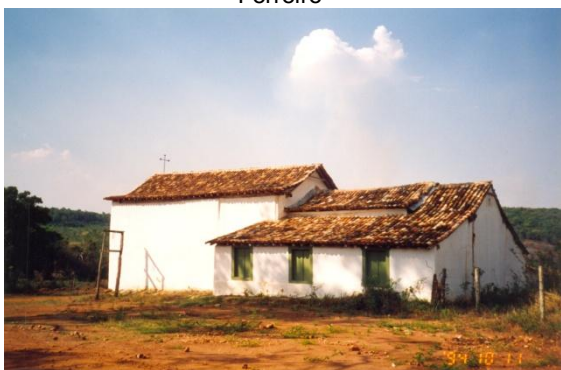
Igreja de São João Batista – Fachada Principal – 1994. Foto da autora.
Notar ausência de torre sineira lateral – campanário em anexo feito de madeira.

Foto 75 - Igreja de N^a S^a do Pilar - Arraial de Ouro Fino



Igreja de Nossa Senhora do Pilar – Fachada Principal
Autor desconhecido – acervo da autora
Notar presença de torre sineira lateral com porta de acesso independente

Foto 74 - Igreja de São João Batista - Arraial de Ferreiro



Igreja de São João Batista – Fachada Lateral Direita – 1994. Foto da autora.
Notar Término da sala lateral rente ao alinhamento da Capela Mor.

Foto 76 - Igreja de N^a. S^a. do Pilar - Arraial de Ouro Fino



Igreja de Nossa Senhora do Pilar – Fachada Principal
Autor desconhecido – acervo da autora
Notar a presença de corredor lateral , até encostar na torre sineira.

Foto 77 - Igreja de N^ª. S^ª. do Pilar - Arraial de Ouro Fino



Igreja de Nossa Senhora do Pilar – Fachada Principal

Autor desconhecido – acervo da autora.

Outra tomada da fachada principal – preparativos para a Festa do Divino Espírito Santo – notar a presença da fogueira em frente a torre sineira.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo na cidade de Goiás apresenta uma solução de planta que aproxima um pouco da encontrada em Ouro Fino, pois possui duas salas laterais compondo a fachada frontal, porém difere por completo na solução em fachada. A Igreja de Nossa Senhora D'Abadia na cidade de Goiás possui uma sala lateral esquerda que compõe a fachada frontal.

Figura 61 - Planta sem escala da Igreja de N^ª S^ª d'Abadia - Cidade de Goiás. Fonte: (COELHO, 2001, p. 217).

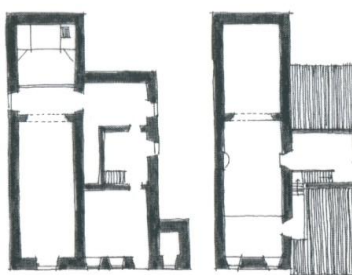


Figura 62 - Planta da Igreja de Santa Bárbara - Cidade de Goiás. Fonte: (COELHO, 2001, p. 217).

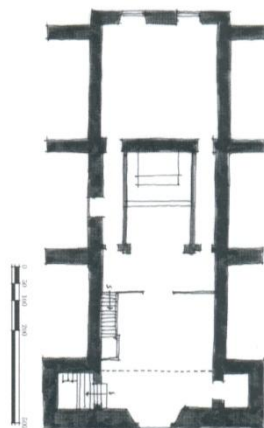
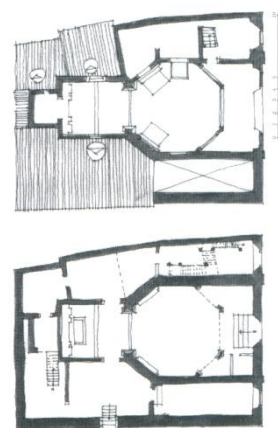


Figura 63 - Planta da Igreja de N^ª S^ª do Carmo - Cidade de Goiás. Fonte: (COELHO, 2001, p. 217).

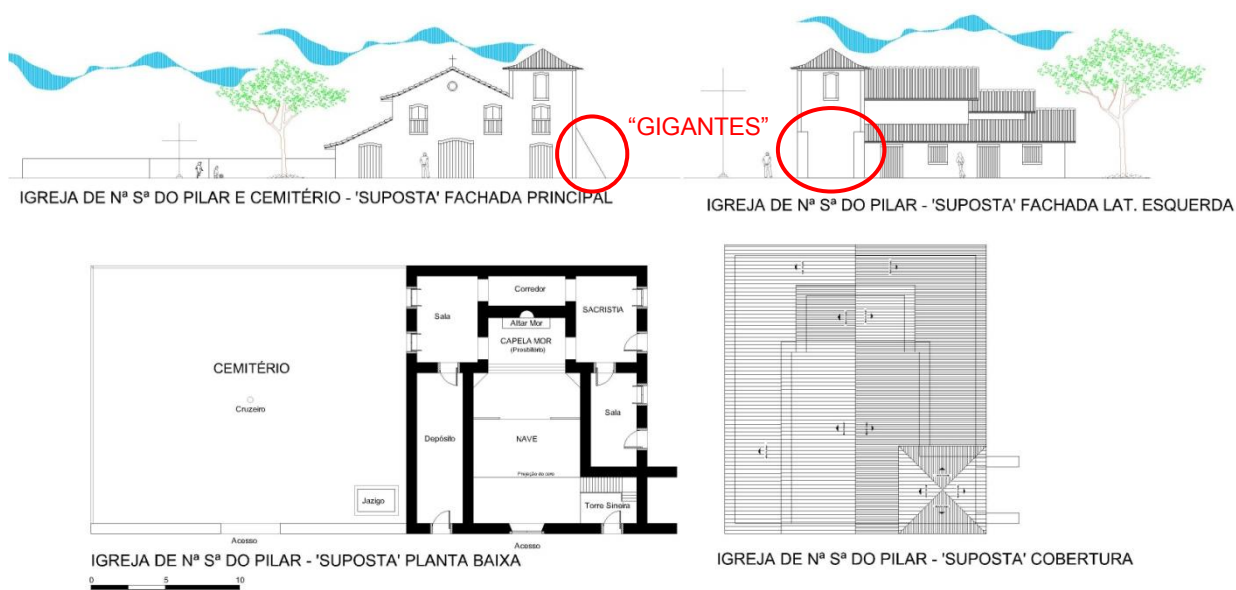


A presença ou ausência desses anexos, ou salas laterais, não é referente a alguma regra, ao contrário, é proveniente de uma certa liberdade que as regiões de mineração tiveram, e é o que dá um sentido particularizado à cada igreja. Isso deve-

se ao fato da ausência de religiosos nas regiões de minas, devido a ordens régias que proibiam a instalação de ordens religiosas nessas regiões. Com isso, no litoral brasileiro a construção de edifícios religiosos ficava a cargo dessas organizações. Nas regiões de mineração, couberam às irmandades de Ordens Terceiras, ou Confrarias, compostas por membros da população local, a incumbência de atender a construção desses edifícios, o que deixou as minas longe das orientações mais eruditas. Em decorrência disso, cada irmandade solicitava uma adaptação em planta, a fim de atender aos interesses religiosos de cada grupo. Por isso notamos a presença de altares laterais e salas anexas, consistório, depósitos etc., sem jamais modificarem o espaço interno da planta (BURY, 2006).

Quanto à solução construtiva, um elemento dá destaque à Igreja de Ouro Fino: é a presença dos “gigantes”, reforços estruturais colocados na parte externa da torre sineira, a fim de promover o contraventamento e estabilização da torre. Esses elementos construtivos aparecem ao longo do edifício da Igreja de Santa Bárbara, na cidade de Goiás e em raras outras edificações religiosas no Brasil. Já na arquitetura portuguesa, era comum a utilização de gigantes para estabilização e reforço estrutural dos edifícios de maior porte.

Figura 64 - 'Suposto' Projeto da Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Fino - Desenho da autora



A Seguir são apresentados os mapas conjecturais dos perfis das ruas de Ouro Fino, lembrando sempre que a intenção pretendida nesse trabalho, não é a de se “remontar” ou “reconstruir/reconstituir” na integridade o arraial, mas sim a busca da volumetria das edificações que estruturam a memória, individual e coletiva, dos antigos moradores e freqüentadores. A intenção é a de ilustrar o imaginário, materializar a descrição oral que fora feita por cada um dos entrevistados, a fim de fornecer subsídios para uma visualização e compreensão melhor dessas paisagens aqui retratadas. Esses perfis, foram traçados a partir da leitura desse imaginário e pode haver distorção em alguns pontos ou elementos da edificação, por isso, ressalvo o caráter meramente ilustrativo da volumetria da paisagem urbana.

Figura 65 – Projetos Conjecturais (supostos) da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e do Seminário de Férias de Santa Cruz em Ouro Fino – desenvolvidos pela autora - 2009

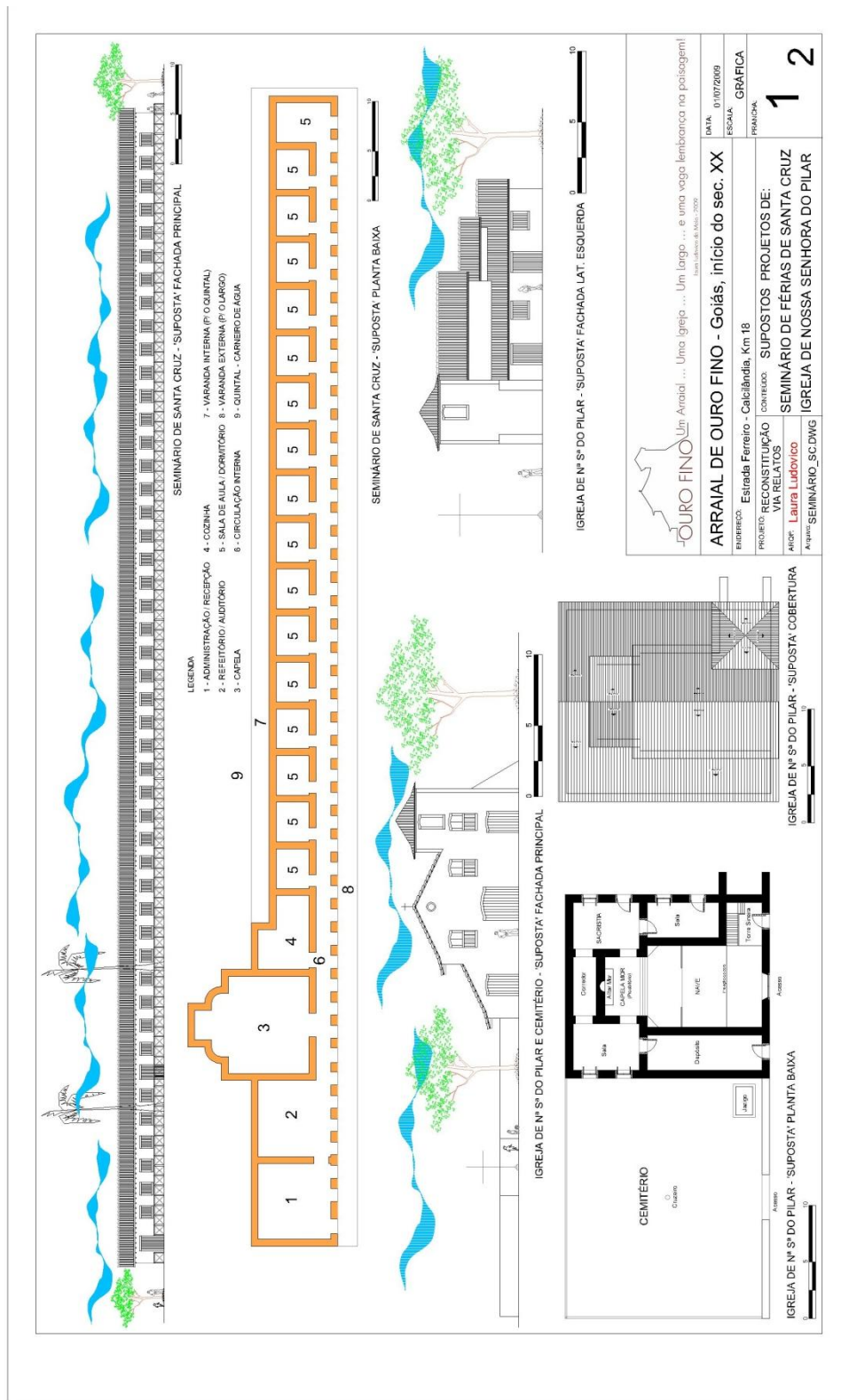
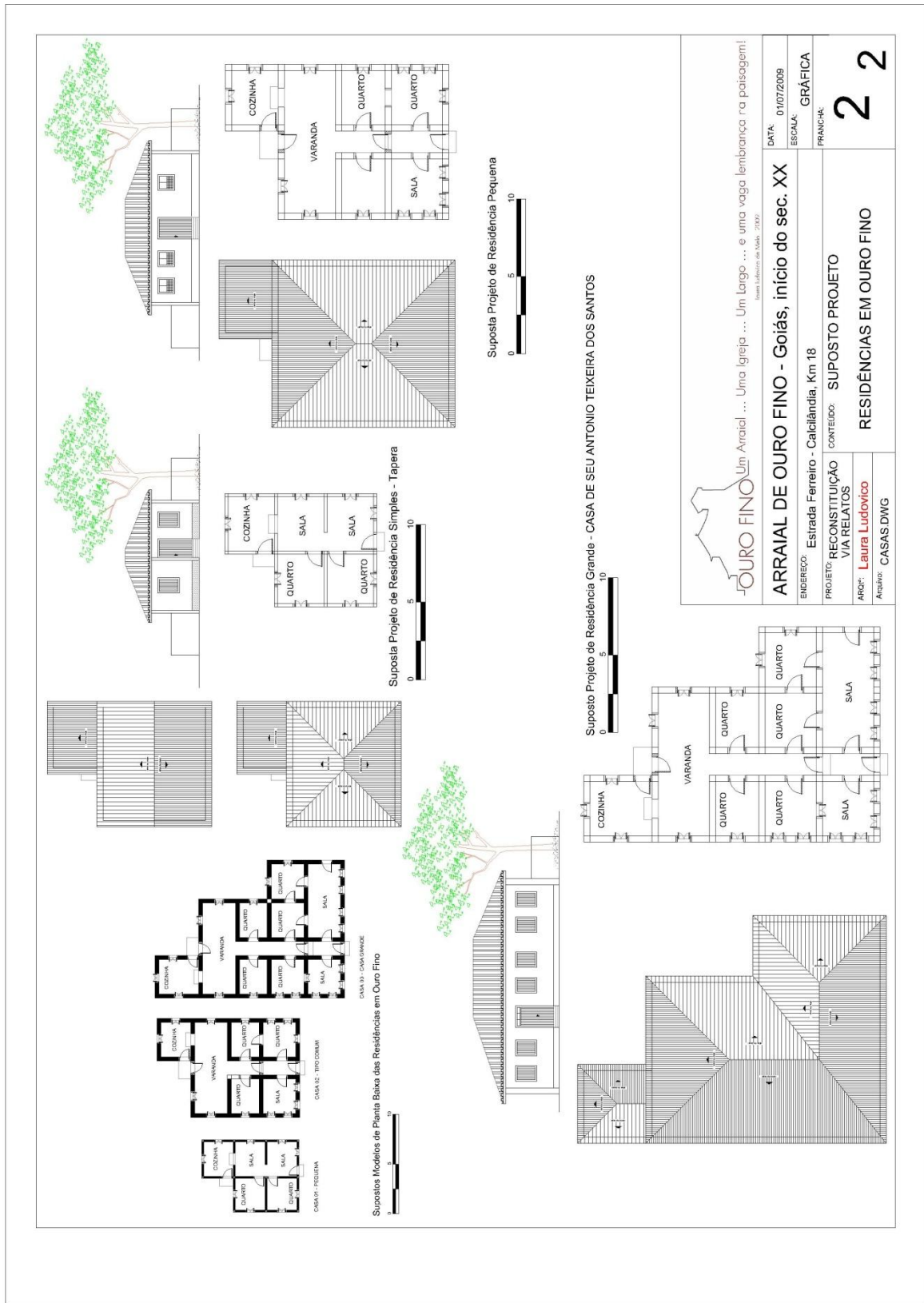


Figura 66 – Projetos Conjecturais (supostos) dos principais tipos de residências em Ouro Fino – desenvolvidos pela autora – 2009



OURO FINO Um Arraial ... Uma Igreja ... Um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem!

DATA: 01/07/2009
 ESCALA: GRÁFICA
 PRANCHAS: 22

ARRAIAL DE OURO FINO - Goiás, início do sec. XX

ENDEREÇO: Estrada Ferreiro - Calcilândia, Km 18
 PROJETO: RECONSTITUIÇÃO VIA RELATOS
 ARQ.º: Laura Ludovico
 Arquivo: CASAS DWG

RESIDÊNCIAS EM OURO FINO

Figura 67 – Perfis Conjeturais (supostos) das ruas de Ouro Fino – desenvolvidos pela autora – 2009

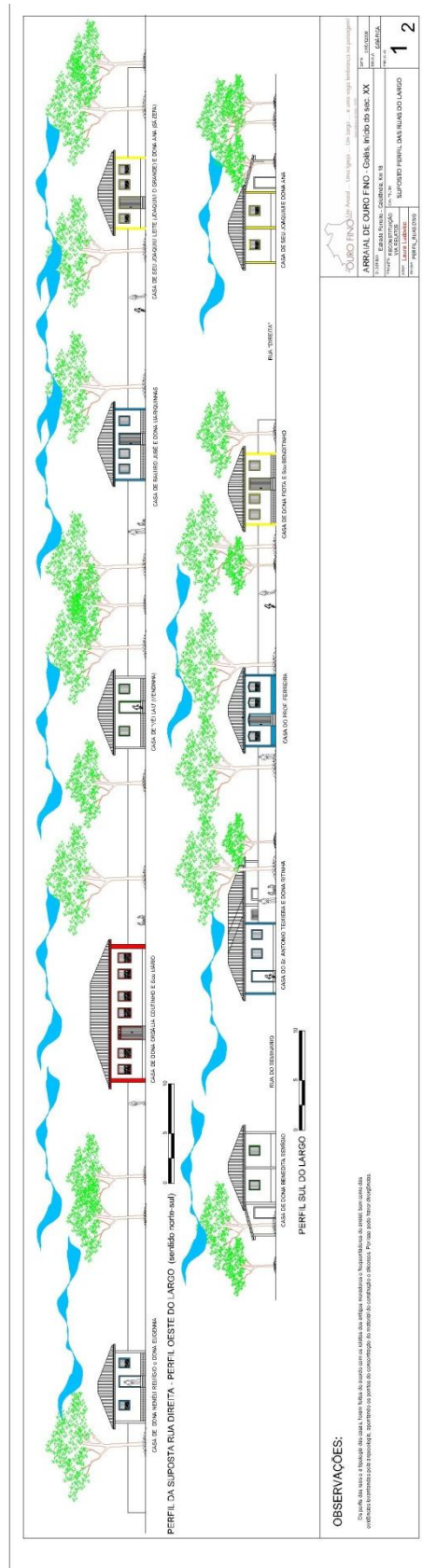
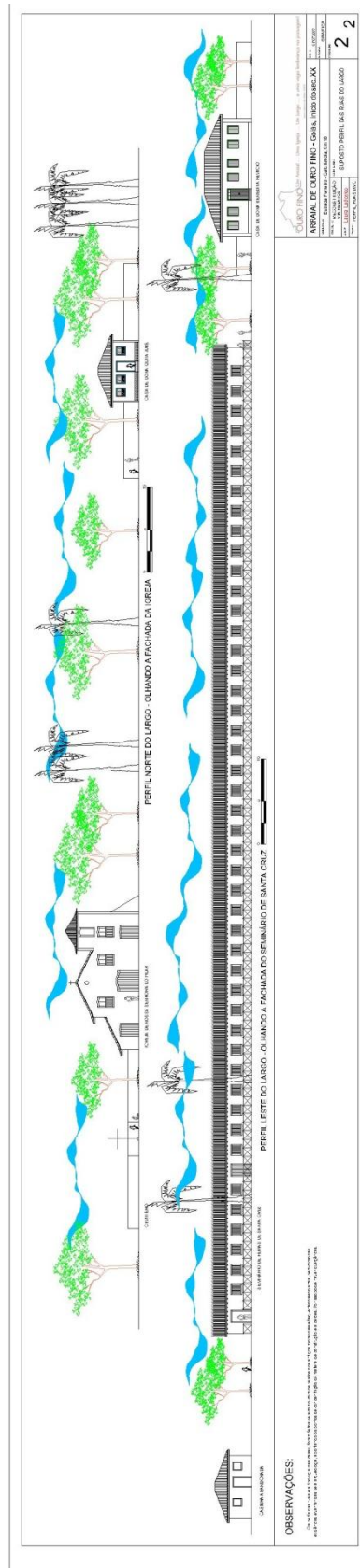


Figura 68 – Perfis Conjecturais (supostos) das ruas de Ouro Fino – desenvolvidos pela autora – 2009



CONCLUSÃO

A paisagem cultural de Ouro Fino surgiu do enlace das três paisagens aqui trabalhadas: a paisagem da arqueologia, a paisagem da memória e a paisagem urbana, do arraial. Concatenando as três, como que as sobrepondo, foram reveladas as estruturas marcantes do arraial: material e imaterial, que formam uma composição chamada “cultura goiana”.

De fato as origens dessa composição cultural são: a culinária das casas, rurais e urbanas, o Manuê, o Queijo de Leite, a Ambrosia, a Empada Goiana, o Bolo de Arroz, o “Pastelim de Leite”, a Rosa de Côco, o Pão da Rainha, o Biscoito de Queijo e tantas outras receitas que encantavam aos padres e aos bispos italianos que, em missões hospedavam-se nessas casas por meses. A mesa era sempre farta. A religiosidade era expressa nas ladainhas, procissões, nos festejos aos santos, terços, batizados, casamentos, velórios e nas missas.

Não são eventos que nasceram ou pertenceram exclusivamente ao arraial de Ouro Fino, mas foram amplamente disseminados e absorvidos por seus moradores e frequentadores, que trouxeram essas sementes de “goianidade” em suas bagagens quando para cá, Goiás, vieram nos finais dos 1700. Foi a união desses elementos estruturantes de cultura, engendrados em cada indivíduo que morava no arraial, que se determinou: a referência das memoráveis festas de Ouro Fino; os veraneios fartos em volta dos quintais cheios de árvores frutíferas; o cheiro de compota no ar, de lenha sendo queimada nos fogões; o murmurinho das conversas das famílias reunidas nas varandas, cosendo e instruindo os mais jovens, dando instruções de vida e valores, que voavam com o vento até a beira da estrada; os banhos das crianças alegres e peraltas no Córrego do Praia, que gritavam felizes às suas margens que um dia o ouro brotou fartamente no início do povoado, fazendo brotar depois o amor àquela terra, o apego àquelas águas e à brisa suave. Para eles, o córrego fez nascer e nutriu a tofília de pessoas como seu Totó Mariano que, em noites de lua cheia, batia à janela do quarto de D. Ritinha, mostrando-lhe a paisagem e dizendo mansamente: “É mais provável que o Praia suba a serra, que

nós sairmos daqui!” (Informou Dulce, sobrinha neta de D. Ritinha em seu relato sobre Ouro Fino).

Remontar essas paisagens é, antes de um ato de resgate, reatar o elo forte que aconteceu entre os primeiros moradores da região, e do arraial, com a coroa portuguesa, e a vinda de portugueses diretamente para povoar a região de Goiás, escolhendo a paisagem natural de Ouro Fino como um cais, o ancoradouro final no “mar sem fim”, da poesia de Pessoa. Essa foi a motivação que fez com que essas pessoas deixassem sua terra natal, suas origens, e embarcassem para cá, uma terra distante nos confins do mundo. Terra essa ainda por desbravar, ainda por ser “desvelada” aos olhos do europeu. A “vontade” do português mais uma vez imperou e insuflou o desejo de “cumprir-se Portugal” no “fim do mundo”, no Novo Mundo; que fez a família de D. Ritinha, que conta com data de chegada em terras Brasileiras, em finais do século XVI, vindo da região de Leiria em Portugal, dar origem a uma das muitas famílias tradicionais do território nacional. Assim, motivada pela expansão e conquista do mundo novo, a avó de D. Ritinha, a também Rita Galvão de Moura Lacerda, veio com seu marido para o julgado de Arraias - Goiás. Seu filho mais velho, Umbelino Galvão de Moura Lacerda, logo bem moço foi para o julgado de Vila Boa receber e tomar conta de uma data de terras na região de Ouro Fino, onde se casou e fundou a fazenda Barriguda, assim como vários outros portugueses que povoaram as terras dos grandes sertões. Não foi obra do acaso (Não pode ter sido!)

Muito além da historicidade, existe a esfera antropológica, filosófica e essencialmente “sentimental” humana e ideológica. Sim, existiu o grande “sentimento” português, o querer, a “vontade”. Em vez de a razão definir o homem e então decifrar o tão famoso “enigma do mundo”, para o filósofo Shopenhauer (2009), são: corpo e sentimento, unidos – que ele então chama de “VONTADE” - que permitem alcançar o verdadeiro sentido das coisas. Através do corpo, a vontade, o querer, o sentimento, se transfigura em ação e realização. Sem o corpo a vontade não se faz presente, não se solidifica. E a força do sentimento português foi para nós o que nos realizou como seres de hoje (brasileiros). Portugal “desejou/quis” ser Brasil. O português (que é a nossa base) é intuitivo e extremamente sentimental.

Isso é evidente, ao criarmos uma palavra para expressar um sentimento tão amplo e cheio de significados quanto “SAUDADE” – que é irracional, pois engloba o passado e o futuro - o que pode ser interpretado como sendo a nostalgia de um mito. E é por isso que o português é também um amante dos ritos e do sagrado, independente das formas. Assim sendo, o amor à Pátria fez com que milhares de lusos deixassem sua terra natal e partissem rumo ao desconhecido para que se cumprisse o ideal português: “Oh, mar salgado, quanto de seu sal não são lágrimas de Portugal [...]” (PESSOA, 2001). Novamente os versos de Pessoa ilustram o amor português por sua pátria. Essa idéia de amor à Pátria, só tem sentido quando serve para significar uma ideia-arquétipo, um conjunto de valores, um mito a se realizar. Assim como o indivíduo é parte integrante de sua família é também do seu País. Loução, em “A descoberta do Brasil” (2000), cita o historiador Henrique Barrilaro Ruas: “ A Pátria é para ele [português] a realização da Idéia [...]. O patriotismo é a consciência da integração da parte no Todo, do momento na História. A minha Pátria só vale enquanto realização da idéia.”

E isso se manifesta até hoje. Está engendrado em nossa “genética”, em nosso ser, recebendo hoje a designação de topofilia, que significa apego à terra natal, ao local de origem, ao local que transformamos em nossa casa. Porém, esse apego ao local, quando exercido de modo a revelar a vontade do homem, transforma esse local em lugar, que, também, pode ser sinônimo de Pátria. Mesmo distante a Pátria é sempre única para cada indivíduo; ela é revelação da vontade de pertencimento, de laços afetivos e, principalmente, de amor a um ideal.

Esse Ideal português se fez no Brasil e se revela ainda hoje em diversos indivíduos de nossas comunidades. Ao se fazer Brasil, a desejo (vontade) do Infante, da Ordem de Cristo, se concretizou em cada arraial, em cada vila, em cada sertão desbravado e edificado. O lugar dos primeiros que aqui assentaram, demonstrando amor e coragem (mas o que é coragem a não ser cor + agem = *cuore* + agir = agir com o coração, com amor a uma causa), está presente na memória coletiva, não se arruinando no imaginário, no querer de cada um que se originou desse sonho português traduzido em Brasil. Desse Brasil traduzido, fragmentos foram dispersos

por seu vasto território e, aos poucos, apropriados e transformados, delicadamente, em “brasilidade”. Signos, símbolos, ícones são semeados em terras brasileiras, goianas, e transformados em frutos que servem de base para a nossa formação.

Esses fragmentos irão se juntando em trabalhos interdisciplinares, sob os olhares das diversas paisagens que, quando entrelaçadas, formam uma única: a paisagem cultural. Aqui se estudou essa paisagem, a paisagem da cultura de Ouro Fino, resgatada em três diferentes vertentes, mas motivada por uma fonte: o “querer”. Novamente a “vontade” se manifesta. Essa tradição de fazeres, de costumes, de vocábulos, de valores, sentimentos, esse universo quase que infinito desse patrimônio cultural que, aparentemente, possa parecer pertencente às pessoas diretamente ligadas ao arraial, não o é. É, antes e acima de qualquer coisa, pertencente à toda a sociedade goiana. Sociedade que é indissociável dos lugares, dos sentimentos de pertencimento, de um apego que nos liga a um ponto inicial, à origem. Se foi possível resgatar todo esse corolário de tradições e pertencimentos de Ouro Fino, podemos e devemos buscar em outros lugares que sopram vida por outras tantas paisagens espalhadas. Descobrir a terrafilia, a topofilia das pessoas, os elementos que transformam locais em Lugares, em “meu” lugar, “nosso” lugar.

No início, quando se iniciou a fase de entrevistas, havia um propósito por mim determinado, estava com a idéia fixa de trabalhar a Igreja, o Largo e o Seminário. Mas era um ideal sem um ancoradouro, era apenas um projeto. Um projeto sem um amparo não cresce, ele sucumbe ao primeiro entrave. O entrave foi a falta de subsídios da memória coletiva. Quando o Seminário foi revelado como “apenas ruínas”, foi como se todo o projeto inicial arruinasse junto. Porém, quando os entrevistados foram fornecendo imagens tão límpidas, tão claras e puras do arraial, revelaram uma nova fonte de pesquisa. Essas imagens deveriam ser trabalhadas, analisadas e dispostas de tal forma a revelar o verdadeiro Arraial de Ouro Fino presente no imaginário de quem por lá viveu ou participou da vida coletiva do arraial. Bachelard nos fornece na Poética do Espaço o desfecho para esse trabalho, as explicações das primeiras perguntas reveladas na introdução desse trabalho, quando escreve: “A casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens”. (BARCHELARD 2008, 23). Para nós a casa significa todo o

arraial de Ouro Fino, pois pelo que foi visto, o arraial foi a grande casa que ainda abriga essas imagens. A medida que as pessoas descreviam o Arraial, essas imagens brotavam íntegras e puras, eram como verdadeiros quadros narrados com uma riqueza de sentimentos e detalhes.

“O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente.[...] Quando se sonha com a casa natal, na extrema profundidade do devaneio, participa-se desse calor inicial, dessa matéria bem temperada do paraíso material. É nesse ambiente que vivem os seres protetores. [...] a casa mantém a infância imóvel ‘em seus braços’.[...] Logicamente, é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas [...] a toponálise seria então o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima. [...] O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem especializadas.”(BARCHELARD 2008, 26)

E assim, os entrevistados devolveram através de suas lembranças a vida do Arraial. Guiaram, nortearam o estudo, deixaram que fosse feita essa toponálise ao indicarem quais os espaços pertencentes às lembranças mais vívidas de cada um. Os relatos, ancorados pelos estudos da arqueologia, materializaram essas lembranças. A medida que os entrevistados forneciam dados, buscou-se na paisagem urbana os elementos que ancoravam esses dados, as justificativas, os “porquês” de lembranças lúcidas, tão bem sedimentadas. A paisagem urbana, revelou, através das visões seriadas como que essas imagens puderam ser registradas. Como que elas se fixaram na lembrança de cada um. O porquê que a casa de Dona Quita Jubé, está presente em quase todos os relatos e de forma tão determinada. Era a casa que mais se via por onde quer que a pessoa circulasse pelo arraial, ela era foco de visão sempre. Da mesma forma, a lembrança terna e doce da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, que é lembrada apenas como a “igrejinha”. De onde se chegasse ao arraial, para onde fosse a pessoa estava

sempre visualizando a Igreja, com a sua torre sineira. A presença forte e austera do singelo Cruzeiro, como um guardião da soberania católica, religiosa, do local, avisava aos que chegassem que ali, a religiosidade era soberana.

Foi então que o trabalho buscou as três vertentes de análises da Paisagem. Foi por isso que precisou-se ir além da dialética da paisagem da memória com a paisagem arqueológica, foi preciso uma terceira, para reiterar o sentido de harmonia e a unidade entre as paisagens, que nada são, se não a Paisagem Cultural, que é única. A paisagem urbana, revelou a forma como os observadores captam e guardam essas imagens, a hierarquia e sequência de lembranças, o que me lembra novamente Bachelard quando ele diz da importância das pessoas em falar de suas estradas – caminhos, encruzilhadas, de seus bancos. Como se fizessem o “cadastro” de seus elos com as lembranças. Seria como fazer um “desenho vivido”, onde: “ Esses desenhos não precisam ser exatos. Basta que sejam tonalizados no mesmo modo do nosso espaço interior.[...] O espaço convida à ação, e antes da ação a imaginação trabalha. Ela ceifa e lava.” (BARCHELARD 2008, 31). E foi por isso que se conseguiu devolver aos entrevistados a imagem virtual do arraial. E foi por isso que através das imagens, dos desenhos, em 3D da maquete virtual de Ouro Fino, elas puderam novamente passear por suas ruas, brincar no largo, ir de quintal a quintal nas casas, pegar jabuticaba no pé, reviver as festas e os brincadeiras de criança no Praia. E assim, aqueles que só conheciam o arraial através das narrativas, puderam então conhecer o espaço desenhado, a materialização do que era até então, somente imaterial.

Resta-nos agora, sensibilizar os órgãos públicos, para que esse tipo de trabalho seja considerado de extrema relevância para a contribuição da interpretação de espaços até então, considerados ‘PERDIDOS’, por se achar que a falta da matéria, deixa a desejar a veracidade do contexto. Foi mostrado que isso não é correto, pois o Arraial de Ouro Fino brotou novamente, materializado através dessa imaterialidade. Tantos outros locais ricos em lembranças que estão sendo apagados quando cada uma dessas memórias vai embora, parte dessa vida levando consigo esses valores arraigados no inconsciente, que por uma simples invocação, revelam toda uma vida.

O descaso das entidades e órgãos públicos responsáveis por identificar e salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro e Goiano pode deixar padecer ao relento as lembranças materiais, mas não passará disso, pois as paisagens estão presentes, interagem com a vida local, padecem, mas não morrem jamais. As paisagens ainda são tratadas como “novidades” e estão envoltas em uma aura de cuidados e “sutilezas”. Parece encontrar receio por parte dos órgãos responsáveis, talvez por ainda não termos políticas públicas que tratem das paisagens culturais em nosso Estado e País. Na Europa, já são fonte de estudos acadêmicos, circulam na base curricular dos principais cursos de graduação e pós-graduação, mas, aqui, no Brasil, ainda estamos, não observando, mas timidamente olhando as paisagens.

Dessa análise das paisagens de Ouro Fino o arraial renasceu, através de maquetes eletrônicas, desenvolvidas a partir dos relatos das pessoas que revelaram suas memórias e recriaram essa paisagem materializada (virtualmente). A possibilidade se deu diante da riqueza de detalhes narrados. Foi como se pudéssemos visualizar o imaginário das pessoas. O amor, o apego o sentimento de pertencimento àquela região é tão forte, que foi facilmente repassado através das narrativas de Ouro Fino que, aos poucos, iam sendo comparadas umas às outras, juntando-se perfeitamente como pequenas peças de um “quebra-cabeça”.

A surpresa, ou mesmo o choque que as pessoas sentem ao olhar a perspectiva em maquete eletrônica da suposta Rua Direita, do arraial, cheia de casas dos dois lados e, logo de imediato, ao olharem a fotografia do mesmo ângulo de vista atual, conseguindo observar apenas o pasto e a estrada, aparentemente vazios, é sensibilizante.

Rematerializar não entra em questão agora, quem sabe em um futuro quando, enfim, conseguiremos destacar as nossas paisagens culturais no cenário da cultura nacional. Lutamos para isso, para essa inserção desse novo olhar que observa. O olhar das “visões seriais” de Cullen, do observador como fonte de referências de análise, e não de modelos, mas de simples inserções em panoramas científicos nacionais e internacionais, são meras analogias banalizadas ultimamente, para podermos abrir mais esse viés de discussão e trabalho sobre o nosso patrimônio

cultural e, assim, defendermos as origens de uma sociedade diante de novas posturas tecno-científicas.

O objetivo pretendido era entender o porquê que as lembranças de Ouro Fino são tão importantes para aqueles que mantiveram com esse arraial algum tipo de relação ou alguma afetividade. Através das entrevistas feitas com essas pessoas, pudemos compreender como que os espaços urbanos do arraial foram preenchidos por diferentes olhares, particulares, através das lembranças de cada um, e que, aos poucos, foram se somando, formando uma experiência coletiva compartilhada, traduzida na vida social de Ouro Fino. O imaginário das diferentes narrativas sobre o arraial contribui para entender e interpretar o modo de ver esse espaço urbano, social. Todos descreveram a realidade material e simbólica que formava o núcleo urbano de Ouro Fino, enfatizando como ele era visto, absorvido, vivido e ainda se mantém retido no imaginário. À medida que essas narrativas começaram a formar uma coletividade, alcançaram assim um discurso social, passando a ser compartilhadas e a contribuir para formar a memória coletiva sobre o arraial de Ouro Fino, constituindo-se em patrimônio.

Quando do início dessa pesquisa, a idéia estava fixada em trabalhar a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, seus aspectos arquitetônicos e, por analogias, chegar a inseri-la no panorama nacional das igrejas. Seria quase que proclamar uma catalogação arquitetônica, fazendo sua reconstituição através de prospecção arqueológica e rematerialização eletrônica – através de maquetes eletrônicas. Da mesma forma, seria dada atenção especial ao Seminário de Santa Cruz, que até então era um enclave para mim. Achava ser esse o principal edifício de Ouro Fino, que teria sido ele o fator determinante para os últimos anos de existência do arraial. Porém, ao iniciar a fase de entrevistas, os relatos surgiram como lemes; foram eles que conduziram a pesquisa e que revelaram o caminho a ser seguido. Havia começado a pesquisa, partindo do entendimento que existe um caráter construído do patrimônio. Por um lado, esse caráter confere apropriações diferenciadas dos elementos culturais, capazes de desencadear o reconhecimento patrimonial desses próprios elementos. Era o que eu imaginava acontecer com o edifício do Seminário de Santa Cruz. Por outro lado, percebi que existe um efeito dialético entre o local, a

sua história, a memória, as interações, os sentidos (entre eles: a visão, cheiros e sonoridade), e os indivíduos. Isso tudo é capaz de criar e recriar novas vivências do local. Foi exatamente isso que me revelou o verdadeiro Ouro Fino, presente na coletividade, que é o bem patrimonial mais forte e importante a ser preservado.

Assim como no Artigo 2º da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, prescrito pela UNESCO (2003), que entende que

as práticas, representações, expressões, conhecimento e aptidões – bem como instrumentos, objectos, artefactos, e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. (Unesco, 2003 *apud* SILVA & MARTINHO, 2006, p. 19)

Esse estudo procurou valorizar as dimensões imateriais e subjetivas de Ouro Fino, que foram reveladas a partir dos relatos colhidos. Dessa forma, os antigos moradores e/ou frequentadores de Ouro Fino induziram a pesquisa, revelaram quais eram os elementos de maior teor patrimonial e quais as áreas urbanas que deveriam ser estudadas. O Largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar surgiu como a verdadeira alma de Ouro Fino, como o palco, o germinador, o fomentador da cultura local, da sociabilidade, e como a área de maior concentração de edificações, ou seja, um centro. Após o Largo, o Cruzeiro se revelou ser o elemento mais marcante no imaginário, junto com a Igreja de N^a. S^a. do Pilar e seu cemitério anexo, e a casa de Seu Antonio Mariano Teixeira e D. Rita Galvão de Moura Lacerda. Fechando os elementos materiais, vêm as árvores frutíferas, como as jaboticabeiras e jenipapeiras, e a presença do Córrego do Praia, que serviu não só de suprimento de água portátil, mas de momentos de lazer e contemplação. Dos elementos imateriais foram destacados as festividades religiosas, a presença de Seu Antonio Mariano – o Seu Totó Mariano - e de D. Ritinha – a Mestra – o cheiro das frutas vindo dos quintais, o cheiro de lenha queimada dos fogões à lenha (sempre presente no ar), que traziam também o aroma da culinária regional. O Seminário de Santa Cruz, que eu achava ser tão forte e presente, não fora citado. Quando se perguntava sobre ele, a lembrança era sempre de um edifício abandonado, já em ruínas e que os pais não deixavam as crianças chegarem perto por receio de acidentes. A

lembança do Seminário já se faz remota, através da lembrança do que os pais comentavam... da lembrança de que lá estudou “fulano”... “beltrano” deu aula lá.

Podemos então dizer que essa tomada de direção pode ser designada como sendo o reconhecimento de uma “consciência patrimonial” revelada pelos entrevistados, pelas pessoas que fizeram, que participaram de Ouro Fino. Essa tomada de consciência patrimonial foi inteiramente baseada no que se pode apurar, em sentimentos desenvolvidos e realçados pelo cotidiano vivido no arraial, pela criação da memória e histórias de vivências pessoais, que tiveram como subsídio, como suporte dessas ações, o traçado urbano de Ouro Fino. Evidenciou-se espaços individuais, coletivos e públicos, capazes de demonstrar a identidade e a memória local do arraial. Capazes também de reforçar o caráter utilitário e de sociabilidades que caracterizavam a apropriação e identificação dos indivíduos com o arraial. Situação já afirmada por Walter Benjamin (1932), nos “Tableaux Berlinois” : “são os quadros da cultura cotidiana que registram os pontos de contatos que sobrepõem à biografia individual com a história coletiva” (BENJAMIN, W. *apud* BOLLE, 2000). Nestor Canclini também evidencia a experiência vivida como fator determinante de tradições imateriais a serem destacadas e preservadas:

não compreendendo apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico ou outros bens físicos; mas a experiência vivida também sintetiza linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, comportamentos e modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994, p. 99)

No próprio artigo 2º (acima citado) da UNESCO, podemos destacar o interesse a enfatizar o domínio intangível da herança cultural das comunidades, pelo seu caráter plural e construído na medida em que esse patrimônio imaterial, já apropriado pelas famílias descendentes de Ouro Fino, é transmitido de geração a geração, incutindo-lhe um sentimento de identidade e, o principal, de continuidade, contribuindo assim para a promoção e o respeito a essa tradição.

Dessa forma, o patrimônio cultural de Ouro Fino deve ser entendido enquanto um processo de reafirmação cultural social, reforçado pelas dinâmicas de interrelação das memórias, através das visões seriadas, dos quadros de memórias e das

subjetividades realçadas pelas tradições ali desenvolvidas (como a culinária), num contexto dinâmico no qual coexistem diversos horizontes de interpretações e universos patrimoniais. Os fatores de ordem subjetivas, eleitos pelos entrevistados, deverão ser alvo de “relevo” no entendimento da presença de uma consciência patrimonial de Ouro Fino, mesmo que pouco divulgada fora dos espaços cotidianos das famílias goianas.

A seguir, são revelados os contrastes conseguidos através dos relatos, entre o HOJE existe na paisagem do local, com o HOJE presente na paisagem da memória. Imagens que fecham nosso estudo, mostrando que é possível, quando acreditamos e buscamos com o olhar, observar o que está para além da imagem primeira.

“... existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além passado verdadeiro. [...] essa casa onírica é a cripta da casa natal. [...] Habitar oniricamente a casa natal, é mais que habitá-la pela lembrança; é viver na casa desaparecida tal como ali sonhamos um dia.” (BARCHELARD 2008, 35)

Essa foi a resposta à questão inicial: *O que faz Ouro Fino ser um lugar de memória, de aura, um lugar vivo, presente no imaginário das pessoas que foram envolvidas por sua influência e que não se desfaz como as edificações que são consumidas pelo tempo?* – A imagem imaculada da criança, do onirismo, da evocação de imagens tão límpidas, puras e intocáveis trazidas a tona, no momento de uma sutil lembrança, sem um sinal de perturbação através dos anos recolhidas no ‘porta lembranças’ de cada um.

Foto 78 – “Rua Direita” - OURO FINO 2009 – foto da autora.



Foto 79 – “Rua Direita” - OURO FINO +/- 1920 - (reconstituição da autora).



Foto 80 - Fachada Frontal de Igreja de Nª Sª do Pilar de Ouro Fino (ruínas) - 1994 - foto da autora.



Foto 81 - Foto da Fachada da Igreja de Nª Sª do Pilar +/- 1920 - (reconstituição da autora).



Foto 82 - Vista do Seminário de Santa Cruz - Ruínas - 1984 - (acervo da autora).



Foto 83 - Vista do Seminário de Santa Cruz +/- 1909 - (reconstituição da autora).



Foto 84 - Vista de uma residência de Ouro Fino - 1994 - (foto da autora).



Foto 85 - Vista de uma residência em Ouro Fino +/- 1920 - (reconstituição da autora).



Foto 86 - Vista geral de Ouro Fino - 2009 - (foto da autora).



Foto 87 - Vista geral de Ouro Fino +/- 1909 - (reconstituição da autora).



Foto 88 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério - reconstituição da autora.



Foto 90 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério - reconstituição da autora.



Foto 89 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério - reconstituição da autora.



Foto 91 - Vista da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino e cemitério - reconstituição da autora.



Foto 92 - Vista Geral Oeste-Leste do Arraial de Ouro Fino - reconstituição da autora.



Foto 93 - Vista do Largo de Ouro Fino - Seminário de Santa Cruz , à esquerda, casa de D. Mariquita e ao fundo, casa da família Vellasco - reconstituição da autora.



Foto 94 - Vista do Largo de Ouro Fino: a esquerda Seminário de Santa Cruz ; à direita, casa de Seu Totó Mariano e ao fundo, casa de D. Benedita Remígio - reconstituição da autora.



Foto 95 - Vista da “Rua do Seminário” - à esquerda, casa de seu Manoel Inácio, ao fundo, à esquerda, casa de Seu Totó Mariano e à direita casa de D. Benedita Remígio e ao fundo o Seminário de Santa Cruz - reconstituição da autora.



Foto 96 - Vista do Largo com a “Rua Direita” sentido norte-sul. À direita, casa de Joaquim Leite, casa de Seu Ramiro, casa do “Véi Lau”, ao fundo casa de D. Eudália Coutinho. À esquerda, casa de Seu Beneditinho – reconstituição da autora.



Foto 97 - Vista do Largo com a “Rua Direita” sentido sul-norte. À esquerda, casa de D. Eudália, casa do “Véi Lau” etc. À direita, casa de “Zé Veio”, bem ao fundo a Igreja- reconstituição da autora.



Foto 98 - Vista Geral do Seminário de Santa Cruz- Arraial de Ouro Fino - reconstituição da autora.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS, I. &. *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1983.

ALENCASTRE, J. M. ANAIS DA PROVÍNCIA DE DOIÁS. GOIÂNIA: SUDECO-GOVERNO DE GOIÁS, 1979.

ALMEIDA, V. C. *GOIAZ, Usos, costumes, riquezas naturais* - estudos e impressões pessoais de Victor Coelho de Almeida. São Paulo: Empresa gráfica da *Revista dos Tribunais Ltda.*, 1944.

AMARAL, R. *Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério"*. 2001. Disponível em: < [Água forte.com: WWW. URL: http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html](http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html) > Acesso em: 23 mar. 2009,

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas - SP: Papirus, 1994.

AZEVEDO, F. F. ANNUÁRIO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E DESCRIPTIVO DO ESTADO DE GOYAZ PARA O ANNO DE 1910. Brasília: SPHAN, 1987.

BARTHES, R. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERTRAN, P. &. *Cidade de Goiás, patrimônio da humanidade: origens*. Goiânia: Kelps, 2004.

BLANC-PAMARD, C., & RAISON, J. P. Paisagem. In: G. FERNANDO. *EINAUDI, Enciclopédia* - v.8 – Região. PORTO - PT: Inova - artes gráficas, 1986. p. 138-160.

BOADO, F. C. PRESENTACIÓN DEL LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA PAISAXE DEL IEGPS (y otras cosas). Disponível em: <ArqueoWeb : <http://www.ucm.es/info/arqueoweb> - 7(2) sept./dic. 2005 >. Acesso em: 10 out. 2006.

BOLLE, W. *Cidade e memória*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2000.

BOSI, E. *Memória e sociedade - lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANDÃO, A. J. *Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886)*. Goiânia: Universidade federal de Goiás, 1978.

BRANDÃO, C. *Cavalcadas de Pirenópolis. Um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974.

BRETAS, G. F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991.

BRITO, C. C. *A mulher, a história de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Unigraf, 1982.

BURY, J. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília- DF: IPHAN / Monumenta, 2006.

CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio - IPHAN nº 23 – CIDADE*: 1994. p. 99-134.

CASTELLO, L. *A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo*. Porto Alegre: Propar - Ufrgs, 2007.

CAUQUELLIN, A. *A Invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, M. D. *A invenção do cotidiano - a arte de saber fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAIM, M. M. *A sociedade colonial goiana*. Goiânia: Oriente, 1983.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo SP: UNESP, 2006.

COELHO, G. N. *O espaço urbano em Vila Boa*. Entre o erudito e o vernacular. Goiânia: UCG, 2001.

CORTESÃO, J. *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa - PT: INCM, 1990.

COUTO, D. L. *Reminiscências maçônicas de um vilaboense*. Goiânia: Kelps, 2006.

CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1996.

ECO, U. *A estrutura ausente: introdução à pesquisa*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ENDERS, A. Les lieux de memoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*, vol VI, nº11, 1993. p. 132-138.

FERNANDES, S. *A Idade Média * Glória da Idade Média* 2007. Disponível em:< GLORIA DA IDADE MÉDIA: <http://gloriadaidademediia.blogspot.com/2007/10/santa-s-anuncia-absolvio-dos-templrios.html>>. Acesso em: 11 mai. 2009.

FERREIRA, M. R. Cidade de Goiás, onde findou a grande era das Bandeiras Paulistas. *A Cidade de Goiás e o escultor Veiga Valle - exposição no MASP-SP* 1978. p 14-42.

_____. Como surgiu a cartografia do interior do Brasil. In: TELES, J. M. *Memórias goianas*. Goiânia: Centauro, 1982. p. 171-190.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, M. D. *Buquê de azuis- poemas*. Goiânia: Ed. Autor, 1989.

GALLI, U. *A história da mineração em Goiás*. Goiânia: UCG, 2005.

_____. *Comendador Joaquim Alves de Oliveira: memória curta para um grande vulto da nossa história*. 2000. Disponível em:< [pirenopolis.tur.br: http://www.pirenopolis.tur.br/portal/index.php?id=comendadorjoaquimalvesdeoliveira](http://www.pirenopolis.tur.br/portal/index.php?id=comendadorjoaquimalvesdeoliveira) >. Acesso em: 10 mar. 2009.



- GANDRA, M. J. *O projeto templário e o evangelho português*. Lisboa: Ésquilo, 2007.
- GOMES, P. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertran, 2002.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HONAERT, E. *História da igreja no Brasil - Ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- IBGE. (s.d.). www.ibge.gov.br. Disponível em:< Página Oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=520890>. Acesso em: 2 jun. 2009.
- JEUDY, H. P. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casada Palavra, 2005.
- LAMAS, J. M. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Porto: Orgal, 2007.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas - SP: Ed.Unicampa, 1990.
- LEITE, A. F. Lugar: Duas acepções geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRG - vol 21*, 1998. p. 9-20.
- LOUÇÃO, P. A. *A descoberta do Brasil*. Lisboa - PT: Ésquilo, 2000.
- LYNCH, K. *A imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MARX, M. *Cidades no Brasil terra de quem?* São Paulo-SP: Nobel, 1991.
- MATTOS, R. J. C. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: Líder, 1979.
- MELLO, S. *Barroco mineiro*. São Paulo - SP: Brasiliense, 1985.
- MIRANDA, M. *Mauro Miranda destaca Festa do Divino em Goiás - por: Agencia do Senado*. 2001. Disponível em: DIREITO 2: <http://www.direito2.com.br/asen/2001/mai/24/mauro-miranda-destaca-festa-do-divino-em-goiás>. Acesso em: 21 mar. 2009.
- MOUTINHO, M. *Desenho urbano, elementos de análise morfológica - V.I*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2007.
- MUNFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo/Brasília: Martins Fontes / UnB, 1982.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do de História da PUC-SP*, 1981. p. 7-29.
- PESSOA, F. *CANCIONEIRO*. 2009. Disponível em:< Domínio público: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000003.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2009

_____. *Fernando Pessoa*. 2001. Disponível em: < Instituto Camões: <http://cvc.instituto-camoes.pt/poemasemana/02/01.html>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

POHL, J. E. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

PORTO, C. (s/d). *O sistema sesmarial no Brasil*. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília. (Coleção Temas Brasileiros).

PRADO, R. D. *Ouro Fino: 1850 - 1950, um estudo sobre o imaginário campestre*. 1999. Monografia (Conclusão do curso de História) – UCG, Goiânia.

PRINS, G. História oral. In: P. BURKER. *A escrita da história. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1982. p. 163-198.

REIS-ALVES, L. A. *O conceito de lugar - texto 432 -especial*. 2007. Disponível em:< VITRUVIUS - ARQUITEXTOS 087: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp432.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos: sua essência, sua gênese*. Goiânia: UCG, 2001.

ROCA, Z.; OLIVEIRA, J. A.; & LEITÃO, N. *Desenvolvimento territorial: entre a toponímia e a terrafília*. Lisboa: Projecto "IDENTERRA" FCT / SAPIENS – POCTI / GEO / 48266, 2002.

RODRIGUES, M. A. C. S. *A modinha em Vila Boa de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1982.

RYKWERT, J. *A ideia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Italia e no mundo antigo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. D. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: USP/ITATIAIA, 1975.

SANTOS, P. F. *A formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SILVA E SOUZA, L. A. Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás. In.:_____. *Vida e Obra de Silva e Souza, José Mendonça Teles*. Goiânia: Oriente, 1976.

SILVA, J. T. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: UCG, 2006.

SILVA, S. M., & MARTINHO, A. L. Que identidades em Canelas? Percepções sensíveis do espaço social numa freguesia de Vila Nova de Gaia. *Congresso: Turismo cultural, territórios e identidades*. Leiria - PT: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria – PT, 2006. p. 1-22.

- SITTE, C. *A construção da cidade segundos seus conceitos artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- SOUSA, A. C. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus* - v.3, Nº2 - 07/05, 2005. p. 291-300.
- SOUZA, M. A. T. *Ouro Fino: arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás*. 2000. Dissertação (Mestrado) – UFG, Goiânia.
- SOUZA, M. A., & SYMANSKI, L. C. Análise distribucional intra-sítio em arqueologia histórica: algumas aplicações. *Revista de arqueologia - sab*, 1996. p. 25-42.
- SUN, A. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: SENAC, 2008.
- THOMPSON, P. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- VASCONCELLOS, S. D. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- YAZIGI, E. *A alma do lugar - turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2002.
- ZANIRATO, S. H. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista brasileira de História* - v.26, nº 51, 2006. p. 251-262.